

V. 5, Jan./Dez. 2024.

REVISTA

CIENTÍFICA

Interdisciplinar

Faculdades Integradas Machado de Assis

 **Fema**

CORPO EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Prof.^a Dra. Bianca Tams Diehl
Prof.^o Me. Mônica Stormowski
Prof.^o Me. Marcos Rogério Rodrigues
Prof.^o Dr. Nedisson Luis Gessi
Prof.^a Me. Denise Felber Chaves

CONSELHO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Bruna Knob Pinto – FEMA/BR
Prof.^o Dr. Laercio de M. Ferreira – AVEIRO/PORT
Prof.^o Dr. Daniel Claudy da Silveira – UNIJUI/BR
Prof.^o Dr. Edemar Rotta – UFFS/BR
Prof.^o Dr. João Martins Bertaso – URI/BR

PARECERISTAS

Prof.^o Me. Emmanuel Wekwert – UGD/ARG
Prof.^o Dr. Leandro D. dos Santos – UFSC/BR
Prof.^a Dra. Gabriele Schek – FEMA/BR
Prof.^a Dra. Marli M. M. da Costa – UNISC/BR

COORDENAÇÃO

Prof.^o Me. Mônica Stormowski
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis e
Administração
Prof.^a Dra. Bianca Tams Diehl
Coordenadora do Curso de Direito
Prof.^o Me. Paulo Mix
Coordenador do Curso de Enfermagem
Prof.^a Me. Juliane Colpo
Coordenadora do Curso de Psicologia
Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de
Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - NPPGE

ARTE E DIAGRAMAÇÃO DA CAPA

Assessoria de Imprensa

EDITORAÇÃO

Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Supervisora

APOIO TÉCNICO

Prof.^a Me. Denise Felber Chaves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Anual

AUTOR CORPORATIVO

Faculdades Integradas Machado de Assis

ENDEREÇO

Rua Santos Dumont, 820
CEP: 98780109 - Santa Rosa/RS-Brasil

ENDEREÇO ELETRÔNICO

nppge@fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar/Faculdades Integradas Machado de Assis. – Santa Rosa, v. 5, jan./dez. 2024.

ISSN: **2764-8656**

Publicação Anual

1. Administração. 2. Planejamento Estratégico. 3. Tecnologia Inovadora.
4. Artigos Acadêmicos.

I. Faculdades Integradas Machado de Assis. II. Título

CDU: 378 (05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO07

ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O VAZAMENTO DE DADOS A PARTIR DOS ALGORITMOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....08

Jandreí Jean Corassa

Emily Amanda Bruxel Pinceta

Anderson Pinceta

ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE E SEUS REFLEXOS.....24

Jandreí Jean Corassa

Emily Amanda Bruxel Pinceta

Anderson Pinceta

ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA: PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE.....43

Thiago Mateus Simionato Antunes

Franciele Seger

DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO APÓS A ADPF 501 E A ADEQUAÇÃO DO TRT4 AO NOVO ENTENDIMENTO.....63

Luan Lari Barichello

Ricieri Rafael Bazanella Dilkin

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.....77

Douglas Schmidt

Ana Rita Catelan Callegaro

GESTÃO RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A OSM (ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS) EM UMA PROPRIEDADE RURAL.....96

Mariéli Naumann

Martin Gabriel Wandscher Centa

Lauri Aloísio Heckler

Mônica Stormowski

Natalie Schmidt de Oliveira

ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.....128

Camila Angelica Schneider

Caroline Joner Reus

Mônica Stormowski

Lauri Aloísio Heckler

Natalie Schmidt de Oliveira

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEL EM SÃO MARTINHO/RS.....	160
<i>Laura Kunz</i>	
<i>Mônica Stormowski</i>	
<i>Natalie Schmidt de Oliveira</i>	
<i>Lauri Aloísio Heckler</i>	
<i>Emily Amanda Bruxel Pinceta</i>	
ANÁLISE DE INVESTIMENTO FINANCEIRO PARA PESSOA FÍSICA.....	191
<i>Alex Da Silva Tierling</i>	
<i>Carolina Wandscheer De Vlieger</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA CONTABILIDADE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR CONTÁBIL.....	226
<i>Aliziane Raquel Pereira</i>	
<i>João Paulo Brandelero Patias</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
ANÁLISE DOS REFLEXOS DA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE ARTIGOS ESPORTIVOS DE SANTA ROSA-RS....	258
<i>Maisa Chitolina</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM EMPRESAS DO COMÉRCIO: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS A SEREM IMPLEMENTADAS COM A EFETIVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS.....	291
<i>Djovanne Augusto Cogo</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
ANÁLISE DE DADOS DE NFC-E: MAPEAMENTO DOS PRODUTOS MAIS VENDIDOS EM UM SUPERMERCADO DO NOROESTE GAÚCHO.....	326
<i>Adriel Gustavo Kelm</i>	
<i>Cleone Teixeira</i>	
<i>Natalie Schmidt de Oliveira</i>	
<i>Emily Amanda Bruxel Pinceta</i>	
<i>Lauri Aloísio Heckler</i>	

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....358

Adriane Rohrig

Mônica Stormowski

Natalie Schmidt de Oliveira

Lauri Aloísio Heckler

Emily Amanda Bruxel Pinceta

TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: IMPACTOS NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.....388

Odair Oliveira da Costa

Emily Amanda Bruxel Pinceta

Mônica Stormowski

Lauri Aloísio Heckler

Natalie Schmidt de Oliveira

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Integradas Machado de Assis apresentam o quinto volume da Revista Científica Interdisciplinar, vinculada ao Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão – NPPGE.

A presente revista apresenta quinze artigos científicos, aprovados pelo Corpo Editorial, composto pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Direito e Enfermagem. Os artigos científicos publicados, acerca de temas relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Saúde orientados por professores da área, fortalecem a efetiva produção científica dos acadêmicos da FEMA. Dessa maneira, a Revista Científica Interdisciplinar materializa a intertextualidade e a interdisciplinaridade, privilegiando o desenvolvimento regional sustentável, a educação e as políticas sociais, a gestão e o desenvolvimento de pessoas, a gestão e o desenvolvimento de organizações, além da gestão da tecnologia da informação e da inovação tecnológica.

A revista é, portanto, uma oportunidade que os acadêmicos e seus orientadores têm de expor o estudo, apresentando-o para a comunidade interna e externa, além de roborar os Cursos Superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis pela apropriação e pela divulgação constante do conhecimento.

Prof.^a Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão -NPPGE
Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA.

ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O VAZAMENTO DE DADOS A PARTIR DOS ALGORITMOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Jandrei Jean Corassa¹
Emily Amanda Bruxel Pinceta²
Anderson Pinceta³

RESUMO

Com a tecnologia avançando cada vez mais, o mundo moderno acabou devorando os direitos de propriedade. A temática da pesquisa volta-se para a análise da lei geral de proteção de dados e o vazamento de dados. A delimitação temática limita-se nos algoritmos da inteligência artificial. Com isso, viu-se a necessidade de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade da pessoa natural, sendo criada a Lei Geral de Proteção de Dados. A problemática da pesquisa norteia-se como proteger os dados das pessoas naturais contra o vazamento de dados a partir dos algoritmos da inteligência artificial? Sendo assim, o objetivo do presente trabalho se constitui em promover o esclarecimento desta lei para o entendimento do usuário perante o vazamento de dados e o uso da inteligência artificial. Justifica-se o desenvolvimento desta temática com a tentativa de uma simplificação da compreensão da presente lei e o acesso ao conhecimento de que informações pessoais podem ser utilizadas de forma indevida com o uso da inteligência artificial. É uma pesquisa bibliográfica, de caráter teórico e qualitativa no seu tratamento de dados, caracterizando-se como exploratória. Conclui-se que cada vez mais há um uso massivo de dados pessoais e processos automatizados e decisões tomadas por um algoritmo podem ter impacto direto na vida do usuário. Destacou-se que para rebater isso, é necessário ter conhecimento do que protege os cidadãos em geral e, no mesmo sentido, entender como esses processos funcionam. A LGPD é um passo de extrema importância da defesa dos direitos dos usuários.

Palavras-chave: Proteção; Algoritmo; Dados Pessoais; Inteligência Artificial.

ABSTRACT

With technology advancing more and more, the modern world has ended up devouring property rights. The research theme focuses on the analysis of the

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: jandrei.corassa@hotmail.com

² Especialista em Direito do Trabalho e Processo de Trabalho. Orientadora Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: emilypinceta@gmail.com

³ Mestre. Orientador. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: apinceta@hotmail.com

general data protection law and data leaks. The thematic delimitation is limited to artificial intelligence algorithms. With this, the need to protect the fundamental rights of freedom and privacy of the natural person was seen, and the General Data Protection Law was created. The research problem is guided by how to protect the data of natural persons against data leaks from artificial intelligence algorithms? Therefore, the objective of this work is to promote the clarification of this law so that the user understands the data leaks and the use of artificial intelligence. The development of this theme is justified by the attempt to simplify the understanding of this law and access to the knowledge that personal information can be used improperly with the use of artificial intelligence. This is a bibliographic research, of a theoretical and qualitative nature in its data processing, characterized as exploratory. It is concluded that there is an increasing mass use of personal data and automated processes and decisions made by an algorithm can have a direct impact on the user's life. It was highlighted that to counter this, it is necessary to have knowledge of what protects citizens in general and, in the same sense, understand how these processes work. The LGPD is an extremely important step in defending users' rights.

Keywords: Protection; Algorithm; Personal Data; Artificial Intelligence.

INTRODUÇÃO

Tendo como base inicial dos estudos a proteção de dados pessoais e a inteligência artificial, compreende-se que proteção de dados é um direito da pessoa humana. Diante disso, a temática da pesquisa volta-se para a análise da lei geral de proteção de dados e o vazamento de dados. A delimitação temática limita-se nos algoritmos da inteligência artificial

Porém, cabe dizer também que ela é um sensível desafio que a modernidade trouxe, uma vez que o avanço da tecnologia está facilitando o uso indiscriminado de dados. Diferentemente do que se pensa, grande parte das pessoas já teve seus dados tratados de forma indevida, sendo desta forma que isso já não se limita à grandes empresas ou instituições. Por isso, a problemática da pesquisa norteia-se como proteger os dados das pessoas naturais contra o vazamento de dados a partir dos algoritmos da inteligência artificial?

Visando o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade da pessoa natural perante o vazamento de dados e o uso da inteligência artificial, a Lei Geral de Proteção de Dados, foi aprovada em 2018, estabelecendo novos marcos legais para o campo da proteção de dados e

fortalecendo ainda mais legislações anteriores que já debatiam, porém não eram suficientes. Isso acabou trazendo diversos novos debates e pesquisas acerca do assunto, incrementando ainda mais o conhecimento para a população em geral sobre seus direitos neste âmbito da lei.

Compreendendo isso, o objetivo do presente trabalho se constitui em promover o esclarecimento da Lei Geral de Proteção de Dados para o entendimento do usuário. Da mesma forma, tem-se como objetivos específicos, traçar uma associação entre a LGPD e era da tecnologia, assim como também evidenciar como as informações sobre dados pessoais estão facilmente disponíveis podendo ser acessadas. Busca-se, desta forma, deixar em maior evidência esta legislação, tratando de contribuir com a consciência e compreensão geral da mesma pela população.

Por outro lado, justifica-se o desenvolvimento do presente trabalho na tentativa de uma simplificação da compreensão da presente lei, onde palavras complexas são descritas e por vezes a população leiga não tem acesso a compreender seus direitos tendo em vista a dificuldade em entender o descrito na legislação. Também, o usuário não tem acesso ao conhecimento de que suas informações pessoais podem ser utilizadas de forma equivocada ou intencionalmente para criação de perfis, propagandas, *marketing*, etc., deixando-os em evidência numa condição de bastante vulnerabilidade.

No que tange a metodologia adotada neste estudo, buscou-se contemplar uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, pode-se categorizar a pesquisa como teórica, quando relacionada a sua natureza, assim como qualitativa no seu tratamento de dados. Com relação aos fins e objetivos propostos, a metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se como exploratória, visto que a conduta em relação aos dados utilizados é meramente bibliográfica.

Utilizou-se para tal, referências bibliográficas embasada em pesquisa online nas plataformas acadêmicas adequadas, como o Google Acadêmico e Scielo. Nesta pesquisa, classificaram-se conteúdos contidos em artigos publicados recentemente, da mesma forma como a própria legislação, extraída da Constituição Federal. Além disso, tem-se como suporte os estudos realizados por autores nacionais como Doneda, Frazão, Guedes, Lissardy, Mendes, Menezes, Monteiro e Oliveira, da mesma forma como os autores internacionais

Agrawal, Cohen, Pasquale e Srnicek, que contribuíram grandemente para a constituição do presente estudo bibliográfico.

No que se refere a estruturação elencada neste artigo, tratou-se de objetivar no primeiro capítulo, uma explicação acerca da Lei Geral de Proteção de Dados. Nesse contexto buscou-se trabalhar na identificação de aspectos importantes e relevantes na legislação. Neste primeiro momento, compreender de forma teórica a lei trata e suas interferências na vida do cidadão. Já no segundo capítulo do artigo, buscou-se estabelecer uma associação entre a importância da lei e a era tecnológica na qual se vive e as interações no dia a dia como uma forma de fechamento e melhor compreensão.

É desta forma que se estabelece, neste artigo, um estudo bibliográfico embasada na Lei Geral de Proteção de Dados onde, a partir da pesquisa realizada, pode-se esclarecer dúvidas e incertezas em relação aos direitos e deveres do tange a lei. Neste sentido, a pesquisa realizada abriu novos horizontes na pesquisa desta área, que se inicia a partir de agora.

1 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Antes mesmo dos computadores existirem, a preocupação com a privacidade já percorria a sociedade. Segundo Oliveira e Lopes, com o passar dos anos, com a tecnologia avançando cada vez mais, já era ciente de que o mundo moderno traria efeitos ao direito da intimidade e da vida privada, afetando, igualmente, direitos de propriedade e com as variações do tempo e da modernidade, viu-se a necessidade de mudar e discutir novas formas de proteger a privacidade (Oliveira; Lopes, 2019).

De acordo com Doneda, a partir da década de 1960, em vários países, a proteção de dados estava presente na legislação em forma de lei, onde a ideia inicial foi de assegurar a privacidade dos indivíduos diante do Estado, mas, viu-se a carência de uma proteção também contra terceiros e entre os particulares. Ainda, importante ressaltar que a garantia de privacidade foi para o reconhecimento da pessoa e sua intimidade e não de sua propriedade (Doneda, 2006).

Em agosto de 2018, foi editada a Lei nº 13.709/2018 que indicou a proteção de dados pessoais, como um princípio do uso da *internet* no Brasil. De acordo com Oliveira e Lopes antes dessa norma existir, a privacidade não possuía amparo. Algumas leis já protegiam as pessoas tanto de invasão de dados quanto de assegurar o acesso às informações, de forma extrajudicial e judicial como por exemplo, a lei que regula o acesso à informação a partir do Habeas Data, o Código de Defesa do Consumidor, Lei de Acesso à Informação, Lei do Cadastro Positivo, e o Marco Civil da Internet. Importante ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados veio para complementar e agregar mais informações e propriedade às leis já existentes (Oliveira; Lopes, 2019).

A Lei Geral de Proteção e Dados Pessoais pretende tratar os dados tanto de pessoa física, ou seja, natural, quanto de pessoa jurídica, englobando, as pessoas jurídicas de direito público ou privado, com o objetivo primordial de proteger os direitos fundamentais garantidos na legislação civil para que se tenha o desenvolvimento da personalidade garantido.

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil, 2018).

Portanto, segundo Monteiro, o objetivo principal da lei é regulamentar o tratamento dos dados pessoais, que, além de proteger a privacidade, também protege liberdades individuais e direitos fundamentais (Monteiro, 2018). Segundo o Art. 2º da Lei nº 13.709/2018, a proteção de dados busca, juntamente, proteger e assegurar os direitos da personalidade, a dignidade, para que não ocorra a violação da honra e da imagem das pessoas (Brasil, 2018).

Exemplificando a especificidade da Lei Geral de Proteção de Dados, Monteiro traz que é possível citar a Lei do Cadastro Positivo e o Código de Defesa do Consumidor, que são responsáveis por regulamentar a revisão de decisões automatizadas, principalmente quando há o envolvimento de inadimplência ou concessão de crédito (Monteiro, 2018). Porém, Monteiro ainda cita que esta proteção acaba sendo insuficiente, sendo que *online* e *offline*,

existem variadas situações em que se pode tirar proveito dos dados pessoais. Para isso, independente de mercado ou setor, foi criada a LGPD (Monteiro, 2018).

Os dados pessoais são informações que identificam uma pessoa. A Lei nº 13.709/2018 dispõe de princípios que auxiliam na interpretação da lei para que haja a melhor aplicação no tratamento de dados. O Art. 6º da Lei nº 13.709/2018 traz um rol de princípios, onde ressalta a importância dos mesmos (Brasil, 2018). Dentre os princípios, a finalidade busca o propósito específico e legítimo da realização do tratamento dos dados. O princípio da adequação trata sobre a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas. A necessidade traz a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades. O livre acesso garante aos titulares informações sobre a forma e duração do tratamento. A qualidade dos dados traz a garantia aos titulares da exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados. Já o princípio da transparência, garante aos titulares, informações claras, precisas e acessíveis sobre o tratamento de dados. A segurança, utiliza medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais. O princípio da prevenção adota medidas para prevenir ocorrência de danos do tratamento de dados pessoais. A não discriminação impossibilita o uso do tratamento de dados para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos. E por fim, o último princípio é a responsabilização e prestação de contas, que adota medidas para o cumprimento das normas de proteção de dados pessoas (Brasil, 2018).

De acordo com Mendes, o princípio da finalidade exige que seja respeitada a correlação entre o tratamento dos dados e a finalidade informada, o que também traz uma ligação estreita com os incisos II e III, adequação e necessidade (Mendes, 2011). Também, Mendes traz que é necessária a prévia informação e consentimento de quem fornece os dados, conforme está disposto no art. 7º, inciso I da Lei 13.709/2018 (Mendes, 2011).

Outro objetivo da LGPD, conforme Monteiro, é limitar abusos nas decisões automatizadas reduzindo a transmissão desenfreada entre as informações e dados, principalmente para equilibrar interesses sociais e econômicos (Monteiro, 2018). Com os princípios gerais da proteção de dados norteadores, há uma garantia de mais transparência no tratamento dos dados e

o acesso aos dados pessoais caso o titular tenha interesse, conforme dispõe o Art.19º da Lei nº13.709/2018:

A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular [...] por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular (Brasil, 2018).

No Art. 20 da Lei 13.709/2018, estabelece que o titular que este solicite uma revisão de uma decisão tomada de forma automatizada e esta deverá ser realizada por um ser humano.

O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade (Brasil, 2018).

A Lei Geral de Proteção de Dados também defende contra os dados anonimizados, que podem ser utilizados para compor um perfil comportamental e se faz referência a uma pessoa identificável, pode ser considerado dados pessoais (Brasil, 2018). Conforme dispõe o Art. 12, os dados anonimizados podem ser considerados pessoais “quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido” (Brasil, 2018). Ou, ainda, quando “utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada” (Brasil, 2018).

O Artigo 12 trata de dados anonimizados, onde, supostamente, não há como identificar a pessoa natural, mas se há formação de perfil que possa identificar, se enquadra no artigo 5º, onde descreve formas diretas de identificar uma pessoa, como exemplo: CPF, e-mail, CNH, RG ou até mesmo *cookies* (Brasil, 2018). Ainda, no artigo 5º, inciso II, se considera também o dado sensível:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

II - Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (Brasil, 2018).

Nos artigos citados da Lei Geral de Proteção de Dados, Pasquale cita que o indivíduo possui o direito de ter acesso a informações sobre seus dados pessoais e se estes são utilizados para a composição e alimentação de algoritmos e, ainda, é possível tomar conhecimento sobre os critérios que foram utilizados para as decisões automatizadas e solicitar uma revisão – por um ser humano (Pasquale, 2015). Segundo Pasquale, são medidas importantes para que não haja uso discriminatório dos dados pessoais além disso, com esta lei, há uma mudança na forma em que esses processos são desenvolvidos, uma vez que podem ter que explicar o motivo do uso inadequados de informações pessoais de terceiros (Pasquale, 2015).

Em contrapartida, importante destacar que o tratamento de dados pessoais não se aplica em alguns casos, como descrito no artigo 4º da Lei 13.709/2018. Portanto, não se aplica ao tratamento de dados pessoais o realizado por pessoa natural para fins não econômicos ou particulares ou realizados para fins jornalísticos, artísticos, acadêmicos, para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação de infrações penais ou provenientes de fora do território nacional (Brasil, 2018).

De acordo com Menezes e Colaço, exemplos do cotidiano que utilizam o tratamento de dados sensíveis realizado por pessoa natural, são pessoas que não excluem conversas e mídias provenientes do *WhatsApp*, que nunca limpam a caixa e entrada do *e-mail*, também guardam material impresso e isso é um acervo riquíssimo de informações da vida pessoal de outras pessoas (Menezes; Colaço, 2019). Ainda segundo Menezes e Colaço, no que toca o âmbito das redes sociais, casais, amigos, pais possuem frequentemente álbuns de fotos extensos, biografias, histórias relatadas, até mesmo notas de falecimento contém dados extremamente pessoais. Além disso, é muito comum

encontrar perfis nas redes sociais onde as pessoas cultivam e alimentam informações pessoais sem nenhuma preocupação (Menezes; Colaço, 2019).

Considerando o Art. 5º, inciso X da Lei nº 13.709/2018, o conceito de tratamento de dados envolve a coleta, recepção, acesso, utilização, modificação, produção, classificação, transferência, extração, reprodução, processamento, arquivamento, difusão, transmissão, armazenamento, distribuição, eliminação, avaliação, comunicação ou controle da informação (Brasil, 2018).

Portanto, esses dados mesmo não estando sujeito à LGPD, não podem ser usados para ferir a honra e a imagem do usuário. Além de proteger os dados pessoais é preciso saber que a Lei nº 13.709/2018 também delimita o término do tratamento de dados, disposto no Art. 15, onde se verifica se a finalidade foi alcançada, se houve fim do período de tratamento, se há comunicação do titular, se há determinação da autoridade nacional (quando houver violação ao disposto nesta Lei) (Brasil, 2018).

O artigo 16 descreve quando os dados pessoais serão eliminados após o término do tratamento, que será nos momentos de cumprimento de obrigação legal, estudo por órgão de pesquisa, transferência a terceiro ou uso exclusivo do controlador, desde que anonimizados os dados (Brasil, 2018).

A utilização dos dados deve ter um propósito específico e explícito, além de ser informado ao titular, sem modificações posteriores de propósito (Brasil, 2018). Segundo Guedes e Meireles, se houve a coleta de dados pessoais para acessar um *blog*, não é possível utilizar esses mesmos dados para enviar anúncios ou propagandas. Numa compra *online*, o tratamento de dados é finalizado após o término da compra, a menos que o titular autorize o armazenamento destes dados para compras futuras (Guedes; Meireles, 2019).

Diante disso, é possível verificar que a Lei Geral de Proteção de Dados consegue amparar o titular dos dados diante do uso indevido deles, sendo um importante avanço no âmbito de proteção de dados pessoais. Além disso, a LGPD contribui para o conhecimento sobre os direitos do usuário.

Uma vez que o acesso aos dados pessoais está facilitado e encontra-se em vários âmbitos da vida cotidiana, além de proteger o usuário, a Lei Geral de Proteção de Dados contribui para a conscientização e coibição desse uso desenfreado e indevido dos dados pessoais.

2 O ALGORITMO E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Na era da tecnologia, os dados de hoje são fundamentais para as atividades econômicas, uma vez que podem ser facilmente convertidos em conhecimentos úteis e que possuem valor para o mercado. No entanto, segundo Srnicek, é necessária que haja coleta destes dados e, atualmente, com o acesso digital para várias funções do nosso dia a dia, a coleta de dados está cada vez mais acessível e ocorrendo de forma maciça, com a esmagadora maioria sendo coletada sem a ciência ou consentimento dos titulares de tais dados (Srnicek, 2018).

Segundo Lissardy, *Big Data* é um conjunto de dados grandes e complexos, que crescem exponencialmente com o tempo, contendo uma variedade de dados estruturados, não estruturados e semiestruturados e o professor Martin Hilbert, afirma que “com 250 likes, o algoritmo do Facebook pode prever sua personalidade melhor que seu parceiro” (Lissardy, 2017).

De acordo com Pasquale, um termo importante a ser descrito, é o capitalismo de vigilância, onde governos ou instituições de grande poder econômico extraem dados, sabendo muitas informações sobre o usuário, porém, este, não sabe nada sobre quem os extraiu (Pasquale, 2015). Ainda cita Pasquale, que quanto maior a importância dos dados extraídos, mais vigilância haverá, havendo ainda mais coleta de dados, tornando-se um ciclo vicioso e imparável (Pasquale, 2015).

Na Ilustração 1, é possível verificar um ciclo vicioso, é interessante observar como ele se retroalimenta indefinidamente:

Ilustração 1: Capitalismo de Vigilância



Fonte: Frazão (2019, p. 24).

O grande fato acerca do problema do capitalismo de vigilância, segundo Frazão, é que a coleta, venda, processamento, compartilhamento ou demais atividades, são feitas sem qualquer ciência ou autorização dos titulares destes dados (Frazão, 2019). Ainda de acordo com Frazão, a era digital traz muitas facilidades ao cotidiano, no entanto, essas mesmas facilidades são ferramentas para a obtenção de dados, pois quando um acesso é fácil e gratuito, o próprio consumidor vira o produto nesse tipo de negócio (Frazão, 2019).

Embora exista a Lei de Geral de Proteção de Dados que garante o respeito à privacidade, de acordo com Frazão, os titulares por vezes, não possuem conhecimento acerca dos seus direitos, deixando uma porta aberta para a extração de dados (Frazão, 2019). Inclusive, Frazão traz que é importante ressaltar que a LGPD não se restringe somente ao meio digital – facilidade maior, que aumenta também as preocupações e desafios relacionados - mas a todos os meios em que se pode obter informações pessoais (Frazão, 2019).

Com base nessas funcionalidades, os algoritmos estão hoje sendo programados para a extração de padrões e inferências a partir dos quais serão tomadas, de forma automatizada, decisões sobre questões objetivas, mas que estão atreladas a importantes dados sensíveis, assim como decisões sobre questões subjetivas e que envolvem complexos juízos de valor, tais como (i) avaliar as características, a personalidade, as inclinações e as propensões de uma pessoa, inclusive no que diz respeito à sua orientação sexual; (ii) analisar o estado de ânimo ou de atenção de uma pessoa; (iii) identificar estados emocionais, pensamentos, intenções e mesmo mentiras; (iv) detectar a capacidade e a habilidade para determinados empregos ou funções; (v) analisar a propensão à criminalidade; (vi) antever sinais de doenças, inclusive depressão, episódios de mania e outros distúrbios, mesmo antes da manifestação de qualquer sintoma (Frazão, 2019, p. 25).

Atualmente, o algoritmo já possui o poder de influenciar e até mesmo decidir situações que, anteriormente, só eram possíveis de serem feitas por seres humanos. Conforme traz Agrawal, Gans e Goldfarb, a forma como o algoritmo analisa essas informações como acesso a crédito bancário, taxa de juros e contratações para emprego, parece ser irrelevante ao cidadão, uma vez que ele não vê associação entre uma busca na internet por determinado produto, tempo do seu dia que fica nas redes sociais, assim como curtidas sobre bares,

música e outras preferências sociais (Agrawal; Gans; Goldfarb, 2018). Não obstante, Agrawal, Gans e Goldfarb citam que com base nesses dados considerados irrelevantes é que novos dados são moldados, onde a inteligência artificial age, prevendo o que é possível nos interessar num futuro próximo (Agrawal; Gans; Goldfarb, 2018).

Segundo Frazão, as decisões que o algoritmo toma não possui qualquer realidade ou controle humano, sendo assim, essa automatização não consegue definir ou fazer correlações de causalidade, não há uma separação entre o útil e adequado para o descartável e com a coleta de dados sendo cada vez maior através da vigilância, maior também será o número de correlações sem sentido, falsas ou modificadas (Frazão, 2019).

De acordo com Cohen, a forma como é possível induzir ou predizer o comportamento do usuário, faz com que haja uma perda de liberdade, porque não há mais decisões genuínas ou racionais (Cohen, 2000). Ainda cita Cohen, que assim como o algoritmo acerta em muitas coisas, ele também erra, o que é mais preocupante, uma vez que a individualidade está exposta pela forma que se comporta digitalmente e há a possibilidade de ser influenciado a modificar isto, podendo-se dizer que o algoritmo possui vida própria, indo para caminhos que os humanos não conseguiriam percorrer – e possivelmente não conseguirão (Cohen, 2000).

A perspectiva de uma subjugação, segundo Frazão, o que *a priori* pode ser considerado exagero, mas uma vez que o algoritmo consegue influenciar e até mesmo determinar orientações e comportamentos do ser humano, isso se torna plausível, onde as emoções, opiniões e crenças podem ser facilmente manipuladas para os mais diversos fins, inclusive – ou principalmente –, político (Frazão, 2019).

[...] para que se pudesse ter um mínimo de confiança e tranquilidade em relação a tais processos, seria necessário haver algum tipo de controle tanto sobre (i) a qualidade dos dados, a fim de se saber se atendem aos requisitos da veracidade, exatidão, precisão, acurácia e sobretudo adequação e pertinência diante dos fins que justificam a sua utilização, quanto sobre (ii) a qualidade do processamento de dados, para se saber se, mesmo a partir de dados de qualidade, a programação utilizada para o seu tratamento é idônea para assegurar resultados confiáveis (Frazão, 2019, p. 27).

A coleta e utilização maciça de dados, onde há uma constante vigilância para obtenção de dados e aplicações a partir dos mesmos, se tornou uma nova forma de capitalismo. Com os processos automatizados, sem controle diretamente humano, os dados pessoais se tornaram uma fonte inesgotável de possibilidade de uso indevido.

É necessário mecanismos para trazer mais transparência nas decisões tomadas pelo algoritmo, conforme nos trouxe a autora acima. Dados e mais dados são armazenados e compartilhados sem qualquer limite, de forma que não há mais possibilidade de regressão, ao menos, não de forma absoluta.

Nesse sentido que a Lei nº 13.709/2018 foi um avanço importante para o tratamento dos dados pessoais, onde reforça o protagonismo dos titulares dos dados, pois além da proteção dos dados, há a autonomia informativa a respeito do uso indevido dos dados. Uma lei sozinha não é capaz de solucionar os problemas do uso inadequado e desenfreado de dados, no entanto, coloca uma barreira conscientizadora no que se trata do assunto.

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado no presente artigo, o tema da pesquisa volta-se para a análise da lei geral de proteção de dados e o vazamento de dados. Por meio dessa temática a pesquisa se limitou em analisar com base nos algoritmos da inteligência artificial.

Diante dessa temática a inquietação da pesquisa é sobre como proteger os dados das pessoas naturais contra o vazamento de dados a partir dos algoritmos da inteligência artificial?

Conclui-se o presente artigo, tendo observado que, na contemporaneidade, cada vez mais há um uso massivo de dados pessoais e processos automatizados. Neste cenário, foi possível dizer que é neste contexto em que decisões tomadas por um algoritmo podem ter impacto direto na vida do usuário. Estes impactos podem ir desde a divulgação de informações pessoais como endereço ou data de nascimento até dado bancários e informações confidenciais.

Destacou-se, desta forma, que para conseguir rebater isso, é necessário ter conhecimento do que protege os cidadãos em geral e, no mesmo sentido, entender como esses processos funcionam. É diante disso que se compreendeu que a Lei Geral de Proteção de Dados prevê o direito a revisão de decisões automatizadas, não somente constando os dados pessoais utilizados como também a lógica por trás dessas decisões.

Com base na pesquisa, compreendeu-se amplamente que o algoritmo possui, muitas vezes, autonomia de influenciar e até mesmo decidir situações que, anteriormente, só eram possíveis de serem feitas por humanos. Diante disso, foi possível citar, numa relação direta, o exemplo do acesso a crédito bancário, taxa de juros e contratações para emprego a partir dos dados contidos no sistema informatizado.

Mesmo tendo em vista isso, observou-se que a forma como o algoritmo analisa essas informações parece ser irrelevante ao cidadão. Para os usuários não há uma associação entre uma busca na internet por determinado produto, tempo do seu dia que fica nas redes sociais, assim como curtidas sobre bares, música e outras preferências sociais. Por outro lado, a partir da pesquisa realizada, tornou-se evidente que é com base nesses dados, considerados irrelevantes, que novos dados são moldados, onde a inteligência artificial age, prevendo o que é possível nos interessar num futuro próximo

Com a proteção de dados sendo um imenso desafio da era moderna, devido a facilidade de conseguir informações, principalmente através das redes sociais, entendeu-se que a LGPD é um passo de extrema importância da defesa dos direitos dos usuários. Considerou-se, como o objetivo principal da lei, o de regular o tratamento dos dados pessoais, que, além de proteger a privacidade, também protege liberdades individuais e direitos fundamentais.

É evidente que o presente artigo se torna pequeno para tamanha complexidade de reflexão que a LGPD evidencia. Alguns pontos importantes precisam de maiores dados e conteúdo para reflexão, à medida que o tempo e a tecnologia avançam no dia a dia do cidadão. É por isso que o presente estudo abre novas brechas para futuras pesquisas e trabalhos acadêmicos voltados para esta temática tão contemporânea e importante.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, A., GANS, J., GOLDFARB, A. The simple economics of artificial intelligence. **Harvard Business Review Press**, 2018. p. 4. Disponível em: <<https://hbr.org/2016/11/the-simple-economics-of-machine-intelligence>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 02 ago. 2024.

COHEN, J. E. Examined lives: informational privacy and the subject as object. **Stanford Law Review**, v. 52, p. 1376, 2000. Disponível em: <https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?params=/context/facpub/article/1819/&path_info=examined.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: **Renovar**, 2006. p. 206- 213. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:2006;00075648>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FRAZÃO, A. **Fundamentos da Proteção dos Dados Pessoais –** noções introdutórias para a compreensão da importância da Lei Geral de Proteção de Dados. *In: FRAZÃO, A. et al. (org.). Thomson Reuters Brasil, São Paulo, 2019.* Disponível em: <https://www.academia.edu/download/97711725/Lei_Geral_de_Protecao_de_Dados_Pessoais_e_suas_Repercussoes_no_Direito.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

GUEDES, G. S. C., MEIRELES, R. M. V. **Término do Tratamento de Dados.** *In: FRAZÃO, A. et al. (org.). Thomson Reuters Brasil, São Paulo, 2019.* Disponível em: <https://www.academia.edu/download/97711725/Lei_Geral_de_Protecao_de_Dados_Pessoais_e_suas_Repercussoes_no_Direito.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

LISSARDY, G. **Despreparada para a Era Digital, a Democracia está sendo Destruída, afirma Guru no ‘Big Data’.** BBC News Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39535650>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MENDES, Laura Schertel. O direito fundamental à proteção de dados pessoais. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 20, n. 79, jul./set. 2011, p. 45/81. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/80430>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MENEZES, J. B., COLAÇO, H. S. **Quando a Lei Geral de Proteção de Dados não se aplica?** *In: FRAZÃO, A. et al. (org.). Thomson Reuters Brasil, São*

Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/97711725/Lei_Geral_de_Protecao_de_Dados_Pessoais_e_suas_Repercussoes_no_Direito.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MONTEIRO, R. L. **Existe um Direito à Explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil?** Instituto Igarapé, 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Existe-um-direito-a-explicacao-na-Lei-Geral-de-Protacao-de-Dados-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. A. B., LOPES, I. M. P. **Os Princípios Norteadores da Proteção de Dados Pessoais no Brasil e sua Otimização pela Lei 13.709/2018.** In: FRAZÃO, A. *et al.* (org.). Thomson Reuters Brasil, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/97711725/Lei_Geral_de_Protecao_de_Dados_Pessoais_e_suas_Repercussoes_no_Direito.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PASQUALE, F. **The Black Box Society: the secret algorithms That Control Money and information.** Harvard University Press, 2015. Disponível em: <<https://raley.english.ucsb.edu/wp-content/Engl800/Pasquale-blackbox.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SRNICEK, N. Platform capitalism. Cambridge: **Polity Press**, 2018. Disponível em: <<https://mudancatecnologicaedinamicacapitalista.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/02/platform-capitalism.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE E SEUS REFLEXOS

Jandreí Jean Corassa¹
Emily Amanda Bruxel Pinceta²
Anderson Pinceta³

RESUMO

Na contemporaneidade vive-se a era da informação, onde a tecnologia tem adentrado no cotidiano das pessoas e há o surgimento de novas ferramentas, como a inteligência artificial. Diante disso, o tema da presente pesquisa volta-se para a análise da inteligência artificial na contabilidade. Por meio dessa temática a pesquisa se limitou em analisar os quais os reflexos para os contadores que utilizam essa ferramenta, visto que permite aos computadores executarem funções comuns aos seres humanos, como aprender, raciocinar, planejar e ser criativos. Em vários setores do mundo laboral, a Inteligência Artificial possibilita o desenvolvimento de inúmeras tarefas de uma forma mais rápida. Diante dessa temática a inquietação da pesquisa é sobre qual a possibilidade da inteligência artificial auxiliar a contabilidade nos serviços manuais reduzindo atividades repetitivas feitas por contadores? O objetivo do presente trabalho a busca de analisar os usos da tecnologia e da IA na área da contabilidade. A importância desta produção acadêmica justifica-se pela inovação que ela pode representar, visando um passo precursor rumo a utilização de novas ferramentas de trabalho dentro do campo da contabilidade. A metodologia adotada neste estudo é uma pesquisa bibliográfica, teórica e qualitativa no seu tratamento de dados, caracterizando-se como exploratória. Conclui-se que a IA ocupa uma parte significativa e fundamental na vida do ser humano e o setor da contabilidade precisa ir se moldando conforme o avanço das ferramentas tecnológicas e as demandas emergentes. Compreendeu-se que o uso da Inteligência Artificial no setor da contabilidade deixa o trabalho do contador mais prático, ágil e confiável, onde o erro praticamente inexistente.

Palavras-chave: Contabilidade; Inteligência Artificial; Contador.

ABSTRACT

In contemporary times, we live in the information age, where technology has entered people's daily lives and new tools have emerged, such as artificial

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: jandreí.corassa@hotmail.com

² Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Orientadora Professora do Curso de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: emilypinceta@gmail.com

³ Mestre. Orientador. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: apinceta@hotmail.com

intelligence. In view of this, the theme of this research focuses on the analysis of artificial intelligence in accounting. Through this theme, the research was limited to analyzing the impacts on accountants who use this tool, since it allows computers to perform functions common to humans, such as learning, reasoning, planning and being creative. In several sectors of the work world, Artificial Intelligence enables the development of numerous tasks more quickly. In view of this theme, the research's concern is about the possibility of artificial intelligence assisting accounting in manual services by reducing repetitive activities performed by strappers? The objective of this work is to seek to analyze the uses of technology and AI in the accounting area. The importance of this academic production is justified by the innovation it can represent, aiming at a precursor step towards the use of new work tools within the accounting field. The methodology adopted in this study is a bibliographical, theoretical and qualitative research in its data treatment, characterized as exploratory. It is concluded that AI occupies a significant and fundamental part in human life and the accounting sector needs to adapt to the advancement of technological tools and emerging demands. It was understood that the use of Artificial Intelligence in the accounting sector makes the accountant's work more practical, agile and reliable, where errors practically do not exist.

Keywords: Accounting; Artificial Intelligence; Accountant.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade vive-se a era da informação, onde a tecnologia tem adentrado no cotidiano das pessoas. Diante disso, o tema da presente pesquisa volta-se para a análise da inteligência artificial na contabilidade. Por meio dessa temática a pesquisa se limitou em analisar os quais os reflexos para os contadores que utilizam essa ferramenta. Nesse sentido, cabe considerar o surgimento de novas ferramentas, assim como a inteligência artificial (IA). Esta, consiste em um conjunto de tecnologias que permite aos computadores executarem funções avançadas, como aprender, raciocinar, planejar e ser criativos. Esta tecnologia, como seu nome já diz, busca reproduzir processos comuns aos seres humanos através da inteligência, trazendo inúmeras possibilidades de criação e administração de conhecimento e trabalho.

A partir disso, é possível observar que a chegada da Inteligência Artificial nas empresas simplifica processos. Em vários setores do mundo laboral, a Inteligência Artificial possibilita o desenvolvimento de inúmeras tarefas de uma forma mais rápida, ágil e confiável. Perante dessa temática a inquietação da pesquisa é sobre qual a possibilidade da inteligência artificial auxiliar a

contabilidade nos serviços manuais reduzindo atividades repetitivas feitas por contadores reduzindo as atividades repetitivas?

Diante disso, pode-se destacar que o surgimento de dita tecnologia também pode contribuir nos processos laborais da contabilidade, tornando-a mais eficiente e rápida. A introdução da IA contribui para esta área permitindo, inclusive, que os funcionários da área contábil possam utilizar seu tempo para análises mais estratégicas e pessoais.

Havendo contextualizado o surgimento da IA e a sua possível aplicação no universo contábil, é possível considerar como objetivo do presente trabalho a busca de analisar os usos da tecnologia e da IA na área da contabilidade. Este objetivo geral irá nortear, do começo ao fim, o estudo apresentado neste trabalho, tratando sempre de direcionar a reflexão para este objetivo inicial. Por outro lado, como objetivos específicos, buscar-se a explorar as aplicações da IA assim como também, em um segundo momento, explanar funções da IA.

Justifica-se a importância e a validade do presente estudo ao observar-se o conhecimento trazido, no desenvolver da pesquisa, acerca dos usos da IA na área contábil. Esta aplicação, evidentemente, surge buscando facilitar processos, detectar fraudes, assim como também auxiliando no armazenamento de informações, cruzamento de dados e confecção de relatórios. A importância desta produção acadêmica baseia-se na inovação que ela pode representar, visando um passo precursor rumo a utilização de novas ferramentas de trabalho dentro do campo da contabilidade.

Da mesma forma, a metodologia adotada neste estudo, busca explanar uma pesquisa bibliográfica, categorizada na sua natureza como teórica, assim como qualitativa no seu tratamento de dados. Com relação aos fins e objetivos propostos, a metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se como exploratória, visto que a conduta em relação aos dados utilizados é meramente bibliográfica. Tendo em vista a contemporaneidade do assunto abordado, as referências bibliográficas utilizadas para o presente estudo são embasadas em pesquisa online nas plataformas acadêmicas adequadas, como o Google Acadêmico e Scielo.

O artigo explana, inicialmente, o que contempla a conceituação da inteligência artificial, desenvolvido inicialmente no primeiro capítulo. Já no

segundo, o texto busca abordar a tecnologia e a contabilidade, fazendo uma ligação entre ambas. Por fim, no terceiro e último capítulo, traz-se uma abordagem sobre o profissional contábil. A seguir, a inteligência artificial e a contabilidade.

1 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Mesmo estando geograficamente longe de uma pessoa, através da internet, é possível contatá-la e vê-la, deixando a distância aparentemente menor. Pode-se compartilhar informações, arquivos, mídias para qualquer lugar do mundo, instantaneamente. Segundo Silva e Ravache, com o avanço da tecnologia, a facilidade em fazer processos mais rapidamente, de forma mais prática e mais assertiva englobando o ser humano, em todas as áreas, tornando a internet e os computadores itens indispensáveis (Silva; Ravache, 2021).

A capacidade da inteligência artificial pode ir além da compreensão que é costumaz em nossa sociedade, pois ela é capaz de reproduzir reações que somente uma mente humana seria apta. Diante disso, Schwindt cita que os problemas que até então eram mais demorados de serem resolvidos, hoje, são resolvidos com facilidade, deixando serviços mais ágeis, com facilidade em localizar arquivos, porque o algoritmo consegue aprender, pensar e reconhecer discursos (Schwindt, 2020). Segundo Santos, a expectativa dos humanos sobre os computadores sempre foi alta, uma vez que, eles existem desde 1940 (Santos, 2021).

Segundo Pauleski, o termo que se conhece hoje, inteligência artificial vem do inglês “*artificial intelligence*”, que surgiu em 1956 através do cientista John McCarthy, o fundador da linguagem de programação que é utilizada no desenvolvimento da inteligência artificial (Pauleski, 2023). Ainda conforme Pauleski, mesmo que discretamente, a inteligência artificial está se implantando no cotidiano, pois está espalhada pelo mundo e sendo utilizada de forma global (Pauleski, 2023). Conforme cita Schwindt, as funções exercidas pela inteligência artificial não dependem de um ser humano presente no local, como compras em lojas, processos judiciais, veículos sem motorista bem como funções nos órgãos governamentais (Schwindt, 2020).

Existem subáreas da inteligência artificial, de acordo com Pauleski: *Knowledge Representation* (representação do conhecimento), *Machine Learning* (aprendizado de máquina), *Deep Learning* (aprendizagem profunda) e *Process Mining* (mineração de processos) (Pauleski, 2023).

Conforme cita Pauleski, o *Knowledge Representation* está inserido no nosso dia a dia puramente, como exemplo, o Google. Basicamente, são ferramentas responsáveis por responder perguntas e trazer informações solicitadas. O *Machine Learning* não precisa ser programado para fazê-lo, a máquina sozinha consegue descobrir padrões e prever tendências através das informações adicionadas ou solicitadas a ela. Já o *Deep Learning* utiliza o próprio *Machine Learning* para aprofundar os conhecimentos e padrões, sem qualquer interferência humana. Por fim, o *Process Mining* controla o registro das informações, desde a sua origem até onde vai ficar armazenada, por isso é tão fácil e rápido encontrar os dados solicitados (Pauleski, 2023).

De acordo com Pauleski, nas mais diversas áreas surgem inovações, transformando as profissões e até mesmo as exigências de cada uma delas, seja na possibilidade de promoção, permanência ou mesmo de contratação, onde dominar a tecnologia virou requisito (Pauleski, 2023). Ainda cita Pauleski, que as empresas exigem conhecimento cada vez mais avançados dentro das funções exercidas pelos funcionários e com a facilidade disposta pela inteligência artificial, a contabilidade também foi afetada (Pauleski, 2023).

2 A ERA DIGITAL E A CONTABILIDADE

Conforme Fic, a contabilidade surgiu com o comércio, conforme as pessoas passavam a ter mais valores e posses, maior interesse havia para saber como aumentar sua riqueza e fazer render, onde quem tinha o maior o volume de bens, tinha mais dificuldade de memorização, começando a ser necessário um registro disso (Fic, 2010).

De acordo com Fic, o termo “contabilista” surgiu na Itália, com o enriquecimento da igreja católica esse viu a necessidade de ferramentas mais eficazes para o controle patrimonial e com o avanço das guerras e comércios, o governo passou a reconhecer pessoas qualificadas para o cargo e após a vinda

da família real portuguesa, isso só evoluiu, onde surgiram modelos que padronizaram os registros (Fic, 2010).

Conforme explana Fic, após diversos acontecimentos e evoluções da contabilidade ao longo da história, vale a pena citar que com a revolução industrial, surgiu-se a necessidade de análises contábeis e financeiras de empresas (Fic, 2010). Segundo Ribeiro, a contabilidade é uma ciência exata, importante instrumento para qualquer empresa na sua gestão, onde têm-se a visão de lucros e perdas (Ribeiro, 2013). Ainda, traz Ribeiro que contabilidade “é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações” (2013, p. 10).

A contabilidade está em constante mudança, acompanhando a necessidade social, portanto, não poderia ser diferente na era da informação e informatização. Segundo Castro, Soares e Mesquita, ela está presente no cotidiano, onde tudo necessita de métodos quantitativos numéricos, melhorando a organização financeira, aumentando a produtividade, prevenindo prejuízos e visando lucros (Castro; Soares; Mesquita, 2022).

Na atualidade, a Inteligência Artificial assume uma grande importância. Segundo Santos, tem sido utilizada em vários campos, incluindo logística, finanças, saúde e transporte, sempre com o objetivo de reduzir o tempo de resposta dos profissionais ao ajudar a fazer tarefas diárias e melhorar o desempenho (Santos, 2021).

Segundo Schwindt, na contabilidade, também tem se tornado uma possibilidade, onde muitas funções manuais podem ser substituídas pela tecnologia, reduzindo as atividades repetitivas feitas pelos contadores e, conseqüentemente, reduzindo o tempo gasto nessas funções (Schwindt, 2020). Ainda segundo Schwindt, o serviço contábil é obrigatório para as empresas, o que torna a demanda por este serviço muito requerido (Schwindt, 2020).

De acordo com Schwindt, conseguindo intervir e reunir dados da forma em que foi descrita, a inteligência artificial está aprimorando a velocidade em que informações são repassadas, auxiliando os escritórios contábeis de forma significativa (Schwindt, 2020). Ainda traz Schwindt, a inteligência artificial é capaz de fornecer relatórios extensos e complexos em segundos, compilando

milhares de dados simultaneamente, sem interromper outros processos, o que faz com que a contabilidade seja proativa (Schwindt, 2020).

Segundo traz Santos, a inteligência artificial tem capacidade para reduzir drasticamente as funções exercidas pelos profissionais da área da contabilidade, podendo necessitar somente de um gestor que analisa os dados gerados e toma as decisões baseados nestes mesmos dados, o que traz um grau de preocupação para os profissionais da área, uma vez que podem ser facilmente substituídos (Santos, 2021).

Segundo Heberle e König, com muitos processos podendo ser executados de maneira automática, a qualidade de vida do colaborador que anteriormente fazia essa função, sofre mudanças drásticas (Heberle; König, 2023). Ainda traz Heberle e König, há uma libertação de tarefas monótonas e repetitivas que, por vezes, são desmotivantes e cansativas para o profissional (Heberle; König, 2023).

De acordo com Petri e Rech, com a convergência do mundo físico e o virtual, pode-se equiparar a uma nova revolução industrial, pois isso está afetando a forma de comunicação, de consumo e de produção (Petri; Rech, 2021). Ainda traz Petri e Rech, as inovações tecnológicas, contudo, possuem benefícios, principalmente na agilidade de coleta de dados, reunião de informações e cálculos, o que reduz significativamente o tempo envolvido nestas funções, sendo benéfico para o profissional e para o cliente (Petri; Rech, 2021).

Para Heberle e König, os profissionais da área de Ciências Contábeis precisam, inevitavelmente, se adequar ao uso dessas tecnologias, porque a junção do mundo físico e virtual vai cada vez se fundir mais, de forma que a robotização das tarefas será algo fundamental (Heberle; König, 2023).

Outro aspecto que Heberle e König trazem à tona é a possibilidade de armazenamento de dados, contratos, cláusulas e demais documentos importantes. Desse modo, é possível visualizar uma das grandes vantagens da era tecnológica, uma vez que é menor a chance de ocorrer perda, mescla ou descarte por engano (Heberle; König, 2023). Ainda, nesse âmbito, Heberle e König citam que o sistema integrado contribui para agilidade em encontrar documentos assim como a apuração de dados e outra aplicabilidade da

tecnologia extremamente útil é a possibilidade de comunicação instantânea, reuniões virtuais, videoconferências e afins (Heberle; König, 2023).

A evolução de uma empresa é grandemente sustentada pela expectativa dos clientes, segundo Silva, pois quando querem um resultado, se tornam exigentes, o que leva a melhorias na organização da empresa, no entanto, essa exigência recai também sobre os funcionários (Silva, 2023). Nesse âmbito, a inteligência artificial vem como um aspecto positivo devido à velocidade que realiza os processos (Silva, 2023).

Segundo Castro, Soares e Mesquita, a “era da informação”, como é chamado o período atual, deu acesso há vários programas confiáveis e úteis para a contabilidade, onde as funções são inúmeras, desde cálculos, ordenações, classificações, emissão de documentos até guias para recolhimento de impostos (Castro; Soares; Mesquita, 2022). Ainda traz Castro, Soares e Mesquita, o processamento, coleta e armazenamento de dados é feita pelos programas, sendo responsabilidade do contador, alimentá-los (Castro; Soares; Mesquita, 2022).

Conforme cita Chela e Serpe, pensar em contabilidade sempre trouxe uma visão de que é uma área burocrática, sendo uma complexidade enorme de tabelas, planilhas, tributos e cálculos. A implementação de ferramentas tecnológicas trouxe uma desburocratização da área contábil, além de trazer mais confiança e segurança (Chela; Serpe, 2014). Através da automação dos processos, Chela e Serpe citam que o profissional contábil possui auxílio para a parte burocrática, tornando o serviço mais ágil, podendo dedicar-se a outras funções e, ainda, de forma remota, consegue executar ações e processos a qualquer momento, sem prejudicar nenhum sistema (Chela; Serpe, 2014).

Segundo Novaes, a todo momento, essas ferramentas são modificadas, existindo atualizações e melhorias no sistema, obrigando os profissionais da área da contabilidade a se capacitarem para acompanhar o processo evolutivo dos programas, correndo riscos de ficar para trás se não o fizerem (Novaes, 2019).

Um exemplo interessante que nos traz Costa, Cordeiro e Souza, é a escrituração contábil digital, onde a função é registrar fatos que vão acontecendo no cotidiano da empresa e que, reunidos, gera, documentos relevantes que

servem para comprovar valores de impostos ao governo (Costa; Cordeiro; Souza, 2015). Além do tempo reduzido no registro destas informações (antigamente escritos à mão), Costa, Cordeiro e Souza citam que há também a economia de papel, que além de reduzir custos à empresa, auxilia no menor desperdício e impacta diretamente no meio ambiente e, por fim, as informações são mais fidedignas e com maior qualidade (Costa; Cordeiro; Souza, 2015).

Ainda segundo os autores Costa, Cordeiro e Souza, os profissionais da área contábil evoluíram, sendo um consultor para os clientes gerirem, o negócio, deixando de ser um simples criador de relatórios, pois a contabilidade é uma fonte confiável de informações, dados e relatórios, o que é fundamental na gestão de uma empresa, principalmente quando se trata de lucros, vendo a tecnologia de forma amigável, e colocando ela a seu favor, o contador consegue agilizar processos e conquistar clientes (Costa; Cordeiro; Souza, 2015).

Em uma pesquisa realizada por Santos, usando um questionamento em dois idiomas (português e inglês) para quatro *chatbots* (*softwares* que simulam um humano em conversação) com inteligência artificial que são: *ChatGPT*, desenvolvido pela *OpenAI*; *Bard*, desenvolvido pelo *Google*; *Claude*, desenvolvido pela *Anthropic*; *Bing Chat*, desenvolvido pela *Microsoft*. Para todos, foi realizado a pergunta: “Quais são os cinco principais usos da inteligência artificial que poderiam ser implementados na contabilidade”. As respostas em comum que foram obtidas foi “automação de processos de trabalho”, “detecção de fraudes”, “análise de dados”. Além dessas, foi obtida a resposta “atendimento ao cliente”. No idioma inglês, houve as mesmas respostas. (Santos, 2023).

Segundo Heberle e König, no tocante à automatização de tarefas repetitivas, além nas novas tecnologias surgindo, o profissional da área contábil também precisa se preocupar com a concorrência, principalmente no fator atualização (Heberle; König, 2023). Ainda traz Heberle e König, a inteligência artificial consegue imitar o pensamento humano, conciliar informações e aprender, sendo assim, ela consegue substituir o ser humanos nas tarefas que eram manuais e muito repetitivas, facilitando o trabalho do profissional (Heberle; König, 2023).

Uma das funções do contador, segundo Santos, é verificar, fazer a análise, cruzamento e validação dos dados, identificando possíveis

discrepâncias ou erros, o que demanda um tempo elevado para conseguir reunir todos os dados (Santos, 2021). Ainda traz Santos, que a inteligência artificial consegue compilar essas informações de uma forma extremamente ágil, classificando dados de despesas, processando transações, gerando relatórios financeiros, entre outros, e, muito importante, com menos chance de erros (Santos, 2021).

Ainda segundo Santos, essa habilidade da inteligência artificial auxilia diretamente o profissional que é responsável pela reunião destas informações, pois o relatório final ainda precisa ser analisado por um ser humano que é o incumbido de tomar a decisão final baseado nestes dados (Santos, 2021).

Com a quantidade de dados que permeiam o dia a dia do contador, Pauleski cita que é preciso ter cuidado com a detecção de fraudes e cautela visto que é praticamente inevitável que haja erros, porém, isso pode alterar significativamente o resultado de uma decisão importante, portanto, o profissional contábil precisa de informações confiáveis e de boa qualidade (Pauleski, 2023). Ainda segundo Pauleski, pode haver erros de diversas formas, seja através dos funcionários, gestores e diretores seja externamente, com informações cedidas pelos clientes e fornecedores e o gestor, neste caso, é o responsável por detectar uma fraude (Pauleski, 2023).

Segundo Mendonça, Rosa e Leal, a detecção de fraudes é uma das funções que a inteligência artificial assume de forma satisfatória porque uma vez alimentado os relatórios com as informações corretas, no cruzamento de dados não há possibilidade de erros (Mendonça; Rosa; Leal, 2022). Ainda trazem os autores Mendonça, Rosa e Leal, que o contador não utiliza tanto desta função da inteligência artificial no seu cotidiano, uma vez que os dados passados a ele se pressupõem que estão corretos, mas outros cargos como analista financeiro, auditor ou perícia contábil podem usufruir deste recurso efetivo (Mendonça; Rosa; Leal, 2022).

A principal vantagem do uso desta ferramenta é o tempo, segundo Santos, pois um ser humano levaria muito mais tempo para chegar ao mesmo resultado, onde precisaria analisar os dados e detectar ou prever uma possível fraude (Santos, 2023). Segundo Santos, a inteligência artificial em a capacidade de

analisar repetitivamente os documentos e aprender com fraudes já conhecidas, prevenindo um futuro acontecimento semelhante (Santos, 2023).

Quando se trata de análise de dados em um ambiente contábil, há uma enorme variação de dados e de informações a se considerar para conseguir gerar um relatório. Conforme Pauleski traz, por vezes, as informações são tantas, que o ser humano não consegue absorver de forma efetiva e pode esquecer ou alterar um dado relevante, já a inteligência artificial torna esse mesmo processo mais ágil e mais fluido, porque consegue analisar uma quantidade gigante de dados sem perder a eficácia (Pauleski, 2023).

Segundo Pauleski, a inteligência artificial é capaz de aprender termos diferentes, como por exemplo o jurídico, sendo possível analisar decisões judiciais anteriores e se basear nelas, estimar possibilidades de procedência ou improcedência (Pauleski, 2023). Além dessas habilidades e da eficiência, segundo Santos, a inteligência artificial está sempre melhorando os próprios processos, aprendendo com funções que ela mesmo exerce, deixando a sua capacidade cada vez melhor, pois como é uma máquina, por mais repetitivo ou cansativo que seja o processo, não há descanso e isso a deixa ainda mais acurada (Santos, 2021).

Segundo Santos, como é um ser humano que alimenta as informações no sistema, sempre existe a possibilidade de erro e mesmo que a própria inteligência artificial não identifique o problema, se ele for localizado depois, é possível mostrar a ela para que registre e aprenda, prevenindo erros futuros (Santos, 2023).

Segundo Petri e Rech, a interação com o cliente é inevitável, uma vez que é necessário explicar o resultado encontrado, o que significa e o que pode fazer com tais dados, para que seja útil na tomada de decisão (Petri; Rech, 2021). Contudo, Petri e Rech exemplificam que das inúmeras informações que são recolhidas, somente algumas informações são do interesse do cliente, só quer saber uma parte muito específica, reduzida a números e para isso, é possível utilizar a inteligência artificial que fornece as informações fiscais do cliente, através de um programa. Ainda, é possível prever quando o cliente quer essa informação, em qual período do mês, dentre outros filtros (Petri; Rech, 2021).

Conforme nos traz Santos, as informações simples, algum dado específico ou uma dúvida, por menor que seja, sempre vai ocupar um tempo considerável do contador para responder ao cliente (Santos, 2021). Neste sentido, Santos também cita que é possível utilizar a inteligência artificial através dos *chatbots* de mensagem, onde pode-se criar um atendimento prévio utilizando aplicativos de comunicação, com alternativas ou listas de perguntas para direcionar o usuário ao que ele precisa (Santos, 2021). A depender do dado que o cliente solicita, Santos cita que a inteligência artificial pode acessar os dados da empresa do cliente que está sendo atendido e fornecer essa informação, sem a necessidade de um ser humano intervir (Santos, 2021).

O principal benefício trazido pelas ferramentas tecnológicas, segundo Castro, Soares e Mesquita, é a eficiência, onde adequando a instauração da tecnologia, a produtividade vai ser consequência, pela otimização das tarefas (Castro; Soares; Mesquita, 2022). Além disso, os autores trazem que o atendimento ao cliente fica mais ágil, utilizando a plataforma *WhatsApp*, por exemplo (Castro; Soares; Mesquita, 2022).

Perpassando por todas as nuances citadas, vê-se a inteligência artificial como uma ferramenta potente na área contábil, trazendo eficiência e agilidade nos processos tanto de coleta, como de armazenamento e interpretação de dados. É importante ressaltar que utilizando a inteligência artificial, o profissional contábil possui mais liberdade para assumir posições de discussão, otimização e aconselhamento do cliente.

Não existe a possibilidade de frear o avanço da tecnologia, sendo assim, não é prudente enxergar esse avanço como um ataque ao ser humano, mas deve-se tirar proveito das novas possibilidades que a inteligência artificial está propiciando, melhorando processos e reduzindo o tempo gasto para determinadas funções. A forma como a inteligência artificial é usada, determina como será o andamento dela para os próximos anos.

3 O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Saber contabilidade é a premissa básica para o profissional da área contábil, no entanto, para Marchesano, Scavone e Pavón, para além disso, o

contador é uma forma de pensar, onde precisa solucionar problemas, saber de gestão e controlar os números. Conseqüentemente, uma função retroalimenta a outra (Marchesano; Scavone; Pavón, 2023).

Segundo Santos, o contador conhece as normas legais, regulatórias, tributárias e societárias, dominando assim, as regras dos negócios e através disso, medir os impactos das operações no patrimônio das empresas, do ambiente e da sociedade (Santos, 2021). Seu papel é fundamental para direcionar os processos da empresa, de acordo com Heberle e König, buscando os melhores resultados, e, por conveniência, pode fazer uso da tecnologia, dos computadores e da inteligência artificial para alavancar os números (Heberle; König, 2023).

Segundo Lang, o mercado exige maiores habilidades, seja na comunicação, visão de negócios, qualificação técnica, habilidades analíticas. O profissional contábil precisa sair de um nível meramente operacional e começar a se destacar pelo pensamento estratégico nas organizações (Lang, 2024).

Segundo Castro, Soares, Mesquita, as qualidades de um contador evoluíram conforme a era da informação adentrou o cotidiano (Castro; Soares; Mesquita, 2022). Hoje, de acordo com Bomfim, o profissional contábil precisa possuir capacidade de propor inovações, prever acontecimentos que podem ter impacto negativo ou positivo nas entidades que presta serviço, solucionar problemas cotidianos da empresa e, não deixando de fora, o domínio da tecnologia (Bomfim, 2020).

A adaptação dos profissionais contábeis é necessária, de acordo com Heberle e König, os negócios mudam e devem acompanhar a evolução tecnológica, sendo assim, os escritórios precisam oferecer novas propostas, estratégias e ferramentas, não somente em relação ao serviço, mas a visão estratégica (Heberle; König, 2023).

Em uma pesquisa realizada por Santos, com 50 profissionais formados em Ciência Contábeis, 95% dos entrevistados declararam estar de acordo que a tecnologia é um diferencial para o profissional, principalmente se tratando de cursos de atualização voltados a isso. Ainda, 72% dos profissionais entrevistados concordou que matérias relacionadas ao uso da tecnologia deveriam ser inclusas na grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

Contudo, embora os profissionais tenham demonstrado grande interesse na inserção da tecnologia no ensino da contabilidade, somente 50% destes realizou algum curso de atualização relacionado com a tecnologia nos últimos 5 anos (Santos, 2020).

Nota-se, com o estudo citado acima, que ainda existe uma resistência dos profissionais em se atualizar dentro da área tecnológica. Há uma concordância na importância da inserção da tecnologia no currículo, porém, não reflete na realidade. Schwindt cita que mesmo que as ações humanas não podem ser inteiramente substituídas e ainda há funções que necessitam ser executadas por humanos, o profissional precisa buscar o aperfeiçoamento tecnológico, para conseguir fazer o aproveitamento das ferramentas que estão disponíveis e que gera benefícios tanto para a empresa, como para o cliente (Schwindt, 2020).

Segundo Heberle e König, com a evolução tecnológica e aperfeiçoamento dos profissionais da área contábil, o contador deixou de agir somente como um funcionário que se empenha exclusivamente aos lançamentos contábeis e passou a ter dominância na análise de dados, tornando-se um consultor (Heberle; König, 2023).

De acordo com Angelim e Barreto, a contabilidade consultiva é uma nova tendência, onde há uma sincronização de dados, uma integração entre as informações do escritório e do cliente, onde forma-se uma sólida base para a tomada de decisões. Sendo assim, o profissional contábil utiliza de seu conhecimento em análise para obter conclusões precisas (Angelim; Barreto, 2020).

Segundo Souza, no Brasil, no Decreto-Lei nº 9.295, promulgado em 1946, teve início as atribuições dos profissionais da área contábil e a criação do Conselho Federal de Contabilidade, onde as atividades técnicas do contador incluíam escrituração dos livros contábeis, organização e execução de serviços em geral, elaboração de balanços e demonstrações financeiras, assim como tarefas mais específicas, perícias judiciais ou extrajudiciais, verificação de patrimônio, revisão de balanços e regulamentação de avarias (Souza, 2023).

Levando em consideração as atribuições citadas acima, Bomfim afirma que o perfil do contador foi remodelado em virtude dos avanços da tecnologia, diversificando as funções e habilidades necessárias por estes profissionais, que

precisa se qualificar de maneira contínua, deixando de fazer tarefas repetitivas e passando a desenvolver um perfil analítico (Bomfim, 2020).

Em consonância com Bomfim, Santos traz que a era tecnológica propicia uma oportunidade do profissional contábil para ocupar uma posição mais importante dentro das entidades, passando a trabalhar pelo viés estratégico, analisando números e transformando estes, em informações valiosas para a empresa (Santos, 2021).

Sendo assim, há oportunidade de o contador crescer dentro do seu âmbito profissional, o que lhe exige mais competências, mas que possui condições de exercer com excelência. O avanço tecnológico trouxe uma valorização da classe contábil, a tornando tomadora de decisões.

Possuir conhecimento sobre novas ferramentas é imprescindível, uma vez que a modernidade e a tecnologia estão cada vez mais visadas, especialmente por empresas e empresários de grande porte. A contabilidade precisa acompanhar a evolução tecnológica como já vem fazendo, utilizando as ferramentas que há existem, se aperfeiçoando e se adequando com as novas que ainda surgirão. Na era no imediatismo, a economia de tempo, agilidade e eficiência comandam o mercado.

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado no presente artigo, o tema da presente pesquisa volta-se para a análise da inteligência artificial na contabilidade. Por meio dessa temática a pesquisa se limitou em analisar os quais os reflexos para os contadores que utilizam essa ferramenta.

Diante dessa temática a inquietação da pesquisa é sobre qual a possibilidade da inteligência artificial auxiliar a contabilidade nos serviços manuais reduzindo atividades repetitivas feitas por contadores reduzindo as atividades repetitivas?

Conclui-se, o presente estudo, tendo perpassado e reconhecido que a tecnologia está presente no cotidiano. Da mesma forma, esta ferramenta contemporânea ocupa uma parte significativa e fundamental na vida do ser humano. Desta forma, olhando para outro contexto, ao qual buscou-se associar

a tecnologia, foi possível dizer que o setor da contabilidade é de extrema importância e precisa ir se moldando conforme o avanço das ferramentas tecnológicas e as demandas emergentes.

Compreendeu-se que o uso da IA no setor da contabilidade deixa o trabalho do contador mais prático e ágil, não sendo mais necessário armazenamento de inúmeros papéis, o que impacta positivamente no meio ambiente. A coleta, análise e armazenamento de informações faz com que relatórios sejam elaborados em minutos, cruzando todas os dados necessários de forma em que o erro praticamente inexistente.

Destacou-se que a tecnologia, quando bem utilizada, proporciona agilidade na entrega dos dados para os gestores, os quais analisam as informações e tomam decisões baseadas nos que lhes foi passado e então, repassar esses dados para os clientes. O mesmo trabalho realizado somente por seres humanos, levaria muito mais tempo. É neste momento que, o profissional contábil, além de se adaptar, necessita também se atualizar e acompanhar a evolução da tecnologia, para conseguir se destacar no mercado.

Observou-se que os programas e ferramentais da IA estão em constantes melhorias e possivelmente vão evoluir a tal ponto que antes era inimaginável, é impossível prever. Uma máquina não precisa de descanso, não enjoa de fazer uma tarefa monótona e pode estar 24 horas por dia executando uma única função. No entanto, como é um campo de avanços diários, que está em constante evolução, este tópico é uma fonte contínua de pesquisa e discussão, onde estudos mais aprofundados relacionados ao tema, são de grande valia para a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, V. R.; BARRETO, T. V. As contribuições da Contabilidade Consultiva: um estudo de caso. **IN: Id on Line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 52, p. 317-331, outubro 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2703>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BOMFIM, V. C.: Os avanços tecnológicos e o perfil do contador frente à era digital. **Revista Trevissan**. v. 18, n.173, p. 61-78, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2P8c5Xo>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CASTRO, B. N.; SOARES, J. S.; MESQUITA, E. P. L. A contabilidade na era da tecnologia. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 37, 2022.

Disponível em:

<<https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1616>>.

Acesso em: 15 ago. 2024.

CHELA, K. K.; SERPE, M. **A Evolução da Contabilidade**: contabilidade manual à tecnológica. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2014. Disponível em:

<<https://www.contabeis.com.br/artigos/2048/evolucao%02tecnologica-da-contabilidade/>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, D. R.; CORDEIRO, P. S. A.; SOUZA, M. A. **Os Desafios do Profissional Contábil na Era da Contabilidade Digital**: uma pesquisa de campo. Belo Horizonte, 2015. Disponível em:

<<https://unibhcienciascontabeis.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/10/os-desafios-do-frosissional-contabil-na-era-da-contabilidade-digital.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

FIC, F. S. **A Evolução da Escrituração Contábil no Brasil**. 2010. 21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25721/000751316.pdf?sequen>>.

Acesso em: 16 ago. 2024.

HEBERLE, E. L.; KÖNIG, J. G. Inteligência artificial e a robotização de tarefas para o aumento de eficiência em escritório de contabilidade. **RAGC**, v. 11, n. 45, p. 95-111, 2023. Disponível em:

<<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2876>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LANG, M. J. S. Impactos da Inteligência Artificial na contabilidade: uma análise do mercado da região central do Rio Grande do Sul. **Saber Humano**, p. 324-334, 2024. Disponível em:

<<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/681/628>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MARCHESANO, M.; SCAVONE, G.; PAVÓN, N. **Impactos de la Inteligencia Artificial en la Profesión Contable**. Universidad Regional de La Plata, 2023.

Disponível em: <<https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/162132>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MENDONÇA, L. S.; ROSA, B. R.; LEAL, G. S. A utilização de inteligência artificial - *machine learning* e *business intelligence* - na detecção e prevenção de fraudes contábeis: primeiras aproximações. **Enciclopedia Biosfera**, [S. l.], v. 19, n. 41, 2022. Disponível em:

<<https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/5510>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NOVAES, A. E. G. **Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações**

Contábeis: um estudo em Teixeira de Freitas/Bahia. 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação. Faculdade Vale do Cricaré.

2021. Disponível em: <<https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/958>>.

Acesso em: 15 ago. 2024.

PAULESKI, R. K. **Impactos da Inteligência Artificial no Trabalho do**

Profissional que Atua em Escritório de Contabilidade: um estudo de caso.

2023. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28160/Pauleski_Rafael_Kliemann_2023_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 ago. 2024.

PETRI, Sérgio Murilo; RECH, Priscila Rosset. **O Uso de Inteligência Artificial**

nos Processos Contábeis: um estudo a partir da perspectiva dos profissionais de contabilidade da região metropolitana de Florianópolis. 2021. 18 f. Trabalho

de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, SC. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230708/Certificado%20de%20Autoria-mesclado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível

em:

<https://www.academia.edu/39028870/Osni_Moura_Ribeiro_29_a_edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, C. M., et al. **Inteligência Artificial e a Prática Contábil:** um estudo exploratório. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27884/1/ClebsonMarcolinodosSantos_TCC.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANTOS, E. K.; KONZEN, J. A percepção dos escritórios do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a Contabilidade Digital.

Revista Eletrônica de Ciências Contábeis, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em:

<<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1614>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, I. C. C. **O Impacto da Inteligência Artificial na Contabilidade:**

aplicação nas PMEs. 2021, 62 f. Dissertação (Mestrado em Gestão). Instituto Universitário de Lisboa. 2021. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10071/24751>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SANTOS, N. T. L. **Possibilidades do Uso da Inteligência Artificial (IA) na**

Contabilidade: segundo a própria IA. 2023. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, Caicó, RN. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/56268/1/PossibilidadesDoUso_Silva_2023.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SCHWINDT, M. C. S. **Os Principais Impactos da Inteligência Artificial na Contabilidade Gerencial**. 2020. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de São Paulo, Osasco, SP. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/items/36f2a2d3-3466-42ff-a532-38f08476c317>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SILVA, G. O., et al. O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n.10, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7753831>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, H. O; RAVACHE, R. L. Vantagens e desvantagens das novas tecnologias. **Connection Line**, n. 24, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/1629/1760>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SILVA, N. T. L. **Possibilidades do Uso da Inteligência Artificial (IA) na Contabilidade**: segundo a própria IA. 2023. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/56268>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SOUZA, P. L., et al. Inteligência artificial e contabilidade: uma aliança estratégica para o futuro profissional no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 9, 2023. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1707/1153>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA: PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE

Thiago Mateus Simionato Antunes¹
Franciele Seger²

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema as políticas públicas de transferência de renda. A delimitação temática consiste em analisar as políticas públicas de transferências de renda que são disponibilizados à população mais carente no Brasil, a partir do ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo a Constituição Federal de 1988. O problema consiste em responder ao seguinte questionamento: Em que medida os programas de transferência de renda contribuem para a redução da desigualdade social no Brasil, garantindo os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade aos seus beneficiários? O objetivo geral é estudar as políticas públicas de transferência de renda no Brasil, a fim de compreender sua contribuição para a redução da pobreza extrema e da desigualdade social. Referente a metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, sendo o tratamento dos dados realizado de forma qualitativa, os dados e procedimentos são de cunho bibliográfico e documental, utilizando-se como procedimento técnico a documentação indireta. A análise e interpretação dos dados se deu pelo método hipotético-dedutivo. A partir do estudo, evidenciou-se que as políticas públicas de transferência de renda promovem os direitos sociais e a dignidade humana. Além de fornecer recursos financeiros às famílias vulneráveis, esses programas facilitam o acesso a necessidades básicas como alimentação, saúde e educação, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social. Sua eficácia é significativa na mitigação das disparidades sociais e na promoção dos direitos fundamentais, sendo essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país, enfatizando a necessidade contínua de aprimoramento e monitoramento.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Transferência de Renda; Desigualdade Social.

ABSTRACT

This research aims to study public income transfer policies in Brazil, emphasizing the constitutional principles of human dignity and equality, to understand their contribution to reducing extreme poverty and social inequality. Using a theoretical methodology, the research focuses on the analysis of existing literature and

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: thiagosimionato12@gmail.com

² Mestre Franciele Seger. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: franci.seger@hotmail.com

concepts. Through the study of the 1988 Federal Constitution and programs such as Bolsa Família, it was shown that these policies fulfill social rights and promote human dignity. In addition to providing financial resources to vulnerable families, these programs facilitate access to basic needs such as food, health, and education, contributing to the reduction of social vulnerability. Public income transfer policies demonstrate significant effectiveness in mitigating social disparities and promoting fundamental rights. The study concludes that these policies are essential for the social and economic development of the country, emphasizing the continuous need for improvement and monitoring to ensure their effectiveness and reach.

Keywords: Public Policies; Income Transfer; Constitutional Law.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa consiste em analisar as políticas públicas de transferência de renda. A delimitação temática consiste em analisar as políticas públicas de transferências de renda que são disponibilizados à população mais carente no Brasil, a partir do ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo a Constituição Federal de 1988. Com isso, averiguar a sua importância na contribuição para redução da desigualdade social e da (extrema) pobreza na sociedade brasileira, bem como garantidor da dignidade da pessoa humana, da igualdade.

O objetivo geral consiste em estudar as políticas públicas de transferência de renda, sob o enfoque do constitucional, sobretudo o princípio da dignidade humana e da igualdade, a fim de compreender sua contribuição para redução da (extrema) pobreza e da desigualdade social no Brasil. O objetivo específico consiste em Analisar o ordenamento jurídico brasileiro, os direitos sociais e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade para verificar se os programas de transferência de renda contribuem para a redução da desigualdade social e da (extrema) pobreza no Brasil.

Referente a metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica. Em relação ao tratamento dos dados, é uma pesquisa de natureza qualitativa, sendo os dados e procedimentos de cunho bibliográfico e documental, utilizando-se como procedimento técnico a documentação indireta, como livros, artigos, leis e regulamentos, dentre outros. Em relação à análise e interpretação dos dados, trata-se de uma pesquisa hipotético-dedutiva, pois realiza-se uma

abordagem envolvendo a formulação de ideias e hipóteses, tendo por base conhecimentos já existentes.

O presente artigo será dividido em um capítulo e um subtítulo. No capítulo, será realizada uma análise constitucional das políticas públicas de transferência de renda, conceitos e princípios, com foco principal a dignidade da pessoa humana e a igualdade. E no subtítulo, será abordado sobre a influência dos programas de transferência de renda, na redução da desigualdade social, extrema pobreza e por fim a concretização da cidadania.

1 ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA: PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE

Nesta pesquisa científica, será realizado uma análise aprofundada do ordenamento jurídico, com foco nas políticas públicas de transferência de renda, abordando seus impactos sobre os direitos sociais e os princípios constitucionais fundamentais. De início dedicar-se-á a entender, alguns conceitos sobre, desigualdade social, (extrema pobreza) e os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, e sua relação com as políticas públicas de renda.

Ademais dedicará especial atenção à influência dessas políticas públicas no processo de efetivação dos direitos sociais, na promoção da cidadania, demonstrando sua eficácia na redução da desigualdade social, extrema pobreza e na construção de uma sociedade equitativa e justa.

Primeiramente, é importante acordar o conceito de pobreza e de desigualdade social, bem como sua relação. Entende-se como pobreza, na visão do liberalismo clássico, como a relação do indivíduo com a liberdade, e, conseqüentemente, a falta dela. Ademais, em uma visão pós-moderna, a pobreza pode ser considerada como uma questão mais complexa e multidimensional, onde ela assume diversas formas (Siqueira, 2014).

A pobreza é um fenômeno que está presente em toda a comunidade, sendo inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que tem em seu cerne a divisão da sociedade em classes sociais. Trata-se de um fenômeno que atinge gerações inteiras de famílias. Conforme pesquisa da PUC-RS:

Em 2022, a população com seis anos ou mais no Rio Grande do Sul enfrentava uma taxa de pobreza de 15,9%. Para as crianças de até seis anos, no entanto, esta taxa era praticamente o dobro, alcançando 30,2%. No caso da pobreza extrema, para aqueles acima de seis anos a taxa era de 2,5%, enquanto para as crianças até essa idade o patamar ficava em 4,7%. Em termos absolutos, em 2022, havia 244 mil crianças pobres e 37,9 mil em extrema pobreza (PUCRS, 2024, p. 1).

Relativamente à desigualdade social, trata-se de um fenômeno causado como consequência do modo de sociedade no qual vive-se, por consequência do modo de economia, bem como da competitividade desigual e as dinâmicas discriminatórias, gerando uma grande porcentagem de pessoas que estarão em situação de desvantagem econômica e social, enquanto uma minoria estará desfrutando do resto dos privilégios. A partir disso, produzir-se-á o que é chamado de desigualdade social (Demo, 2002).

Políticas públicas de transferência de renda são ferramentas de auxílio à população carente, bem como uma forma de equilíbrio na sociedade, buscando a diminuição da desigualdade social, atuando como uma obrigação no cumprimento dos princípios constitucionais. Na Constituição Federal de 1988 (CF/88) está descrito através de princípios e objetivos fundamentais, a garantia de dignidade da pessoa humana e a busca pela erradicação da pobreza e desigualdade social:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (Brasil, 1988).

Ao serem implementado as políticas públicas de transferência de renda, estão sendo cumpridos os direitos sociais devidos à sociedade, sendo um dos principais o direito fundamental à dignidade da pessoa humana.

Quando se disserta sobre políticas públicas de transferência de renda é inevitável tratar sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, condição essa que é intrínseca ao ser humano, em qualquer sociedade, origem ou cenário social, sendo buscada de forma natural. Partindo de um cenário onde a

dignidade da pessoa humana é algo natural da pessoa, não há o que se falar em criar esse conceito, mas sim em reconhecer, respeitar e garantir, sendo uma obrigação do Estado e dos sistemas judiciários promover e respeitar esse princípio (Sarlet, 2011).

Ainda sobre o conceito da dignidade da pessoa humana, pode-se considerar a pessoa humana como o fundamento para o direito, ou seja, criações de leis, medidas, princípios, parte da ideia que o direito é feito para o homem. A dignidade da pessoa humana é um fundamento que deve ser observado a todos, não havendo exceções, por tratar-se de algo intrínseco do ser humano (Andrade, 2003).

Em contextos nos quais a dignidade não é respeitada, advém a violação dos direitos fundamentais, o que pode ocorrer tanto devido à falha do Estado em garantir esse princípio, quanto às ações de outros membros da sociedade. Isso se manifesta em situações de discriminação, exploração e diversas outras formas de abuso. Para Sarlet:

Assim, compreendida como qualidade integrante e irrenunciável da própria condição humana, a dignidade pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo (no sentido ora empregado) ser criada, concedida ou retirada (embora possa ser violada), já que reconhecida e atribuída a cada ser humano como algo que lhe é inerente (Sarlet, 2011, p. 23).

No âmbito constitucional, o princípio da dignidade humana sempre é tratado, bem como no cenário internacional. De acordo com Mendes: “[...] diversas Constituições no mundo também passaram a alocar a dignidade humana, em especial a hierarquia. O Brasil, em 1988, seguindo igualmente o exemplo das Constituições portuguesa, de 1976, e espanhola, de 1978 [...]” (Mendes, 2013, p. 3).

O princípio da dignidade da pessoa humana é uma base para outros direitos e princípios, bem como é um fenômeno recorrente nas Constituições Estaduais. Ademais, destaca-se a importância de garantir esse valor supremo no ordenamento jurídico, pois, como já indicado pelo Tribunal Constitucional alemão, o princípio da dignidade humana é o início de outros direitos

fundamentais, reforçando o vínculo com outros direitos (Mendes, 2013, apud Pieroth; Bodo; Schlink, 2008,).

Partindo do contexto em que o princípio da dignidade humana é garantido pelo Estado, torna-se evidente que a partir deste emanam diversos outros direitos e princípios fundamentais. É também por meio desse princípio que o Estado desempenha suas funções essenciais, como a proteção do indivíduo, ou seja, as funções e atividade do Estado executadas em prol do indivíduo, são atreladas ao princípio da dignidade humana. No mesmo sentido, o Estado tem como dever garantir que seja efetivado, até mesmo na esfera individual, em atitudes ou situações que ferem o princípio, situações essas praticadas por outros indivíduos da sociedade (Sarlet, 2011).

De acordo com Sarlet, os indivíduos na sociedade, mesmo os particulares, que estão em igualdade social, também se vinculam diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana:

A própria eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares – ainda que em condição de tendencial igualdade (e, portanto, de igual liberdade) – tem encontrado importante fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, sustentando-se, neste contexto, que – pelo menos no que diz com seu conteúdo em dignidade – os direitos fundamentais vinculam também diretamente os particulares nas relações entre si, sendo – na esfera deste conteúdo – irrenunciáveis, já que, à evidência, e, como bem lembra Jörg Neuner, em termos de uma eficácia vinculante da dignidade, “não importa de quem é a bota que desferiu o chute no rosto do ofendido (Sarmiento, 2003; Steinmetz, 2004; Silva, 2005 Apud Sarlet, 2011; p. 23-56).

Assegurada pela Carta Magna e encontrado no artigo primeiro, o princípio da dignidade da pessoa humana é inegavelmente ligado com a busca pela diminuição da desigualdade social, bem como a erradicação da extrema pobreza. Com efeito:

Na Constituição Federal de 1988, todos os atores sociais foram inseridos no quadro dos direitos sociais o que foi um grande avanço. Assim a Carta Magna e 1988 assegurou a consecução de direitos e de garantias fundamentais, abrangendo várias conquistas, como a dignidade da pessoa humana, a universalidade dos direitos humanos e a cidadania, entre outros direitos.

A Constituição Federal de 1988 criou novos aparelhos para o combate à pobreza, além de consagrar direitos que já existiam. Criaram-se a universalização dos direitos previdenciários aos idosos no mundo rural, além da elaboração de diversas leis para solver o problema. Surgiu a intensificação de políticas públicas compensatórias e atenção aos movimentos negros (Calgaro, 2013, p. 56).

Durante pesquisas sobre políticas públicas de transferência de renda, podem surgir indagações, quanto a sua eficácia para com a promoção da dignidade da pessoa humana. Ademais, surge a dúvida de gerar dependência permanente da política pública, e uma vez que não é partindo apenas de redistribuição de renda que será concretizado este princípio, contudo programas, como exemplo do Programa Bolça Família, possuem condicionamentos para sua aplicação, sendo algumas delas a comprovação de frequência escolar, acompanhamento de saúde, bem como o incentivo a práticas que reforçam a autonomia e o desenvolvimento sustentável das famílias beneficiadas.

Ou seja, além do fornecimento de recursos financeiros às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que visa a redução da desigualdade social e econômica, o programa facilita o acesso a necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação, bem como contribui para a redução da vulnerabilidade social. Assim:

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho (GOV, 2023).

A partir das pesquisas analisadas, constata-se uma evidente contribuição das políticas públicas de transferência de renda na promoção dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Tais políticas desempenham um papel crucial na mitigação das disparidades sociais, além de fomentarem a garantia dos direitos básicos inerentes a todos os seres humanos.

Conforme análises da aplicação do Programa Bolsa Família, a grande porcentagem da renda ofertada pelo programa e utilizado com a alimentação,

além do fato que as famílias beneficiadas percebem um aumento significativo na variedade de alimentos (Faria; Silva, 2016). O “[...] PBF tem um importante papel no consumo alimentar das famílias” (Cotta; Machado, 2013, p. 59). No mesmo sentido, “[...] o PBF é um dos programas que se articula com o direito humano a uma alimentação adequada e ao Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, o que encampa um sentido de direito ao benefício concedido” (Faria; Silva, 2016, p. 161).

Portanto, trata-se de uma combinação de elementos que contribuem decisivamente para o combate à fome e a efetivação do direito à alimentação adequada, sendo que as iniciativas irão partir do Estado perante as necessidades da sociedade. Essas ações incluem monitoramentos, estudos aprofundados, implementação de políticas públicas de transferência de renda e o desenvolvimento de estratégias focadas na garantia de uma alimentação de qualidade.

Ademais, conforme dito anteriormente, através das políticas públicas de transferência de renda é promovido o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, sendo a população beneficiada com o acesso à educação, saúde, moradia, alimentação adequada, direitos básicos e inerentes ao ser humano. Da mesma forma, busca-se alcançar o princípio da igualdade, com o empenho contínuo das iniciativas governamentais e com o uso das políticas públicas.

As Políticas de Transferência de Renda são ferramentas fundamentais no acesso aos direitos sociais, ao fornecerem recursos financeiros às famílias vulneráveis. Através dessas políticas, além do alívio imediato das baixas condições econômicas, é fornecido o acesso dessas pessoas à sociedade, bem como criam-se alicerces para uma inclusão social ampla, sejam elas por meio do acesso à saúde, alimentação adequada, moradia e instrução para o acesso ao trabalho.

Na sociedade brasileira, onde preza-se pela manutenção e garantia da democracia, a realidade da desigualdade social, bem como a extrema pobreza, é um ataque direto a este conceito. Portanto, o Estado e a Constituição Federal devem garantir políticas sociais para redução deste problema. A partir da CF/88, vários direitos sociais foram concretizados, como a assistência social junto com

a previdência social, dentre outros. A distribuição de renda fornece condições de sobrevivência para essa democracia que exige um limite entre a desigualdade e a pobreza extrema (Calgaro, 2013). Analogamente para garantia da democracia, bem como, o cumprimento dos princípios constitucionais, deverão ser promovidos os direitos sociais.

Para garantia desses direitos, princípios e da própria democracia, o Estado busca criar e instituir programas de renda mínima, os quais atuam na luta contra a extrema pobreza. Trata-se de algo real e uma fonte de transformação da realidade social:

Os programas de renda mínima caracterizam-se pela transferência monetária às famílias que se encontram em pobreza extrema, mas podem criar um status de assistencialismo. Percebe-se que não são uma utopia, mas sim podem ser fonte de grande transformação da realidade social (Calgaro, 2013, p. 140).

O Estado deve agir como garantidor dos direitos sociais, em situações onde encontram-se pessoas em vulnerabilidade social, deverá ser promovido programas permanentes de transferência de renda, assim gerando uma renda mínima para essas pessoas (Moraes, 2023).

O artigo 3º da CF/88, em seu inciso III, descreve uns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, cujo propósito é a eliminação da pobreza extrema e a redução das disparidades sociais, estabelece desde o início da Carta Magna que esse é um dos objetivos primordiais do país (Brasil, 1988). No Brasil onde essa realidade é recorrente, o uso e aplicações de políticas públicas de transferência de renda deve ser aplicado de forma efetiva.

Nesse diapasão, as políticas públicas têm o intuito de efetivar normas de caráter programático estabelecidas na Constituição Federal, dentre as quais estão aquelas que fundamentam as políticas públicas de distribuição de renda, destacando-se o artigo 3º da Carta Magna (Coelho, 2021).

Outra forma da promoção dos direitos sociais, é através das condicionalidades aplicadas aos beneficiados dos programas de transferência de renda, como exemplo das frequências escolares exigidas do Programa Bolsa Família, as quais são elencadas no Art. 10º da Lei 14.601/2023, que visam não só promover o direito à educação, mas também realizar a quebra do ciclo de

pobreza e desqualificação das famílias, pois através de jovens que qualificados, estes terão uma maior facilidade de entrar no mercado de trabalho (Brasil, 2023).

Um dos principais objetivos do PBF é a redução da extrema pobreza. Conforme apontado pelo estudo realizado em 2017 pelo IPEA, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de estar em condições de extrema pobreza, bem como 3,2 milhões de pessoas avançaram estes dados e passaram acima da linha de pobreza (IPEA, 2019).

Com isso, denota-se que muitos dos beneficiários por conseguirem uma condição melhor graças ao programa, encontraram uma porta de saída para a situação de extrema pobreza e, conseqüentemente, não necessitaram mais do uso do programa (BBC NEWS, 2017).

Outro resultado apontado pelo uso eficiente das políticas públicas de transferência de renda é o desenvolvimento nacional, uma vez que a redistribuição de renda e a diminuição da desigualdade social, são pilares importantes para o desenvolvimento de um país (Silva, 2023). A partir disso, quando famílias vulneráveis desfrutam através das políticas públicas ao acesso do básico e são retiradas de situações de extrema pobreza, tem-se o desenvolvimento nacional.

Os direitos sociais também estão presentes quando há a inclusão e amparo social aos indivíduos com limitações, uma vez que crianças, idosos e pessoas com deficiências terão maiores dificuldades e limitações perante a sociedade. Os direitos sociais são direitos dos indivíduos da sociedade, que figuram como credores do Estado, que exerce um papel de devedor destes direitos (Zeifert, 2019). Logo, quando se desenvolvem políticas públicas para atender tais limitações, o direito social está sendo cumprido.

Um dos principais causadores dos descumprimentos dos direitos sociais é a desigualdade extrema, que é presente na sociedade e que gera crises nos sistemas democráticos, afetando diretamente as garantias fundamentais (Zeifert, 2021).

Ademais, o Estado quando tende a visões mais neoliberais, acaba por considerar políticas públicas que buscam direitos sociais ações voltadas para o assistencialismo. Em decorrência desta forma de governo acabam não se

preocupando com questões de desigualdade e princípios fundamentais do ser humano (Bicca; Costa, 2015).

Uma das grandes ferramentas garantidoras dos direitos sociais é a política pública do BPC/LOAS, a qual tem por seu principal objetivo “[...] a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” (Brasil, 1993). Esse programa atua diretamente garantindo com que seus beneficiários, que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade, possam ter ao mínimo existencial. Também é de grande relevância que dentre os objetivos desta política pública esteja elencado a promoção da integração ao mercado de trabalho (Brasil, 1993), gerando, assim, um futuro em que esse cidadão possa garantir sua própria sobrevivência financeira.

Em suma, as políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, BPC/LOAS, Auxílio Brasil, Garantia Safra, Seguro Defeso, dentre outros, tem-se mostrado ferramentas essenciais na promoção dos direitos sociais e combate à desigualdade social e extrema pobreza. Através da redistribuição de renda, realizam o alívio imediato dessas famílias, mas não só isso, também observa-se que através das condicionalidades é incentivado outras áreas para o futuro dos beneficiados, como a educação, saúde, profissionalização, cessando assim, gerações que continuavam na pobreza.

Sendo assim, é por meio dessa postura por parte do Estado e da sociedade, que poderá se aliar a assistência social e a promoção da autonomia, podendo-se avançar na efetivação dos direitos sociais, buscando-se constantemente a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e a democracia.

1.1 A TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO FATOR DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA (EXTREMA) POBREZA E CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA

Para análise dos resultados e dos fatores de redução da desigualdade social e extrema pobreza, se faz necessário abordar o conceito de cidadania, que engloba os direitos e deveres de todos os cidadãos. A cidadania, que é um

conceito em constante construção, pode ser entendida sob diferentes perspectivas.

Ela está ligada ao pressuposto de nacionalidade, o que torna o conceito mais amplo, sendo que o cidadão tem a garantia do Estado aos direitos e a deveres, bem como ao direito de votar e ser votado (Lenza, 2024). Ademais, a cidadania está relacionada ao Estado-nação, assim gerando uma obrigação do Estado como garantidor dos direitos sociais, políticos e civis, inerentes aos cidadãos da nação (Bes, Oliva, Bonete, 2020).

A cidadania, além disso, é entendida como um conceito histórico e amplo, que irá variar durante os períodos de tempo, tal definição, pode variar em diferentes países (Pinsky; Pinsky, 2018). Bem como foi com um grande empenho que foi possível, que a cidadania fosse garantida para todos os cidadãos, inclusive os em situação de vulnerabilidade, nesse sentido:

Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. (Pinsky; Pinsky, 2018, p. 10).

Entende-se igualmente que o exercer da cidadania é contemplar o direitos civis, políticos sociais, bem como, ser cidadão é ter o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, assegurados (Pinsky; Pinsky, 2018).

Destarte, compreende-se que a desigualdade social é algo permanente nas sociedades, sendo que a sociedade é naturalmente competitiva. Trata-se de algo estrutural das sociedades. Contudo, com a democracia, tem-se uma democratização da desigualdade (Demo, 2002), ou seja, mecanismos que vem a reduzir a desigualdade social.

No combate à extrema pobreza, à desigualdade social, à má-distribuição de renda e ao não acesso à alimentação adequada, são criados mecanismos como os programas de transferência de renda. Como já mencionado, o Programa Bolsa Família tem por objetivos a diminuição da extrema pobreza, redução da desigualdade, estímulo à educação e saúde.

Em conformidade com a lei do Bolsa Família, por exemplo, são buscados alguns objetivos em prol da sociedade em situação de vulnerabilidade. Sobre o Bolsa Família, conforme Coelho “é correto dizer que políticas públicas possuem elementos fundamentais, destacando-se dois: solucionar um problema público e intenções públicas” (Coelho, 2021, p. 4). Na tentativa de lidar com essas questões “[...] pode-se dizer que o objetivo da instauração de uma política pública é o enfrentamento de um problema relevante para a coletividade, buscando dirimi-lo ou erradicá-lo” (Coelho, 2021, p. 4).

Contudo, para obter-se resultados e conseqüentemente a diminuição da desigualdade e extrema pobreza, garantindo assim a cidadania da população, as leis devem ser estruturadas de forma que usem mecanismos para direcionamento eficiente das políticas públicas. A lei do Bolsa Família, por exemplo, estabelece os métodos que são usados para o alcance dos objetivos e busca pelas famílias que necessitam do programa. Conforme seu Artigo 3º, parágrafo único:

Parágrafo único. Os objetivos do Programa Bolsa Família serão obtidos por meio de:

I - articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital;

II - vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;

III - coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos que venham a aderir ao Programa, na forma estabelecida nesta Lei e em seus regulamentos;

IV - participação social, por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Lei e em seus regulamentos;

V - utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital (BRASIL, 2023).

O PBF, que hoje é a maior política pública de transferência de renda no Brasil, é visto como um dos grandes responsáveis pela redução da extrema

pobreza no país, este que traz um alívio imediato a famílias que não possuem condições de alimentação adequada.

Porém na aplicação das políticas públicas, há a necessidade ideal de haver o direcionamento específico das transferências de renda, ou seja, cada família vive em uma situação e realidade específica. Exemplo de resultado pelo uso direcionado é o aumento do número de beneficiários, com a volta do PBF, em 2023, o qual amparou 21,06 milhões de famílias. Esse aumento resultou pelo uso do programa e partir de um olhar mais específico para diferentes tipos de família, por exemplo, com o adicional da primeira infância, gestante, no qual um valor a mais é direcionado para as famílias beneficiadas do programa (GOV, 2023).

Contudo, é imprescindível que o Governo Federal, junto aos órgãos públicos, Estados e Municípios, continue investindo e aprimorando as políticas públicas, para poder garantir sua eficácia, bem como o monitoramento constante, para o melhor direcionamento dos programas. Outro fator observado é a necessidade de transparência e incentivo da participação da sociedade, para que os direitos sociais e as garantias fundamentais sejam efetivados. Somente com esses princípios e direitos garantidos será possível ter uma nação mais justa e democrática.

O Brasil, marcado pela desigualdade social e má distribuição de renda, desde o período colonial, trouxe como consequência, concentração das rendas em áreas e regiões específicas. Em resultado disso, a região do Centro e Sul se desenvolveram de forma muito superior se comparado a regiões como o Norte e Nordeste (Silva, 2023). Contudo, observou-se que a partir do ano de 2000, houve uma melhora significativa no país, a qual só foi possível através do uso das políticas públicas de transferência de renda e seu bom direcionamento (Silva, 2023).

Dessa forma, havendo o uso eficaz, bem como a aplicação estruturada e direcionada das políticas públicas, estas representam uma ferramenta essencial no combate à pobreza, à extrema pobreza e à desigualdade social, contribuindo para o desenvolvimento do país.

As políticas públicas aplicadas com o objetivo de transferência de renda, são projetadas para ser inseridas a população mais pobre, estas com objetivo

de promover igualdade, oportunidades, desenvolver economicamente as famílias em situação de extrema pobreza, e promover o desenvolvimento social (Macedo; Noia; Santos; Pinheiro, 2017).

Sendo assim, é por meio dessa postura por parte do Estado e da sociedade, que poderá se aliar a assistência social e a promoção da autonomia, podendo-se avançar na efetivação dos direitos sociais, buscando-se constantemente a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e a democracia.

A partir de estudos, pesquisas científicas e dados compilados, demonstra-se a eficácia das políticas públicas de transferência de renda, a partir da visão que os resultados positivos são a redução da pobreza, da desigualdade social, o acesso à saúde, à alimentação e à educação, ou seja, assegurar a dignidade humana, refletindo diretamente no bem-estar geral da população.

Contudo, é crucial reconhecer a necessidade contínua de aprimoramento e manutenção das políticas públicas. A qual deve ser alcançado através dos estudos empíricos e pesquisas aplicadas junto à população beneficiada, gerando assim o molde necessário para alcance de toda população necessitada.

Ademais, é partindo do uso dos programas de transferência de renda que os princípios constitucionais são efetivados e cumpridos. Deve-se haver estudos e pesquisas sobre o tema para que se mantenha e efetive o uso das políticas públicas de transferência de renda.

2 METODOLOGIA

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente artigo de pesquisa é de natureza teórica, onde o foco principal é o estudo e análise de obras e conceitos existentes na literatura. Em relação ao tratamento dos dados, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como uma base mais sólida do estudo dos assuntos, compreender os processos e conceitos com profundidade. Os pontos pesquisados serão abordados de forma descritiva, abordando de forma detalhada as características da pesquisa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados e procedimentos desta pesquisa são de cunho bibliográfico e documental, sendo utilizado como procedimento técnico a documentação indireta, tendo como fonte da produção informações escritas, livros, artigos, leis e regulamentos, dentre outros.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Em relação à análise e interpretação dos dados, trata-se de uma pesquisa que se utiliza do método hipotético-dedutivo, pois realiza-se uma abordagem envolvendo a formulação de ideias e hipóteses, tendo por base conhecimentos já existentes.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, esta pesquisa conclui que a análise das políticas públicas de transferência de renda no Brasil revela a importância dessas iniciativas no combate à desigualdade social e à pobreza (extrema). Os programas de transferência de renda mostram-se eficazes na busca pela redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social, contudo nem sempre sendo totalmente eficaz, necessitando de constantes adequações e evoluções.

As políticas públicas aliviam a pobreza imediata e contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, ao promover a redistribuição de renda e ampliar o acesso a oportunidades básicas. Todavia apesar dos avanços significativos, a persistência da desigualdade social no Brasil indica a necessidade de continuidade e aprimoramento dessas políticas públicas.

Destaca-se na análise dos direitos sociais, princípios constitucionais, que as políticas públicas de transferência de renda são ferramentas que devem ser garantidas e desenvolvidas pelo Estado, a fim de gerar condições dignas para

população. Ademais, são grandes influenciadores na promoção dos princípios da dignidade humana e igualdade, e na redução das desigualdades sociais.

No entanto, é crucial que o governo continue a investir e aprimorar essas políticas públicas, a fim de que sua eficácia a longo prazo, seja concretizada. A constante manutenção a fim de ajustar e aprimorar são necessários para garantir que as políticas atendam às necessidades da população e o monitoramento para o direcionamento correto das políticas públicas mostra-se extremamente necessário.

Através destas políticas melhoradas e direcionadas, é possível promover a inclusão social de maneira eficiente. Dessa forma, a presente pesquisa traz uma visão constitucional, demonstrando assim a obrigação do Estado na implementação dessas ferramentas, a fim de garantir os direitos fundamentais, como a dignidade humana, a saúde, a educação e o acesso a uma alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretização Judicial**. Revista da EMERJ, v. 6, n. 23. 2003. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_316.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **8 Dados que Mostram Impacto do Bolsa Família, que Chega ao Fim após 18 Anos**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166>>. Acesso em: 23 maio 2024.

BES, Pablo; OLIVA, Diego C.; BONETE, Wilian J.; et al. **Sociedade, Cultura e Cidadania**. Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9788595028395. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028395/>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BICCA, Patrícia Moraes, COSTA, José Ricardo Caetano. **Os Direitos Sociais Assistenciais e a Dignidade da Pessoa Humana**. JURIS, Rio Grande. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjUtt3sjMyEAxXOpJUCHVwyDmEQFnoECCAQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fjuris%2Farticle%2Fdownload%2F6328%2F4038%2F18050&usq=AOvVaw0XL8fGLaCaKWCqI9TvJWPJ&opi=89978449>>. Acesso

em: 27 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.601**, Brasília, 19 DE JUNHO 2023. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 8.742**, Brasília, 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CALGARO, Cleide. **Atores e Políticas Públicas na Reconfiguração do Estado Contemporâneo**: análise dos programas de transferência de renda. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4673>>. Acesso em: 11 out. 2023.

COELHO, Pablo Martins Bernardi. **Políticas Públicas de Distribuição de Renda no Brasil**. Dourados, 2021. Disponível em:
<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/11772>>. Acesso em: 17 out. 2023.

DEMO, Pedro. **Introdução à Sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. Grupo GEN, 2002. *E-book*. ISBN 9788522466047. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466047/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FARIA, Adriana Ancona de, SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Direito à Alimentação, Transferência de Renda e Progressividade**: o caso do programa bolsa família no Brasil. Revista Jurídica da Presidência. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1210/1134>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GOV. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Pesquisa FGV/IPEA Aponta que Reconstrução do Bolsa Família já Tem Reflexos Positivos no Combate à Pobreza e no Apoio à Primeira Infância**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/pesquisa-fgv-ipea-aponta-que-reconstrucao-do-bolsa-familia-ja-tem-reflexos-positivos-no-combate-a-pobreza-e-no-apoio-a-primeira-infancia>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

GOV. Secretaria de Comunicação Social. **2023 é o Ano com Maior Média de Beneficiários, de Valor Médio e de Investimento Federal na História do Bolsa Família.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/2023-e-o-ano-com-maior-media-de-beneficiarios-de-valor-medio-e-de-investimento-federal-na-historia-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade:** um balanço dos primeiros quinze anos. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional.** (Coleção esquematizado®). Editora Saraiva, 2024. *E-book*. ISBN 9788553621958. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MACEDO, Tamires dos Santos, NOIA, Angye Cássia, SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro, PINHEIRO, Lessi Inês Farias. **Políticas Públicas e Transferência de Renda no Brasil:** análise das temáticas tratadas nas pesquisas acadêmicas sobre o Programa Bolsa Família. 2017. Ilhéus. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/viisemeconomista/anais/gt4/gt4_t4.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

MENDES, Gilmar Ferreira. **A Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Federal de 1988 e sua Aplicação pelo Supremo Tribunal Federal.** Brasília. 2013. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/915>>. Acesso em: 16 out. 2023.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 9786559774944. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** 6. ed. 3^o reimpressão. São Paulo, 2018.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). **Pobreza Atinge 30,2% das Crianças até Seis Anos no Rio Grande do Sul em 2022.** 2024. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/pobreza-atinge-302-das-criancas-ate-seis-anos-no-rio-grande-do-sul-em->

DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO APÓS A ADPF 501 E A ADEQUAÇÃO DO TRT4 AO NOVO ENTENDIMENTO

Luan Lari Barichello¹

Ricieri Rafael Bazanella Dilkin²

RESUMO

A hipótese de pagamento de férias em dobro é uma sanção com previsão na legislação trabalhista, essa sanção também foi aplicada a partir de uma construção jurisprudencial transformada em súmula. A súmula resultante da jurisprudência do TST foi declarada inconstitucional pelo STF, eliminando uma das hipóteses de incidência da sanção, permanecendo a hipótese com previsão legal na CLT. Para se compreender em qual hipótese há a aplicação da sanção e em que hipótese ela se aplicava segundo a súmula, o presente artigo divide-se no primeiro tópico apresentando os períodos de férias, aquisitivo, concessivo e de gozo, em seguida manifesta os dispositivos legais acerca da concessão e remuneração das férias, posteriormente aborda a súmula 450 do TST e o entendimento que surge a partir da ADPF 501, por fim traz a jurisprudência do TRT4 se adequando ao entendimento a partir da ADPF 501. Para a construção da pesquisa utilizou-se a leitura da doutrina, da lei e da jurisprudência, fazendo-se uma análise a partir dos meios utilizados de em qual das situações atualmente ocorre a aplicabilidade do pagamento das férias em dobro.

Palavras-Chave: Sanção; Férias em Dobro; Súmula 450 TST; ADPF 501.

ABSTRACT

The issue of double vacation pay is a sanction provided for in labor legislation, and this sanction was also applied based on a case law construction transformed into a summary. The summary statement resulting from the TST case law was declared unconstitutional by the STF, eliminating one of the hypotheses for the incidence of the sanction. In contrast, the hypothesis remains with legal provisions in the CLT. To understand in which cases the sanction is applied and in which cases it was used according to the summary, this article is divided into the first topic presenting the vacation periods, acquisitive, concessive, and enjoyment, then it presents the legal provisions regarding the granting and remuneration of vacations, then it addresses summary 450 of the TST and the understanding that arises from ADPF 501, and finally it presents the jurisprudence of the TRT4, adapting it to the knowledge of ADPF 501. To construct the research, we used the reading of the doctrine, the law, and the

¹ Acadêmico do Curso de Direito- 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: luanbarichellowp@gmail.com

² Mestre em Direito. Orientador. Professor do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: rr_advocacia@hotmail.com

jurisprudence, making an analysis based on the means used in which of the situations the double vacation payment currently occurs.

Keywords: Sanction; Double Vacations; Summary 450 TST; ADPF 501.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade demonstrar a hipótese de pagamento de férias em dobro. Em 2014 o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 450, ampliando a incidência da sanção do pagamento de férias em dobro além daquela prevista na Consolidação da Leis do Trabalho, em 2022 o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da súmula a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 501.

Diante disso, este trabalho vem a esclarecer sobre a hipótese em que ainda permanece a aplicação da penalidade mesmo após a ADPF 501, abordando inicialmente os períodos que compõe o instituto das férias, em seguida os dispositivos legais inerentes aos períodos e remuneração das férias, posteriormente aborda-se a Súmula 450 do TST e ADPF 501 e ao final traz a adequação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, após a inconstitucionalidade da Súmula 450 TST.

A relevância desta pesquisa está na contribuição para ampliar o conhecimento acerca do instituto das férias e esclarecer em qual situação há aplicabilidade do pagamento de férias em dobro.

1 DOS PERÍODOS DAS FÉRIAS

Antes de se adensar na discussão, deve-se entender o instituto das férias, e sua importância para o trabalhador, a relevância do instituto é notória pois o legislador constituinte tratou de inseri-la na Carta Maior, expressamente no art. 7º, XVII, da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (Brasil, 1988).

Segundo Luciano Martinez (2024), as férias podem ser conceituadas como um intervalo anual de descanso, garantidas constitucionalmente como um direito social, restrito aos trabalhadores e servidores públicos, onde seu custeio cabe ao tomador de serviços, sendo um período de interrupção do contrato de emprego.

As férias é um instituo complexo, pois além de sua conceituação, é necessário entender os princípios básicos aplicáveis as férias conforme Amauri Mascaro do Nascimento, ou as características das férias como prefere chamar Maurício Godinho Delgado:

Princípios básicos aplicáveis às férias (conforme Amauri Mascaro do Nascimento):

anualidade para adquirir o direito: o empregado somente faz jus ao gozo das férias após completar um ano na empresa (período aquisitivo);

remunerabilidade: as férias são concedidas sem prejuízo da remuneração do período, e, além disso, à remuneração se soma o terço constitucional;

continuidade: as férias deveriam, tanto quanto possível, ser concedidas em um único bloco, razão pela qual a lei restringia as possibilidades de fracionamento. Com as alterações promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017, entretanto, eslte princípio foi severamente mitigado, porquanto se passou a permitir expressamente o fracionamento das férias em até três períodos (art. 134, § 1º, da CLT);

irrenunciabilidade: o empregado não pode dispor das férias, tendo em vista se tratar de direito irrenunciável, amparado por norma de ordem pública;

proporcionalidade: sob um aspecto, pela proporcionalidade da duração das férias, conforme o número de faltas injustificadas do empregado; sob outro aspecto, pela proporcionalidade da indenização das férias não gozadas quando da cessação do contrato de trabalho (Nascimento apud Resende, p. 466, 2024).

Características das férias (conforme Maurício Godinho Delgado):

caráter imperativo: diz respeito à indisponibilidade do direito às férias, no sentido de que não podem ser objeto de renúncia ou transação, nem mesmo de transação prejudicial negociada no âmbito coletivo;

composição temporal complexa: as férias são estipuladas proporcionalmente, em um conjunto unitário de dias sequenciais. Tal característica se identifica com a ideia de continuidade das férias. Aqui cabe, naturalmente, a mesma ressalva feita acima, no sentido de que a Lei nº 13.467/2017 não acolheu tal característica;

anualidade de ocorrência: as férias são fixadas após o transcurso do ano contratual;

composição obrigacional múltipla: as férias encerram várias obrigações de natureza diversa, como a obrigação do empregador de fixar o período de férias e avisar o empregado a respeito (obrigações de fazer), a obrigação do empregador de pagar a remuneração correspondente, incluído o terço constitucional (obrigação de dar), a obrigação do empregador de se abster de requisitar quaisquer serviços do empregado durante o gozo das férias (obrigação de não fazer);

natureza de interrupção contratual: o gozo das férias constitui hipótese típica de interrupção contratual, pois não há prestação de serviços, porém permanece a obrigação do empregador de pagar os salários, computar o tempo como de serviço etc (Delgado apud Resende, p. 466, 2024).

Da análise dos princípios ou características, dando-se maior relevo aos princípios da anualidade, remunerabilidade, composição obrigacional múltipla, por apresentarem pertinência com os períodos relacionados as férias e as obrigações do empregador, adentra-se no estudo dos períodos aquisitivo, concessivo e de gozo, do aprendizado desses partirá a melhor compreensão da penalidade do pagamento das férias em dobro, principalmente quanto ao período concessivo e de gozo.

Conforme Gustavo Felipe Barbosa Garcia, o período aquisitivo consiste no período trabalhado para obter o direito as férias, este período aquisitivo consiste em 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O período concessivo trata-se de período posterior ao aquisitivo, “após a aquisição do direito às férias, elas devem ser concedidas pelo empregador, respeitando o período concessivo, que é de 12 meses seguintes ao término do período aquisitivo” (Garcia, 2024).

Quanto ao período de gozo, analisando a Consolidação das Leis do Trabalho, consiste nos dias corridos em que o empregado deixa de comparecer ao local de labor para usufruir do direito adquirido, em síntese são os dias em que o empregado usufrui das férias, o número de dias segue ao princípio da proporcionalidade, conforme prevê o art. 130 da CLT.

2 DA CONCESSÃO E REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS SEGUNDO A CLT

Superados alguns conceitos, pode-se adentrar nos dispositivos constantes na CLT que dispõe a penalidade do pagamento de férias em dobro, inicialmente deve-se olhar para o art. 130 da CLT:

Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

§ 2º - O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço (Brasil, 1943).

O art. 130, caput, refere-se ao período aquisitivo das férias, dispondo que após 12 meses de labor o empregado adquire o direito a gozar férias. Adquirido tal direito adentra-se no período concessivo, que possui sua previsão no art. 134, caput, da CLT:

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º - Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

§ 2º (Revogado).

§ 3º - É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado (Brasil, 1943).

Visualizada a disposição legal, entende-se que após os 12 meses de labor, adquirido o direito a gozar férias, o empregador terá de conceder férias nos 12 meses seguintes após adquirido o direito.

Quando não atendida a disposição legal do art. 134 da CLT, tem-se a incidência da penalidade do pagamento das férias em dobro, com fulcro no art. 137, da CLT:

Art. 137 - Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

§ 1º - Vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas.

§ 2º - A sentença cominará pena diária de 5% (cinco por cento) do salário mínimo da região, devida ao empregado até que seja cumprida.

§ 3º - Cópia da decisão judicial transitada em julgado será remetida ao órgão local do Ministério do Trabalho, para fins de aplicação da multa de caráter administrativo (Brasil, 1943).

Assim, a não observância pelo empregador do período concessivo de 12 meses após o período aquisitivo gera a penalidade prevista no art. 137 da CLT.

Essa penalidade ocorre por existir expressa previsão legal na legislação trabalhista, e continua a vigorar mesmo após a ADPF 501 que será abordada no tópico seguinte.

3 A SÚMULA 450 DO TST E A INCIDÊNCIA DO PAGAMENTO DE FÉRIAS EM DOBRO APÓS A ADPF 501

Além da hipótese legal listada no item anterior existia outra hipótese constante na Súmula 450 TST, eis o teor da súmula:

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal (TST, 2014).

O Tribunal Superior do Trabalho, sumulou esse entendimento a partir da Orientação Jurisprudencial nº86, fazendo incidir a penalidade sobre o descumprimento do que dispõe o art. 145 da CLT:

Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias (Brasil, 1943).

Então a partir da súmula 450 havia previsão por uma construção jurisprudencial de que caso o empregador não efetuasse o pagamento até dois dias antes do início do período de gozo das férias seria devido o pagamento em dobro das férias.

A existência da súmula 450 ensejou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 501, questionando a constitucionalidade do entendimento sumular, segundo o Min. Alexandre de Moraes (2022), relator da ADPF, a súmula acaba por ferir a separação de poderes, visto que o tribunal estaria legislando, a legalidade por ausência de dispositivo jurídico que assente a obrigação, violando o princípio da reserva legal, sendo assim o STF decidiu:

(a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e

(b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT, nos termos do voto do Relator (STF, 2022, p. 2).

Logo, com a decisão proferida pela suprema corte a penalidade do pagamento das férias em dobro na hipótese do art. 145 da CLT deixa de existir, porém o pagamento em dobro se tratando da hipótese do art. 137 da CLT continua subsistindo, sem sofrer qualquer alteração, já que se possui tal previsão na legislação trabalhista.

A decisão do STF sedimentou de vez o entendimento pela superação da súmula, porém o próprio TST já caminhava nesse sentido como se pode analisar o voto do Ministro Relator Ives Gandra Martins Filho em sede de Recurso de Revista¹:

Assim, os argumentos que militam a favor da interpretação restritiva da Súmula 450 do TST, no sentido de não ser aplicável às hipóteses de atraso ínfimo no pagamento das férias, são, basicamente, os seguintes:

- a) não há norma legal específica que estabeleça a penalidade da dobra das férias por atraso no seu pagamento;
- b) a sanção da Súmula 450 do TST decorre de construção jurisprudencial por analogia, a partir da conjugação de norma legal que estabelece a obrigação do pagamento das férias com a antecedência de 2 dias de seu gozo (CLT, art. 145) com outro dispositivo celetista que estabelece sanção para a hipótese de gozo das férias fora do período concessivo (CLT, art. 137);
- c) o comando do § 2º do art. 7º da Convenção 132 da OIT, ratificada pelo Brasil, tem ressonância em nosso art. 145 da CLT, mas a referida convenção não estabelece qualquer sanção para a sua não observância;
- d) norma que alberga penalidade deve ser interpretada restritivamente, de modo a que o descumprimento apenas parcial da norma não enseje penalidade manifestamente excessiva (CC, art. 413);
- e) verbete sumulado deve ser aplicado à luz dos precedentes jurisprudenciais que lhe deram origem, sendo que a Súmula 450 do TST, oriunda da conversão da Orientação Jurisprudencial 386 da SDI-1, teve como precedentes, julgados que enfrentaram apenas a situação de pagamento de férias após o seu gozo, concluindo que, em tal situação, frustrava-se o gozo adequado das férias sem o seu aporte econômico;
- f) não acarreta prejuízo ao trabalhador o atraso ínfimo no pagamento das férias, quando este coincide com o início do seu gozo, pois o objetivo da norma, de ofertar ao trabalhador recursos financeiros suplementares para melhor poder usufruir de suas férias, não deixou de ser alcançado;
- g) a jurisprudência desta Corte tem atenuado a literalidade de verbetes sumulados, ampliando ou restringindo seu teor, com base em

¹ PROCESSO Nº TST-E-RR-10128-11.2016.5.15.0088

princípios gerais de proteção, isonomia e boa-fé (v.g. Súmulas 294, 363 e 372), não se cogitando, nesses casos, de hipótese de cancelamento, alteração redacional ou criação de verbete sumulado, que exigiriam o rito do art. 702, § 3º, da CLT;

h) atenta contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além de gerar enriquecimento sem causa, a imposição de condenação ao pagamento dobrado de férias por atraso ínfimo, de 2 dias, mormente quando fixado o pagamento das férias no dia de seu gozo por entidades estatais, em face das normas orçamentárias a que estão sujeitas;

i) o próprio STF, ao acolher para julgamento a ADPF 501, ajuizada contra a Súmula 450 do TST, reconheceu que tal verbete sumulado tem gerado "controvérsia judicial relevante" a ensejar o controle concentrado de constitucionalidade do ato pela Suprema Corte (Red. Min. Ricardo Lewandowski, sessão virtual encerrada em 14/09/20).

In casu, o que se verifica é que a praxe empresarial era a do pagamento das férias coincidindo com o seu gozo, hipótese que, além de não trazer prejuízo ao trabalhador, acarretaria enriquecimento ilícito se sancionada com o pagamento em dobro, sem norma legal específica previsora da sanção.

Observando a decisão acima nota-se que o próprio tribunal laboral vinha deixando de aplicar a súmula quando se tratava de atraso ínfimo ao pagamento das férias.

Além da declaração de inconstitucionalidade a partir da ADPF 501, e da própria evolução do entendimento do próprio TST, no ano de 2017 com a reforma trabalhista introduziu-se o §2º ao art. 8º da CLT:

Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

§ 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei (Brasil, 2017).

É clara a existência de proibição a criação de obrigação não prevista em lei a partir de súmulas e jurisprudência com o advento da reforma, assim poderia o TST ter revisto seu entendimento que foi criado em 2014, antes da reforma, apesar da Corte Superior do Trabalho não ter revisado ou cancelado a súmula, já se vislumbrava a não subsistência da súmula, como o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região:

Considerando-se a singularidade do objeto desta ação, que visa o pagamento da dobra de férias, e respectivo teço constitucional, usufruídas em período posterior à Lei nº 13.467/2017, entendo que, em vista do disposto no artigo 8º, §2º, da CLT, não mais subsiste a possibilidade de condenação com base na Súmula 450, do C. TST. Consigne-se que a aplicação das disposições jurisprudenciais, consagradas em Súmulas, nada mais é do que a interpretação dada, pelo Magistrado, de forma reiterada, à letra da lei. Descabido, portanto, o debate a respeito da criação de direito, até porque a norma introduzida no artigo 8º, § 2º, da CLT, vedou, expressamente, a criação de obrigações não previstas em lei, por Súmulas e outros enunciados de jurisprudência dos Tribunais, de modo que, a partir do início de sua vigência (11/11/2017), não há se falar em punição do empregador por analogia. (TRT 15ª Região, Recurso Ordinário Trabalhista 0012799-55-2020.5.15.0059-PJE, Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri, 1ª Câmara, 1ª Turma).

Logo, superada a súmula 450 do TST, pergunta-se qual seria a sanção em caso de descumprimento do prazo do art. 145 da CLT, a resposta está na própria CLT no seu art. 153 que prevê uma multa administrativa:

Se o empregador não afrontar os preceitos específicos do art. 134 e do art. 137 cujo desrespeito obriga o empregador ao pagamento das férias em dobro, não vemos como dirigir a interpretação sob o enfoque ora firmado pela súmula. Estar-se-ia afrontando a lei. Não estaria interpretando, mas legislando. O remédio, neste caso, de afronta ao art. 145, da CLT, é aquele indicado no art. 153 da CLT, devendo o juiz oficial ao órgão competente (Portaria 290/97). Ademais, não existe proporcionalidade entre o erro cometido e a penalidade aplicada. O remédio a ser aplicado deve ser didático, com finalidade saneadora e proporcional. Isto está previsto no art. 153, da CLT. O remédio deve ser empregado para curar. O excesso pode matar. A súmula deve adequar-se (De Oliveira, 2014, p. 568).

Ponto importante trazido pelo autor na citação acima é quanto a proporcionalidade, alegando que não há proporcionalidade entre o erro cometido e a penalidade aplicada, conduzindo a uma reflexão de que o legislador previu a sanção do pagamento de férias em dobro quando o empregador não conceder férias nos 12 meses seguintes após adquirido o direito, conforme o art. 137 da CLT, mas a construção jurisprudencial trouxe a mesma sanção a incidir sobre o ao pagamento da remuneração das férias não acontecer em até dois dias antes de iniciar o período.

Na hipótese prevista na CLT o legislador então aplica a sanção ao descumprimento de um prazo de 12 meses e a súmula aplicava a mesma sanção ao descumprimento de um prazo de dois dias.

4 ADEQUAÇÃO DO TRT4 AO ENTENDIMENTO A PARTIR DA ADPF 501

A partir do ADPF 501 se sedimentou que não é mais possível aplicar a Súmula 450 do TST, por ela ser inconstitucional, assim neste tópico busca-se analisar a jurisprudência do TRT 4 pós ADPF e sua adequação ao novo entendimento a partir da análise de dez acórdãos¹ proferidos pelo tribunal regional, as decisões são coerentes entre as turmas do tribunal, demonstrando a uniformidade das decisões.

O TRT4 segue o que foi definido pelo STF, não aplicando mais a Súmula 450 do TST, aplicando em caso de violação do art. 145 da CLT a multa com alicerce no art. 153 da CLT, eis o teor da ementa de recurso ordinário, julgado peal 9ª turma do TRT4:

Conforme decisão proferida pelo STF no julgamento da ADPF 501, é inaplicável a sanção prevista no art. 137 da CLT pelo descumprimento do prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal, pois o respectivo art. 153 estabelece a penalidade cabível para o descumprimento da obrigação de pagar as férias com antecedência de dois dias, sendo declarada a inconstitucionalidade da Súmula 450 do TST (Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Recurso Ordinário Trabalhista nº 0020224-50.2022.5.04.0551, Rel. Maria Da Graca Ribeiro Centeno, 9ª Turma).

A ementa acima citada, retrata bem as demais dos outros acórdãos estudados, sendo unânime a adequação do TRT4 à decisão proferida pela Suprema Corte, entendendo que a não ocorrência do pagamento das férias em até dois dias antes do início do período de gozo não enseja mais ao pagamento dobrado das férias.

Salienta-se que apesar do reconhecimento da inconstitucionalidade da súmula e harmonia dos julgados do TRT4 ao novo entendimento, não é possível que seja rescindida as decisões que reconheceram o pagamento das férias em dobro em caso de violação do art. 145 da CLT, pois naquela época a súmula

¹ PROCESSOS nº 0020224-50.2022.5.04.0551 (ROT); 0020069-83.2022.5.04.0733 (ROT); 0020425-35.2022.5.04.0812 (ROT); 0020096-72.2023.5.04.0461 (ROT); 0020305-25.2022.5.04.0122 (ROT); 0020127-82.2022.5.04.0702 (ROT); 0020508-10.2022.5.04.0761 (ROT); 0020660-50.2016.5.04.0282 (ROT); 0020060-32.2023.5.04.0234 (ROT); e 0037636-95.2022.5.04.0000 (AR).

continuava vigente e permanecia tal entendimento, nesse sentido é o conteúdo da ementa de decisão sobre Ação Rescisória, eis o teor:

Conforme decisão proferida pelo STF na ADPF 501 o pagamento intempestivo das férias não enseja o pagamento em dobro, sendo declarada inconstitucional a Súmula 450 do TST, e invalidadas as decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT. Caso em que a decisão rescindenda transitou em julgado em momento anterior ao julgamento da ADPF 501, não podendo ser invalidada (Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Ação Rescisória nº 0037636-95.2022.5.04.0000, Rel. Wilson Carvalho Dias, 2ª Seção de Dissídios Individuais).

Assim, as decisões que foram proferidas quando ainda não era reconhecida a inconstitucionalidade da súmula não podem ser invalidadas pois transitaram em julgado antes da súmula ser retirada do ordenamento jurídico, sendo assim o entendimento se aplica as ações ainda em curso e futuras que possam a vir pleitear aplicação da sanção.

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a evolução da jurisprudência e a aplicabilidade da penalidade de pagamento de férias em dobro no contexto brasileiro. Inicialmente, com a edição da Súmula 450 pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2014, houve uma ampliação da incidência da sanção do pagamento em dobro para além do que estava previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Súmula estabelecia que, mesmo quando as férias fossem gozadas dentro do período concessivo, caso a remuneração não fosse paga até dois dias antes do início das férias, o empregador estaria sujeito à penalidade de pagamento em dobro.

Contudo, em 2022, o Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 501, declarou a inconstitucionalidade da Súmula 450, argumentando que ela violava princípios fundamentais como a separação de poderes e a reserva legal. A decisão do STF sedimentou que a penalidade prevista no art. 137 da CLT, referente ao pagamento em dobro das férias, se aplica exclusivamente ao não cumprimento

do período concessivo de 12 meses após o período aquisitivo, conforme estabelecido pela legislação trabalhista.

A análise dos princípios e características das férias, conforme exposto por diversos juristas, reforçou a importância de respeitar os períodos aquisitivo, concessivo e de gozo, bem como as obrigações do empregador relacionadas à concessão e remuneração das férias. A relevância deste estudo reside em clarificar que, após a ADPF 501, a penalidade do pagamento em dobro das férias se aplica unicamente nos casos em que o empregador não concede as férias dentro do período concessivo, mantendo a segurança jurídica e a coerência com a legislação vigente.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adequou-se rapidamente à nova orientação jurisprudencial, aplicando a multa administrativa prevista no art. 153 da CLT em casos de descumprimento do prazo do art. 145, ao invés de aplicar a penalidade de pagamento em dobro. As decisões anteriores à ADPF 501, que transitaram em julgado, não podem ser rescindidas, mas as novas demandas judiciais deverão seguir o entendimento consolidado pela Suprema Corte.

Este trabalho contribui para a compreensão da aplicação da penalidade de pagamento de férias em dobro, evidenciando a necessidade de alinhamento entre as decisões judiciais e a legislação, promovendo a justiça e a equidade nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**, 15 ed.; SaraivaJur, 2024.

REZENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**, 9 ed.; Método, 2023.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**, 19 ed.; SaraivaJur, 2024.

BRASIL. CLT, 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília; 1943.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 501**. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15352760759&ext=.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

DE OLIVEIRA, Francisco Antonio. **Comentários às Súmulas do TST**. São Paulo: LTr, 2014.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020224-50.2022.5.04.0551**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020069-83.2022.5.04.0733**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020425-35.2022.5.04.0812**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020096-72.2023.5.04.0461**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020305-25.2022.5.04.0122**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020508-10.2022.5.04.0761**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020660-50.2016.5.04.0282**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020060-32.2023.5.04.0234**. Disponível em:
<<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Recurso Ordinário nº 0020127-82.2022.5.04.0702**. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Ação Rescisória nº 0037636-95.2022.5.04.0000**. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos>>. Acesso em: 08 jul. 2024.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Douglas Schmidt¹

Ana Rita Catelan Callegaro²

RESUMO

Este artigo constitui-se em um ensaio teórico que propõe construir uma revisão da literatura. Traz como o objetivo geral abordar a importância de desenvolver competências empreendedoras através de métodos baseados na educação empreendedora. Como objetivos específicos, revisão da literatura abordando conceitos sobre o empreendedorismo e o empreendedor. Amplia a discussão ao discutir sobre as competências empreendedoras através de seus conceitos e classificação proposta pelo modelo de Cooley (1990), adaptado de McClelland (1973) que abrange 10 características a serem desenvolvidas divididas em 3 grupos de atividades. Trata, também, de conceitos de educação empreendedora e do ensino do empreendedorismo através de opções pedagógicas para a formação empreendedora que estimula o desenvolvimento dessas habilidades e técnicas por meio de experiências práticas para a aprendizagem. Assim, busca-se o aprofundamento da pesquisa realizada como constructo teórico da temática, para discussões e aprofundamento maior do assunto e, conseqüentemente, para o crescimento e implementação de novos negócios. Porém, torna-se necessário o incentivo ao empreendedorismo nas salas de aula e fora delas pelo desenvolvimento adequado de competências empreendedoras através da educação empreendedora, o qual desperta a confiança nos estudantes e na população a empreender, ter seu negócio próprio e gerar desenvolvimento.

Palavras-chave: Empreendedorismo – Competências Empreendedoras – Educação Empreendedora.

ABSTRACT

This article constitutes a theoretical essay that proposes to construct a literature review. The general objective is to address the importance of developing entrepreneurial skills through methods based on entrepreneurial education. As specific objectives, literature review addressing concepts about entrepreneurship and the entrepreneur. It expands the discussion by discussing entrepreneurial skills through its concepts and classification proposed by Cooley's model (1990), adapted from McClelland (1973) which covers 10 characteristics to be developed divided into 3 groups of activities. It also deals with concepts of entrepreneurial

¹ Mestre em Gestão Estratégica das Organizações URI – Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões Campus de Santo Ângelo/RS. schmidtdouglas1@gmail.com

² Doutora em Administração (PUC/UCS). Professora do PPGGEO – Programa de Pós-graduação de

Gestão Estratégica das Organizações da URI – Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões Campus de Santo Ângelo/RS. anarita@san.uri.br

education and the teaching of entrepreneurship through pedagogical options for entrepreneurial training that encourages the development of these skills and techniques through practical learning experiences. Thus, the aim is to deepen the research carried out as a theoretical construct of the theme, for discussions and further deepening of the subject and, consequently, for the growth and implementation of new businesses. However, it is necessary to encourage entrepreneurship in the classroom and beyond through the adequate development of entrepreneurial skills through entrepreneurial education, which awakens confidence in students and the population to undertake, have their own business and generate development.

Keywords: Entrepreneurship – Entrepreneurial Skills – Entrepreneurial Education.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é visto como um fenômeno individual ligado à criação de empresas através da identificação de uma oportunidade ou simplesmente por necessidade de sobrevivência, um fenômeno social que pode levar o indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro, isto é, de gerar Capital Social e Capital Humano (Zarpellon, 2010, p. 48).

Os empreendedores são “pessoas que aproveitam oportunidades com a perspectiva de obter lucros, assumindo os riscos inerentes” (FILION, 1999, p. 7). Say explica que o “empreendedor transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento” (Say apud Drucker, 1987, p. 27).

Porém, de acordo com a pesquisa realizada pelo IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (2007), sob a ótica dos especialistas brasileiros em empreendedorismo, as principais dificuldades relatadas acerca das barreiras ao desenvolvimento dos negócios referem-se à falta de apoio financeiro e às políticas governamentais, com empate em 20% das menções, seguida dos fatores de educação e treinamento, com 16% das menções.

Garavan e O’Cinneide (1994), acreditam que o empreendedorismo pode ser cultural e experientialmente adquirido e que a capacidade empreendedora pode ser influenciada por intervenções da educação e de treinamento.

Neste contexto, o objetivo geral do presente artigo é abordar a importância de desenvolver competências empreendedoras através de métodos baseados na educação empreendedora. Os objetivos específicos são abordar conceitos de empreendedor e empreendedorismo, demonstrar o modelo de Cooley (1990) sobre competências empreendedoras e apresentar os modelos de Rocha e Freitas (2014) sobre métodos para desenvolver a educação empreendedora.

Este estudo é justificado devido a relevância do tema, para desenvolvimento do conhecimento sobre a temática na prática, além de elencar ferramentas e métodos que auxiliam no desenvolvimento de características pessoais, o que gera maior abertura de empresas, crescimento econômico e maior sobrevivência de novos negócios.

Assim, a estrutura traz os conceitos de empreendedorismo e empreendedor para contextualizar o assunto, passando por um modelo de competências empreendedoras, divididas em 10 características a serem desenvolvidas, subdivididas em 3 grupos de atividades, além do formas de como abordar a educação empreendedora e o ensino do empreendedorismo para o desenvolvimento adequado dessas competências.

1 EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Os dois autores, normalmente identificados como os pioneiros no campo do empreendedorismo, são os economistas Cantillon e Say, que realizaram seus trabalhos perto de 1800. Eles estavam interessados não somente na economia, mas também nos aspectos gerenciais, no desenvolvimento e na gestão dos negócios (Drucker, 1987).

Hisrich & Peter (2004) apresentam informações sobre o desenvolvimento da teoria do empreendedorismo e do termo empreendedor a partir da Idade Média até 1985, quando foi definido o empreendedorismo como: “o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”.

Coube a Drucker (2002, p. 45) qualificar os empreendedores como pessoas que inovam. Nos Estados Unidos, o empreendedor é frequentemente

definido como aquele que começa o seu próprio, novo e pequeno negócio. Mas o empreendedor deve ser mais que isso, afirma Drucker (1987): ele deve criar algo novo, algo diferente, deve mudar ou transformar valores. Para o autor, a inovação é o instrumento específico do empreendedor, o meio pelo qual ele explora a mudança como oportunidade para fazer algo diferente. Ele sempre está buscando a mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade.

Para Schumpeter (1988, p. 48) “o empreendedor promove a inovação, sendo essa radical, pois destrói e substitui esquemas de produção vigentes. Baseado nessa premissa nasce o conceito de destruição criativa”. O autor, também associou claramente o empreendedorismo à inovação. Ele descreveu a contribuição dos empreendedores na formação da riqueza do país, como o processo de “destruição criadora.” Schumpeter (1988) define o empreendedor como aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

E Schumpeter (1988) continua, eles são o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, gerando novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados, revolucionando a estrutura econômica. O autor chama de economistas os que se interessam em entender a importância do empreendedor como força motriz do sistema econômico. Para Schumpeter (1988), a essência do empreendedorismo é a inovação que implica a percepção e exploração de novas oportunidades de negócio.

Porém, surge uma visão mais comportamentalista que os trabalhos se concentraram nas características criativas e intuitivas dos empreendedores, investigando quem é o empreendedor e quais são suas características (Nassif; Andreassi; Simões, 2011). A teoria comportamentalista, se refere a especialistas do comportamento humano: psicólogos, psicanalistas, sociólogos, entre outros. O objetivo desta abordagem do empreendedorismo foi de ampliar o conhecimento sobre motivação e o comportamento humano (Baggio; Baggio, 2014).

A abordagem psicológica ou comportamental, representada por autores como McClelland (1973), procura identificar aspectos característicos dos

empreendedores, por acreditar que existem traços de personalidade que são próprios destes indivíduos. Hisrich e Peters (2004) citam a necessidade de realização do empreendedor e acrescenta o trabalho de McClelland (1961) que identificou três características psicológicas que são inerentes a esse desejo; são elas: (1) responsabilidade individual para resolver problemas, estabelecer metas e atingi-las por meio de seu próprio esforço; (2) aceitação de riscos moderados como uma função da habilidade e não do acaso; e (3) conhecimento dos resultados da realização da tarefa.

Essas motivações também são definidas como competências, ou seja, um conjunto de hábitos e habilidades, como correr riscos, *know-how*, iniciativa, persistência, autonomia e que agregam valor econômico aos esforços de uma pessoa no trabalho (Chouhan; Srivastava, 2014). Dessa forma surge a abordagem sobre competências empreendedoras.

2 COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS

Pesquisas de McClelland (1973) levaram-no a afirmar categoricamente que, entre os motivos para empreender, a alta necessidade de realização é o mais forte deles. Na sua visão, as pessoas com alta necessidade de realização preferem depender da própria habilidade para a obtenção de resultados. Dentre os principais aspectos motivadores elencados por McClelland (1973), foram conceituados os de realização pessoal, tido como principal fator impulsionador dos empreendimentos em geral, o de afiliação que caracteriza as relações emocionais positivas com outras pessoas e por último a necessidade de poder, que sugere uma preocupação com o status social e com exercer poder sobre os outros (Feuerschütte; Alperstedt, 2008).

Na visão de Lizote et al. (2012), as competências por si só não são mais suficientes para as organizações, sendo necessário que o funcionário apresente atitudes empreendedoras, ou seja, que implementem inovação, criatividade, persuasão e ousadia no seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, as competências empreendedoras são apresentadas por indivíduos que iniciam e transformam negócios e costumam ser relacionadas com o nascimento, a

sobrevivência, o desempenho e o crescimento dos negócios (Mitchelmore; Rowley, 2010).

Sendo assim, as competências empreendedoras são definidas por Snell e Lau (1994) como conhecimentos, habilidades, qualidades individuais ou características pessoais, atitudes e motivações que podem contribuir para o pensamento ou ação concreta do negócio. Para Man e Lau (2000) são consideradas como tipos de características superiores que destacam às pessoas. Elas são diferenciadas pelos traços de personalidade, aptidões e conhecimentos, que refletem na atitude. Esses traços recebem influência exclusiva da experiência de cada indivíduo, desde sua educação familiar.

Ampliando o conceito, Zampier e Takahashi (2011) definem competência empreendedora como um corpo de conhecimento, área ou habilidade, qualidades pessoais ou características, atitudes ou visões, motivações ou direcionamentos que podem contribuir para o pensamento ou ação efetiva do negócio permitindo a um indivíduo imprimir ações e estratégias na criação de valor para a sociedade.

Neste contexto, surge o Empretec (Programa para Empresários e Futuros Empreendedores) que consiste em um programa destinado a estimular o desenvolvimento de empresários, mediante o reforço de características comportamentais, no qual teve como inspiração os estudos realizados pelo psicólogo David McClelland da Universidade de Harvard (EUA), na década de 1960. McClelland (1961) identificou nos empresários bem-sucedidos um elemento psicológico marcante denominado por ele próprio de “motivação da realização” ou “impulso para melhorar”.

No Brasil, a aplicação da metodologia do Empretec começou a partir da assinatura do Projeto Empretec (Projeto BRA/89/014), implantado em 1993, fruto da parceria entre o Sebrae, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo Brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (Campelli et al, 2011).

Dessa maneira, surge o modelo de Cooley (1990), revisado e adaptado do modelo de competências de McClelland (1973), sendo voltado especificamente para os empreendedores. Ele lista 10 características comportamentais ou competências empreendedoras próprias de

empreendedores bem-sucedidos: busca de oportunidade e iniciativa (1=BOI), persistência (2=PER), comprometimento (3=COM), exigência de qualidade e eficiência (4=EQE), correr riscos calculados (5=CRC), estabelecimento de metas (6=EDM), busca de informações (7=BDI), planejamento e monitoramento sistemático (8=PMS), persuasão e rede de contatos (9=PRC) e independência e autoconfiança (10=IAC).

Essa classificação é utilizada hoje pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e também pelo SEBRAE, no Brasil, para programas de capacitação dos empreendedores, como o Programa para Empresários e Futuros Empreendedores – EMPRETEC (Honma, 2007). Abaixo o quadro detalhado das competências empreendedoras:

Quadro 1: Competências empreendedoras

Categories Analíticas	Elementos de Análise
Busca de oportunidade e iniciativa	Aproveitar oportunidades fora do comum para começar novo negócio, obter financiamento, equipamentos terrenos, local de trabalho ou assistência.
	Fazer as coisas antes de solicitado, ou antes, de forçado pelas circunstâncias.
Persistência	Agir diante de um obstáculo significativo.
	Agir repetidamente ou mudar para uma estratégia alternativa, a fim de enfrentar desafios ou superar obstáculos.
	Fazer sacrifícios pessoais ou despendar esforços extraordinários para completar tarefas.
Comprometimento	Juntar-se aos empregados ou colocar-se no lugar deles, se necessário, para terminar trabalhos.
	Assumir responsabilidade pessoal pelo desempenho que visa à consecução de metas e objetivos.
	Esmerar-se em manter os clientes satisfeitos e colocar em primeiro lugar a boa vontade de longo prazo, acima do lucro de curto prazo.
Exigência de qualidade e Eficiência	Agir de maneira a fazer as coisas que satisfazem ou excedem padrões de excelência.
	Encontrar maneiras de fazer as coisas de forma melhor, mais rápida e/ou barata.
	Desenvolver ou utilizar procedimentos para assegurar que o trabalho seja terminado a tempo ou que o trabalho atenda a padrões de qualidade previamente combinados.
Correr riscos Calculados	Avaliar alternativas e calcular riscos deliberadamente.
	Agir para reduzir os riscos ou controlar os resultados.
	Colocar-se em situações que implicam desafios ou riscos moderados.
Estabelecimento de metas	Estabelecer metas e objetivos que são desafiantes e que têm significado pessoal.
	Definir objetivos de longo prazo, claros e específicos.
	Estabelecer metas de curto prazo mensuráveis.
Busca de informações	Dedicar-se pessoalmente a obter informações de clientes, fornecedores e concorrentes.
	Investigar pessoalmente como fabricar produto ou como fornecer serviço.
	Consultar especialistas para obter assessoria técnica ou comercial.
Planejamento e Monitoramento sistemáticos	Planejar dividindo tarefas de grande porte em subtarefas com prazos definidos.
	Revisar os planos feitos, baseando-se em informações sobre o desempenho real e em novas circunstâncias.
	Manter registros financeiros e utilizá-los para tomar decisões.
Persuasão e rede de contatos	Utilizar estratégias deliberadas para influenciar ou persuadir os outros.
	Utilizar pessoas chaves como agentes de consecução dos seus próprios objetivos.
	Agir para desenvolver e manter relações comerciais.
Independência e Autoconfiança	Buscar autonomia em relação a normas e controles de outros.
	Manter seu ponto de vista, mesmo diante da oposição ou de resultados desanimadores.
	Expressar confiança na sua própria capacidade de completar tarefas difíceis ou de enfrentar desafios.

Fonte: COOLEY, L. *Entrepreneurship Training and the strengthening of entrepreneurial performance. Final Report.* Washington: USAID, 1990.

McClelland (1973), em seu trabalho, alocou as 10 competências fundamentais para os empreendedores em três grupos de atividades, conforme se demonstra abaixo:

- a) Realização - busca de oportunidade e iniciativa (1=BOI), persistência (2=PER), comprometimento (3=COM), exigência de qualidade e eficiência (4=EQE), correr riscos calculados (5=CRC).

- b) Planejamento - estabelecimento de metas (6=EDM), busca de informações (7=BDI), planejamento e monitoramento sistemático (8=PMS).
- c) Poder - persuasão e rede de contatos (9=PRC) e independência e autoconfiança (10=IAC).

A partir do exposto, pode-se inferir que os indivíduos para apresentarem um comportamento empreendedor deverão possuir e/ou desenvolver inicialmente traços de personalidade, características pessoais e/ou atitudes globais. É importante ressaltar que o desenvolvimento destas características comportamentais, de acordo com McClelland (1961) pode ocorrer por meio da cultura, das experiências e da aprendizagem, refutando assim a existência de uma relação entre genética e empreendedorismo, ou seja, os fatores que caracterizam os empreendedores não seriam natos de um indivíduo, mas sim moldados pelo ambiente (Pacheco; Brito, 2020).

Yazdanfar et al. (2014) destacam que o desenvolvimento de competências empreendedoras está ligado à educação empreendedora. A ligação do desenvolvimento dessas competências empreendedoras com uma educação empreendedora é razão fundamental para que realmente haja a intervenção do indivíduo no ambiente dele, por meio de suas ações.

3 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO

Na formação empreendedora, o comportamento esperado do estudante vai ao encontro dos conhecimentos, habilidades e atitudes que compõem o sujeito empreendedor. Dessa forma, os objetivos propostos de ensino-aprendizagem devem levar o estudante a ser capaz de: conscientizar-se sobre o que é o empreendedorismo, ser criativo, ser inovador, descobrir uma oportunidade, planejar e abrir um novo negócio, fazer previsões, assumir riscos, persistir, lidar com conflitos, adquirir autocontrole, aprender com a tomada de decisão, erros e acertos, trabalhar em equipe, formar uma rede de contatos e administrar o negócio de forma sustentável (Elmuti et al., 2012).

Lima et. al. (2015) ressaltam que essa proposta de ensino permite aos estudantes se beneficiarem com o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades empreendedoras mesmo que não queiram ter um negócio próprio. Os autores evidenciam que a educação empreendedora estimula o pensamento criativo, a geração de inovações e o aumento do nível de autoestima e responsabilidade dos estudantes.

Neste sentido, Lopes (2017, p. 23) apresentou o conceito de educação empreendedora, desenvolvido pela Comunidade Europeia, como “[...] aquela que se refere ao desenvolvimento de habilidades e do espírito empreendedor pelos aprendizes, de modo que se tornem capazes de transformar ideias criativas em ação”.

Mwasalwiba (2011) identificou os principais termos utilizados como objetivos do ensino de empreendedorismo, tais como: o desenvolvimento de habilidades, intenções, comportamentos empreendedores, a identificação de oportunidades, o aumento do espírito empreendedor, o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, a criação e gestão de novos negócios e a contribuição com a sociedade.

Para alcançar esse resultado, o Relatório do Estudo GUESSS Brasil (Lima et. al., 2014) aponta iniciativas através das quais as instituições de ensino superior e os estudantes podem contribuir de modo significativo na melhoria da educação empreendedora. Essas iniciativas, por exemplo, podem ser cultivadas através de ambientes ricos em diversidade de experiência, de possibilidades de exploração de recursos pessoais e dirigidos à ampliação de horizontes e de perspectivas, focando não somente na geração de conhecimentos e habilidades específicos e na tradicional ênfase na preparação de futuros empregados.

O objetivo central da educação empreendedora deve ser diferente da típica educação em negócios. A educação empreendedora deve focar em negociação, liderança, desenvolvimento de novos produtos, pensamento criativo e exposição à inovação tecnológica, entre outros (Martens; Freitas, 2008).

No ensino de empreendedorismo, Henrique e Cunha (2006), destacam a preferência por práticas pedagógicas que incitem a ação do aluno (plano de negócios, simulação de negócios, jogos, desenvolvimento de empresas ou

produtos virtuais ou reais, visitas a empresas e empreendedores e estudos de caso). O estudo retrata uma realidade encontrada em diversos países.

Dolabela e Filion (2013) também apontam essa característica de que os empreendedores são orientados para a ação. Investigando referenciais para a educação empreendedora, os autores resgatam propostas de aprendizagem orientadas para a ação: aprendizagem experiencial; aprendizagem pela ação; aprendizagem contextual (processo de construir o significado a partir da interação social e da experiência); aprendizagem centrada em problemas e aprendizagem cooperativa (trabalhar em grupos heterogêneos exercitando a liderança, a comunicação, a coesão de equipe etc.).

Estudiosos da educação empreendedora têm defendido uma linha pedagógica mais voltada para a prática como mais apropriada para o ensino do empreendedorismo. A aula tradicional expositiva pode ser utilizada para repassar aspectos teóricos e culturais do empreendedorismo, direcionando os demais aspectos da ação empreendedora para métodos e recursos pedagógicos mais dinâmicos (Ruskovaara et al., 2010).

Além do desenvolvimento do empreendedorismo tradicional, voltado para a criação, abertura e gestão de novos negócios, uma educação empreendedora deve abranger o empreendedorismo e a inovação social, que possuem foco em alcançar também resultados e benefícios que contribuam com a esfera social, econômica e cultural (Oliveira; Melo; Muylder, 2015).

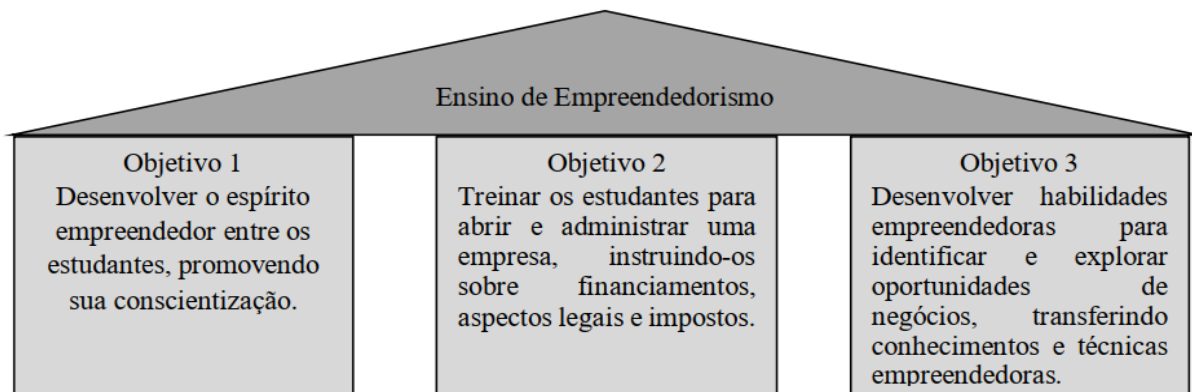
O que se constata é que as universidades que buscam promover o empreendedorismo ainda o fazem exclusivamente focado nas áreas de administração de negócios e tecnologia, isolando-o das demais disciplinas, como a psicologia, a sociologia, a educação, e demais áreas que se preocupam com o entendimento do comportamento humano (Lorentz, 2015).

O ensino do empreendedorismo no meio universitário é uma tendência. Há maior concentração de disciplinas voltadas ao ensino de empreendedorismo em cursos de Administração, Engenharias, e Ciência da Computação e Informação (Martens; Freitas, 2008).

Nesse contexto, a European Commission Enterprise and Industry Directorate-General (European Commission, 2008) apresenta uma estrutura para a educação empreendedora no ensino superior dividida em três objetivos:

(a) desenvolver espírito empreendedor entre os estudantes, (b) treinar estudantes para abrir uma empresa e administrá-la, (c) desenvolver habilidades empreendedoras necessárias para identificar e explorar oportunidades de negócios.

Figura 1: Pilares dos Objetivos do Ensino do Empreendedorismo.



Fonte: Baseado na proposta da *European Commission Enterprise and Industry Directorate-General*. (2008).

Rocha e Freitas (2014) enfatizam que a miríade de opções pedagógicas existentes é o resultado da especificidade da formação empreendedora, que requer modelos de ensino que permitam ao aluno desenvolver as habilidades e técnicas por meio de experiências práticas durante a sua aprendizagem. Os autores também elencam métodos, técnicas e recursos, e suas respectivas aplicações, reproduzidos no quadro a seguir.

Quadro 2: Métodos, Técnicas e Recursos Pedagógicos para a Educação Empreendedora

Métodos, técnicas e recursos	Aplicações
Aulas expositivas	Transferir conhecimentos sobre o empreendedorismo, as características pessoais do empreendedor, os processos de inovação, fontes de recursos, financiamentos e aspectos legais de pequenas empresas.
Visitas e contatos com empresas	Estimular o <i>networke</i> incitar o estudante a sair dos limites da instituições de ensino superior para entender o funcionamento de mercado na vida real. Desenvolver visão de mercado.
Plano de negócios	Desenvolver as habilidades de planejamento, estratégia, marketing, contabilidade, recursos humanos, comercialização. Desenvolver a habilidade de avaliação do novo negócio, analisando o impacto da inovação no novo produto ou serviço. Construir habilidade de avaliar e dimensionar riscos do negócio pretendido.
Estudos de casos	Construção da habilidade de pensamento crítico e de avaliação de cenários e negócios. Desenvolver a habilidade de interpretação e definição de contextos associados ao empreendedorismo.
Trabalhos teóricos em grupo	Construção da habilidade de aprender coletivamente. Desenvolver a habilidade de pesquisar, dialogar, integrar e construir conhecimentos, buscar soluções e emitir juízos de valor na realização do documento escrito.
Trabalhos práticos em grupo	Construção da habilidade de atuar em equipe. Desenvolver a habilidade de planejar, dividir e executar tarefas em grupo, de passar e receber críticas construtivas. Ampliar a integração entre o saber e o fazer.
Grupos de discussão	Desenvolver a habilidade de testar novas ideias. Desenvolver a capacidade de avaliar mudanças e prospectá-las como fonte de oportunidades.
<i>Brainstorming</i>	Construção da habilidade de concepção de ideias, prospecção de oportunidades, reconhecendo as como oportunidades empreendedoras. Estimular o raciocínio intuitivo para criação de novas combinações de serviços ou produtos, transformando-as em inovações.
Seminários e palestras com empreendedores	Transferir conhecimentos das experiências vividas por empreendedores desde a percepção e criação do produto, abertura do negócio, sucessos e fracassos ocorridos na trajetória empreendedora.
Criação de empresa	Transpor as informações do plano de negócios e estruturar os contextos necessários para a formalização. Compreender várias etapas da evolução da empresa. Desenvolver a habilidade de organização e planejamento operacional.
Aplicação de provas dissertativas	Testar os conhecimentos teóricos dos estudantes e sua habilidade de comunicação escrita.
Atendimento individualizado	Desenvolver a habilidade de comunicação, interpretação, iniciativa e resolubilidade. Aproximar o estudante do cotidiano real vivido nos pequenos negócios.
Trabalhos teóricos individuais	Construção da habilidade de geração de conhecimento individualizado, estimulando a autoaprendizagem. Induzir o processo de autoaprendizagem.
Trabalhos práticos individuais	Construção da habilidade da aplicação dos conhecimentos teóricos individuais, estimulando a autoaprendizagem. Estimular a capacidade laboral e de autorrealização.
Criação de produto	Desenvolver habilidade de criatividade, persistência, inovação e senso de avaliação.
Filmes e vídeos	Desenvolver a habilidade do pensamento crítico e analítico, associando o contexto assistido com o conhecimento teórico. Estimular a discussão em grupo e o debate de ideias.
Jogos de empresas e simulações	Desenvolver a habilidade de criar estratégias de negócios, solucionar problemas, trabalhar e tomar decisões sob pressão. Aprender pelos próprios erros. Desenvolver tolerância ao risco, pensamento analítico, comunicação intra e intergrupais.
Sugestão de leituras	Prover ao estudante teoria e conceitos sobre o Empreendedorismo. Aumentar a conscientização do ato empreendedor.
Incubadoras	Proporcionar ao estudante espaço de motivação e criação da nova empresa, desenvolvendo múltiplas competências, tais como habilidades de liderança, organizacionais, tomada de decisão e compreender as etapas do ciclo de vida das empresas. Estimular o fortalecimento da <i>network</i> com financiadores, fornecedores e clientes.
Competição de planos de negócios	Desenvolver habilidades de comunicação, persuasão e estratégia. Desenvolver capacidade de observação, percepção e aplicação de melhorias no padrão de qualidade dos planos apresentados. Estimular a abertura de empresas mediante os planos vencedores.

Fonte: (Rocha; Freitas, 2014, p. 469).

Como descrito no quadro anterior, a educação empreendedora possui especificidades que a diferem da educação tradicional. Para se desenvolver o “saber ser”, o “aprender a aprender”, o “saber tornar-se” e o “saber passar à ação”, próprios do indivíduo empreendedor, são necessárias novas formas de relação e interação dos elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a compreensão da natureza empreendedora e de como se manifesta o ser empreendedor pode nortear as ações a serem realizadas com o propósito de se criar ambientes educacionais que desenvolvam sujeitos empreendedores (Schaefer; Minello, 2016).

CONCLUSÃO

O presente artigo traz um estudo sobre a educação empreendedora, o qual aborda os conceitos de empreendedorismo, empreendedor, avança para as competências empreendedoras e relaciona-se métodos para desenvolver a educação empreendedora.

O objetivo geral foi abordar a importância de desenvolver competências empreendedoras através de métodos baseados na educação empreendedora. Já os objetivos específicos foram abordar os conceitos de empreendedor e empreendedorismo para embasar a discussão da temática, demonstrar o modelo estruturado de competências empreendedoras e apresentar métodos para desenvolver a educação empreendedora.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, foi realizada uma pesquisa teórica abordando temas relativos ao assunto, perpassando sobre empreendedorismo, empreendedor, competências empreendedoras e, finalmente, educação empreendedora.

A prática das últimas décadas tem demonstrado, como ressalta Dolabela (2008), que é possível que qualquer pessoa aprenda a ser empreendedor. Ou seja, já se sabe que é possível ensinar empreendedorismo (Kuratko, 2005), mas é necessário que os professores cruzem a barreira entre a academia e o mundo real, garantindo que os alunos tenham acesso a mais do que histórias interessantes sobre os empreendedores, para se aprofundarem nos problemas reais enfrentados na abertura de novos negócios.

Lima et. al. (2014) complementam que estudantes das mais variadas áreas podem desenvolver o interesse em ter seu próprio negócio, como um consultório dentário, uma empresa de serviços de *personal trainer*, uma empresa de cuidados médicos em domicílio, enfermagem ou fisioterapia e um comércio.

No entanto, é necessário uma orientação e direcionamento, o que passa pelo incentivo ao empreendedorismo nas salas de aula e fora delas pelo desenvolvimento adequado de competências empreendedoras através da educação empreendedora, o qual desperta a confiança nos estudantes e na população a empreender, ter seu negócio próprio e, conseqüentemente, gerar desenvolvimento local e regional.

Portanto, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, pois conseguiu-se realizar a investigação teórica em todos os aspectos inicialmente elaborados.

Porém, nota-se certa lacuna quanto à implantação prática de estudos sobre os temas em ambientes educacionais, em especial no Ensino Superior, o qual justifica pesquisas futuras a respeito da implantação e do desenvolvimento desses métodos de competências empreendedoras, utilizando-se como meio a educação empreendedora.

Dessa forma, destaca-se as contribuições da pesquisa realizada para o constructo teórico da temática, para discussões e aprofundamento maior do assunto e, conseqüentemente, para o crescimento e implementação de novos negócios.

Como limitações desse estudo, apresenta-se a investigação ter sido realizada em apenas de forma teórica, através de pesquisas bibliográficas, não realizado na prática acadêmica e profissional a aplicação dos modelos de competências e educação empreendedora propostos no artigo.

Em relação a sugestões para pesquisas futuras, ressalta-se em aumentar o tamanho da amostra da pesquisa, na forma teórica, propor a aplicação na prática acadêmica devido a importância do tema, além de obter o real impacto em mudanças de características nos acadêmicos e profissionais impactados pela educação empreendedora.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. **Empreendedorismo**: conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 25–38, 2014.
- CAMPELLI, M. G. R. et al. **Empreendedorismo no Brasil**: situação e tendências. Revista de Ciências da Administração, p. 133–151, 2011.
- CHOUHAN, V. S.; SRIVASTAVA, S. **Understanding Competencies and Competency Modeling** - a literature survey. IOSR Journal of Business and Management, v. 16, p. 14-22, 2014.
- COOLEY, L. **Entrepreneurship Training and the Strengthening of Entrepreneurial Performance**. *Final Report. Contract No. DAN-5314-C-00-3074-00*. Washington: USAID, 1990.
- CRISTÓVÃO DA CRUZ, W. **Gestão de Pessoas**: um estudo acerca do recrutamento e seleção de pessoal. Revista OWL (OWL Journal), [S. l.], v. 1, n.1, p. 14–29, 2023. Disponível em: <<https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/6>>. Acesso em: 03 dez. 2024.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOLABELA, F.; FILION, L. J. **Fazendo Revolução no Brasil**: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v.3, n.2, p. 134-181, 2013.
- DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- ELMUTI, D.; KHOURY, G.; OMRAN, O. **Does entrepreneurship education have a role in developing entrepreneurial skills and venture seff ectiveness?** Journal of Entrepreneurship Education, 15(1) 83-98, 2012.
- EUROPEAN COMMISSION ENTERPRISE AND INDUSTRY DIRECTORATE-GENERAL. **Entrepreneurship in Highereducation, Especially in Non-Business Studies**: final report of the expert group. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/files/support_measures/training_education/entr_high_ed_en.pdf, 2008>. Acesso em: 10 ago. 2023.

- FEUERSCHÜTTE, S. G.; ALPERSTEDT, G. D. **Empreendedorismo e Competência**: um ensaio sobre a complementaridade e a convergência dos construtos. In: ENANPAD: 2008. Anais...Rio de Janeiro/RJ.
- FILION, L. J. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Tradução: Maria Letícia Galizzi e Paulo Luiz Moreira. Revista de Administração, São Paulo, v.34, n.2, p.05-28, abr./jun. 1999.
- GARAVAN, T.; O' CINNEIDE, B. **Entrepreneurship Education and Training Programs**: a review of and evaluation. Journal of European Industrial Training, v. 8, n. 8, p. 3-12, 1994.
- HENRIQUE, D. C; CUNHA, S. K. **Metodologias, Recursos e Práticas Didáticas Pedagógicas no Ensino de Empreendedorismo em Cursos de Graduação e Pós-Graduação Nacionais e Internacionais**. In: encontro da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, 30., 2006, Salvador/BA. Anais...Salvador: ANPAD, 2006.
- HISRICH, R.; PETERS, M. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.
- HONMA, E. T. **Competências Empreendedoras**: estudo de casos múltiplos no setor hoteleiro em Curitiba. 2007, 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade. **Empreendedorismo no Brasil**: 2006. Relatório Executivo. Curitiba: IBQP, 2007.
- KURATKO, D. F. **The Emergence of Entrepreneurship Education**: development, trends, and challenges. Entrepreneurship Theory and Practice, 29(5), 577-598. Doi: 10.1111/j.1540- 6520.2005.00099.x, 2005.
- LIMA, E., NASSIF, V. M. J., LOPES, R. M. A., SILVA, D. **Educação Superior em Empreendedorismo e Intenções Empreendedoras dos Estudantes – Relatório do Estudo GUESSS Brasil 2013-2014**. Grupo APOE – Grupo de Estudo sobre Administração de Pequenas Organizações e Empreendedorismo, PPGA-UNINOVE. Caderno de pesquisa, n. 2014-03. São Paulo: Grupo APOE. 2014.
- LIMA, E.; LOPES, R. M. A.; NASSIF, V. M. J.; SILVA, D. **Ser seu Próprio Patrão?** Aperfeiçoando-se a educação superior em empreendedorismo. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, art. 1, pp. 419-439, Jul./Ago.2015.
- LIZOTE, S. A. *et al.* **Empreendedorismo**: uma investigação empírica acerca das relações entre competências empreendedoras e conduta intraempreendedora. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

LOPES, Rose Mary Almeida (org.). **Ensino de Empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LORENTZ, M. H. N. **O Comportamento Empreendedor de Diretores da UFSM e sua Percepção quanto à Universidade Empreendedora.** 2015. 155 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Administração. 2015.

MAN, T. W.; LAU, T. **Entrepreneurial Competencies of SME owner/managers in the Hong Kong Services Sector:** *Journal of Enterprising Culture*, v. 8, n. 3, pp. 235-254, 2000.

MARTENS, C. D. P.; FREITAS, H. M. R. **Influência do Ensino de Empreendedorismo nas Intenções de Direcionamento Profissional dos Estudantes.** *Estudo & Debate*, v. 15, n. June, p. 71–95, 2008.

MCCLELLAND, D. C. **The Achieving Society.** Retrieved from <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015003646802&view=1up&seq=532>, 1961.

MCCLELLAND, D. C. **Testing for Competence Rather Than for Intelligence.** *American Psychologist*, 28(1), 1., 1973.

MITCHELMORE, S.; & ROWLEY, J. **Entrepreneurial Competencies: a literature review and development agenda.** *International Journal of Entrepreneuria Behavior & Research*, v. 16, n. 2, pp. 91-111, 2010.

MWASALWIBA, E. S. **Entrepreneurship Education: a review of its objectives, teaching methods, and impact indicators.** *Education + Training*, v. 52, n. 1, pp. 20-47, 2011.

NASSIF, V. M. J.; ANDREASSI, T.; SIMÕES, F. **Competências Empreendedoras: há diferenças entre empreendedores e intraempreendedores?** *Revista de Administração e Inovação - RAI*, v. 8, n. 3, p. 33–54, 2011.

OLIVEIRA, A. G.; MELO, M. C. DE O. L.; DE MUYLDER, C. F. **Educação Empreendedora: o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de Ensino Superior.** *Revista Administração em Diálogo - RAD*, v. 18, n. 1, p. 29, 2015.

PACHECO, M. G. A.; BRITO, R. P. de. **Avaliando o Comportamento Empreendedor.** *Revista de Administração Contemporânea*, 2020.

ROCHA, E. L. C., FREITAS, A. A. F. **Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor.** *RAC*, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, art. 5, pp. 465-486, Jul. /Ago. 2014.

RUSKOVAARA, E.; PIHKALA, T.; RYTKÖLÄ, T.; SEIKKULA-LEINO, J. **Studying Teachers' Teaching Methods and Working Approaches in Entrepreneurship Education.** Proceedings of the SEU Conference, Tartu, Estonia, 22, 2010.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. **Educação Empreendedora: premissas, objetivos e metodologias.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 10, n. 3, p. 60, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, Nova Cultura, 1988.

SNELL, R.; LAU, A. **Exploring Local Competencessalient for Expanding Small Business.** Journal of Management Development, 13(4), 4-15, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 16. ed., 2016.

YAZDANFAR, D.; ABBASIAN, S.; HELLGREN, C. **Competence Development and Performance Among Swedish Micro Firms.** European Journal of Training and Development, Reino Unido, UK, V. 38, n 3, p. 162 - 179, 2014.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. **Competências Empreendedoras e Processos de Aprendizagem Empreendedora: modelo conceitual de pesquisa.** Cadernos Ebape. BR, v. 9, 2011.

ZARPELLON, S. C. **O Empreendedorismo e a Teoria Econômica Institucional.** Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía, 1(1), pp. 47-55, 2010.

GESTÃO RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A OSM (ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS) EM UMA PROPRIEDADE RURAL

Mariéli Naumann¹
Martin Gabriel Wandscher Centa²
Lauri Aloísio Heckler³
Mônica Stormowski⁴
Natalie Schmidt de Oliveira⁵

RESUMO

O artigo desenvolveu-se através de um estudo de caso sobre a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em uma propriedade rural de Cândido Godói/RS. Buscou-se identificar como as ferramentas da OSM (Organização, Sistemas e Métodos) podem contribuir para melhorar a eficiência dos trabalhos realizados no ramo rural. Para alcançar esse resultado desenvolveu-se o objetivo geral de analisar as ferramentas da OSM (Organização, Sistemas e Métodos) que podem contribuir para melhorar a gestão da pequena propriedade rural e, os objetivos específicos, identificar as ferramentas utilizadas na propriedade rural em estudo; pesquisar quais são as ferramentas que se enquadram e contribuem para uma pequena propriedade rural; propor a utilização das ferramentas mais adequadas para a propriedade estudada. O estudo traz a importância do conhecimento sobre a Organização, Sistemas e Métodos para aplicação na atividade rural, propondo mais praticidade e, conseqüentemente, contribuindo para as execuções das atividades se tornarem mais eficientes no dia a dia. O referencial teórico traz aspectos sobre a administração rural, ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) e a aplicação das ferramentas no ramo rural. A categorização da pesquisa em relação à natureza foi classificada como teórica, o tratamento dos dados realizou-se de forma qualitativa, a pesquisa classificou-se como explicativa e a conduta em relação aos dados foi através de um estudo de caso. Diante disso, concluiu-se que é necessário implementar, continuar e aprimorar aspectos

¹ Acadêmica do Curso de Administração - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. marielinaumann@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Administração - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. martingabrielhz3@gmail.com

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁴ Mestranda e especialista em Finanças e Controladoria. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. monicast@fema.com.br

⁵ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

relacionados ao *layout*, registro de atividades e fluxograma, visando o aumento da produtividade da propriedade.

Palavras-chave: Agricultura; Ferramentas; Eficiência.

ABSTRACT

The article was developed through a case study on OSM (Organization, Systems and Methods) in a rural property in Cândido Godói/RS. The aim was to identify how OSM (Organization, Systems and Methods) tools can contribute to improving the efficiency of work carried out in the rural sector. To achieve this result, the general objective was to analyze the OSM (Organization, Systems and Methods) tools that can contribute to improving the management of small rural properties and, the specific objectives, to identify the tools used in the rural property under study; to research which tools fit and contribute to a small rural property; to propose the use of the most appropriate tools for the property studied. The study brings the importance of knowledge about Organization, Systems and Methods for application in rural activity, proposing more practicality and, consequently, contributing to the execution of activities becoming more efficient on a daily basis. The theoretical framework brings aspects of rural administration, OSM (Organization, Systems and Methods) tools and the application of tools in the rural sector. The research categorization in relation to its nature was classified as theoretical, the data treatment was carried out in a qualitative way, the research was classified as explanatory and the conduct in relation to the data was through a case study. In view of this, it was concluded that it is necessary to implement, continue and improve aspects related to the layout, activity record and flowchart, aiming at increasing the productivity of the property.

Keywords: Agriculture; Tools; Efficiency.

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso sobre a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em uma propriedade rural. Através disso, o tema ficou delimitado como: “Gestão Rural: um estudo de caso sobre a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em uma propriedade rural de Cândido Godói/RS”. A problematização da pesquisa buscou identificar como essas ferramentas podem contribuir para melhorar a eficiência das atividades da propriedade.

A OSM (Organização, Sistemas e Métodos) no ramo rural se torna essencial para que aconteça o estabelecimento adequado das tarefas que devem ser realizadas por cada pessoa, a definição mais eficaz do *layout* da propriedade, tornando os processos operacionais mais ágeis e também a implementação de fluxogramas das atividades e processos e registro de atividades.

Para conseguir alcançar o tema proposto, estabeleceu-se como objetivo geral, analisar as ferramentas da OSM (Organização, Sistemas e Métodos) que podem contribuir para melhorar a gestão da pequena propriedade rural. E os objetivos específicos, identificar ferramentas de Organização, Sistemas e Métodos utilizadas na propriedade rural em estudo; pesquisar quais são as ferramentas que se enquadram e contribuem para uma pequena propriedade rural do interior de Cândido Godói/RS; propor a utilização das ferramentas mais adequadas para a propriedade estudada.

Para a realização da análise, a categorização da pesquisa em relação a natureza foi bibliográfica, onde os dados foram coletados através de teorias das ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) estudadas por autores como Medeiros, Chiavenato, Carreira, Cruz, Oliveira e Neumann. Quanto ao tratamento dos dados, a pesquisa foi qualitativa, onde os resultados foram apresentados com descrições verbais. A geração de dados foi realizada através de uma documentação direta, o levantamento dos dados foi realizado na propriedade rural através de uma observação direta intensiva, utilizando técnicas de observação do que está sendo feito na propriedade. A abordagem utilizada nesta pesquisa foi o método dedutivo, que parte das teorias e conhecimentos já existentes.

Para que os objetivos fossem alcançados e para a construção da conclusão, o artigo se dividiu em referencial teórico, que compreende a administração rural, as ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) e a aplicação dessas ferramentas no ramo rural, e na metodologia, que compreende a categorização da pesquisa, geração de dados, análise e interpretação desses dados, apresentação da propriedade e o estudo de caso.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico, foi possível buscar conceitos já estabelecidos sobre o tema. Diante disso, os seguintes temas estão abordados: aspectos sobre a administração rural; ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos); e a aplicação das ferramentas no ramo rural.

1.1 ADMINISTRAÇÃO RURAL

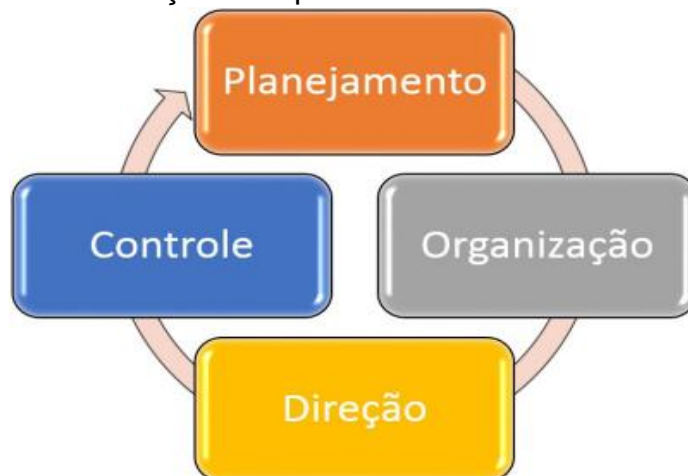
Inicialmente, para compreender o que é e como funciona a administração rural, deve-se assimilar com a função da administração. De acordo com Chiavenato, podemos atribuir à administração a função de:

[...] conduzir adequadamente uma atividade organizada capaz de criar e produzir resultados. Isso tanto pode significar produzir cada vez mais com cada vez menos quanto agregar mais valor a toda a cadeia produtiva, ou, ainda, planejar, organizar e dirigir a organização de forma rentável e sustentável ao longo do tempo (Chiavenato, 2021, p. 1).

Com o conceito geral de administração, é possível fazer uma relação com o ramo rural. Conforme Sygma Sistemas, a administração rural é um ramo da ciência que estuda como tomar decisões corretas, isso em relação a recursos disponíveis, como: dinheiro e capital humano (quadro de funcionários). O gerenciamento desses aspectos, na verdade, faz parte da administração, no geral. A diferença é que, aqui, a administração fica voltada para o agronegócio e para a agropecuária (Sygma Sistemas, 2022).

De acordo com a Ilustração 1, para que a administração rural aconteça de forma adequada, é importante seguir os 4 pilares fundamentais do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle.

Ilustração 1: O processo administrativo



Fonte: Medeiros (2019, p. 109).

No primeiro momento, a propriedade deve pensar sobre tudo que poderá influenciar na sua trajetória e também o que ela deseja alcançar com o seu trabalho, deixando bem definida qual a sua missão, visão e valores, para conseguir atingir o sucesso em sua caminhada. Para Medeiros, “[...] o primeiro passo para o sucesso de uma empresa é que ela precisa se conhecer. Além disso, precisa conhecer o ambiente onde ela está inserida e ter clareza dos seus objetivos” (Medeiros, 2019, p. 110).

Com a elaboração da missão, visão e valores, a propriedade consegue ter mais clareza para começar a desenvolver o seu planejamento. Dando ênfase em três horizontes, o planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional.

No planejamento estratégico acontece a definição das estratégias de longo prazo, em um período de 5 a 10 anos, essas estratégias não devem ser apresentadas de forma muito aprofundada e nem com um horizonte muito específico. Medeiros conceitua esse planejamento como:

[...] o primeiro é o longo prazo, em que são estabelecidas as principais estratégias da empresa. Por isso mesmo esse planejamento é chamado de estratégico. Nessa etapa, são abordados os aspectos mais abrangentes da companhia e são definidas as suas linhas principais de atuação, assim como seus objetivos e metas de longo prazo (Medeiros, 2019, p. 111).

O planejamento tático já possui um foco no médio prazo, período de 1 a 3 anos, deve ser definido e dividido entre as áreas da propriedade, realizando uma ponte entre o estratégico e o operacional, ele é responsável por:

[...] criar metas e condições para que os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico sejam atingidos. Por se tratar de um planejamento mais específico, as decisões devem ser tomadas por pessoas que ocupam cargos da média administração, o nível entre a alta direção e o operacional (Cruz, 2017, p. 79).

Por fim, o planejamento operacional é voltado para o curto prazo, período de 3 a 6 meses, e é separado por setores. Para Oliveira, ele é “[...] a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implementação de resultados específicos a serem alcançados pelas áreas funcionais da empresa” (Oliveira, 2023, p. 19).

Após a realização do planejamento, a propriedade deve focar na organização. Para Medeiros, “[...] o processo de organização deve ser conduzido de forma contínua, realizando ajustes sempre que necessário. A empresa deve ter sempre em mente que sua organização tem como objetivo fundamental alcançar as metas definidas no planejamento” (Medeiros, 2019, p. 113).

Quando a propriedade está alinhada para buscar alcançar as metas definidas, é preciso atentar-se a direção, que é a preparação das pessoas para realizar o que se deseja. A direção é a função administrativa:

[...] que envolve o uso de influência para ativar e motivar as pessoas a alcançar os objetivos organizacionais. Ela envolve relacionamento, interação, influenciação, liderança, comunicação e motivação das pessoas para que desempenhem as tarefas essenciais ao negócio. A direção representa, portanto, o processo de influenciar e orientar as atividades relacionadas às tarefas dos diversos membros da equipe ou da organização, como um todo (Chiavenato, 2021, p. 10).

Por fim, para que todo esse processo aconteça de forma eficiente e traga bons resultados para a propriedade, é preciso realizar o controle das operações que estão sendo realizadas para alcançar os objetivos propostos. Desta forma, para Medeiros, “[...] a função primordial do controle é detectar os desvios antes que eles assumam uma proporção que traga prejuízos à empresa. A função de

quem exerce o controle não é atribuir culpa, mas identificar as causas de problemas e corrigi-los” (Medeiros, 2019, p. 116).

Ainda, para uma boa administração rural podemos seguir um plano sobre a análise *SWOT*, que contribuirá para elaborar um planejamento estratégico e apresentar qualidades que deixam a propriedade mais competitiva em relação aos concorrentes.

A análise *SWOT* consiste na avaliação de fatores internos (pontos fortes e fracos) e externos (ameaças e oportunidades), como concorrência, economia e tecnologia. Essa avaliação possibilita uma conclusão mais embasada sobre as consequências da estratégia adotada, e sua posição perante o ambiente em que se encontra (Abdala, 2019, p. 87).

Na Ilustração 2, podemos observar uma representação de como pode ser realizada a divisão dessa análise, fazendo com que seja necessário observar cada um dos aspectos que ela engloba.

Ilustração 2: Análise *SWOT*

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	Forças	Fraquezas
Fatores externos	Oportunidades	Ameaças

Fonte: Abdala (2019, p. 87).

Na análise interna, de acordo com Abdala, “[...] a empresa deve buscar identificar quais os fatores são essenciais para o seu sucesso no mercado e quais são os mais deficientes” (Abdala, 2019, p. 87).

Os fatores internos, em uma propriedade rural, podem ser: mão de obra, estrutura, restrição ambiental e localização da propriedade. Esses fatores podem ser pontos fortes ou fracos dentro da propriedade, é necessário observar se eles estão trazendo vantagens ou desvantagens e realizar possíveis adaptações para proporcionar mais eficiência no trabalho do dia a dia.

E no ambiente externo, deve acontecer a “[...] avaliação das oportunidades e ameaças, fatores que não podem ser controlados pela empresa, mas que a empresa deve saber lidar com a forma como eles influenciam em seu negócio” (Abdala, 2019, p. 87).

Nestes fatores, para o ambiente rural, estão inclusos: fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, demográficos, tecnológicos e climáticos. O gestor rural não possui controle sobre eles, mas deve saber quais estratégias adotar quando acontece uma influência deles na propriedade.

Podemos concluir que, na maioria das propriedades rurais, o gestor e trabalhador são os mesmos para todas as áreas, ou seja, o próprio agricultor que realiza toda a parte da gestão e também as tarefas do dia a dia. Mesmo que isso aconteça, para obter maior eficiência e rentabilidade no trabalho, ele deve ter conhecimento sobre o processo administrativo e da análise *SWOT*.

1.2 FERRAMENTAS DE OSM (ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS)

A Organização, Sistemas e Métodos é responsável por auxiliar na otimização e estruturação dos processos que são necessários para o funcionamento adequado de uma organização. De acordo com Oliveira, a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) tem a função de dar suporte, estruturar e organizar todos os processos de uma empresa, objetivando reduzir tempo e custos para a realização de atividades (Oliveira, 2013).

A Organização consiste em utilizar os recursos disponíveis de forma a conseguir efetuar todas as tarefas necessárias. Para que os objetivos sejam alcançados, a empresa deve apresentar uma organização clara e definida, que seja de fácil compreensão por todos que trabalham na empresa.

Primeiramente, é preciso definir a estrutura organizacional, para que a empresa tenha bem dividida e organizada cada atividade que precisa ser executada e para alocar essas atividades para os funcionários que possuem as capacitações necessárias para aquela tarefa.

Planos, objetivos e metas são estabelecidos, processos desenhados, cargos criados, recursos organizados, controles estabelecidos, matéria-prima comprada, ordens de produção transmitidas, vendas realizadas, produtos distribuídos aos clientes, receitas e despesas realizadas. O processo é organizado para que cada funcionário o execute utilizando o seu perfil profissional e psicológico (Carreira, 2012, p. 257).

Após ser definida a estrutura organizacional da empresa, é importante realizar a departamentalização da forma mais coerente. De acordo com Carreira, esse processo consiste em criar um departamento onde existe uma combinação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, a união desses recursos busca realizar as atividades necessárias para alcançar os objetivos que foram propostos (Carreira, 2012).

Ainda, Cruz traz que para acontecer essa departamentalização de forma correta, é preciso observar os objetivos de agregação, controle, coordenação, enquadramento e processos.

Agregação: colocar os especialistas numa mesma unidade de trabalho a fim de possibilitar a troca de experiências e, conseqüentemente, maiores índices de produtividade e qualidade; Controle: as atividades devem ser agrupadas de forma que possam ser facilmente supervisionadas; Coordenação: obter unidade de ação agrupando atividades correlatas e de objetivos comuns em uma mesma unidade organizacional; Enquadramento: as atividades devem ser agrupadas em unidades, de acordo com suas características; Processos: organizar as atividades buscando agrupá-las dentro de unidades cujos objetivos sejam comuns e que atendam a clientes determinados (Cruz, 2021, p. 41).

Durante todo esse processo pode acontecer a delegação, centralização e descentralização. Esses conceitos são formas que a empresa pode escolher para que sejam tomadas as decisões necessárias para o bom funcionamento do negócio.

A delegação pode ser entendida como o processo onde uma pessoa que possui autoridade na empresa, passa suas responsabilidades para outra pessoa da organização executar. Para Oliveira, “delegação é o processo de transferência de determinado nível de autoridade de um chefe para seu subordinado, criando o correspondente compromisso pela execução da tarefa delegada” (Oliveira, 2013, p. 193).

A centralização consiste em um modelo de gestão onde todas as tomadas de decisão são feitas pela diretoria da empresa. De acordo com Oliveira, esse modelo pode trazer benefícios como: menor número de níveis hierárquicos; melhor uso dos recursos humanos, materiais, equipamentos, tecnológicos e financeiros; melhor possibilidade de interação no processo de planejamento,

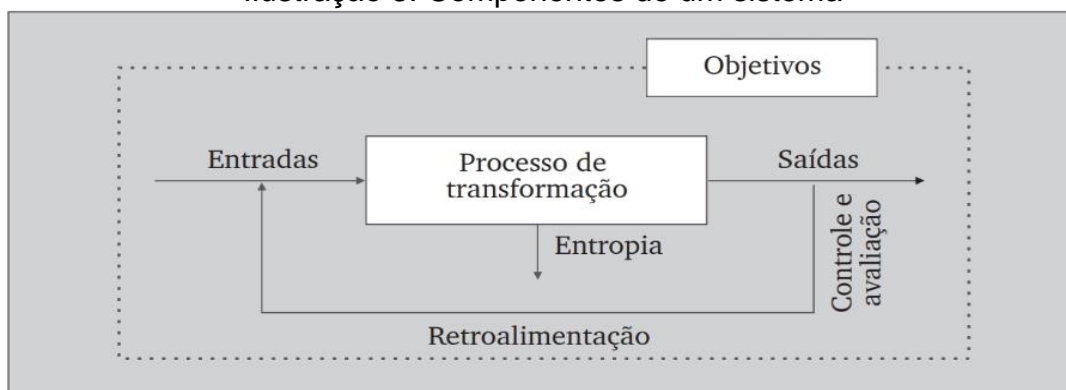
controle e avaliação; maior uniformidade em termos de processos técnicos e administrativos; decisões, principalmente as estratégicas, mais rápidas; e maior segurança nas informações (Oliveira, 2013).

Já a descentralização consiste em um modelo de gestão onde as tomadas de decisão acontecem por diferentes equipes, unidades ou departamentos. Para Oliveira, “descentralização é a menor concentração do poder decisório na alta administração da empresa, sendo, portanto, mais distribuído por seus diversos níveis hierárquicos” (Oliveira, 2013, p. 201).

Em relação aos Sistemas, eles contribuem para que ocorra um fluxo de trabalho mais eficiente e ágil entre todas as equipes da organização, ajudando a obter os resultados desejados pela empresa. Para Oliveira, “Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam função específica” (Oliveira, 2013, p. 6).

Na Ilustração 3, podemos analisar todos os componentes que envolvem um sistema, esses componentes devem sempre trabalhar de forma conjunta, para que o processo se torne rentável para a organização.

Ilustração 3: Componentes de um sistema



Fonte: Oliveira (2013, p. 8).

Para que seja implementado o sistema mais adequado para cada organização, primeiramente é preciso fazer o desenho do sistema, que consiste em projetar o sistema e analisar tudo que ele poderá ajudar ou prejudicar. Para Ballestero-Alvarez, “[...] durante o desenvolvimento do desenho do sistema deve-se ter em mente o impacto total que o sistema irá provocar na organização.

Assim, um desenho de sistema realmente integrado deverá contemplar as funções que executará, tanto com procedimentos como com programas” (Ballestero-Alvarez, 2015, p. 49).

Depois acontece o desenvolvimento do sistema, que é a produção do sistema que foi classificado como o mais vantajoso para o desenvolvimento do trabalho da organização.

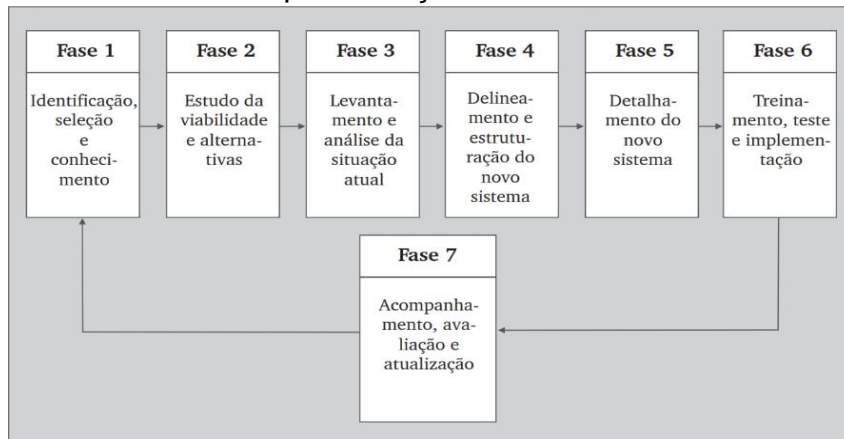
A finalidade básica desta fase é produzir efetivamente o sistema que foi definido e desenhado na fase anterior. Durante esta fase os subsistemas serão desenvolvidos individualmente em termos de programas e procedimentos; observe-se que não se pode, em momento algum, esquecer as inter-relações e interligações entre cada um deles, preparando-os para a implantação final (Ballestero-Alvarez, 2015, p. 88).

Por fim, acontece a implantação do sistema, onde ele é colocado em prática para ver se realmente se adapta na organização e para fazer possíveis alterações que se façam necessárias. Para Ballestero-Alvarez, “A implantação é o processo em que ocorre a colocação em funcionamento efetivo e prático do sistema desenvolvido. Aqui está incluído o processo de treinamento, reciclagem operacional, verificação de equipamentos” (Ballestero-Alvarez, 2015, p. 106).

Os Métodos são basicamente as formas como serão realizadas as atividades necessárias. Conforme Meu Artigo, por métodos entende-se que é um conjunto de ações realizadas por uma pessoa de forma pré-determinada, direcionada em relação ao exercício de uma tarefa (Meu Artigo, 2018).

Na Ilustração 4, podemos observar as fases para a escolha dos métodos mais adequados para cada organização, a realização de cada fase é muito importante para que sejam selecionados os métodos mais eficientes.

Ilustração 4: Fases da metodologia de levantamento, análise, desenvolvimento e implementação de métodos



Fonte: Oliveira (2013, p. 229).

Na fase 1 é preciso identificar os métodos existentes, entre eles selecionar os que mais se enquadram na empresa e adquirir o máximo de conhecimento possível sobre eles. Na fase 2, se faz necessário a realização de um estudo de viabilidade sobre os métodos e o apontamento das alternativas que aquele modelo permite, deixando mais claro quais métodos irão se enquadrar melhor na organização. De acordo com Oliveira, o objetivo da fase 2 é “[...] elaborar um relatório indicador dos possíveis meios de desenvolver o sistema, definindo os custos e os benefícios de cada alternativa” (Oliveira, 2013, p. 233).

Na fase 3 acontece o levantamento e análise da situação atual, que consiste em um olhar para observar como está a situação da empresa e o que ela necessita para melhorar, fazendo com que seja escolhido o método mais conveniente. Na fase 4 acontece a definição do que foi escolhido, tendo como objetivo “[...] conceituar e definir o sistema que será implantado, estabelecer clara e adequadamente as políticas em que se baseará o sistema e a organização necessária para operá-lo” (Oliveira, 2013, p. 248).

Na fase 5, acontece o detalhamento do sistema escolhido, trazendo o máximo de informações sobre aquele modelo, fazendo com que ele seja implantado da melhor maneira possível. Na fase 6, é realizado o treinamento dos funcionários que serão atingidos por essa nova mudança e, após os colaboradores estarem aptos para utilizar o novo sistema é feita a implementação dele.

Por fim, na fase 7, é feito o acompanhamento de como está a adaptação desse novo modelo, avaliando os resultados que estão sendo atingidos e fazendo atualizações se necessário. Em relação aos resultados, Oliveira traz que “o analista deve comparar os resultados alcançados com os anteriormente previstos, sendo que as variações significativas devem ser investigadas, visando determinar as causas” (Oliveira, 2013, p. 256).

Seguindo todas essas técnicas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos), as empresas conseguem instituir as melhores práticas para otimizar os desempenhos, moldar as organizações das equipes, mapear os fluxos de operação, distribuir corretamente os recursos e alinhar todos os procedimentos, para que seja realizado um trabalho mais ágil e eficiente.

1.3 APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE OSM (ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS) NO RAMO RURAL

As atividades agropecuárias são de extrema importância para a manutenção de toda a cadeia que envolve a sobrevivência da população. De acordo com Araújo, “[...] qualquer referência à “agricultura” relacionava-se a todo o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, das mais simples às mais complexas [...]” (Araújo, 2022, p. 3). O desenvolvimento dessas atividades é essencial para que aconteça o abastecimento de alimentos para a população e também para o ganho de capital dos produtores que realizam esses serviços.

Atualmente, a produção agropecuária vem crescendo e se desenvolvendo cada vez mais, trazendo grandes impactos positivos para a economia brasileira. Conforme o Cepea, considerando o desempenho da economia brasileira como um todo, o PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio corresponde a 23,8% do PIB do Brasil (Cepea, 2024).

Em relação ao município onde se encontra a propriedade a ser estudada, que é Cândido Godói/RS, as atividades agropecuárias representam grande parte da economia de todo o município. Conforme Caravela, o PIB (Produto Interno Bruto) da cidade é de cerca de R\$ 358,4 milhões de reais, sendo que 43,6% do valor adicionado advém da agropecuária (Caravela, 2024).

Para que aconteça a manutenção adequada das propriedades rurais é importante que ocorra a administração adequada do negócio, buscando sempre as melhores formas de realizar as tarefas, fazendo com que sejam alcançados os resultados de forma mais eficiente. Com o objetivo de contribuir na parte da administração é necessário levar em consideração as ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) que podem auxiliar nesse processo.

A OSM (Organização, Sistemas e Métodos) no ramo rural se torna essencial para que aconteça o estabelecimento adequado das tarefas que devem ser realizadas por cada pessoa, a definição mais eficaz do *layout* da propriedade, tornando os processos operacionais mais ágeis e também a implementação de fluxogramas e registro de atividades. O Agro Planning, traz que nas empresas do agronegócio e nas propriedades rurais, é possível aplicar técnicas de OSM de modo que sejam introduzidos meios de trabalho mais eficazes, melhorando a produtividade e o resultado final em qualquer segmento (Agro Planning, 2018).

Realizar um planejamento de *layout* contribui para construir uma melhor organização de todos os elementos que envolvem as atividades agropecuárias, buscando um fluxo mais eficiente no momento de realizar as tarefas. Para Neumann, o *layout* “[...] estabelece as posições específicas de cada máquina, equipamento, insumos e serviços de apoio” (Neumann, 2015, p. 207).

Desta forma, levando para o ramo rural, o *layout* consiste em planejar como vai ser feita a distribuição dos equipamentos agrícolas, insumos, a separação dos galpões que abrigam animais e dos que são utilizados para armazenagem dos equipamentos e insumos.

De acordo com Neumann, a elaboração do projeto de *layout* deve seguir algumas etapas. Primeiramente, é necessário fazer o planejamento do projeto, onde são definidos os aspectos básicos utilizando um modelo como referência. Depois acontece o projeto informacional, que busca o levantamento e análise de todas as informações necessárias para realizar o projeto. Em seguida vem o projeto conceitual, onde serão definidas e escolhidas as alternativas que mais se enquadram. Logo após, vem o projeto detalhado, que consiste em detalhar a alternativa que foi escolhida. E, por fim, acontece a execução e liberação, colocando em prática o projeto de *layout* que foi criado (Neumann, 2015).

Após a implementação de um *layout* em uma propriedade rural, se espera que as atividades sejam realizadas de forma mais ágil, trazendo mais produtividade e lucratividade, que não aconteçam acidentes de trabalho decorrentes da desorganização dos materiais e que se tenha um controle melhor sobre os insumos que estão em falta.

Também é importante a realização de um fluxograma, onde será realizado um mapeamento das atividades que precisam ser realizadas, trazendo todas as informações relevantes para que ela seja executada. Para Carreira, “o fluxograma é um instrumento de trabalho utilizado pelo administrador para representar graficamente os processos operacionais de uma empresa, visando à propriedade do conhecimento, a sua racionalização, ao seu monitoramento [...]” (Carreira, 2012, p. 101).

Essa ferramenta pode auxiliar na elaboração dos processos para executar uma atividade, buscando detalhar os passos para que a execução seja realizada da maneira mais adequada.

O objetivo principal do fluxograma é descrever o fluxo, seja manual ou mecanizado, especificando os suportes (documento, papel, disco, formulário ou qualquer outro) que sejam usados para os dados e as informações. Em sua confecção, são usados símbolos convencionados, que permitem poucas variações. Apresenta como principal característica ser claro e objetivo, sendo o mais utilizado de todos os instrumentos e ferramentas à disposição do analista, embora poucos profissionais o empreguem de forma pura (Ballesterro-Alvarez, 2015, p. 236).

De acordo com Oliveira, o fluxograma pode ser realizado de três maneiras. A primeira seria o fluxograma vertical, onde é feita a representação de rotinas simples, ele é elaborado em colunas verticais, a primeira traz os símbolos convencionais; em outra é colocada a descrição do método atual e, por último, uma coluna em que consta o profissional ou unidade organizacional que executa a operação. A segunda é o fluxograma parcial, que descreve o curso de ação e os trâmites dos documentos e é mais utilizado para rotinas que envolvem poucas unidades organizacionais. E a terceira é o fluxograma global, que permite demonstrar, com maior clareza, o fluxo de informações e de documentos e

apresenta maior versatilidade, principalmente por sua maior diversidade de símbolos (Oliveira, 2013).

Trazendo para o ramo rural, o fluxograma auxilia para a elaboração dos passos que serão necessários para realizar uma atividade de monitoramento de uma lavoura, desde o plantio até a colheita e também para uma elaboração do processo diário para as atividades da cadeia leiteira.

Essa ferramenta pode contribuir para que seja feita uma análise de todas as tarefas que são executadas, fazendo um replanejamento que busca mais eficiência. Para Oliveira, o fluxograma traz uma “[...] apresentação real do funcionamento de todos os componentes de um método administrativo. Esse aspecto proporciona e facilita a análise da eficiência do sistema” (Oliveira, 2013, p. 266).

Ao utilizar um fluxograma em uma propriedade rural, é esperado que aconteça uma redução de custos, por otimizar os processos, que se tenha mais agilidade na execução das tarefas diárias e redução da mão de obra, por evitar a realização de atividades que não são necessárias.

Ainda, é possível fazer o uso de um registro de atividades, que consiste em um planejamento de como serão divididas as tarefas que precisam ser executadas durante um determinado período.

Sistema de informações é o processo de transformação de dados em informações. E, quando esse processo está voltado para a geração de informações que são necessárias e utilizadas no processo decisório da empresa, diz-se que esse é um sistema de informações gerenciais (Oliveira, 2013, p. 25).

Para elaborar um registro de atividades, de acordo com Oliveira, primeiramente, é necessário captar todas as informações importantes, depois é preciso colocá-las da forma mais adequada para o seu cumprimento e, por fim, acontece a tomada de decisão, onde deve ser avaliada as consequências que podem acontecer através disso e os resultados que serão alcançados (Oliveira, 2013).

No ramo rural, o registro de atividades pode ser utilizado como uma ferramenta de suporte para o planejamento das atividades que precisam ser executadas, podendo organizá-las da forma que traga mais agilidade e

eficiência, também é importante para ter uma documentação de tudo que é realizado na propriedade, sendo utilizado, futuramente, para fazer análises comparando determinados períodos.

Por fim, realizando a união de todas essas ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos), que são o *layout*, fluxograma e registro de atividades, é possível alcançar um planejamento bem mais eficiente para as propriedades rurais. Com essa estruturação será possível evitar desperdícios, reduzir custos, ter mais agilidade na execução de tarefas e ter mais clareza nos passos para alcançar os objetivos, fazendo com que o trabalho se torne mais fácil e trazendo mais resultados positivos para as propriedades rurais.

2 METODOLOGIA

Nesta etapa, está abordada o tipo de pesquisa desenvolvido, método de abordagem, métodos de procedimento e as técnicas realizadas na coleta de dados. Esses processos foram necessários para percorrer o caminho adequado para alcançar os objetivos propostos inicialmente.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A categorização da pesquisa é importante para definir de que forma foi realizada essa pesquisa, portanto, ela ficou classificada como bibliográfica, onde os dados foram coletados através de teorias das ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) já apresentadas por alguns autores. Para Alexandre, “os dados teóricos são aqueles que provêm das informações já existentes sobre a realidade e que a pesquisa define como teoria” (Alexandre, 2021, p. 43).

O tratamento dos dados foi realizado de forma qualitativa, fazendo uma interpretação não numérica dos dados, trazendo os resultados através de ideias que podem ser implementadas futuramente na propriedade. Para Marconi e Lakatos, a abordagem qualitativa “[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 297).

A pesquisa também se classificou como explicativa, onde realizou-se uma explicação sobre as ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) que se enquadram para utilização na propriedade, deixando o trabalho mais eficaz, melhorando a produtividade e o resultado final. Marconi e Lakatos trazem que essas pesquisas “[...] objetivam identificar os fatores que subjazem à ocorrência de determinados fenômenos” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 297).

Por fim, a conduta em relação aos dados foi através de um estudo de caso, onde foi realizada uma análise de como são empregadas as ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em uma propriedade rural. O estudo de caso, para Fachin, “[...] no método do estudo de caso, leva-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado” (Fachin, 2017, p. 41).

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados corresponde a parte prática, que foi realizada através de uma documentação indireta onde os dados foram encontrados em fontes secundárias com pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos. Também foi utilizada a documentação direta, o levantamento dos dados foi realizado na propriedade rural através de uma observação direta intensiva, utilizando técnicas de observação do que está sendo feito na propriedade. Para Lakatos, a observação não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar (Lakatos, 2021).

2.3 PLANO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados tem por objetivo determinar de que forma foram empregadas as informações da coleta. Desta forma, o método de abordagem utilizado nesta pesquisa é o método dedutivo, que parte das teorias e conhecimentos já existentes. Para Marconi e Lakatos, “[...] o dedutivo tem o propósito de explicitar o conteúdo das premissas” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 54).

Ainda, podemos trazer o método de procedimento, que está relacionado com os procedimentos técnicos que foram utilizados, o método utilizado foi o monográfico, onde foi estudado sobre a importância das ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) na propriedade rural. Para Marconi e Lakatos, “[...] o método comparativo permite analisar dados concretos, deduzindo deles elementos constantes, abstratos e gerais” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 85).

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta etapa, foi realizada uma breve descrição sobre a propriedade, como são realizadas as atividades e como funciona a gestão. Também foi identificado como é a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) da propriedade e trabalhado uma proposta com sugestões de melhorias e adequações para melhorar o desempenho das atividades e, possivelmente, aumentar os resultados.

3.1 APRESENTAÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade estudada se localiza no interior de Cândido Godói/RS, e é classificada como pequena propriedade rural. Atualmente, ela conta com o manejo de duas atividades de produção, que é a pecuária, desenvolvida através da produção leiteira, e o cultivo de grãos, como soja, milho e trigo.

O trabalho na propriedade começou em 1974, onde o atual proprietário ajudava o seu pai a realizar as tarefas necessárias, a tecnologia era escassa e os equipamentos eram arcaicos, então as atividades eram realizadas de forma braçal. Naquela época, o rendimento vinha do plantio de grãos, produção leiteira e suinocultura, porém, era cultivado em menor quantidade do que nos dias atuais.

No início, para realizar as atividades era preciso se esforçar muito mais que nos dias de hoje, o leite era tirado a mão, sem o uso de ordenhadeira e o plantio era feito com equipamentos manuais. A partir de 1980 começaram a ser adquiridos alguns equipamentos como trator, semeadeira, pulverizador e ordenhadeira, que facilitaram a execução das atividades.

Em 2005, com o falecimento do proprietário, as atividades começaram a ser administradas pelo filho do proprietário e sua esposa, que administram a propriedade até os dias de hoje. Daquele ano até hoje, foram adquiridos mais equipamentos, para suprir as demandas atuais da propriedade.

Nos dias atuais, a propriedade conta com uma extensão de 34 hectares, sendo 29 hectares utilizados para a cultura de grãos e 5 hectares para a produção leiteira. Para a execução das tarefas, possui mão de obra de 4 pessoas, sendo todas de uma só família.

A atividade referente a pecuária que é realizada na propriedade é a produção leiteira, onde, atualmente, estão em lactação 16 vacas. Para que essa atividade possa ser desenvolvida são realizados os processos de produção e compra da alimentação dos animais e atividades necessárias para que possam ser realizadas as ordenhas.

Na atividade do cultivo de grãos, que é o soja, milho e trigo, é realizado o plantio de cada tipo conforme a época adequada para cada cultura. Para a execução dessa atividade, são feitos os processos de compra das matérias-primas, é realizado o plantio, manutenções necessárias, como a aplicação de herbicidas e fertilizantes, e, por fim é feita a colheita.

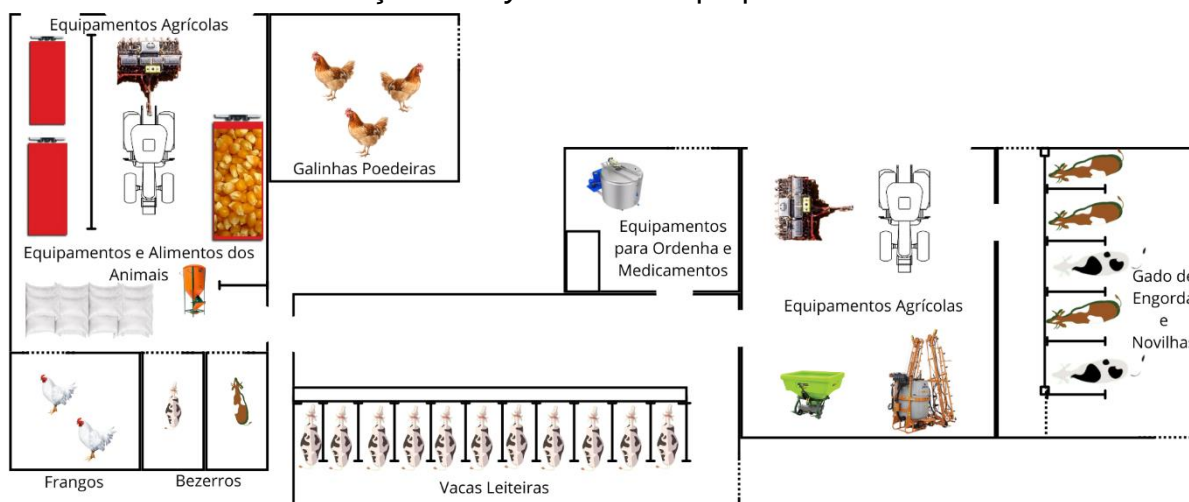
Para o desenvolvimento da produção leiteira é necessário que as atividades sejam realizadas diariamente, como o trato e a ordenha, e, também, as atividades que possuem dias específicos, que seria a produção dos alimentos. Na parte do cultivo de grãos, as atividades são realizadas em dias específicos, que seria na época do plantio, aplicação de herbicidas e fertilizantes e a colheita.

3.2 LAYOUT

O *layout* consiste em um planejamento de como serão distribuídos os equipamentos em um determinado espaço. Esse planejamento busca contribuir em questões de acessibilidade, aproveitamento de espaço, mínima distância entre os equipamentos utilizados para a realização de um mesmo processo, maior satisfação e conforto para os operadores e segurança e ergonomia dos trabalhadores.

Para que fosse possível a elaboração do *layout* mais adequado para a propriedade estudada, foi utilizado o método de documentação direta, onde o levantamento dos dados foi realizado na propriedade utilizando técnicas de observação de como estão disponibilizados os equipamentos. Diante dessa observação, foi possível trazer o *layout* atual da propriedade, que se encontra disponibilizado a seguir na Ilustração 5.

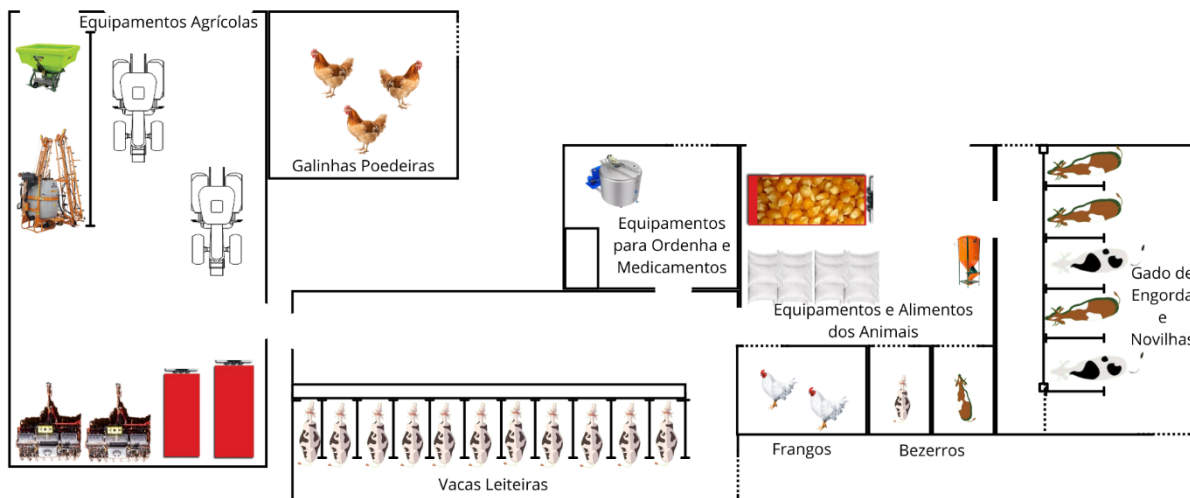
Ilustração 5: *Layout* atual da propriedade



Fonte: produção dos pesquisadores

Após a concepção de como está o *layout* atual da propriedade, foi possível reformulá-lo utilizando técnicas que tragam um aumento na produtividade através da redução do desperdício de tempo e no melhor aproveitamento do espaço disponível. A proposta do *layout* reformulado se encontra a seguir na Ilustração 6.

Ilustração 6: Proposta do novo *layout*



Fonte: produção dos pesquisadores.

Com a implementação da nova proposta de *layout*, é perceptível uma melhora na questão de acessibilidade. Para Slack, Brandon-Jones e Johnston, o *layout* deve garantir que os equipamentos disponíveis estejam posicionados de forma acessível, para que seja possível o seu manuseio e para que possam ser realizadas limpezas e manutenções (Slack; Brandon-Jones; Johnston, 2018).

Na nova proposta sugerida a questão da acessibilidade é perceptível nos equipamentos agrícolas, onde eles estão posicionados de uma forma que é possível manuseá-los para que possam ser utilizados sem a necessidade de mover um outro equipamento. No *layout* atual que a propriedade utiliza, para retirar alguns equipamentos é preciso, primeiramente, retirar um outro que impede a passagem.

Outro aspecto que pode ser melhorado com a nova proposta é o melhor aproveitamento do espaço disponível. No *layout* atual não existe nenhum espaço livre, sendo até necessário mover mais de um equipamento para a realização de alguns serviços, já na nova proposta pode-se observar uma sobra de espaço nos equipamentos agrícolas e nos equipamentos e alimentos dos animais, sendo possível transitar de forma mais fácil e até podendo adquirir novos equipamentos futuramente.

Ainda, podemos destacar a redução da distância nos equipamentos e produtos necessário para a realização de um mesmo processo, o que impacta também na questão da ergonomia. Essa mudança pode ser percebida nos

equipamentos e alimentos dos animais, que foram mudados de local para ficar centralizados com os ambientes que necessitam desses produtos para o seu funcionamento, ficou mais viável pois está mais perto do gado de engorda e novilhas, reduzindo o desperdício de tempo e melhorando a ergonomia, não sendo necessário transportar peso para uma distância muito grande.

Por fim, podemos observar um efeito com significado mais superficial, que seria a imagem que a propriedade transmite para as outras pessoas. Para Slack, Brandon-Jones e Johnston, o *layout* tem influência na imagem que uma organização transmite, esse planejamento do espaço físico ajuda a construir a marca da propriedade, podendo até trazer negócios mais vantajosos (Slack, Brandon-Jones e Johnston, 2018).

Todos esses aspectos que o layout ajuda a melhorar são importantes para que o dia a dia da propriedade se torne mais descomplicado, diminuindo os desperdícios de tempo, melhorando a ergonomia, contribuindo na acessibilidade e, tudo isso impacta na produtividade, trazendo melhores resultados.

3.3 REGISTRO DE ATIVIDADES

Atualmente, a propriedade não conta com nenhuma forma de registro de dados relacionados ao planejamento das atividades que serão executadas e do que já foi realizado. A utilização de ferramentas de registro contribui para que as atividades possam ser divididas da melhor maneira dentro do tempo disponível, ajuda no controle de quais atividades não foi possível concluir para alocar em uma nova data e pode ser utilizado como uma forma de armazenar as informações para, futuramente, ser possível revisar e analisar o que foi realizado em determinado período.

Diante disso, foi elaborada uma planilha, disponível na Ilustração 7, onde serão anotadas as atividades planejadas para cada dia, esse planejamento pode ser realizado no início de cada semana, e, no final de cada dia, será realizada a anotação de quais atividades foi possível concluir e possíveis observações como uma tarefa que precisou ser executada e não havia sido planejada e, também, caso alguma tarefa fique pendente pode ser anotada para planejar a sua execução em outra data.

Ilustração 7: Planilha de registro diário com relação das atividades planejadas, executadas e observações e pendências

PLANEJAMENTO DIÁRIO DAS ATIVIDADES			
DATA	PLANEJADO	EXECUTADO	OBSERVAÇÃO/PENDÊNCIA
04/10/2024	Aplicação de herbicida no milho; Preparação da alimentação do gado de engorda; Trato dos animais e ordenha.	Aplicação de herbicida no milho; Preparação da alimentação do gado de engorda; Trato dos animais e ordenha.	
05/10/2024	Aplicação de herbicida no milho; Organização e limpeza dos galpões; Trato dos animais e ordenha.	Aplicação de herbicida no milho; Trato dos animais e ordenha.	Organização e limpeza dos galpões reprogramada para o dia 08/10.
06/10/2024	Trato dos animais e ordenha.	Trato dos animais e ordenha.	
07/10/2024	Preparação da alimentação das vacas leiteiras; Aplicação de fertilizante no milho; Trato dos animais e ordenha.	Preparação da alimentação das vacas leiteiras; Aplicação de fertilizante no milho; Trato dos animais e ordenha.	
08/10/2024	Organização e limpeza dos galpões; Trato dos animais e ordenha.		

Fonte: produção dos pesquisadores.

O planejamento das atividades seria realizado de forma semanal, onde, no início de cada semana, os proprietários se reuniriam para planejar e distribuir as tarefas durante a semana e, no final de cada dia, seria realizada a anotação do que foi possível executar e as observações e pendências. Também seriam marcadas reuniões a cada 3 meses para analisar e discutir sobre o que aconteceu naquele período, percebendo melhorias que podem ser implementadas para que o planejamento seja mais adequado.

Para Oliveira, ao implementar essa ferramenta de registro de atividades, a propriedade pode usufruir de um aumento da produtividade, melhoria no processo de tomada de decisões, fornecimento de melhores projeções das atividades que devem ser executadas e melhoria na execução das tarefas planejadas para o dia (Oliveira, 2013).

A produtividade da propriedade pode ser impactada de forma positiva, pois, ao se ter um planejamento das atividades que devem ser executadas naquele dia, é possível focar somente naquelas tarefas, o que pode levar a um desperdício menor do tempo empregado para realizar cada atividade e, conseqüentemente, aumentando a quantidade de serviços que podem ser realizados em um dia.

O processo de tomada de decisão pode ser facilitado com o uso dessa ferramenta, pois será dedicado um tempo no início da semana para realizar o

planejamento de todas as atividades que precisam ser realizadas no decorrer daquela semana. Após esse planejamento, o dia a dia se torna mais fácil, pois tudo que precisa ser executado já está decidido, sendo necessário somente proceder na realização da atividade.

A projeção das atividades que devem ser executadas também se torna mais descomplicado, pois esse planejamento auxilia na alocação das tarefas estabelecidas para aquela semana da melhor maneira possível, distribuindo-as no tempo disponível e aproveitando o máximo de atividades que podem ser concluídas em um dia, conseqüentemente, conseguindo produzir mais em menos tempo.

A execução das tarefas planejadas pode ser realizada de uma forma mais eficiente, pois, ao iniciar o dia, já existe a definição do que precisa ser feito. Com isso, o trabalho é realizado focando só naquelas atividades do dia, levando a uma maior perfeição no que está sendo executado.

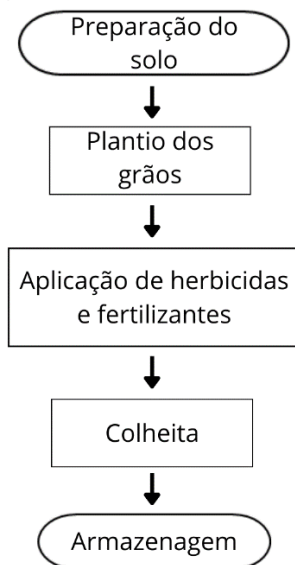
Por fim, é possível ressaltar a importância de ter documentado esse planejamento de atividades, para que, nas tarefas que são realizadas a cada ano, seja possível fazer uma comparação de um período a outro, analisando quais atividades precisaram ser executadas de forma igual e o que precisou ser implementado como algo novo que foi necessário executar.

3.4 FLUXOGRAMA

O fluxograma é uma representação gráfica de algum processo que é desenvolvido, na propriedade estudada foi analisado o processo do plantio dos grãos, que seria o soja, milho e trigo. Para Rocha e Nonohay, ele deve ser desenvolvido de “[...] forma simples, detalhada e direta, utilizando símbolos e setas que determinam o caminho lógico de cada atividade ou tarefa” (Rocha; Nonohay, 2016, p. 69).

Através disso, foi possível representar as etapas para que o processo de plantio de grãos seja concluído, utilizando a técnica do fluxograma, apresentado na Ilustração 8. Com isso, também foram constatadas algumas questões que podem ser implementadas para melhorar esse processo.

Ilustração 8: Fluxograma do processo de plantio dos grãos



Fonte: produção dos pesquisadores.

Para que esse processo seja concluído, inicia-se com a preparação do solo, aplicando herbicidas e fertilizantes se necessário, após é aguardado alguns dias e começa a etapa do plantio dos grãos. A partir do momento em que as plantas nascem até a sua colheita, é realizado um acompanhamento, onde são observadas as necessidades de aplicar herbicidas e fertilizantes. Quando as plantas estão maduras é realizada a colheita e o seu devido armazenamento.

Concluído esse processo, é aguardado em torno de 15 dias, para que seja realizado o plantio de uma nova cultura. Como uma sugestão de aprimoramento desse processo, aumentando a eficiência dentro do tempo disponível, seria que o plantio acontecesse logo em seguida à realização da colheita.

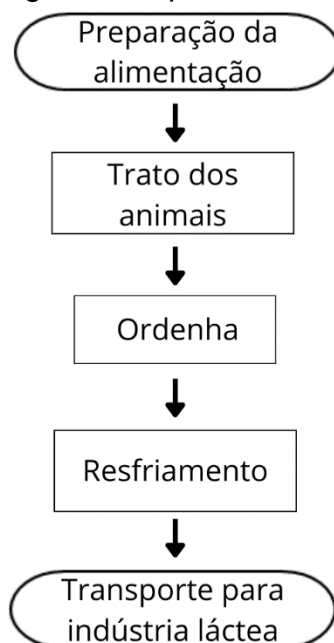
A utilização do fluxograma permite que sejam identificadas, de forma mais clara, as melhorias que podem ser implementadas em um processo, as falhas que possam estar acontecendo e, quando ocorre uma mudança, pode ser utilizado para realizar uma comparação do antes e depois.

Através da representação gráfica desse processo, foi possível constatar uma sugestão que pode melhorar o processo como um todo, que seria a realização do plantio logo após a colheita. Essa mudança impacta em uma redução no desperdício de tempo, pois, não seria necessário aguardar o período de 15 dias para iniciar um novo processo.

Também é possível destacar uma economia nos recursos que precisam ser adquiridos para que o processo possa acontecer. Com o plantio imediato após a colheita, pode ser realizada uma aplicação de herbicida a menos, pois, o solo não fica livre para que apareçam pragas antes do próximo plantio.

Ainda, foi possível analisar o fluxograma da produção leiteira, apresentado na Ilustração 9, onde foi destacado todos os processos necessários para que o leite possa ser comercializado.

Ilustração 9: Fluxograma do processo da produção leiteira



Fonte: produção dos pesquisadores.

Para que todo o processo seja finalizado, inicia-se com a preparação da alimentação das vacas leiteiras, que inclui a pastagem, silagem, ração e sais minerais. Diariamente, é realizado o trato desses alimentos para os animais, em seguida é feita a ordenha, o leite passa para o resfriador, onde acontece o seu armazenamento e refrigeração para que, por fim, possa ser coletado e transportado para uma indústria láctea.

Um ponto a ser melhorado nesse processo seria a etapa da ordenha, atualmente a propriedade utiliza mecanismos que dependem de força manual, como a utilização de tarros para realizar o transporte do local da ordenha até o resfriador que armazena o leite, isso impacta em questões de ergonomia e

aproveitamento de tempo disponível. Para que isso possa melhorar, é possível investir em tecnologias de ordenhadeiras canalizadas, que realizam o transporte diretamente da ordenha para o resfriador.

Com a implementação dessa tecnologia a questão da ergonomia dos trabalhadores seria impactada de uma forma extremamente positiva, pois, os esforços físicos seriam reduzidos de forma significativa. Ao longo do tempo, essa mudança traz resultados como a valorização de um ambiente melhor para trabalhar, redução nos custos que seriam gastos com saúde e melhora na qualidade de vida dos trabalhadores.

Outra mudança que aconteceria seria no aproveitamento do tempo disponível, com a utilização dessa ferramenta que transporta o leite diretamente ao resfriador, se obtém uma redução no tempo que era gasto para executar esse transporte manualmente, podendo aumentar o número de vacas em lactação e designar o mesmo tempo que antes era gasto na ordenha, impactando positivamente na produtividade da propriedade.

Para o fechamento da análise e interpretação dos dados, foi desenvolvido um relatório, disponível na Ilustração 10, apresentando os conceitos que foram analisados, sobre o *layout*, registro de atividades e fluxograma, a coleta de dados, o diagnóstico e as propostas de mudança.

Ilustração 10: Relatório das propostas sugeridas

Relatório			
Conceitos	Coleta de dados	Diagnóstico	Propostas de mudanças
1. Layout	1. O layout atual da propriedade não foi desenvolvido da melhor maneira possível.	1. Os equipamentos disponíveis se encontram misturados com outras coisas; 2. É necessário um deslocamento muito grande para realizar as atividades; 3. O espaço não está aproveitado da melhor forma.	1. Mudar a posição dos equipamentos agrícolas e equipamentos e alimentos dos animais.
		Desvantagens: 1. Perda de espaço por desorganização; 2. Muito tempo gasto em deslocamento; 3. Falta de acessibilidade.	Vantagens: 1. Aumento do espaço disponível; 2. Equipamentos mais acessíveis; 3. Melhoramento na ergonomia.
2. Registro de atividades	1. A propriedade não utiliza nenhuma ferramenta de registro de atividades.	1. Não existe nenhuma documentação das atividades que são realizadas; 2. Com o passar do tempo, não é possível recordar e analisar o que foi realizado e o que não foi possível concluir.	1. Utilizar uma planilha para documentar as atividades do dia e anotar o que foi possível concluir.
		Desvantagens: 1. Não existe uma relação do que foi planejado e o que foi possível executar; 2. Não existe nada documentado para consultar posteriormente.	Vantagens: 1. Se alguma atividade não foi concluída, é possível observar e alocar em uma nova data; 2. Melhor organização das obrigações; 3. Disponível para conferir e analisar um determinado período de um ano para outro.
3. Fluxograma	1. A propriedade não utiliza fluxogramas.	1. As mudanças e falhas não são identificadas com tanta facilidade.	1. Mapear os processos de plantio e produção leiteira através de uma representação gráfica.
		Desvantagens: 1. Maior tempo para identificar uma melhoria; 2. Falhas que por vezes não são detectadas.	Vantagens: 1. Com a representação gráfica é possível analisar o processo e estudar melhorias; 2. Redução de custos e tempo empregado em um processo.

Fonte: produção dos pesquisadores.

Desta forma, destacamos as propostas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) sugeridas, que seria o *layout*, registro de atividades e fluxograma, que contribuem para melhorar e acompanhar o dia a dia da propriedade. Sua utilização traz benefícios como redução de custos, redução no desperdício de tempo, melhoramento na acessibilidade, aproveitamento de espaço e, essas questões, ajudam no aumento da produtividade e melhorias para os proprietários trabalhadores.

CONCLUSÃO

A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso sobre a OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em uma propriedade rural de Cândido Godói/RS. A problematização da pesquisa buscou identificar como essas ferramentas podem contribuir para melhorar a eficiência nas atividades rurais da propriedade.

Através da pesquisa desenvolvida foi possível constatar que as ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos), como o *layout*, registro de atividades e fluxograma, ao serem utilizadas na propriedade, impactam em diversas mudanças. Essas ferramentas auxiliam a evitar desperdícios, reduzir custos, ter mais agilidade na execução de tarefas e ter mais clareza nos passos para alcançar os objetivos, fazendo com que o trabalho se torne mais fácil e trazendo resultados positivos para a propriedade.

O *layout* atual da propriedade foi observado e, com isso, foi possível sugerir propostas de mudanças na disponibilização dos equipamentos dentro do espaço disponível. Essas mudanças impactam em uma melhora na acessibilidade dos equipamentos, o espaço seria aproveitado de forma mais eficaz, teria uma redução da distância nos equipamentos e produtos necessários para a realização de um mesmo processo, o que impacta na questão da ergonomia e, também, melhora a imagem que a propriedade transmite para as outras pessoas.

Em relação ao registro de atividades, foi constatado que a propriedade não utiliza nenhum método para documentar as atividades, sendo proposta a

utilização de uma planilha que contribui para que as atividades possam ser divididas da melhor maneira dentro do tempo disponível, ajuda no controle de quais atividades não foi possível concluir para alocar em uma nova data e pode ser utilizado como uma forma de armazenar as informações para, futuramente, ser possível revisar e analisar o que foi realizado em determinado período.

Ainda, foi observado o fluxograma do plantio de grãos e da produção leiteira, no plantio de grãos a proposta de mudança sugerida, que seria a realização do plantio logo após a colheita, impacta em uma redução no desperdício de tempo e uma economia nos recursos que precisam ser adquiridos para que o processo possa acontecer. Na produção leiteira, foi sugerido um investimento em tecnologia na etapa da ordenha, através da instalação de ordenhadeira canalizada, isso contribui na ergonomia e no aproveitamento do tempo disponível.

Posteriormente, podem ser realizadas novas pesquisas sobre a contribuição das ferramentas de OSM (Organização, Sistemas e Métodos) em propriedades rurais. Para isso, pode ser levado em consideração diferentes tamanhos de propriedades, analisando se existe uma diferença entre quais ferramentas podem ser aplicadas em cada tamanho de propriedade e, também, aumentando o leque das ferramentas disponíveis sobre esse tema.

A pesquisa realizada contribui positivamente para a propriedade estudada, para a instituição de ensino e para os acadêmicos. A propriedade é beneficiada com sugestões de mudanças que trazem formas diferentes de executar os trabalhos e possibilitando um resultado mais satisfatório e assertivo. Para a instituição de ensino, é importante para que possa ser disponibilizado aos futuros acadêmicos que necessitarem ou se interessarem em realizar uma pesquisa sobre o assunto. Para os acadêmicos, ajudou a agregar conhecimento teórico e prático sobre o assunto e contribuiu para o aprimoramento profissional nesta área.

Mediante ao processo do estudo desenvolvido foi sugerido ao produtor que prosseguisse com a implementação, continuação e aprimoramento do *layout*, registro de atividades e fluxograma, para que seja possível visualizar uma análise no decorrer dos anos, bem como implementar planilhas para registrar as atividades do dia a dia, fluxogramas mais eficientes e *layout* mais vantajoso,

assim conseguindo obter uma análise mais detalhada de toda produtividade, conseguindo evidenciar de maneira eficaz os processos, podendo tomar decisões mais assertivas, para melhorar o desempenho da propriedade.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Márcio Moutinho. **Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2019.

AGRO PLANNING. **OSM Ajuda Produtores a Melhorar Resultados nas Propriedades Rurais**. Disponível em: <<https://www.agroplanning.com.br/2018/09/03/osm-ajuda-produtores-melhorar-resultados-nas-propriedades-rurais/>>. Acesso em: 25 maio 2024.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia Científica: princípios e fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2021.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARAVELA. **Cândido Godói – RS**. Disponível em: <

CARREIRA, Dorival. **Organização, Sistemas e Métodos - ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa**. 2. ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2012.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração para Todos - ingressando no mundo da gestão de negócios**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

CRUZ, Tadeu. **Manual de Planejamento Estratégico**. São Paulo: Atlas, 2017.

CRUZ, Tadeu. **Processos Organizacionais e Métodos**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

MEDEIROS, Flávio Benilton da Silva. **Economia e Administração Rural**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

MEU ARTIGO. **Organização Sistemas e Métodos**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/administracao/organizacao-sistemas-metodos.htm>>. Acesso em: 11 maio 2024.

NEUMANN, Clóvis. **Projeto de Fábrica e Layout**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 35. ed. Barueri: Atlas, 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Henrique Martins; NONOHAY, Roberto Guedes. **Administração da Produção**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

SYGMA SISTEMAS. **Administração Rural: conceito, princípios e dicas para o produtor**. Disponível em: <<https://www.sygmasistemas.com.br/administracao-rural/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Camila Angelica Schneider¹
Caroline Joner Reus²
Mônica Stormowski³
Lauri Aloísio Heckeler⁴
Natalie Schmidt de Oliveira⁵

RESUMO

Diante do atual cenário competitivo, as organizações precisam tomar decisões fundamentadas e precisas. Nesse contexto, os indicadores financeiros são essenciais, pois retratam a situação econômica das empresas. Dessa forma, o tema abordado na presente pesquisa é a análise dos indicadores de liquidez e endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no período de 2019 a 2023. A questão central que orientou o estudo foi: qual o desempenho da empresa em relação à liquidez e ao endividamento nesse intervalo de tempo? O objetivo geral foi avaliar o desempenho da organização com base nos índices de liquidez e endividamento. Além disso, os objetivos específicos foram: caracterizar a empresa com seu levantamento histórico, analisar os indicadores de liquidez e endividamento, descrever os resultados com as principais evidências do estudo. No referencial teórico, foram abordados temas relacionados à importância da contabilidade, à análise das demonstrações contábeis e aos conceitos de liquidez e endividamento. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem teórica empírica, qualitativa, quantitativa, exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. A análise e interpretação dos dados foram elaboradas através do método dedutivo. Este artigo foi motivado pela importância dos indicadores financeiros na compreensão e avaliação da saúde econômica, bem como na tomada de decisões estratégicas e eficazes que impulsionam as organizações. A partir dos resultados obtidos, é possível concluir que a empresa precisa ter maior atenção aos nas questões de liquidez e ao índice de capital próprio em relação ao capital de terceiros, que se mostraram abaixo do ideal.

¹Acadêmica de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. FEMA. camilaschneider2204@gmail.com

²Acadêmica de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Bolsista FEMA. carolinejreus@gmail.com

³Orientadora. Mestranda e especialista em Finanças e Controladoria. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. monicast@fema.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁵ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

Palavras-chave: Indicadores Financeiros; Análise; Desempenho; Correios.

ABSTRACT

Given the current competitive scenario, organizations need to make informed and accurate decisions. In this context, financial indicators are essential, as they reflect the economic situation of companies. Thus, the topic addressed in this research is the analysis of the liquidity and debt indicators of the Brazilian Post and Telegraph Company from 2019 to 2023. The central question that guided the study was: what is the company's performance in relation to liquidity and debt in this time period? The general objective was to evaluate the organization's performance based on liquidity and debt ratios. In addition, the specific objectives were: to characterize the company with its historical survey, analyze liquidity and debt indicators, and describe the results with the main evidence of the study. The theoretical framework addressed topics related to the importance of accounting, the analysis of financial statements, and the concepts of liquidity and debt. The research was conducted through an empirical, qualitative, quantitative, exploratory, descriptive, explanatory, bibliographic, and documentary theoretical approach. The analysis and interpretation of the data were prepared using the deductive method. This article was motivated by the importance of financial indicators in understanding and evaluating economic health, as well as in making strategic and effective decisions that drive organizations. Based on the results obtained, it is possible to conclude that the company needs to pay greater attention to liquidity ratios and the equity to third-party capital ratio, which proved to be below ideal.

Keywords: Financial Indicators; Analysis; Performance; Post Office.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as organizações exigem uma gestão cada vez mais eficiente, através de decisões que precisam ser fundamentadas em dados concretos e precisos. Diante deste contexto, a contabilidade e as demonstrações por meio das análises, desempenham um papel fundamental na compreensão da situação financeira das empresas, oferecendo suporte essencial para a tomada de decisões estratégicas. Este artigo teve como tema analisar os indicadores financeiros de liquidez e endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no período de 2019 a 2023.

Os Indicadores Financeiros são extremamente importantes pois através deles é possível verificar a rentabilidade, liquidez, solvência e eficiência das organizações, permitindo aos gestores identificar riscos e avaliar novas

oportunidades. Dessa forma, justifica-se a realização desta pesquisa pela eficácia e importância dos indicadores financeiros de liquidez e endividamento como ferramentas de gestão, que, ao serem analisados e comparados, fornecem uma compreensão clara da situação financeira e econômica da empresa, permitindo a tomada de decisões estratégicas para impulsionar a organização.

A questão central deste estudo foi: qual foi o desempenho da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos indicadores de liquidez e endividamento entre 2019 e 2023? Para responder a esse problema, o objetivo geral foi avaliar o desempenho econômico e financeiro dos Correios. Dentre os objetivos específicos, destacamos: caracterizar a empresa com seu levantamento histórico, analisar os indicadores financeiros da empresa e apresentar os resultados com as principais evidências do estudo.

O primeiro capítulo do estudo corresponde ao referencial teórico, onde foram discutidos os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Neste capítulo, abordou-se a importância da contabilidade como ferramenta de suporte à gestão, a análise das projeções contábeis para avaliação do desempenho financeiro e patrimonial, além dos indicadores de liquidez e de endividamento, que proporcionam uma visão clara sobre a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações. Para embasar a teoria, foram utilizados autores como Marion (2019, 2020 e 2022), Braga (2012), Ribeiro (2013, 2018 e 2020), Alves e Laffin (2018), Diniz (2014), Martins (2020 e 2024), Silva (2017), entre outros.

A segunda parte do trabalho descreveu a metodologia adotada para a elaboração do estudo, abrangendo a categorização da pesquisa, que utilizou métodos mistos (quantitativos e qualitativos), exploratório, descritivo e explicativo, além de abordagem bibliográfica e documental. Na coleta de dados, a documentação foi obtida de maneira indireta, e a análise e interpretação dos resultados foram obtidas por meio do método dedutivo.

O capítulo subsequente apresentou o resultado e a análise dos indicadores encontrados. Neste capítulo, foram apresentados o histórico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, os resultados encontrados nos indicadores financeiros de liquidez e endividamento entre 2019 e 2023 e a análise do desempenho financeiro e econômico.

Por fim, a conclusão do estudo apresentou as evidências descobertas ao longo da pesquisa realizada pelas acadêmicas sobre os indicadores de liquidez e de endividamento dos Correios no período estudado. Foram destacados os principais aprendizados adquiridos, além de considerações que reforçam a importância desta pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico são apresentados afirmações e estudos de outros autores referente a temática da pesquisa que fora escolhida. Segundo Pereira:

A revisão da literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá, ainda, um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa (Pereira, 2016, p. 83).

Sendo assim, o referencial teórico deste trabalho abordará assuntos relacionados a contabilidade, as demonstrações contábeis e sobre a análise e importância dos indicadores financeiros.

1.1 CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

A Contabilidade se destaca como uma aliada indispensável na tomada de decisões assertivas e eficazes, fornecendo uma visão detalhada sobre a situação financeira e patrimonial da empresa. Ou seja, através dos relatórios ela oferece informações importantes para a tomada de decisões estratégicas que contribuem para o sucesso da organização. Conforme afirmado por Marion:

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas (Marion, 2022, p. 24).

Nesse contexto, fica evidente que a Contabilidade não é apenas essencial para a gestão interna das empresas, mas também garante a conformidade com as obrigações fiscais com o governo, sendo importante para a gestão eficiente e tomada de decisões estratégicas. Segundo Braga:

Entre os diversos instrumentos utilizados pela administração, é importante destacar o papel da contabilidade, como meio especialmente concebido para captar, registrar, acumular, resumir, medir e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica de qualquer empresa, seja qual for o seu ramo de atividade ou sua forma jurídica (Braga, 2012, p. 6).

Dessa forma, a Contabilidade torna-se indispensável em todos os setores empresariais, desempenhando a função principal de registrar e monitorar as atividades financeiras e patrimoniais das organizações. Ribeiro ressalta a importância afirmando que “A contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações” (Ribeiro, 2018, p. 19).

Devido à sua abrangência e importância estratégica, a contabilidade fornece informações cruciais para diferentes usuários. Como observado por Martins, Miranda e Diniz que os usuários da contabilidade podem ser os “[...] credores, acionistas (institucionais, como os fundos de investimentos, especuladores de mercado, poupadores etc.), fisco, sindicatos, clientes, concorrentes, entre outros, [...]” (Martins; Miranda; Diniz, 2014, p. 4).

Esses usuários avaliam a situação financeira e patrimonial da empresa através dos dados apresentados nas demonstrações contábeis. Segundo o estudioso Marion:

O produto final da contabilidade são os demonstrativos contábeis. É por meio deles que os usuários poderão realizar análises, tomar decisões etc. Embora determinados grupos de usuários possam ter necessidades de informações específicas, não é objetivo da contabilidade atual, calcada nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), atender a esse tipo de interesse, e sim atender às necessidades comuns da maioria dos usuários” (Marion, 2020, p. 3).

Após o registro completo das informações financeiras e patrimoniais, são elaboradas as demonstrações contábeis que servem como ferramentas fundamentais para o processo de análise e tomada de decisões. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu CPC 26, trata sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis, neles está descrito que:

[...] O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados [...] (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011, p.6).

A Contabilidade por meio de seus relatórios e suas análises, portanto, oferece dados cruciais que orientam a tomada de decisões estratégicas, contribuindo diretamente para o sucesso da organização. Assim, é necessário que as demonstrações elaboradas sejam em conformidade com as normas e princípios contábeis, garantindo que retratem de forma precisa e transparente a situação real da organização.

1.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis se destacam como ferramentas essenciais para uma gestão eficiente, pois oferecem uma visão abrangente e precisa da situação financeira e patrimonial da organização. A partir desses registros, é possível fazer uma análise detalhada e tomar decisões estratégicas, direcionando o futuro da empresa. Neste sentido, Ribeiro ressalta:

Por meio de estudos e interpretações de dados extraídos das Demonstrações Contábeis, a Análise de Demonstrações Contábeis tem como finalidade prestar informações sobre a situação econômica e financeira da entidade, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões (Ribeiro, 2020, p. 24).

A análise dos relatórios contábeis permite avaliar diferentes aspectos da empresa, oferecendo comparações e projeções essenciais para a tomada de decisões estratégicas. Alves e Laffin destacam que a análise das demonstrações torna evidente a “[...] situação interna da empresa; a atuação da empresa no ramo de atividade onde está inclusa; o desempenho da empresa diante da economia onde está inserida” (Alves; Laffin, 2018, p. 17).

Para garantir que as decisões tomadas sejam assertivas e que contribuam para o sucesso organizacional, é essencial que as demonstrações sejam elaboradas de forma ética e transparente, refletindo com precisão a realidade da empresa. Nesse contexto, Silva reforça: "O processo de análise de demonstrações contábeis e dos relatórios e pareceres que o acompanham só alcançará bons resultados se essas informações tiverem boa qualidade" (Silva, 2017, p. 85).

Existem diversos métodos para analisar as demonstrações, cada um oferecendo perspectivas e compreensões diferentes da situação financeira/patrimonial da empresa. De acordo com Braga, alguns desses métodos incluem: o método das diferenças absolutas (também conhecido como análise de usos e fontes), percentagens horizontais (análise por números-índices), percentagens verticais (análise de estrutura) e o método de quocientes (ou índices) (Braga, 2012).

Para se ter uma visão mais completa e precisa é fundamental utilizar mais de uma forma de análise. Neste sentido, Neto afirma “[...] aponta-se que um simples índice, isolado de outros complementares ou que ilustram a causa de seu comportamento, não fornece elementos suficientes para uma conclusão satisfatória [...]” (Neto, 2020, p. 77). Sendo assim, como muitos métodos apresentam limitações individuais é importante utilizar vários de forma integrada, proporcionando uma análise mais abrangente.

Entre os métodos de análise das demonstrações contábeis apresentados os mais conhecidos incluem a análise vertical, a análise horizontal e a análise de indicadores (Alves; Laffin, 2018). A análise através de indicadores facilita a compreensão da situação financeira da empresa e ajuda a identificar áreas que necessitam de mais atenção. Segundo Alves e Laffin:

Os indicadores mensuram o desempenho da empresa relativo à sua liquidez, ao seu ciclo operacional, ao seu grau de endividamento, sua rentabilidade e atividade. Para aplicar o cálculo dos indicadores é preciso utilizar como base as informações demonstradas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício (Alves; Laffin, 2018, p. 20).

Esses indicadores são de extrema importância para avaliar as questões financeiras da empresa e estabelecer novas metas. Os principais, segundo Martins, Miranda e Dinis, são os índices de liquidez, índices de estrutura patrimonial, administração do capital de giro, índices de atividade e os índices de rentabilidade (Martins; Miranda; Diniz, 2014).

Os índices de liquidez avaliam a capacidade da empresa de pagar suas dívidas com terceiros. Conforme afirma Silva, “O objetivo do estudo da liquidez é avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, a capacidade financeira para saldar seus compromissos” (Silva, 2017, p. 144). Esses índices baseiam-se através de dados obtidos do Balanço Patrimonial, como o Ativo Circulante, as Disponibilidades, o Estoque, Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo e Passivo Não Circulante.

Os indicadores de estrutura patrimonial são aqueles que avaliam o nível de endividamento, sendo essenciais para verificar os pontos em que a empresa precisa melhorar. Segundo Ribeiro:

Os Quocientes de Estrutura de Capitais servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, sendo calculados com base em valores extraídos do Balanço Patrimonial (Ribeiro, 2020, p. 44).

Esses índices demonstram se a empresa conseguirá saldar suas obrigações com capital próprio ou de terceiros. Já os indicadores de administração do capital de giro se tornam muito importantes para verificar se a empresa está estável. Martins, Miranda e Diniz afirmam:

Um dos grandes desafios de toda entidade é manter a situação financeira equilibrada, de tal forma que os compromissos assumidos sejam cumpridos com o menor impacto possível na rentabilidade da organização. Para tanto, três instrumentos fundamentais são

apresentados: Capital Circulante Líquido (CCL), Necessidade de Capital de Giro (NCG) e Saldo em Tesouraria (ST) (Martins; Miranda; Diniz, 2014, p. 151).

Indicadores que demonstram a administração do capital de giro são importantes para avaliar a liquidez em curto prazo. Como afirmam os autores, “A análise do capital circulante líquido, da necessidade de capital de giro e do saldo em tesouraria, de forma conjunta, poderá proporcionar importantes evidências sobre a liquidez de um empreendimento a curto prazo” (Martins; Miranda; Diniz, 2014, p. 155).

Além disso, os índices de atividade demonstram o ciclo operacional da organização, incluindo os prazos de compra e pagamento. Segundo Alves e Laffin:

Através do uso dos indicadores de atividade é possível identificar a média de dias que a empresa demora para receber as vendas que foram realizadas a prazo, assim como a média de dias que a empresa levará para quitar suas compras e renovar seu estoque (Alves; Laffin, 2018, p. 56).

Por fim, os de rentabilidade são fundamentais para verificar a capacidade da empresa em gerar lucros. Segundo Ribeiro, os índices de rentabilidade “servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito da empresa na obtenção de lucros suficientes para remunerar os capitais investidos nela pelos seus proprietários” (Ribeiro, 2020, p. 56).

A análise das demonstrações contábeis, portanto, oferece uma visão abrangente e detalhada da situação financeira/patrimonial das organizações. É fundamental utilizar vários métodos de forma integrada para se ter uma gestão mais eficiente através da tomada de decisões estratégicas.

1.3 INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

Os indicadores financeiros são uma ótima ferramenta de gestão, sendo que a partir deles é possível verificar a saúde financeira da organização. Neste sentido, afirmam os autores Alves e Laffin:

A análise das demonstrações contábeis mediante indicadores financeiros e econômicos facilita o entendimento referente às informações constantes na demonstração contábil. Essa análise informa sobre os resultados empresariais com margem de segurança, facilitando o gerenciamento e aplicação orçamentária (Alves; Laffin, 2018, p. 20).

Indicadores são informações essenciais para stakeholders pois buscam avaliar a saúde financeira e o desempenho da organização no meio empresarial. Marion afirma que “os indicadores (ou índices ou quocientes) significam o resultado obtido da divisão de duas grandezas” (Marion, 2019, p. 10).

Os índices de liquidez se dividem em Liquidez Corrente, Seca, Geral e Imediata. Segundo Padoveze e Benedicto “os indicadores de liquidez procuram evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas. São indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos” (Padoveze; Benedicto, 2013, p. 148).

O Índice de Liquidez Corrente é um dos principais indicadores financeiros utilizados para avaliar a capacidade de uma empresa de pagar suas dívidas de curto prazo. De acordo com Ribeiro, o Índice de Liquidez Corrente (LC) mostra “a capacidade financeira da empresa de cumprir seus compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante para cada \$ 1 de Passivo Circulante” (Ribeiro, 2020, p. 52). O cálculo é realizado por meio da seguinte fórmula:

Ilustração 1: Fórmula Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante (AC)}}{\text{Passivo Circulante (PC)}}$$

Fonte: Marion (2019, p. 75).

A partir do resultado encontrado dessa divisão é feita a interpretação desta informação. Geralmente quanto maior o resultado, melhor. Ainda é importante saber que, segundo Ribeiro, fazem parte do grupo de Ativo Circulante as contas de Caixa Bancos, Clientes, Duplicatas a Receber entre outras e do

Passivo Circulante Fornecedores, duplicatas a Pagar, Impostos e Taxas a Recolher entre outras contas de curto prazo (Ribeiro, 2013).

Por conseguinte, o Índice de Liquidez Seca proporciona uma avaliação mais conservadora da capacidade de uma empresa de quitar suas obrigações. De acordo com Ribeiro, é a “capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada \$1 do Passivo Circulante” (Ribeiro, 2020, p. 53).

A fórmula a ser utilizada para o cálculo deste índice é:

Ilustração 2: Fórmula Liquidez Seca

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Marion (2019, p.78).

Podemos dizer que é o mais rigoroso pois exclui a conta de estoque. Martins nos dá um exemplo simples de aplicação: Considere a possibilidade de a empresa enfrentar uma paralisação em suas vendas ou ter seu estoque obsoleto. Nesta situação, qual seria a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto prazo utilizando apenas seu disponível, que seriam a conta de caixa e equivalentes de caixa? É o que nos mostra este índice (Martins, 2020).

Portanto, é mais cauteloso a capacidade de uma empresa em cumprir suas obrigações de curto prazo. Ao excluir o estoque da análise, o índice se concentra nos recursos imediatamente disponíveis, como caixa e equivalentes de caixa, proporcionando uma visão mais realista da capacidade financeira líquida da empresa em enfrentar pressões financeiras imediatas.

O índice de liquidez geral, por sua vez, é uma métrica financeira usada para avaliar a capacidade de uma empresa em honrar suas obrigações de curto e longo prazo. Segundo a análise de Ribeiro:

Esse quociente evidencia se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1 de Obrigação total (Ribeiro, 2020, p. 51).

O índice é calculado pela seguinte fórmula:

Ilustração 3: Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}^3}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}^3}$$

Fonte: Marion (2019, p.80).

O resultado é obtido somando o ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo e dividindo essa soma pelo passivo circulante mais o passivo realizável a longo prazo. Martins explica que nas contas do Ativo Circulante, incluem-se itens como caixa, aplicações financeiras e estoques, entre outros. Já no Ativo Realizável a Longo Prazo, encontram-se bens e direitos que a empresa espera converter em dinheiro no futuro. No Passivo Circulante, estão contas como fornecedores, contas a pagar e empréstimos, entre outros. O Passivo Realizável a Longo Prazo abrange financiamentos e obrigações que a empresa deve quitar em um prazo superior a um ano (Martins, 2020).

O índice, portanto, é um importante indicador que auxilia gestores, investidores e credores na análise da saúde financeira da empresa, permitindo uma avaliação abrangente da capacidade de pagamento e da gestão de recursos de curto e longo prazo.

Outro é Índice de Liquidez Imediata (LI) nos mostra o quanto temos imediatamente disponível para saldar nossas dívidas de curto prazo considerando apenas os recursos líquidos, ou seja, o dinheiro em caixa e os equivalentes de caixa para cada R\$ 1,00 do Passivo Circulante (Marion, 2019). Neste índice, a fórmula a ser usada é a seguinte:

Ilustração 4: Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade: (Caixa + Bancos + Aplicações de Curtíssimo Prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Marion (2019, p.81).

É uma medida mais conservadora de liquidez em comparação com outros índices, como a liquidez corrente e a liquidez seca, porque considera apenas os ativos que são mais rapidamente convertidos em caixa. Os resultados encontrados com os índices, de modo geral, são úteis para aqueles que analisam e por isso deve se ter uma correta interpretação. Segundo Alves e Laffin, a interpretação deve ser a seguinte:

- Quando for > 1: a organização conseguirá cumprir com suas obrigações.
- Quando for = 1: o valor que a organização possui disponível corresponde ao mesmo valor das suas obrigações, ou seja, o total a pagar.
- Quando for < 1: significa que a organização não tem recursos financeiros suficientes para quitar com suas obrigações (Alves; Laffin, 2018, p.37).

Os índices de endividamento mostram a relação entre o capital próprio (Patrimônio Líquido) e o capital de terceiros (passivo exigível). O Grau de Endividamento ou Participação de Capital de Terceiros indica a porcentagem que representa sobre os recursos totais, ou seja, do ativo total financiado com recursos de terceiros. De acordo com Silva, “Os Capitais de Terceiros compreendem o somatório do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa”. (Silva, 2017, p.150).

Ilustração 5: Fórmula do Capital de Terceiros

$$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{PL}}$$

Fonte: Marion (2019, p.169).

Se o índice for 50% (ou 0,5), isso significa que a empresa financia 50% de suas operações com capital próprio e os outros 50% com capital de terceiros. Silva afirma que, quanto menor a porcentagem ou o resultado do endividamento, melhor (Silva, 2017).

Por conseguinte, apresentamos o índice de composição do endividamento que demonstra o quanto da dívida total (Passivo Circulante +

Passivo Não Circulante) com terceiros é exigível no curto prazo (Passivo Circulante) (Martins, 2024).

Ilustração 6: Fórmula da Composição do endividamento

$$\frac{PC}{\text{Exigível Total}}$$

Fonte: Marion (2019, p.93).

Uma empresa que possui grande parte de suas dívidas a vencer no curto prazo poderá ser obrigada a tomar decisões desfavoráveis, como liquidar estoques a preços baixos para antecipar recebíveis. Martins afirma que “Uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, frequentemente, oferece menor risco”. (Martins, 2024, p.131).

Outro Indicador é o da Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros que é o contrário do Grau de Endividamento. Vejamos:

Ilustração 7: Fórmula Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

$$\frac{PL}{\text{Exigível Total}}$$

Fonte: Marion (2019, p.92).

Esse índice calcula, por exemplo, quanto a empresa possui em capital próprio para cada 1 real de dívida que possui. De acordo com Marion, quanto mais alto o índice melhor é a posição financeira da empresa, ou seja, um índice menor que 1 pode levar a preocupações sobre a capacidade da empresa em honrar suas obrigações (Marion, 2019).

Em conclusão, todos os indicadores financeiros são ferramentas cruciais para diferentes stakeholders, incluindo gerentes, investidores e empregados, pois fornecem uma visão clara da saúde financeira de uma empresa. Empresas que demonstram boa liquidez são consideradas menos arriscadas e mais atraentes para investimentos.

Conforme afirmam os estudiosos Braga e Marques, o modelo descrito neste estudo é fundamental para os analistas financeiros, pois facilita a avaliação da liquidez e solvência da entidade, além de identificar a estrutura financeira utilizada e as características do segmento de interesse, permitindo também a análise das suas tendências relativas (Braga; Marques, 1995). Assim, a aplicação desses indicadores não só melhora a tomada de decisão, mas também contribui para uma gestão financeira mais eficaz e informada.

2 METODOLOGIA

Através da metodologia será explicado qual foi a forma empregada pelo aluno no desenvolvimento do projeto. Conforme a afirmação de Fachin, “é muito mais que a descrição dos métodos a serem empregados e das técnicas que serão usadas na construção do raciocínio lógico que acompanhará o desenvolvimento da estrutura da pesquisa” (Fachin, 2017, p. 128). A seguir será apresentado todas as metodologias utilizadas para a elaboração desta pesquisa.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é muito mais do que apenas reunir uma gama de informações, ela deve ser manuseada de forma intensa e original e com cuidado para escrever e demonstrar os resultados encontrados de forma correta. Neste trabalho, a natureza da pesquisa é teórica empírica. Para melhor entendimento e realização, obteve-se a necessidade de fazer uma análise de teorias e modelos já existentes e também coletar evidências através da observação dos dados. Segundo Almeida, é feita primeiramente a abordagem teórica para depois verificar o que se observa empiricamente (Almeida, 2014).

Quanto ao tratamento dos dados é misto, ou seja, quantitativa e qualitativa uma vez que houve a necessidade de melhorar a postura teórica e a compreensão dos objetivos da pesquisa. O estudioso Gil afirma que, “definimos como abordagem quantitativas, os resultados são apresentados em termos numéricos. Já na qualitativa são apresentados mediante descrições verbais” (Gil, 2022, p. 56).

Quanto aos fins ou objetivos propostos as abordagens utilizadas serão exploratória, descritiva e explicativa. Em relação às pesquisas exploratórias busca proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais compreensível. A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinado fenômeno e envolve a coleta de dados, por exemplo, questionário e observação sistemática. Já a pesquisa explicativa “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas” (Pereira, 2016, p.90).

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de caráter bibliográfico, ou seja, é elaborada a partir de materiais já escritos como livros e periódicos que possam ser utilizados pelo pesquisador (Fachin, 2017). Também é de caráter documental que corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada, por exemplo, textos, imagens, relatórios, documentos jurídicos oriundos de cartórios, entre outros (Fachin, 2017).

A presente pesquisa sobre os Indicadores Financeiros vai além da simples coleta de informações, ela exige uma abordagem intensa, original e cuidadosa na escrita e demonstração dos resultados.

2.2 PLANO DE GERAÇÃO DE DADOS

O plano de produção de dados refere-se ao conjunto de formas e métodos que serão utilizados para o levantamento de dados para a pesquisa. De acordo com Lakatos, é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas específicas, com o objetivo de realizar a coleta dos dados previstos (Lakatos, 2012).

Existem dois métodos mais utilizados de geração de dados, documentação indireta e direta. A documentação direta segundo Lakatos, constitui-se no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Já a documentação indireta proporciona dados coletados por outras pessoas, dividindo-se em dois tipos principais: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental (Lakatos, 2021).

Nesta mesma linha, Lakatos afirma que a pesquisa documental envolve a utilização de documentos que são considerados fontes primárias, esses documentos podem incluir arquivos públicos ou particulares, registros oficiais,

correspondências, relatórios, entre outros que ainda não foram analisados por pesquisadores. As pesquisas bibliográficas são dados coletados em livros, artigos, teses, dissertações, e outros materiais publicados que analisam, interpretam ou revisam informações e dados previamente coletados por outros pesquisadores (Lakatos, 2021).

Nesta pesquisa, será utilizado o método da documentação indireta por meio de pesquisas documentais e bibliográficas. A pesquisa documental utiliza dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, referentes ao período de 2019 a 2023, disponibilizados no próprio site da empresa. Esses dados serão empregados para a elaboração dos índices de liquidez.

As fontes bibliográficas serão empregadas para o aprofundamento dos conceitos necessários à realização da pesquisa. Isso incluirá a consulta a livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações que forneçam as bases teóricas e metodológicas para a análise dos dados financeiros e para a compreensão mais ampla do contexto econômico e empresarial no qual a empresa opera.

2.3 PLANO DE ANÁLISE E DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta seção tem como objetivo determinar como as informações coletadas foram utilizadas, a fim de obter explicações adequadas para a pesquisa. Lakatos afirma que na análise de dados, “o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas para suas indagações, e procura estabelecer relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas” (Lakatos, 2021, p. 195).

Para a análise e interpretação dos dados, será utilizado o método dedutivo, que começa com observações gerais e, a partir dessas generalizações, chega a conclusões particulares.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, após o referencial teórico, inicia-se a apresentação e análise dos resultados do estudo. Em primeiro lugar será abordada a história da

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em seguida, serão apresentados os indicadores financeiros e as principais evidências, fundamentadas nas teorias discutidas anteriormente

3.1. HISTÓRICO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma empresa pública de capital fechado, regida pelo Estatuto Social dos Correios, aprovado na 30ª Assembleia Geral Ordinária em janeiro de 2024, pelo Decreto 8.945/2016 e a Lei 13.303/2016. Desempenha um papel essencial na comunicação e no desenvolvimento do Brasil, tendo sua origem em 1663 com a fusão de várias entidades de serviços postais. Desde então, tem sido fundamental na vida dos brasileiros (Correios, 2024).

O serviço postal no Brasil teve início em 25 de janeiro de 1663 através da criação do cargo Correios-Mor, nome dado aos carteiros da época. Em 1796, o serviço foi reincorporado à Coroa Portuguesa. Em 1829, a Diretoria-Geral dos Correios foi criada para supervisionar o sistema postal, e em 1843, foi lançado o primeiro selo do Brasil chamado "Olho de Boi". Em 1969, foi criada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) substituindo o Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT) criado em 1931. No ano de 1970, surgiu o CEP e em 1974 começou o transporte aéreo postal. Em 1978 em Brasília, foi inaugurado o edifício sede dos Correios e em 1982 foi lançado o Sedex que revolucionou as entregas no Brasil. Nas décadas seguintes, os Correios introduziram o rastreamento de objetos, o site oficial, e serviços como o SEDEX 10 e SEDEX Hoje. No ano de 2023, os Correios comemoram 360 anos de atuação. (Correios, 2024).

Ilustração 8: Logo Correios



Fonte: Correios (2024, n. p.).

A Ilustração 8 apresenta a logo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que é reconhecida por todas as pessoas. O Correios é uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações que possui uma vasta rede de agências espalhadas por todo o Brasil assegurando que os serviços estejam disponíveis para a maior parte da população brasileira. Além das agências físicas, a empresa também oferece serviços online através do seu site, permitindo o rastreamento de encomendas, cálculo de preços e prazos, entre outros (Correios, 2022, p. 02). Segundo o sitio a missão visão e valores dos Correios são:

Missão Promover a integração nacional contribuindo com o governo no desenvolvimento socioeconômico, conectando pessoas, instituições e negócios. Visão Ser referência no ecossistema global de logística, com soluções de negócios e promoção de políticas públicas para a sociedade, de forma sustentável. Valores Diversidade Centralidade do cliente Sustentabilidade Presença Nacional Integridade Respeito às pessoas (Correios, 2024, n. p.).

Ainda, como agente de integração social, cumpre seu papel social importantíssimo ao garantir às pessoas:

[...] o acesso à cidadania, por meio da disponibilização de diversos serviços de governo em um único lugar, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, ampliando assim a oferta de serviços públicos, com mais comodidade, qualidade e agilidade no atendimento, assim como a execução de políticas públicas diversas (Correios, p.02).

Nesta mesma linha de pensamento, além desses serviços, cumpre com papel solidário ao apoiar o recebimento e o transporte de donativos destinados às vítimas em municípios e estados oficialmente declarados em situação de emergência ou calamidade pública engrandece a atuação social da empresa. Como afirma o sitio da Secretaria de Comunicação Social do Governo em uma de suas postagens:

Os Correios já arrecadaram 1,2 mil toneladas de donativos para distribuição à população do Rio Grande do Sul e garantiram a entrega de 800 toneladas. As doações são enviadas ao estado por meio de

aviões da Força Aérea Brasileira e por caminhões (Governo do Brasil, 2024).

É evidente a importância dos Correios, que vai além da sua função tradicional de entrega de correspondências. Eles possibilitam a entrega de produtos no mundo interior, contribuindo para o crescimento das empresas. Além disso, os Correios possuem uma visão social, permitindo a entrega de ajuda a pessoas necessitadas durante emergências.

3.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

A contabilidade, por meio de suas demonstrações, oferece informações essenciais sobre a situação financeira e patrimonial da organização. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos disponibiliza em seu sítio demonstrações contábeis, sendo possível verificar a situação financeira. Como citado por Marion no referencial teórico deste trabalho, "O produto final da contabilidade são os demonstrativos contábeis. É por meio deles que os usuários poderão realizar análises, tomar decisões etc" (Marion, 2020, p. 3).

As demonstrações contábeis utilizadas para a elaboração dos indicadores que analisam a situação dos Correios estão disponíveis nos anexos A, B, C, D, E, correspondendo aos anos de 2019 a 2023. Neto ressalta que um único índice financeiro, quando avaliado isoladamente, não é suficiente para compreender a situação financeira de uma empresa ou para embasar decisões informadas (Neto, 2020). Dessa forma, este trabalho utilizou os indicadores de liquidez e de endividamento para avaliar a sua condição financeira.

Para se ter uma visão mais precisa sobre o desempenho da empresa é essencial realizar uma análise geral de todos os indicadores. A análise se iniciou pelos indicadores de liquidez, que demonstram a capacidade da empresa em pagar suas dívidas (Padoveze, Benedicto, 2013). A seguir, são apresentados os resultados de cada indicador, possibilitando uma comparação entre os anos.

Ilustração 9: Índices de Liquidez Corrente

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez Corrente	0,73	0,85	0,79	0,77	0,64

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

O indicador de Liquidez Corrente mostra a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto possui em Ativo Circulante para cada R\$1,00 de Passivo Circulante (Ribeiro, 2020). A ilustração 9 apresenta a evolução deste indicador ao longo dos anos em estudo.

Em 2019, a empresa já apresentava dificuldades em cobrir suas obrigações de curto prazo, possuindo apenas R\$0,73 para cada R\$1,00 de dívida. Em 2020, houve uma melhora, mas o índice permaneceu abaixo de 1, indicando que a empresa ainda não conseguia saldar suas dívidas de curto prazo. Em 2021, o índice voltou a cair e, em 2022, manteve-se baixo, tendo uma pequena queda em relação ao ano anterior. Em 2023, o índice atingiu seu pior nível, mostrando que a empresa enfrenta uma situação difícil pois não consegue pagar suas dívidas a curto prazo.

Ilustração 10: Índices de Liquidez Seca

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez Seca	0,72	0,84	0,78	0,75	0,63

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

A Ilustração 10 apresenta a evolução do Índice de Liquidez Seca. Ele demonstra a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo utilizando exclusivamente o seu disponível, ou seja, a conta de caixa e equivalentes de caixa, sem contar com a venda de estoques. (Martins, 2020).

Em todos os anos analisados, os valores demonstram que a empresa possui riscos financeiros de curto prazo, com o pior resultado registrado em 2023, e um desempenho bom, mas ainda abaixo do esperado, em 2020. Ribeiro afirma que este índice demonstra “quanto a empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada \$ 1 do Passivo Circulante” (Ribeiro, 2020, p. 53). Os

indicadores variaram entre 0,63 e 0,84 ao longo dos cinco anos, esses valores inferiores a 1 indicam que a empresa não possui ativos líquidos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo sem considerar a venda de estoques.

Ilustração 11: Índices de Liquidez Geral

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez Geral	0,43	0,46	0,61	0,55	0,49

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

O resultado do Índice de Liquidez Geral é obtido pela soma do ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo, dividido pelo total do passivo circulante mais o passivo realizável a longo prazo. Esse índice proporciona uma visão mais ampla da saúde financeira da empresa, já que leva em conta a totalidade dos ativos e passivos (Martins, 2020). A ilustração 11 demonstra a evolução deste indicador ao longo dos cinco anos analisados.

Pode-se observar que entre 2019 e 2021, os percentuais apresentaram um aumento gradual, passando de 0,43 para 0,46 e, em seguida, para 0,61. No entanto, a partir de 2022, houve uma redução para 0,55, com nova diminuição em 2023, alcançando 0,49. Ribeiro afirma que este indicador apresenta o “quanto a empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1 de Obrigação total” (Ribeiro, 2020, p. 51).

Portanto, os valores estão abaixo do ideal, com todos os anos apresentando índices inferiores a 1, o que indica que a empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, com os recursos disponíveis.

Ilustração 12: Índices de Liquidez Imediata

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez Imediata	0,12	0,14	0,18	0,23	0,21

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

O último indicador de liquidez analisado é o de Liquidez geral, apresentado na ilustração 12. Este indicador considera apenas os ativos que podem ser convertidos rapidamente em caixa se espera é um valor acima de 1 para a organização conseguir cumprir suas obrigações (Alves e Laffin, 2018).

Conforme a ilustração 12, os resultados ao longo dos anos mostram que a empresa teve um aumento gradual, com uma pequena queda no último ano. Em 2019, a empresa possuía 0,12 para cada 1,00 de dívida de curtíssimo prazo. Nos anos de 2018 e 2022 os índices cresceram e em 2023 voltaram a diminuir. Analisando, a empresa corre o risco de não ter caixa suficiente para cobrir emergências financeiras ou passivos de curto prazo.

Após a análise dos Indicadores de Liquidez, foram analisados os Indicadores de Endividamento, que revelam a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros ou capital próprio. A seguir, a ilustração apresenta os resultados obtidos nos Indicadores de Capital de Terceiros ao longo do período analisado.

Ilustração 13: Índices de Capital de Terceiros

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Capital de Terceiros	0,99	0,93	0,87	0,93	0,99

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

Este indicador reflete a proporção dos ativos financiados por capital próprio em comparação com o capital de terceiros. De acordo com o autor Silva, quanto menor essa porcentagem, melhor, pois indica que a empresa possui recursos próprios suficientes para financiar suas operações (Silva, 2017). Diminuindo a dependência de capital externo e os riscos financeiros.

Os resultados apresentados na ilustração 13 demonstram que a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros oscilou de forma moderada entre 0,87 e 0,99 ao longo dos cinco anos. Em 2019, foi possível observar uma elevada dependência de financiamento de terceiros, seguida por uma redução em 2020 e 2021. No entanto, em 2022, o índice voltou a crescer, atingindo novamente 0,99 em 2023. Isto evidencia alta dependência de capitais

de externos para financiar suas operações, sendo necessário que a empresa realiza estratégias para aumentar seu patrimônio líquido.

Ilustração 14: Índices de Composição do Endividamento

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Composição do Endividamento	0,33	0,33	0,32	0,27	0,32

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

O Índice de Composição do Endividamento reflete a proporção de dívidas de curto prazo em relação ao passivo total da empresa. Como observa Martins no capítulo 1.3, “Uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, frequentemente, oferece menor risco” (Martins, 2024, p.131). Desta forma, quanto menores forem esses índices, melhor a situação financeira da empresa, indicando um menor volume de obrigações de curto prazo, ou seja, que são imediatas.

Em 2019 e 2020, o índice de composição do endividamento estava em 0,33, indicando que 33% das obrigações da empresa eram de curto prazo. Em 2021 e 2022, esse indicador apresentou uma queda, chegando a 0,27. Em 2023, houve um aumento, mas sem ultrapassar os níveis iniciais, o que sugere que a empresa mantém uma situação relativamente equilibrada, com uma menor concentração em dívidas de curto prazo.

Ilustração 15: Índices de Capital Próprio ao Capital de Terceiros

ÍNDICES	2019	2020	2021	2022	2023
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	0,01	0,07	0,15	0,08	0,02

Fonte: Produção dos Pesquisadores.

Diferentemente do indicador mostrado na ilustração 14, o índice apresentado na ilustração 15 refere-se ao Índice de Capital Próprio sobre Capital de Terceiros, demonstrando o quanto que a empresa possui capital próprio para

cada real de dívida. Marion afirma que quanto mais alto é o indicador melhor é a posição financeira da organização (Marion, 2019).

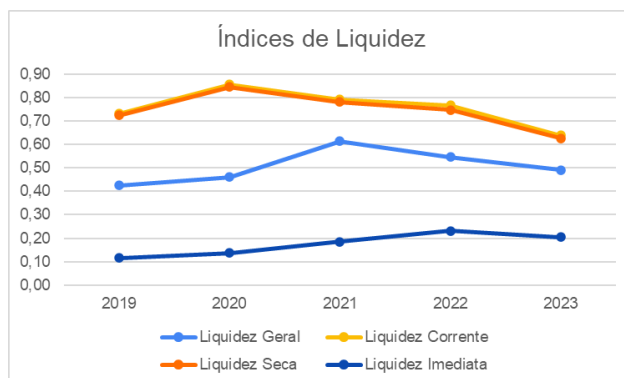
A partir da Ilustração 15, é possível observar uma baixa participação de capital próprio em relação ao capital de terceiros ao longo dos anos. Em 2021, houve uma melhora no nível de capacidade de participação do capital próprio, mas, nos anos seguintes, os indicadores retornaram a níveis baixos, semelhantes aos de 2019 e 2020. Essa situação é preocupante, pois indica uma alta dependência de recursos de terceiros. Neste sentido Marion afirma que estes indicadores com valores abaixo de 1 podem demonstrar uma situação de risco na capacidade da empresa de pagar as suas obrigações financeiras (Marion, 2019).

Dessa forma, foi possível analisar que embora tenha ocorrido algumas melhorias em determinados anos, a situação financeira da empresa ainda é preocupante, evidenciando a necessidade de ajustes para melhorar a saúde financeira da empresa. Portanto é essencial continuar monitorando esses indicadores para garantir que as decisões da empresa estejam alinhadas com sua realidade e situação financeira.

3.3 ANÁLISE DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO DOS CORREIOS.

Através dos resultados obtidos no capítulo 3.2 é possível analisar de forma geral a situação financeira da empresa em questões de liquidez e endividamento. Com base nos resultados obtidos no capítulo 3.2, é possível realizar uma análise abrangente da situação financeira da realização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, considerando aspectos relacionados à liquidez e endividamento.

Gráfico 1: Evolução dos Índices de Liquidez.



Fonte: Produção dos Pesquisadores.

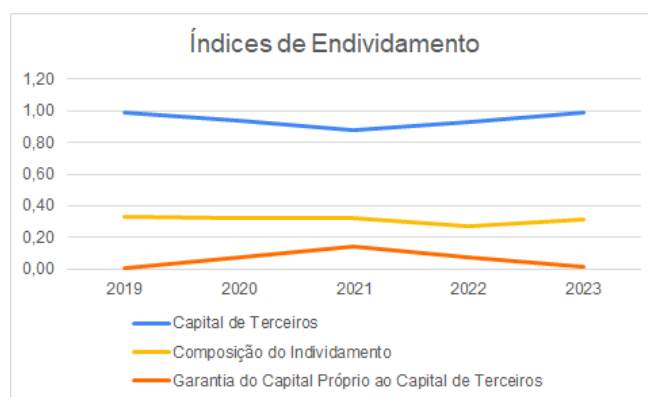
Os primeiros indicadores que foram analisados foram os de liquidez. Conforme afirma o autor Silva “O objetivo do estudo da liquidez é avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, a capacidade financeira para saldar seus compromissos” (Silva, 2017, p. 144). Dessa forma, a partir dos resultados foi possível perceber que esses índices se mantiveram abaixo do ideal indicando a dificuldade da empresa em cumprir suas obrigações a curto e longo prazo.

Embora alguns índices tenham se apresentado bons em alguns anos, os resultados gerais demonstram uma tendência de queda em 2023, conforme o Gráfico 1. Em relação a Liquidez Corrente, a empresa pode não ter ativos suficientes para cobrir suas dívidas de curto prazo. A Liquidez Seca mostrou que os recursos disponíveis podem não ser suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo sem depender da venda de estoques. Já a Liquidez Geral revelou dificuldades em atender às obrigações de médio e longo prazo, enquanto a Liquidez Imediata demonstrou que a empresa enfrenta riscos de não conseguir saldar compromissos de curto prazo, o que é preocupante em situações de emergência.

Analisando as demonstrações ao longo desses períodos foi possível destacar um valor alto na conta de "Contas a Receber" no ativo circulante, o que sugere a presença de valores pendentes a serem recebidos pelos clientes. Essa situação pode indicar possíveis atrasos ou longos prazos para o pagamento por parte dos clientes. No passivo circulante, a conta de "Salários" chama atenção, possivelmente representando obrigações de curto prazo com os colaboradores

da empresa. No Passivo Não Circulante, a conta "Benefícios Pós-Emprego" apresenta um valor significativo, demonstrando que a empresa possui responsabilidades relevantes de longo prazo, como planos de aposentadoria ou outros benefícios similares. Já no Ativo Não Circulante evidencia uma quantidade expressiva de "Imobilizado", indicando que a empresa investe em ativos fixos como equipamentos, máquinas ou propriedades, possivelmente voltados para a geração de receitas no longo prazo.

Gráfico 2: Evolução dos Índices de Endividamento



Fonte: Produção dos Pesquisadores.

Após os resultados dos Indicadores de Liquidez foram apresentados os indicadores de endividamento, sendo possível visualizar a sua evolução no gráfico 2. Conforme Ribeiro "Eles mostram a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros [...]" (Ribeiro, 2020, p. 44). Neste sentido a empresa apresentou alguns desses índices com avanços, mas em outros ainda enfrenta desafios.

Os índices de Capital de Terceiros indicaram redução do ano de 2019 até 2021, mas em 2022 e 2023 o índice voltou a crescer, demonstram que a organização ainda depende significativamente de recursos de terceiros, destacando a necessidade de fortalecer seu patrimônio líquido. O Índice de Composição do Endividamento se manteve estável ao longo dos anos, com índices relativamente baixos, o que é um aspecto positivo para a saúde financeira da empresa. Porém o Índice de Capital Próprio sobre Capital de Terceiros revelou a baixa participação de capital próprio para honrar as dívidas.

Ao analisar o Balanço Patrimonial foi possível verificar que a empresa acumulou prejuízos nos anos de 2019 e 2020, com maior impacto em 2019. Em 2021 e 2022, não foram registrados prejuízos, embora, em 2022, ocorreu uma redução na reserva de lucros. Já em 2023, não teve mais reservas de lucros suficientes e a empresa voltou a apresentar prejuízos.

CONCLUSÃO

No atual mercado competitivo, as empresas precisam estar em constante evolução para se destacarem. Por isso, a tomada de decisões estratégicas exige dos gestores um conhecimento aprofundado da situação financeira e econômica da organização. Diante disso, a contabilidade e as demonstrações contábeis desempenham um papel fundamental, pois, por meio da análise de indicadores, proporcionam uma visão abrangente do desempenho da empresa, permitindo decisões embasadas em dados concretos e precisos.

Esta pesquisa teve como objetivo geral, analisar o desempenho de liquidez e endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos durante o período de 2019 a 2023. Estes indicadores avaliam a saúde financeira da organização, medindo a capacidade de suas honrar obrigações de curto e longo prazo e verificar o nível de recursos próprios e de terceiros.

Para atender ao primeiro objetivo específico, foi realizada uma pesquisa predominante no site oficial dos Correios, onde foram obtidas diversas informações. Esse levantamento permitiu compreender a estrutura da organização, seus principais marcos históricos, bem como sua missão, visão e valores. Além disso, foi possível identificar que a empresa, além de cumprir sua função principal de entrega de produtos no mundo inteiro, desempenha também um papel solidário, conforme evidenciado no capítulo 3.1.

O segundo objetivo específico consistia em analisar os indicadores financeiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Conforme apresentado no capítulo 3.2, constatou-se que todos os indicadores de liquidez (corrente, seca, geral e imediata) apresentaram índices abaixo do ideal. Nos indicadores de endividamento, o desempenho foi variado: enquanto o indicador de capital de terceiros apresentou resultados abaixo do esperado, o indicador de

composição do endividamento se manteve estável e o índice de capital próprio em relação ao capital de terceiros se mostrou insatisfatório.

O último objetivo específico era apresentar os resultados obtidos, destacando as principais evidências do estudo. Conforme analisado no capítulo 3.3, os índices de liquidez indicam que a empresa enfrenta desafios relacionados à sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. O Índice de Capital de Terceiros demonstrou que a organização depende muito de capital de terceiros. O indicador de composição do endividamento apresentou uma situação estável, mostrando uma menor concentração em dívidas de curto e longo prazo, enquanto o índice de capital próprio em relação ao capital de terceiros evidenciou uma alta dependência de recursos externos/terceiros.

Assim, foi possível responder à problemática central, onde os indicadores financeiros analisados revelaram que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos possui um desempenho econômico marcado com desafios durante os anos de 2019 a 2023, principalmente em relação aos indicadores de Liquidez e aos Índices de Capital Próprio. Essa análise reforçou a importância dos indicadores financeiros como ferramentas indispensáveis para a gestão, permitindo não apenas avaliar a situação econômica da organização, mas também subsidiar decisões estratégicas que impulsionam o seu desenvolvimento da empresa.

Este estudo pode servir como base para pesquisas futuras, possibilitando a análise de outros indicadores que apresentam uma visão mais ampla e detalhada do desempenho econômico dos Correios. Para a Fundação Educacional Machado de Assis, o artigo pode servir como material de apoio para acadêmicos que buscam aprofundar seus estudos na área de gestão financeira, aliando teoria e prática. Por fim, para as acadêmicas, esta pesquisa foi de grande relevância, pois expandiu seu conhecimento sobre o tema, proporcionando a aplicação prática dos conceitos em uma situação real.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de S. **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788597025927. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025927/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália H F. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Porto Alegre. Grupo A, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027428/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2012.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Análise Dinâmica do Capital de Giro: O Modelo Fleuriet. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 49-63, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/wxL7PTmdMn4MFsvk68XVb9R/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispões sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 27 abr. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2023.pdf>. Acesso em 3 maio 2024.

CORREIOS. **Base Jurídica da Estrutura Organizacional e das Competências**. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica-da-estrutura-organizacional-e-das-competencias/base-juridica-da-estrutura-organizacional-e-das-competencias>>. Acesso em: 28 maio 2024.

CORREIOS. **Identidade Corporativa**. N. D.. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/identidade-corporativa>>. Acesso em: 28 maio 2024.

CORREIOS. **Linha do Tempo**. N. D.. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/correios360/linha-do-tempo>>. Acesso em: 28 maio 2024.

CORREIOS. **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa Exercício 2022**. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa/arquivo/carta-anula-de-politicas-publicas-e-governanda-corporativa-exercicio-2022>>. Acesso em: 29 maio 2024.

CORREIOS. **Demonstrações Contábeis Exercício 2023**. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras/2023/demonstracoes-contabeis-correios-2023.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GIACON, Fabiana P.; FONTES, Ketilin M.; GRAZZIA, Antônio R. **Metodologia Científica e Gestão de Projetos. (Série eixos)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788536531526. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536531526/>>. Acesso em: 1 maio 2024.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GOVERNO DO BRASIL. **Correios já Transportaram 800 Toneladas de Donativos para o Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/correios-ja-transportaram-800-toneladas-de-donativos-para-o-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 29 maio 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkindar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JÚNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória**, 12ª edição. Rio de Janeiro. Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021011/>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021264. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>>. Acesso em: 29 maio 2024.

MARION, José C. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597024876. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024876/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559773220. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597025439. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>>. Acesso em: 26 maio 2024.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas S. A., 2014.

NETO, Alexandre A. **Finanças Corporativas e Valor**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. *E-book*. ISBN 9788597026184. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026184/>>. Acesso em: 15 out. 2024.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideão Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras** – 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013. *E-book*. ISBN 9788522114689. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114689/>>. Acesso em: 26 maio 2024.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597008821. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. *E-book*. ISBN 9788547224806. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547224806/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788597012897. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEL EM SÃO MARTINHO/RS

Laura Kunz¹
Mônica Stormowski²
Natalie Schmidt de Oliveira³
Lauri Aloísio Heckler⁴
Emily Amanda Bruxel Pinceta⁵

RESUMO

Este artigo tem como tema a avaliação da situação econômico-financeira de um posto de combustível localizado em São Martinho-RS nos anos de 2022 e 2023. Para isso, analisou as demonstrações contábeis do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício para determinar os indicadores financeiros: de liquidez e atividade, o ciclo financeiro e ciclo operacional. Essa pesquisa foi desenvolvida tendo em vista as dificuldades financeiras enfrentadas por diversas empresas brasileiras, segundo o Sebrae, devido à falta de conhecimento dos gestores. A pesquisa foi do tipo descritiva e explicativa. Para a realização dos índices econômico-financeiros, a pesquisa foi de natureza quantitativa e qualitativa, pois se utilizou da coleta de dados do posto de combustível. Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa se deu aplicando três formas: pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Para a análise e interpretação dos dados o presente trabalho utilizou dos métodos dedutivo e comparativo. Através do estudo foi possível concluir que a empresa possui boa saúde financeira, com capacidade de honrar seus compromissos, e apresentou uma melhoria nos indicadores financeiros de 2022 para 2023. Algumas recomendações para otimizar a gestão financeira são manter uma reserva de ativos com alta liquidez e renegociar prazos de recebimento de vendas oferecendo descontos em troca de um prazo menor. Assim a empresa poderá continuar prosperando e se mantendo competitiva no mercado de combustíveis.

Palavras-chave: Análise; Indicadores Econômico-Financeiros; Demonstrações Financeiras.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis- 7º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. kunzlaura74@gmail.com

² Orientadora. Mestranda e especialista em Finanças e Controladoria. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. monicast@fema.com.br

³ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁵ Especialista, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Orientador. Professor do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. emilypinceta@gmail.com.

ABSTRACT

The theme of this article is the evaluation of the economic and financial situation of a fuel station located in São Martinho-RS in the years 2022 and 2023. To achieve this, it analyzed the financial statements of the balance sheet and income statement to determine financial indicators, such as liquidity and activity, as well as the financial and operational cycles. This research was developed in light of the financial difficulties faced by many Brazilian companies due to a lack of managerial knowledge. The study was descriptive and explanatory in nature. For the economic-financial ratios, it employed a quantitative approach, using data collection from the fuel station. Regarding technical procedures, the research applied three approaches: bibliographic research, documentary analysis, and a case study. For data analysis and interpretation, the study used deductive and comparative methods. The results indicated that the company has good financial health, with the capacity to meet its obligations, and showed improvement in financial indicators from 2022 to 2023. Recommendations to further optimize financial management include maintaining a reserve of highly liquid assets and renegotiating sales payment terms by offering discounts in exchange for shorter payment periods. This approach will allow the company to continue to thrive and remain competitive in the fuel market.

Keywords: Analysis; Economic-Financial Indicators; Financial Statements.

INTRODUÇÃO

O mercado de combustíveis no Brasil tem se mostrado bastante singular. Devido a extensão do país, a logística se torna complexa, existem diversos locais de difícil acesso e o consumo de cada região possui peculiaridades. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil- ANP, em 2022 o Brasil ocupou a oitava posição no consumo mundial de petróleo.

Além disso, o mercado de combustíveis vem apresentando crescimento nos últimos anos. Segundo a ANP, no ano de 2022 teve um crescimento de 1,73% em relação ao ano anterior, e no ano de 2023 um crescimento de 4,88% representando 129,7 milhões de metros cúbicos. Desse volume, a região Sul teve um crescimento ainda maior em 2022 de 2,23% e um pouco menor em 2023, 4,52% em relação à média nacional. Também, representa cerca de 20% do consumo de todo o país. (ANP; 2024)

Esse crescimento contínuo reflete a importância do setor de combustíveis para a economia brasileira, pois gira milhões de reais todos os anos devido a extensão do Brasil e o transporte ser predominantemente rodoviário. Tendo em

vista isso, o presente trabalho tem como tema avaliar a situação econômico-financeira de um posto de combustível. O posto de combustível está localizado na cidade de São Martinho no estado do Rio Grande do Sul, e os anos avaliados foram de 2022 e 2023.

A avaliação econômico-financeira auxilia os gestores nas tomadas de decisões de sua empresa. Atualmente, no Brasil diversas empresas passam por dificuldades financeiras devido à falta de conhecimento. Segundo o Mapa de Empresas do Governo Federal, no ano de 2023 foram abertas 3.868.687 de empresas 0,7% a mais em relação ao ano anterior. Em contrapartida foram fechadas 2.153.840 de empresas, 25,7% a mais em relação ao ano anterior. Assim, pode-se afirmar que em 2023, no Brasil uma empresa fechava as portas a cada 4 horas.

Esses números mostram como existem muitas empresas no Brasil que tem grandes dificuldades em administrar e gerir uma empresa. Segundo pesquisas de campo realizadas pelo Sebrae nos anos de 2018 e 2021, existem alguns fatores que contribuem para o fechamento de negócios. Primeiramente a falta de preparo pessoal, a maioria dos empresários não realiza capacitações, não fazem o planejamento do seu negócio, e nem buscam meios de executar a gestão da empresa.

Logo, considerando esse problema, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise dos indicadores econômico-financeiros do posto de combustível para entender sua situação financeira. Para isso foi coletado e estudado os demonstrativos contábeis da empresa- balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Após, calculado e interpretado os principais indicadores financeiros. Primeiramente os indicadores de liquidez- liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata. Após os indicadores de atividade- giro do estoque, prazo médio de renovação de estoque, giro de contas a receber, prazo médio de recebimento, giro de contas a pagar e prazo médio de pagamento de compras. Também, o ciclo operacional e o ciclo financeiro. E por fim, identificado áreas de melhoria fornecendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas que possam contribuir para a sustentabilidade e crescimento do negócio no longo prazo.

O estudo foi de grande importância para a pesquisadora, pois possibilitou uma compreensão mais profunda dos temas da administração financeira que mais lhe despertava interesse. Ademais, ofereceu a oportunidade de desenvolver suas habilidades de pesquisa e análise, ao mesmo tempo em que aprimorou seus conhecimentos acadêmicos.

Além disso, o estudo foi significativo para o gestor do posto de combustível. Devido à preocupação com o cenário brasileiro em relação ao fechamento de empresas, pretende-se que através da análise da situação financeira o gestor possa tomar as melhores decisões para seu negócio e prosperar em seu negócio. Ademais, a pesquisa pode contribuir para postos de combustível de mesmo porte. Essas empresas podem se comparar e aplicar a análise em seus negócios. Assim, criando um bom uso das técnicas da análise econômico-financeira.

O referencial teórico do presente artigo descreveu as demonstrações contábeis, os indicadores financeiros e o ciclo operacional e ciclo financeiro. Os principais autores estudados foram Ana Paula M. S. Cherobim com o livro Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. E Stephen A. Ross com o livro Administração Financeira.

A segunda parte do trabalho descreve a metodologia adotada para a elaboração do estudo, que engloba a categorização da pesquisa, que inclui pesquisa descritiva, explicativa, quantitativa, qualitativa, bibliográfica, documental e estudo de caso. Na geração dos dados a documentação coletada foi de maneira direta e a análise e interpretação dos resultados foram realizadas pelo método dedutivo e comparativo.

A apresentação e análise dos resultados. Primeiramente apresentando a estrutura da empresa, bem como os departamentos financeiro e contábil. Após a análise dos indicadores de liquidez, de atividade e o ciclo financeiro e operacional. E por fim, as sugestões para otimizar a gestão financeira do posto de combustível.

A conclusão reúne a consolidação do estudo, apresentando os resultados obtidos por meio da pesquisa, além das considerações desenvolvidas ao longo do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico de uma pesquisa é onde o autor discute teorias e conceitos que fundamentam o seu estudo. Conforme Duarte e Furtado, é no referencial teórico que se apresenta o embasamento da pesquisa proposta. Para isso, o autor realiza uma pesquisa bibliográfica preliminar e no referencial relaciona os principais autores, seus conceitos e conclusões sobre o assunto tratado (Duarte; Furtado, 2015).

Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo fornecer sustentação teórica ao estudo, abordando os principais assuntos, tais como: as demonstrações contábeis, os indicadores financeiros, indicadores de atividade e o ciclo financeiro e operacional.

1.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o desenvolvimento do estudo da análise econômico-financeira utilizaremos algumas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são relatórios que tem como objetivo informar a posição financeira e patrimonial da entidade para usuários de interesse. Esses usuários podem ser o Governo, fornecedores, investidores de bolsa de valores, empregados, entre outros. Através das demonstrações contábeis os usuários realizam suas avaliações e tem a capacidade de tomar as melhores decisões (Cherobim *et al*, 2016).

É importante destacar que as demonstrações financeiras são elaboradas segundo a prática contábil do regime de competência. Segundo Cherobim *et al*, “receitas e despesas são contabilizadas e reconhecidas quando ocorre o fato gerador, independentemente do fluxo de entrada ou saída de caixa” (Cherobim *et al*, 2016, p.37). Assim, essa prática proporciona uma visão mais precisa da situação econômica da entidade.

O Art. 176 da Lei nº 6.404/1976 determina que as demonstrações contábeis obrigatórias são: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Para a análise econômico-financeira do posto de combustível, foram utilizados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. (Brasil, 1976)

O balanço patrimonial de uma empresa é um demonstrativo contábil que apresenta sua posição financeira em determinado momento. Segundo Ross *et al*, “o balanço patrimonial é uma representação do valor contábil de uma empresa em uma data específica, como se a empresa estivesse momentaneamente congelada” (Ross *et al*, 2015, p. 22). Do lado esquerdo estão os ativos (bens e direitos da empresa), e do lado direito estão os passivos (obrigações da empresa) e o patrimônio líquido (valores que os sócios ou acionistas têm na empresa).

Vale ressaltar que o patrimônio líquido é definido como a diferença entre os ativos e os passivos da empresa. Logo, é o que restaria para os sócios ou acionistas se todas as obrigações da empresa fossem quitadas. (Higgins, 2014)

Segundo Higgins, “a relação fundamental – e, com efeito, a base de toda a contabilidade é: Ativo = Passivo + Patrimônio Líquidos dos acionistas” (Higgins, 2014, p.19). Essa equação serve para todas as transações feitas pela empresa e na empresa como um todo. Por exemplo, quando a entidade realiza um empréstimo de R\$50.000,00 seu caixa ou conta corrente aumentam (ativo) e ao mesmo tempo se cria uma conta empréstimo a pagar (passivo) no mesmo valor, assegurando a equação.

O ativo do balanço patrimonial é dividido em ativo circulante e não circulante. Conforme Cherobim *et al*, “a apresentação é feita em ordem de liquidez decrescente, de acordo com a rapidez com que os ativos podem ser convertidos em caixa” (Cherobim *et al*, 2016, p.49). No ativo circulante estão os bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro no prazo de um ano, logo ali estão localizadas as contas de caixa, conta corrente de banco, estoques, clientes a receber, entre outras. Ademais, vale ressaltar que no ativo circulante estão os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades operacionais da empresa.

Conforme Cherobim *et al*, “No Ativo Não Circulante consta a aplicação de recursos em bens, não destinados à venda, cujo objetivo é a utilização para produção de bens ou serviços.” (Cherobim *et al*, 2016, p. 53). O Ativo Não Circulante é dividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e

intangível. Logo é ali que estão localizadas as aplicações de longo prazo, os imóveis da empresa, veículos, entre outras.

Já no lado direito do balanço patrimonial encontramos o passivo que segue a mesma lógica do ativo, porém para as obrigações. No passivo circulante estão as dívidas e obrigações a serem pagas dentro do prazo de um ano como fornecedores, salários a pagar, entre outros. E no passivo não circulante estão as dívidas e obrigações a serem pagas no próximo período, tais como empréstimos e financiamentos, provisões fiscais, trabalhistas, entre outros (Cherobim *et al*, 2016).

No lado direito embaixo está o Patrimônio Líquido que é dividido em Capital Social (valor aportado pelos acionistas), Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados (Cherobim *et al*, 2016).

Se o balanço é como se fosse uma foto do valor contábil da empresa em determinada data específica, a demonstração de resultados do exercício é como se fosse um vídeo. Segundo Ross *et al*, “a demonstração de resultados do exercício (DRE) mede o desempenho durante um período específico – um ano, por exemplo. A definição contábil de lucro é: $\text{Receitas} - \text{Despesas} = \text{Lucro}$ ” (Ross *et al*, 2015, p.25). Assim, a demonstração do resultado do exercício mostra como as operações da empresa estão afetando no resultado.

As receitas são os ganhos da empresa, obtidos através das vendas ou de outros rendimentos. Conforme Higgins:

É importante compreender que receita e caixa são coisas distintas. Segundo o princípio contábil da competência, a receita é reconhecida quando “o esforço necessário para gerar a venda está concluído e há uma razoável certeza de que o pagamento será efetivado” (Higgins, 2014, p. 25).

Assim, a receita é reconhecida no momento da venda e não necessariamente quando a empresa recebe o pagamento. Pode ser entendida como o valor gerado pela venda dos produtos relacionados à atividade-fim da empresa, incluindo as vendas à vista e a prazo.

Segundo Cherobim *et al*, após a mensuração da receita começam a fazer as deduções. Primeiramente, as deduções das vendas, abatimentos e os impostos obtendo-se a Receita Líquida. Em seguida, o CMV- custo das mercadorias vendidas resultando no Lucro Bruto. Depois, começam as deduções das despesas operacionais demonstrando o Resultado ou Lucro Operacional. Após, são feitas as deduções das despesas financeiras líquidas, já deduzidas as eventuais receitas financeiras, demonstra-se o Lucro antes do Imposto de Renda. Por fim, calcula-se a provisão para Imposto de Renda e chega-se ao Lucro Líquido do Exercício ou ao Prejuízo do Exercício (Cherobim *et al*, 2016).

Se a empresa tiver lucro líquido durante o exercício poderá distribuir entre os sócios ou acionistas sob a forma de dividendos, parte poderá ser distribuída conforme dispõe o Estatuto Social da empresa e o restante ficará como lucros retidos, uma conta no Balanço Patrimonial do Patrimônio Líquido (Cherobim *et al*, 2016).

Dentre as demonstrações contábeis existentes, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício são extremamente importantes para a gestão da empresa. São através delas que se tira dados para criar indicadores econômicos e financeiros e esses serão auxiliares na avaliação da saúde financeira da empresa.

1.2 INDICADORES FINANCEIROS

Através das demonstrações contábeis podemos calcular diversos indicadores financeiros. Segundo Cherobim *et al*, através desses índices podemos entender “o fluxo dos recursos utilizados pela empresa, apontar as origens e aplicações mais importantes e destacar possíveis ineficiências gerenciais” (Cherobim *et al*, 2016, p.87).

Logo, os indicadores financeiros são de extrema importância para a análise da saúde financeira da empresa. Por meio deles o gestor tem embasamento e fundamentos sólidos para o processo de tomada de decisão.

Nesse capítulo será definido os principais índices financeiros: indicadores de liquidez (liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata) e

indicadores de atividade (prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento de compras, ciclo operacional e ciclo financeiro).

Os indicadores de liquidez mostram a capacidade que uma empresa tem em honrar com suas obrigações. Conforme Cherobim *et al*, os indicadores de liquidez “medem a capacidade de a empresa saldar seus compromissos no curto prazo. Evidenciam a solvência geral da empresa” (Cherobim *et al*, 2016, p.87). Deste modo esses indicadores se concentram no ativo e no passivo circulantes.

É através dos indicadores de liquidez que a empresa sabe se pode pagar suas contas de curto prazo sem preocupação. A seguir definiremos os principais indicadores de liquidez: índice de liquidez geral, índice de liquidez corrente, índice de liquidez seca e índice de liquidez imediata.

A liquidez geral é utilizada como base comparativa entre empresas de um mesmo setor no que diz respeito à capacidade de pagamento de médio prazo. Além disso, é utilizada na concessão de crédito de médio ou longo prazo por parte de instituições financeiras. Logo se a empresa tem um índice atual menor que 1,0 o custo do crédito aumenta, tendo em vista que a mesma já se encontra em situação de liquidez inadequada (Matias, 2017 p. 309)

Vale a pena ressaltar que se deve tomar cuidado na utilização desse índice financeiro para tomadas de decisões. Conforme Biava *apud* Souza esse indicador pode distorcer a situação real da empresa:

[...] podem ser alocados recursos financeiros no balanço patrimonial com prazos diferentes. Logo, o valor indicado pelo cálculo deste índice pode ser maior que um, representando a condição de pagamento da empresa positiva, ou menor que um, representando falta de recursos para pagamento de todas as obrigações (Biava, 2015, p.29 *apud* Souza 2014).

Assim, para se ter uma dimensão mais exata em relação a liquidez da empresa, deve-se analisar outros índices financeiros, como por exemplo o índice de liquidez corrente. Conforme Matias, o índice de liquidez corrente é calculado através da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Logo, quanto maior o índice melhor para a empresa (Matias, 2017).

Ademais, Ross *et al*, explica: “Como o ativo e o passivo circulantes são, em princípio, convertidos em caixa ao longo dos 12 meses seguintes, o índice

de liquidez corrente é uma medida da liquidez de curto prazo” (Ross *et al*, 2015, p.52).

Quando a empresa apresenta um índice de liquidez corrente maior que 1,0 significa que possui mais recursos no curto prazo do que obrigações. Deve-se ficar atento, pois esse fato pode ser decorrido de uma captação de recurso de terceiros para pagamento no longo prazo ou captação de recursos de capital próprio (Matias, 2017).

Segundo Matias: “[...] é um indicador atentamente observado em empresas cuja capacidade de pagamento de longo prazo pode estar sob suspeita” (Matias, 2017, p.310). Logo, se o índice de liquidez corrente já está comprometido é provável que a empresa passará por dificuldades para honrar seus compromissos no longo prazo.

Outro indicador de liquidez relevante e muito utilizado é o índice de liquidez seca. Esse índice é ainda mais líquido que os anteriores. Segundo Matias, o índice de liquidez seca é calculado diminuindo os estoques do ativo circulante e dividindo pelo passivo circulante. Também quanto maior o índice melhor para a empresa (Matias, 2017).

Logo o índice de liquidez seca mostra a liquidez da empresa sem o estoque. Conforme Ross *et al*, o estoque:

[...] tem valores contábeis menos confiáveis como medidas do valor de mercado, porque a qualidade do estoque não é considerada. Pode ser que mais tarde se descubra que parte do estoque está danificada, parte pode tornar-se obsoleta ou ser perdida (Ross *et al*, 2015, p.53).

Além da qualidade do estoque, deve-se levar em conta que para o mesmo se tornar disponível dependerá das vendas da empresa. Logo esse índice demonstra a liquidez da empresa somente com os ganhos reais, e sua capacidade de pagamento no curto prazo sem levar em conta as vendas.

Por fim, o índice de liquidez mais líquido, é o índice de liquidez imediata pois leva em conta apenas os recursos disponíveis da empresa. Segundo Biava *apud* Souza, o índice de liquidez imediata:

[...] é utilizado com o propósito de compreender a capacidade da empresa em pagar todas as suas dívidas de curto prazo, somente com valores monetários referentes à conta existente no balanço patrimonial denominada de caixa e equivalentes de caixa (depósitos em contas de banco, por exemplo) (Biava, 2015, p.28 *apud* Souza 2014).

Logo, esse índice não leva em conta os estoques da empresa, os clientes a receber e outras contas do ativo circulante. Da mesma forma que os outros índices de liquidez, quanto maior o índice melhor. Porém, deve-se observar que a maioria das empresas não consegue alcançar um índice alto de liquidez imediata, pois dependem do recebimento de seus clientes e das vendas futuras.

Esse índice de liquidez interessa para credores de curtíssimo prazo ou para fins de análise dos gestores da empresa.

Os indicadores de atividade são outros tipos de indicadores financeiros muito utilizados pela empresa. Eles descrevem a eficiência e intensidade que a empresa utiliza seus ativos para gerar vendas (Ross *et al*, 2015). Assim, “quanto mais rápido certos itens de Ativo e Passivo giram dentro do exercício contábil, a um determinado volume de operações, melhor está sendo a administração desses itens” (Cherobim *et al*, 2016, p. 87.)

Dentre os indicadores de atividade será abordado os seguintes: Giro de Estoque e Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE), Giro de Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), Giro de Contas a Pagar e Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC).

O giro de estoque e o prazo médio de renovação de estoque nos mostra a quantidade de vezes que a empresa vendeu seu estoque durante um ano. Esse dado é importante pois espera-se que a mesma tenha um giro alto, pois assim, não mantém as mercadorias estocadas por muito tempo e gera mais lucro (Ross *et al*, 2015).

Segundo Ross *et al*, o giro do estoque é calculado dividindo o custo das mercadorias vendidas pelo estoque. Esse resultado demonstra a quantidade vendida no período de um ano do estoque mantido pela empresa. Logo, quantas vezes o estoque girou (Ross *et al*, 2015).

Após calcular o giro do estoque, calcula-se o prazo médio de renovação de estoque. A fórmula é a quantidade de dias de um ano (365 dias) dividido pelo

giro do estoque calculado anteriormente. Segundo Bampi *apud* Assaf Neto, esse índice indica “o tempo médio em que a mercadoria permanece no estoque da empresa à espera da venda” (Bampi, 2016, p. 13, *apud* Assaf-Neto, 2015).

Já o giro de contas a receber mostra quantas vezes a empresa vendeu e recebeu o valor da venda. Para ilustrar melhor esse giro, utiliza-se o prazo médio de recebimento, que mostra os dias desse giro (Ross *et al*, 2015).

Conforme Ross *et al*, o giro de contas a receber é calculado dividindo as vendas pelo contas a receber no período de um ano. Esse resultado demonstra a quantidade de vezes que a empresa vendeu uma mercadoria a prazo e recebeu posteriormente. Logo, a rapidez com que a empresa recebe as vendas (Ross *et al*, 2015). Para calcular o prazo médio de recebimento divide-se a quantidade de dias de um ano pelo giro do estoque. Assim, tem-se os dias em média que a empresa espera para receber sobre uma venda.

Por último, dentre os indicadores de atividade, está o giro de contas a pagar que mostra quantas vezes a empresa pagou suas dívidas com seus fornecedores. Segundo Ross *et al*, o giro de contas a pagar é o custo da mercadoria vendida dividido pelos fornecedores. Esse resultado demonstra quantas vezes no período de um ano a empresa pagou seus fornecedores (Ross *et al*, 2015).

Da mesma forma que anteriormente, para se tornar mais lógico, converte-se esse número em dias. Divide-se a quantidade de dias de um ano pelo giro de contas a pagar e se obtém o prazo médio de pagamento de compras (Ross *et al*, 2015).

O prazo médio de pagamento de compras mostra a quantidade de dias que a empresa tem de prazo com os fornecedores. Conforme Bampi *apud* Assaf Neto, espera-se que quanto maior o prazo melhor. Porém deve-se estar atento, pois em um prazo muito grande pode haver cobranças de juros de parcelamento aumentando o custo da mercadoria (Bampi, 2016, p. 14, *apud* Assaf-Neto, 2015). Assim, é fundamental buscar um equilíbrio no prazo de pagamento para otimizar o fluxo de caixa.

1.3 CICLO OPERACIONAL E CICLO FINANCEIRO

Após o entendimento dos indicadores financeiros de liquidez e de atividade, deve-se analisar os ciclos que a empresa realiza em sua operação. Os dois ciclos a serem estudados mostram a administração dos recursos financeiros de curso prazo utilizados pela empresa. A boa administração desses recursos financeiros irá resultar na geração de caixa, que é a base para posterior distribuição de dividendos aos acionistas (Cherobim *et al*, 2016, p.350).

Além disso, os dois ciclos abrangem as principais preocupações em relação as finanças de curto prazo da empresa, como compra de matéria-prima, realização de empréstimos ou utilização do capital da empresa, concessão ou não de crédito para clientes, entre outros. Todas essas práticas criam sequências de fluxos de entradas e saídas de caixa e muitas vezes podem ser incertos e não sincronizados, um cliente pode ficar inadimplente por exemplo (Ross *et al*, 2015). Para melhor entendimento dos ciclos, primeiro será definido o ciclo operacional e posteriormente o ciclo financeiro.

Primeiramente, o ciclo operacional da empresa leva em conta quantos dias ela demora para realizar a sua operação por completo. Isso é, comprar mercadorias, produzir, vender e receber o pagamento. Conforme Cherobim *et al*, o ciclo operacional “compreende o espaço de tempo que vai desde a entrada da matéria-prima no estoque da empresa até a venda dos produtos elaborados e respectivo recebimento” (Cherobim *et al*, 2016, p.353).

Assim, o ciclo operacional é um percurso constante em dinheiro e em bens. Começa no momento em que a empresa recebe a matéria-prima, passa pelo pagamento da mesma, após ocorre a venda para o cliente e termina quando a empresa recebe o pagamento do produto (Cherobim *et al*, 2016). Dessa forma, diversas contas do balanço estão envolvidas no ciclo, como caixa, contas a receber, estoque e fornecedores. Conforme Ross *et al*, para obter o ciclo operacional pode-se somar o prazo médio de renovação de estoque e o prazo médio de recebimento (Ross *et al*, 2015).

Já o ciclo financeiro compreende apenas o período de tempo da parte financeira da empresa. Segundo Cherobim *et al* o ciclo financeiro “[...] compreende o período de tempo em que os recursos da empresa foram

utilizados para o pagamento dos bens e/ou matérias-primas até o recebimento pela venda do produto acabado resultante” (Cherobim *et al*, 2016, p.355). Logo, percebe-se que o ciclo financeiro está inserido no ciclo operacional.

Através do ciclo operacional e do ciclo financeiro a empresa pode tomar decisões mais assertivas sobre as adversidades do seu negócio. Ross *et al* dá exemplos sobre isso:

A defasagem entre os fluxos de entrada e de saída de curto prazo pode ser compensada com empréstimos (...) também pode ser diminuída por mudanças nos prazos de estocagem, de recebimento e de pagamento (Ross *et al*, 2015, p.936).

Além da defasagem entre os fluxos de entrada e de saída outros problemas podem ser mensurados através dos indicadores e dos ciclos operacional e financeiro, mostrando sua importância para a empresa.

1.4 SÍNTESE DOS INDICADORES

A autora do projeto optou por elaborar uma tabela contendo a síntese dos indicadores discutidos no referencial teórico. A intenção por trás dessa escolha é proporcionar ao leitor uma compreensão mais clara e detalhada dos indicadores abordados. Dessa forma, a tabela serve como um recurso didático que facilita a visualização e o entendimento dos diferentes indicadores, ao listar não apenas os nomes de cada um, mas também as suas respectivas fórmulas matemáticas. Abaixo, apresenta-se a Tabela 1, com o indicador e sua respectiva fórmula.

Tabela 1

Síntese dos Indicadores Financeiros

INDICADOR	FÓRMULA
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Liquidez Seca	<u>Ativo Circulante - Estoques</u>
	Passivo Circulante
Liquidez Imediata	<u>Disponível (caixa)</u>
	Passivo Circulante
Giro do Estoque	<u>Custo das Mercadorias Vendidas</u>
	Estoque
Prazo Médio de Renovação de Estoque	<u>365 dias</u>
	Giro do Estoque
Giro de Contas a Receber	<u>Vendas</u>
	Contas a receber
Prazo Médio de Recebimento	<u>365 dias</u>
	Giro de Contas a Receber
Giro de Contas a Pagar	<u>Custo das Mercadorias Vendidas</u>
	Fornecedores
Prazo Médio de Pagamento de Compras	<u>365 dias</u>
	Giro de Contas a Pagar
Ciclo Operacional	Prazo Médio de Renovação de Estoque + Prazo Médio de Recebimento
	Prazo Médio de Renovação de Estoque +
Ciclo Financeiro	Prazo Médio de Recebimento – Prazo Médio de Pagamento de Compras

Fonte: Produção do pesquisador.

Dessa forma, para o desenvolvimento do estudo, é imprescindível utilizar os indicadores apresentados na tabela acima. Esses indicadores permitem realizar uma análise econômico-financeira detalhada e precisa da empresa. Com base nessa análise, será possível propor recomendações fundamentadas para melhorias na gestão e na performance da organização.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho é a forma que o autor irá abordar e conduzir sua pesquisa. Segundo Duarte e Furtado: “A metodologia no projeto de pesquisa deve explicitar o processo ou como a pesquisa será desenvolvida”. Logo nessa seção pretende-se apresentar as estratégias, técnicas e procedimentos que serão adotados para o desenvolvimento do estudo (Duarte; Furtado, 2015, p. 30).

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Através da categorização da pesquisa pretende-se mostrar o tipo de pesquisa desenvolvido. Um dos tipos de pesquisa científica é a descritiva que parte de um problema claramente elaborado. Ainda, a pesquisa descritiva descreve e retrata o objeto de investigação, logo restringe-se a constatar o que já existe. Outro tipo é a pesquisa explicativa que vai além da pesquisa descritiva, pois procura identificar os fatores determinantes, as causas e os porquês do fenômeno estudado (Duarte; Furtado, 2015)

O presente estudo se desenvolverá de maneira descritiva, pois será feita uma análise minuciosa e descritiva dos indicadores econômico-financeiros da empresa. Após a análise, o trabalho apresentará um caráter explicativo, uma vez que, irá apresentar interpretações sobre os resultados obtidos da análise dos índices.

Para a realização dos índices econômico-financeiros, a pesquisa deverá ser de natureza quantitativa, pois se utilizará da coleta de dados do posto de combustível. Os dados coletados se constituem no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. Também, será de natureza qualitativa utilizando informações relevantes dos indicadores.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa se dará aplicando três formas: pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é o estudo realizado por material já produzido e publica, construindo-se em fontes secundárias para o pesquisador. A pesquisa

documental é a fonte primária, onde o material não recebeu nenhum tratamento analítico e não foi publicado. Já o estudo de caso pretende compreender o fenômeno (Duarte; Furtado, 2015).

A pesquisa teórica se dará, através de referências bibliográficas, com levantamento de informações a partir de livros, artigos e outros materiais. Documental por meio de dados e arquivos documentais coletados com a empresa. E estudo de caso através da análise do posto de combustível.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para o desenvolvimento do estudo os dados serão coletados através da documentação direta. A documentação direta é encontrada em arquivos de propriedade particular, por isso o pesquisador deve estar atento a fidedignidade dos documentos, para que não sejam fraudados. Além disso, tem como fonte os documentos originais que não passaram por tratamento analítico e não foram divulgados (Duarte; Furtado, 2015).

Assim, se realizará pesquisas documentais nos arquivos particulares do posto de combustível. Os dados utilizados para a análise foram o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício nos anos de 2022 e 2023. Para se ter acesso a esses relatórios contábeis, a autora os solicitou para o gestor da empresa.

Levantados os dados, estes foram anexados no presente trabalho. O Anexo 1 mostra o balanço patrimonial do posto de combustível estudado nos anos de 2022 e 2023. Como forma de melhor entendimento, no balanço é apresentado primeiro os ativos, após passivos e por fim patrimônio líquido, sem a divisão em colunas.

Ademais o Anexo 2 mostra a demonstração do resultado do exercício nos anos de 2022 e 2023. Pode-se observar que em ambos os anos a DRE é dividida em receita bruta (venda de mercadoria e de prestação de serviços), devolução e abatimentos, deduções (impostos), custo das mercadorias vendidas, despesas com vendas, despesas administrativas, receitas financeiras, despesas indedutíveis, despesas financeiras, outras despesas operacionais, outras

receitas operacionais, despesas não operacionais, provisões do IR e CSL, chegando ao lucro líquido do exercício.

Após obtidos esses dados, será realizado os cálculos do indicadores econômico-financeiros. Os indicadores serão organizados em tabelas, para a realização da análise descritiva e comparativa.

2. 3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a análise e interpretação dos dados o presente trabalho irá utilizar dos métodos dedutivo e comparativo.

Através do método dedutivo o estudo “[...] parte de teorias e leis, e, na maioria das vezes, prediz a ocorrência de fenômenos particulares” (Lakatos; Marconi, 2021 p.40). Logo, utilizando-se de estudos contábeis já consolidados espera-se chegar a conclusões acerca da saúde financeira da empresa pesquisada.

Já o método comparativo tem a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências (Lakatos; Marconi, 2021). Assim, pretende-se fazer a comparação dos índices nos dois anos de estudo- 2022 e 2023, bem como comparar a empresa com outras do mesmo ramo.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, ao finalizar o embasamento teórico, inicia-se a apresentação e análise dos resultados obtidos na empresa, com base nos dados coletados e na pesquisa realizada. A partir disso, é possível avaliar como as teorias apresentadas anteriormente se manifestam na realidade da organização, bem como identificar desafios, oportunidades e tendências relevantes para o caso em questão.

3.1. ESTRUTURA DA EMPRESA

A empresa Posto 74 Derivados de Petróleo Ltda, possui uma história

sólida e uma trajetória de sucesso ao longo dos anos. O posto está sob a administração do atual proprietário desde 01/08/2001. Durante 11 anos, o estabelecimento foi alugado, e no ano de 2012 foi comprado pelo atual proprietário. Atualmente, a empresa é gerida por ele e sua família.

Ilustração 1: Fachada do posto de combustível em 2024.



Fonte: produção da pesquisadora.

Por quatorze anos o posto operou sob a marca Petrobras, atualmente está sob a marca Shell. Durante sua história, a empresa foi se desenvolvendo, aumentando seu quadro de funcionários e expandindo o complexo. Hoje, o posto conta com 30 funcionários e, além disso, abriga empresas terceirizadas, como a borracharia e a lavagem de veículos. Também faz parte da estrutura uma empresa do ramo de alimentação, que inclui o restaurante e a loja de conveniência. O posto de combustível está localizado na RS-210 km 74, na cidade de São Martinho- Rio Grande do Sul.

Ilustração 2: Posto de combustível em São Martinho/RS.



Fonte: Google Maps.

A operação do posto se dá através da venda de combustíveis (Gasolina Comum, Gasolina Aditivada, Diesel Comum e Diesel S-10) e venda de itens para automóveis (óleo, palhetas, filtros, perfumes, etc). Além disso, presta serviço de lubrificação e troca de óleo. Vale a pena ressaltar que a empresa possui caminhão próprio para a realização dos fretes de combustível.

3.1.1. Departamento de Finanças e Contabilidade

Nos departamentos de finanças e contabilidade trabalham em conjunto cinco colaboradores. Em relação a venda de produtos, a empresa trabalha com recebimentos à vista, carta frete e pagamento a prazo. Os recebimentos considerados à vista são realizados através do dinheiro, pix, cartão de débito ou crédito e cheques (apenas se o cliente possuir cadastro). O recebimento na forma de carta-frete é utilizado por caminhoneiros, onde uma empresa contratante do serviço de frete emite um documento com o valor a ser pago para o caminhoneiro. Com o frete, o cliente faz o pagamento do combustível, e o posto recebe esse valor da empresa contratante. O prazo de recebimento da carta frete é em torno de 15 dias.

Por fim, o estabelecimento também trabalha com vendas a prazo, com recebimentos através de boleto ou depósito bancário. As faturas podem ser feitas diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, dependendo do cliente. Ademais, o prazo de vencimento também varia de cinco, dez, quinze, trinta, chegando até quarenta dias. Assim, conforme a forma de pagamento do cliente, o prazo de pagamento, a quantidade que abastece e o tempo que trabalha com a empresa, é concedido um desconto por litro abastecido.

Em contrapartida, o pagamento do combustível comprado é de pouquíssimos dias, muitas vezes feito à vista ou no máximo com três dias de pagamento. A compra de combustível é feita através da companhia Raízen, distribuidora oficial da Shell. O combustível vem da cidade de Ijuí-Rs com o caminhão da empresa. Em relação aos outros fornecedores de outros produtos

(filtros, óleos, palhetas, etc) os pagamentos são feitos através de boleto com prazos maiores de pagamento- sete, quatorze, vinte e um dias.

No que se diz respeito as cobranças, elas são realizadas pelo gestor da empresa por meio de ligações e mensagens. Em casos de inadimplência mais grave, a empresa conta com uma advogada que entra em contato para propor uma negociação e acordo. Se não houver sucesso, a questão segue para a via judicial.

Já em relação a contabilidade o posto faz o lançamento das notas de compra, de despesa e de serviço. Após, o escritório de contabilidade contratado faz a conferência. Além disso, o escritório de contabilidade é o responsável pela contabilidade da empresa, entrando em contato com a ela para sanar eventuais dúvidas.

3.2 ANÁLISE DOS INDICADORES

A análise dos indicadores econômico-financeiros foi feita nos anos de 2022 e 2023. Como relatado no artigo, os índices de liquidez indicam a capacidade da empresa de honrar suas obrigações no curto e longo prazo. A empresa analisada apresentou índices de liquidez geral de 3,31- no ano de 2022 e 7,42- no ano de 2023. Logo a empresa possuiu capacidade de pagar todas as suas obrigações, de curto e longo prazo, com todos os seus ativos disponíveis, circulantes e realizáveis a longo prazo. Esse índice é muito abrangente, através dele não conseguimos identificar qual parte está relacionada ao curto e longo prazo. Para ter uma visão mais realista utilizamos a liquidez corrente.

A empresa possuiu índice de liquidez corrente de 3,5- no ano de 2022 e 6,75- no ano de 2023. Assim, mostra que a empresa possui capacidade de quitar suas dívidas de curto prazo com seus ativos circulantes. Conforme Ross *et al*, no ativo circulante levado em conta na liquidez corrente está o estoque. Esse é o ativo circulante menos líquido e possui valores confiáveis menos confiáveis. Se a empresa possui estoques relativamente grandes pode ser que superestimou suas vendas ou comprou em excesso. (Ross *et al*, 2015).

Assim, calculamos a liquidez corrente, que mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos circulantes,

porém, omitindo o estoque. A empresa possuiu um índice de liquidez seca de 2,96- no ano de 2022 e 5,88- no ano de 2023. Logo, possui capacidade de quitar suas dívidas de curto prazo mesmo sem os estoques.

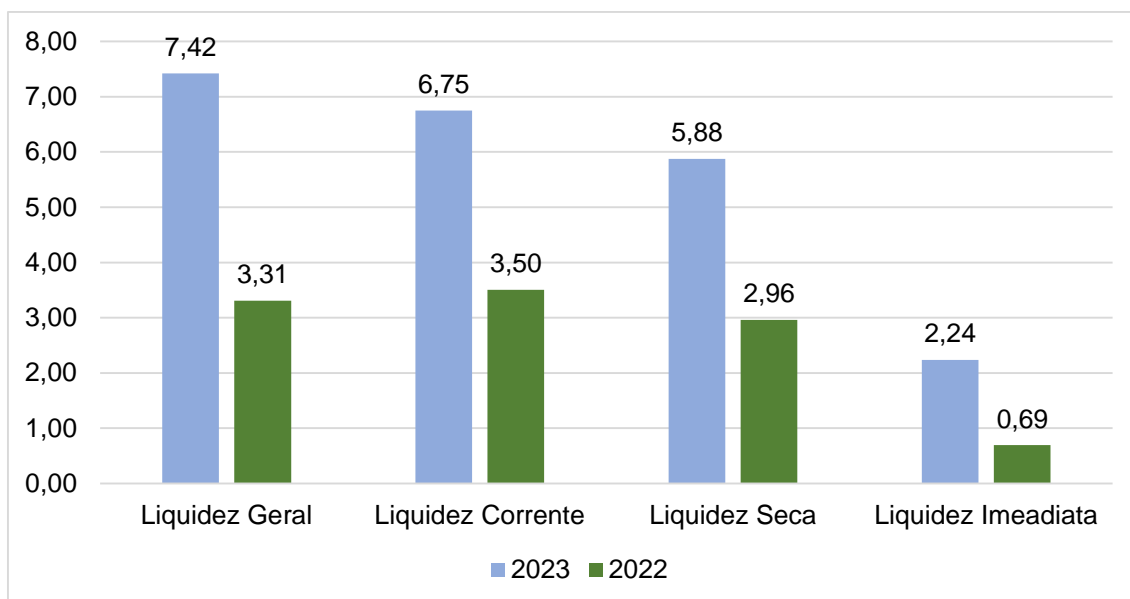
Por fim, foi calculado o índice de liquidez imediata. No ano de 2022 a empresa possuiu um índice de 0,69 e no ano de 2023 a empresa possuiu um índice de 2,24. Conforme Biava, A liquidez imediata é pouco utilizada por focar exclusivamente na capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo com o caixa e equivalentes, ignorando as constantes variações dessa conta. Por isso, não é considerada um indicador crucial para a gestão financeira da empresa (Biava, 2015).

Logo o índice de 0,69 não é preocupante para a empresa. Ademais, pode-se observar que a empresa possuiu um índice de 2,24 no ano de 2023, assim poderia quitar suas dívidas de curto prazo 2,24 vezes apenas com os disponíveis.

Por fim, observa-se que todos os índices aumentaram no ano de 2023 em relação ao ano de 2022. Isso mostra uma maior capacidade de pagamento, o que pode ser reflexo de uma boa gestão financeira através do aumento de ativos circulantes e redução nas obrigações. A empresa, portanto, está em uma posição financeira bastante sólida.

Para melhor entendimento dos índices de liquidez, segue abaixo um gráfico comparando a liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata nos anos de 2023 e 2022.

Ilustração 3: Índices de Liquidez



Fonte: Produção da pesquisadora.

Após a análise dos índices de liquidez, foi realizada a análise dos indicadores de atividade. Primeiramente, o giro do estoque e o prazo médio de renovação de estoque (PMRE). No ano de 2022 o giro do estoque foi de 61,83 e um PMRE de 5,90 dias. Já no ano de 2023, o giro do estoque foi de 62,04 e um PMRE de 5,88 dias. Conforme Ross *et al* “quanto maior esse índice, mais eficiente é nossa gestão de estoques” (Ross *et al*, 2015, p. 56).

Assim, pode-se afirmar que a empresa apresenta índices muito positivos, pois em ambos os anos consecutivos o estoque girou mais de sessenta vezes. Ainda que há aproximadamente cada seis dias o estoque se renovava. Vale destacar que esses números se devem ao tipo de empresa, um posto de combustível, onde é comum o alto giro dos combustíveis devido à grande demanda diária e ao consumo constante.

Seguidamente, o giro de contas a receber foi de 16,49 no ano de 2022 com um prazo médio de recebimento de vendas (PMRV) de 22,13 dias. E em 2023, o giro de contas a receber foi de 16,85 com um PMRV de 21,66 dias. Esses índices mostram a rapidez com que a empresa recebe suas vendas. Logo, a empresa recebeu as vendas a crédito e forneceu crédito novamente em torno de 16 vezes ao ano. Ou, passando essa informação para dias, a empresa demorou para receber suas vendas em torno de 21 a 22 dias. Analisando o dia a dia da

empresa, pode-se afirmar que esses números correspondem a uma média de dias, pois os créditos fornecidos aos clientes são bem variados conforme relatado anteriormente.

Também, foram analisados o giro de contas a pagar e o prazo médio de pagamento de compras (PMPC). No ano de 2022, o giro de contas a pagar foi de 151,44 e o PMPC de 2,41 dias. Já no ano de 2023, o giro de contas a pagar foi de 161,44 e o PMPC de 2,26. Logo, significa que a empresa pagou seus fornecedores mais de 150 vezes em 2022 e mais de 160 vezes em 2023. Em dias, isso corresponde o prazo de pagamento de pouco mais de dois dias para seus fornecedores.

Conforme Alves *apud* Marques, Carneiro Júnior e Kuhl o prazo médio de recebimento deve ser sempre menor que o prazo médio de pagamento. Porque assim, a empresa já terá recebido os valores das suas vendas e pode quitar os compromissos com os fornecedores (Alves *apud* Marques, Carneiro Júnior e Kuhl, 2018).

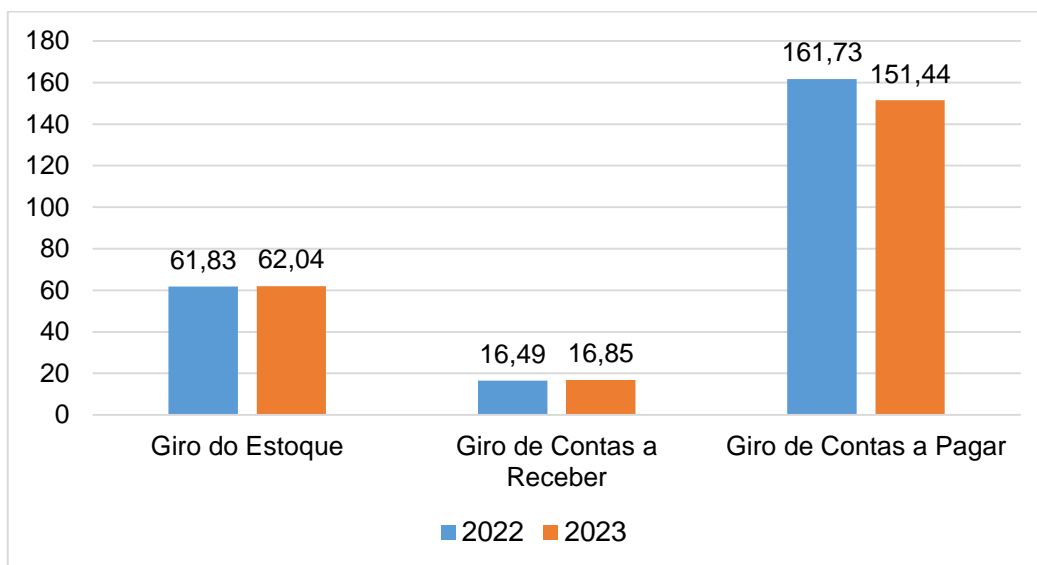
Como pode-se observar, isso não acontece com a empresa estudada. O prazo médio de pagamento de compras é muito menor do que o prazo médio de recebimento de vendas. Essa situação é muito comum em postos de combustíveis e paralelamente é uma das maiores dificuldades do negócio- a empresa deve pagar o combustível para a companhia com urgência e os clientes possuem prazos muito maiores.

Ademais, durante o prazo de recebimento das vendas, o preço do combustível pode variar (aumentar ou diminuir), o que torna a gestão financeira mais desafiadora. Isso ocorre porque a empresa demora cerca de vinte dias para receber o pagamento do cliente com base no preço praticado no momento da venda. No entanto, se o preço do combustível subir nesse meio tempo, a empresa precisará pagar o novo valor ao fornecedor dentro de um prazo muito curto, geralmente em torno de dois dias.

Diante dessa situação, os postos de combustíveis precisam manter um capital de giro elevado para lidar com essas discrepâncias entre os prazos de recebimento das vendas e os prazos de pagamento aos fornecedores, além de suportar as variações nos preços dos combustíveis durante esse período.

Abaixo, um gráfico do giro do estoque, giro de contas a receber e giro de contas a pagar nos anos de 2022 e 2023, para que o leitor possa compará-los melhor visualmente.

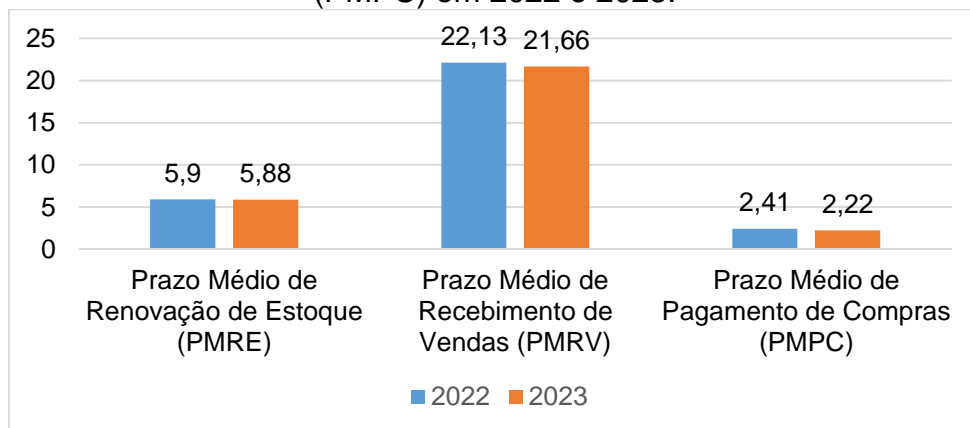
Ilustração 4: Giro do Estoque, Giro de Contas a Receber e Giro de Contas a Pagar nos anos de 2022 e 2023.



Fonte: Produção da pesquisadora.

Ademais, abaixo, um gráfico do prazo médio de renovação de estoque, prazo médio de recebimento de vendas e prazo médio de pagamento de compras com a mesma finalidade da Ilustração 2.

Ilustração 5: Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE), Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) e Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) em 2022 e 2023.



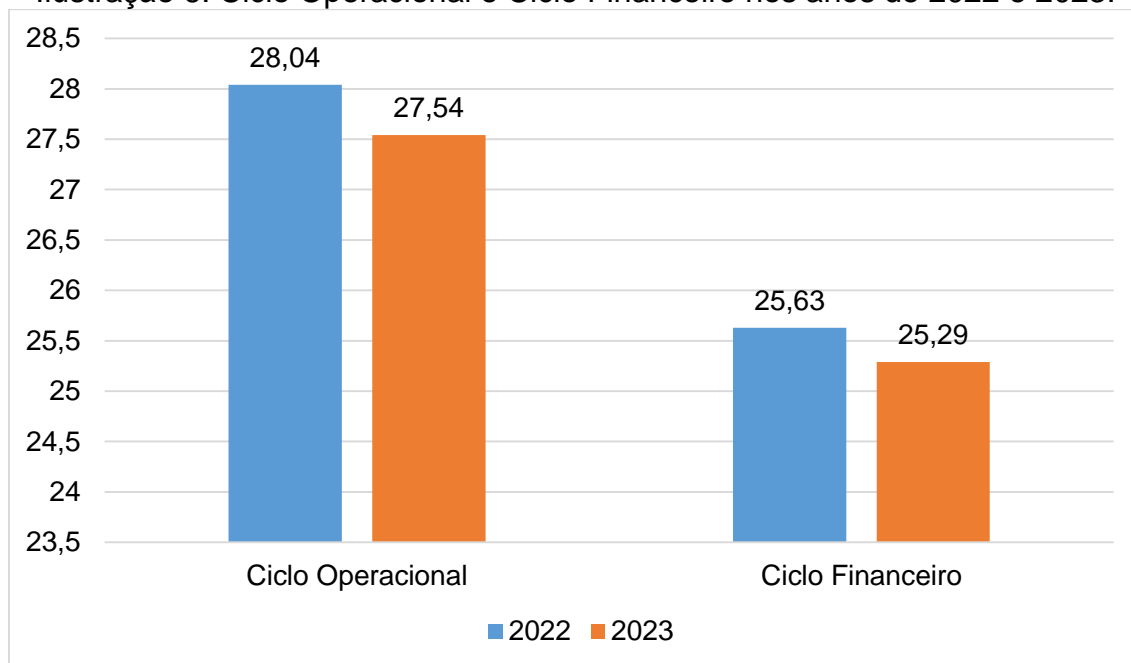
Fonte: Produção da pesquisadora.

Por fim, foi analisado o ciclo operacional e financeiro. O ciclo operacional no ano de 2022 foi de 28,04 dias e em 2023 foi de 27,54 dias. Assim, esse é o período de tempo que o produto começa sua vida na empresa, primeiro no estoque, depois quando vendido, é convertido em contas a receber e finalmente, é convertido em caixa quando recebe o pagamento da venda.

Já o ciclo financeiro foi de 25,63 em 2022 e 25,29 em 2023. Logo, esse é o período de tempo em que a empresa paga a mercadoria para os seus fornecedores até o momento em que recebe a mercadoria de seus clientes. Vale a pena lembrar que a diferença entre o ciclo operacional e financeiro foi pequena devido ao fato de a empresa ter poucos dias para pagar seus fornecedores.

Abaixo a Ilustração 6 mostra o ciclo operacional nos anos de 2022 e 2023, e o ciclo financeiro nos anos de 2022 e 2023.

Ilustração 6: Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro nos anos de 2022 e 2023.



Fonte: Produção da pesquisadora.

Por fim, os indicadores de atividade de 2023 mostram uma pequena, mas consistente, melhoria em relação a 2022. A empresa conseguiu renovar

estoques e receber pagamentos de clientes mais rapidamente, além de reduzir o prazo de pagamento de fornecedores. Isso contribuiu para a redução do ciclo operacional e do ciclo financeiro, indicando uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa e dos processos operacionais. Embora as mudanças não sejam grandes, elas demonstram uma tendência positiva que, se mantida, pode contribuir para uma maior solidez financeira e competitividade do posto de combustível.

3.3 RECOMENDAÇÕES PARA OTIMIZAR A GESTÃO FINANCEIRA

Por meio dos índices de liquidez, pode-se afirmar que a empresa conseguiu melhorar sua capacidade financeira através do aumento de ativos circulantes e redução nas obrigações. Além disso, pode-se observar que no ano de 2023 a empresa conseguiu quitar dois empréstimos que havia feito com os bancos no ano de 2022, um para ser pago no curto prazo (R\$708.818,77) e outro para ser pago a longo prazo (R\$316.666,78). Tendo em vista, que no Brasil os empresários costumam pagar juros altíssimos em empréstimos, foi de grande importância que a empresa tenha quitado essas dívidas, pois assim deixou de pagar juros.

Outro ponto que se pode observar é que a empresa aumentou demasiadamente suas disponibilidades. Primeiramente seu caixa- de R\$45.094,34 para R\$61.526,88, o saldo de suas contas bancárias e aplicações financeiras que juntas foram de R\$844.649,83 para R\$1.673.274,36, praticamente o dobro. Esses dois fatores, diminuição das obrigações e aumento de ativos circulantes melhoraram os índices de liquidez da empresa. Assim, sugere-se que a empresa continue trabalhando desta forma, aumentando suas disponibilidades e diminuindo suas obrigações.

Em relação aos índices de atividade pode-se observar um desafio. A empresa possui um prazo médio de recebimento de vendas de 22,13 dias em 2022 e 21,66 dias em 2023. Em contrapartida possui um prazo médio de pagamento de compras de 2,41 dias em 2022 e 2,26 dias em 2023. Isso faz com que tenha que pagar seus fornecedores diversas vezes antes de receber suas vendas.

Além disso, diversas vezes o preço do combustível aumentou, obrigando a empresa a pagar o fornecedor com o valor reajustado, mas sem conseguir receber esse custo imediatamente devido o prazo fornecido aos clientes. O que gera um intervalo de vários dias até que as vendas compensem o novo preço pago.

Uma forma de lidar com esse desafio é manter uma reserva de ativos com alta liquidez. Conforme Ross *et al*, a defasagem entre entradas e saídas de caixa no curto prazo pode ser ajustada com empréstimos ou mantendo uma reserva de liquidez. Com essa estratégia, ela minimiza o risco de faltar recursos para cobrir suas obrigações de curto prazo, evitando a necessidade constante de recorrer a empréstimos (Ross *et al*, 2015).

Outra forma de minimizar esse problema é procurar reajustar os prazos com fornecedores e clientes. Em conversa com o gestor da empresa, a autora pode perceber que o prazo com o fornecedor de combustível dificilmente irá mudar, pois se a empresa aumentar o prazo irá ter que pagar mais caro pelo produto, o que não valeria a pena pois as vendas diminuiriam.

Por outro lado, a empresa pode renegociar os prazos de recebimento com seus clientes. Recomenda-se que a empresa revise sua carteira de clientes e tente negociar prazos de recebimento mais curtos. Uma estratégia seria oferecer um desconto maior em troca de um prazo de recebimento menor. Por exemplo, um cliente que atualmente abastece ao longo do mês, gerando uma fatura mensal com prazo de vencimento de trinta dias, poderia passar a abastecer quinzenalmente com um prazo de vencimento de sete dias. Deve-se ressaltar que a empresa deve fazer essas negociações com clientes que costumam não atrasar seus pagamentos para não ter problema com inadimplências.

Dessa forma, a empresa diminuirá o intervalo de tempo de recebimento e não necessitará de um capital de giro tão alto. Além disso, poderá utilizar seus recursos para outros fins, como investimentos, sem necessitar recorrer a capital de terceiros.

CONCLUSÃO

O setor de combustíveis é fundamental para a economia brasileira, considerando a grande extensão territorial do país e o transporte rodoviário predominante. Dentro desse cenário, as dificuldades financeiras enfrentadas por muitas empresas se tornam um desafio, especialmente quando resulta da falta de conhecimento dos gestores em gerir e administrar seus negócios.

Assim, esse estudo teve como objetivo avaliar a situação econômico-financeira de um posto de combustível localizado em São Martinho/RS para compreender sua saúde financeira. Logo, foi coletado e estudado os principais demonstrativos contábeis da empresa, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Também foi calculado e interpretado os principais indicadores financeiros. Através dos índices de liquidez pode-se concluir que, o posto de combustível melhorou sua capacidade de liquidez do ano de 2022 e 2023. Logo, isso demonstra uma maior capacidade de cumprir com os compromissos financeiros, o que pode ser resultado de uma gestão financeira eficiente. Esse desempenho é observado no crescimento dos ativos circulantes onde estão os bens de fácil liquidez- como caixa e bancos. Em contrapartida, há a diminuição das obrigações, principalmente as obrigações de curto prazo que diminuíram praticamente pela metade de um ano para o outro.

Já os indicadores de atividade mostraram que a empresa possui um giro de estoque bem alto no ano, sendo renovado em torno de 5,90 dias. Em contrapartida, possui um prazo médio de recebimento de vendas (PMRV) muito maior em relação ao prazo médio de pagamento de compras (PMPC). Uma discrepância de mais ou menos 14 dias a mais do PMRV para o PMPC. Isso faz com que a empresa tenha que ter um capital de giro alto para suprir as oscilações dos preços do combustível e honrar os compromissos com seus fornecedores.

Além disso, foi analisado o ciclo operacional e financeiro que tiveram uma diferença de poucos dias (em torno de dois a três dias) devido ao fato da empresa ter poucos dias para pagar seus fornecedores.

Como forma de recomendações para otimizar a gestão financeira, a autora propôs que a empresa continue aumentando suas disponibilidades e

diminuindo suas obrigações. Além disso, que mantenha uma reserva de ativos com alta liquidez. E por fim, que renegocie os prazos de recebimento com seus clientes oferecendo descontos em troca de um prazo menor.

Dessa forma, a empresa conseguirá trabalhar melhor com a discrepância do prazo médio de recebimento de vendas com o prazo médio de pagamento de compras. Não necessitará de um capital de giro tão alto, poderá utilizar seus recursos para outros investimentos e não necessitará recorrer a capital de terceiros.

Por fim, de maneira geral, é possível afirmar que a empresa apresentou uma melhoria nos indicadores financeiros de 2022 para 2023. Os resultados demonstraram que o posto possui uma boa saúde financeira, com capacidade para honrar seus compromissos e manter-se competitivo no mercado de combustíveis. Esses avanços indicam uma gestão eficiente e reforçam o potencial da empresa em continuar no setor. Além do mais, pode-se afirmar que os indicadores econômicos financeiros podem ser utilizados pelos gestores para fins de conhecimento de como gerir seu negócio.

O presente estudo também poderá servir como uma fonte de dados e informações para toda a comunidade acadêmica que almejar construir ou ampliar estudos no âmbito da análise da situação financeira econômica de empresas através do estudo dos indicadores econômicos.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2023**. 30 jun. 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2023#Se%C3%A7%C3%A3o%201>>. Acesso em: 05 maio 2024.

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália H F. **Análise das Projeções Financeiras**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. pág.85. ISBN 9788595027428. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027428/>>. Acesso em: 23 out. 2024.

BAMPI, Pedro Montagner. **Análise Econômico-Financeira de uma Empresa do Comércio Varejista de Produtos Cosméticos**. 2016. 38f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados 2016.

BIAVA, Maisa Marcelo. **Análise dos Indicadores Financeiros**: estudo dos indicadores de liquidez, de endividamento e de resultado como ferramenta de tomada de decisão. 2015. 80f. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

BRASIL. **Lei 6.404/1976**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Mapa de Empresas**: boletim do 3º quadrimestre/2023. Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, DF, 26 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas>>. Acesso em: 05 maio 2024.

CHEROBIM, Ana Paula M. S; LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa. **Administração Financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Sueli Viana. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

HIGGINS, Robert C. **Análise para Administração Financeira**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MATIAS, Alberto Borges. **Análise Financeira de Empresas**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2017.

ROSS, Stephen A et al. **Administração Financeira**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

SEBRAE. **A Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil**. 27 jan. 2023. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivenciadasempresasnobrasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>>. Acesso em: 05 maio 2024.

ANÁLISE DE INVESTIMENTO FINANCEIRO PARA PESSOA FÍSICA

Alex Da Silva Tierling¹
Carolina Wandscheer De Vlieger²
Marcos Rogério Rodrigues³
Jonas Bordim⁴
Adelino Pedro Wisniewski⁵

RESUMO

O mercado de investimento financeiro tem chamado a atenção do público em geral, especialmente no meio acadêmico. Dessa forma, este trabalho tem como tema a análise de investimento financeiro para pessoa física. A delimitação temática considera os meses de janeiro a dezembro do ano de 2023. Quanto a problemática envolvida, o trabalho busca responder: qual investimento financeiro para pessoa física apresenta maior rentabilidade no período estudado? O objetivo geral tem o intuito de: verificar o investimento mais rentável para pessoa física durante o período pesquisado. Para alcançar o objetivo geral, originam-se os objetivos específicos: a) conceituar sobre o mercado financeiro e descrever os principais tipos de investimentos financeiros existentes atualmente para pessoa física; b) comparar os diferentes tipos de investimentos financeiros para pessoa física; c) comparar e demonstrar o melhor investimento financeiro para pessoa física no período estudado. Como referencial teórico, esta pesquisa apresenta o sistema financeiro nacional, aplicações em renda fixa e aplicações em renda variável. A metodologia utilizada no artigo é realizada por meio de pesquisas bibliográficas, descritivas, exploratórias e explicativa. Quanto ao tratamento dos dados, adota-se a pesquisa quantitativa. A pesquisa evidenciou que a aplicação em renda variável (PETR3 ON) obteve maior rentabilidade no período estudado, por outro lado, a aplicação nas ações da (VALE3 ON) obteve maior prejuízo, ressaltando o risco que aplicações de renda variável possuem.

Palavras-chave: Aplicações Financeiras; Rentabilidade; Pessoa Física.

¹ Acadêmico do Curso de Administração - 7º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. alex.tierling@outlook.com

² Acadêmica do Curso de Administração - 7º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. carolina.vlieger@gmail.com

³ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

⁴ Mestre em Gestão estratégica de organizações. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

⁵ Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. ade.pedro.wisniewski@gmail.com

ABSTRACT

The financial investment market has attracted the attention of the general public, especially in academia. Therefore, this work's theme is the analysis of financial investment for individuals. The thematic delimitation considers the months of January to December of the year 2023. Regarding the issues involved, the work look to answer: which financial investment for individuals presents the greatest profitability in the period studied? The general objective is to: verify the most profitable investment for individuals during the period researched. To achieve the general objective, the following specific objectives arise: a) conceptualize the financial market and describe the main types of financial investments currently existing for individuals; b) compare the different types of financial investments for individuals; c) compare and demonstrate the best financial investment for individuals in the period studied. As a theoretical reference, this research presents the national financial system, fixed income investments and variable income investments. The methodology used in the article is carried out through bibliographical, descriptive, exploratory and explanatory research. As for outcomes, quantitative research is adopted. The research showed that the investment in variable income (PETR3 ON) obtained greater profitability in the period studied, on the other side, the investment in shares of (VALE3 ON) obtained a greater loss, highlighting the risk that variable income applications pose.

Keywords: Financial Applications; Profitability; Individual.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, nota-se uma crescente mudança em relação as aplicações financeiras, dessa forma, os investidores estão se perguntando qual será o melhor investimento a se fazer nesse momento de incerteza. Nota-se que tanto aplicações em ações ou renda fixa estão vantajosas no momento, mas o que preocupa o investidor é a instabilidade do mercado, principalmente no de renda variável.

Visando analisar a aplicação mais rentável para os investidores, foi proposto o seguinte tema: análise de investimento financeiro para pessoa física, considerando o período de 02 janeiro a 28 dezembro de 2023, analisando aplicações em renda fixa (LCA, LCI, CDB e poupança) e aplicações em renda variável (ações e fundo de investimento imobiliário).

Como o mundo digital está a cada dia mais presente na sociedade, desta forma fica cada vez mais acessível pesquisar e adquirir informações sobre aplicações financeiras. O que resulta em um crescimento de pessoas que desejam realizar investimentos financeiros. Tendo como intuito de que o artigo seja um auxílio para os investidores, define-se como problemática: qual investimento financeiro para pessoa física apresentou maior rentabilidade no período estudado?

O objetivo geral deste artigo é verificar o investimento financeiro mais rentável para pessoa física durante o período pesquisado. Os objetivos específicos são: a) conceituar sobre o mercado financeiro e descrever os principais tipos de investimentos financeiros existentes atualmente para pessoa física; b) comparar os diferentes tipos de investimentos financeiros para pessoa física; c) comparar e demonstrar o melhor investimento financeiro para pessoa física no período estudado.

O presente artigo possui como justificativa a importância do tema investimentos financeiros para pessoa física, pois traz informações e conhecimentos relevantes para os investidores, analisando as aplicações em renda fixa e variável e verificando a rentabilidade de cada investimento estudado. É de interesse do investidor entender que o mercado se modifica, e dessa forma apresentará riscos menores ou maiores dependendo da aplicação escolhida.

A metodologia aderida para o desenvolvimento do artigo é de pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, exploratória e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizado através de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Para a geração dos dados, utiliza-se de documentação direta e indireta.

Os principais autores que fundamentam o artigo são: Assaf Neto, Fortuna, Brito, Lima, Lima e Pimentel, Abreu e Silva, Santos e Silva, Pinheiro e Carrete. Este artigo é composto pelo resumo, introdução, referencial teórico, metodologia, análise e interpretação dos resultados, conclusão e referências.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para elaboração deste trabalho, no presente capítulo, busca-se descrever sobre o sistema financeiro nacional, aplicações em renda fixa e aplicações em renda variável.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O sistema financeiro nacional é estruturado por instituições financeiras ou não, as quais são voltadas para a gestão de política monetária do governo. Dessa forma, Abreu e Silva relatam que o sistema é composto por um grande número de instituições que regulam, monitoram e realizam as operações necessárias à circulação do dinheiro e do crédito na economia. O sistema financeiro desempenha um papel importante na mediação de recursos entre entidades econômicas com excedentes e aquelas sem excedentes (Abreu; Silva, 2016).

De acordo com Carrete, a liquidez, conceito importante e muitas vezes subestimado pelos investidores de todo o mundo, pode ser entendida como a velocidade com que os ativos podem ser convertidos em dinheiro. Quanto maior a velocidade, melhor para os investidores. As questões de liquidez tendem a oscilar entre: podem ser um tema que pode ser ignorado quando os mercados estão normais, mas quando se tornam um problema, tendem a ser desastrosos e a tornar-se o centro das atenções (Carrete, 2019).

Segundo Brito, a “[...]a taxa Selic, reflete o preço que o governo paga para colocar os títulos públicos no mercado. As instituições financeiras, para alocar e captar recursos, utilizam o CDI como parâmetro de preço” (Brito, 2020, p. 108).

Dessa forma, Carrete aborda que existem entidades supervisoras, como: Banco Central do Brasil (BCB ou Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM); que são vinculadas com o Conselho Monetário Nacional (CMN), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) que está vinculada com Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência Nacional

de Previdência Complementar (Previc) que está vinculada ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) (Carrete, 2019).

Em concordância, para Abreu e Silva os supervisores trabalham para garantir que os cidadãos e participantes no sistema financeiro cumpram as regras estabelecidas pelo regulador. O seu dever é regular os mercados de acordo com as diretrizes fornecidas pelas agências reguladoras relevantes e monitorar, inspecionar e punir os agentes que operam fora da lei (Abreu, Silva, 2016).

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) no Brasil, segundo Abreu e Silva, é composto por dois subsistemas principais: o normativo e o de intermediação. O subsistema normativo abrange órgãos como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (Bacen), que são responsáveis pela regulamentação e supervisão do sistema. Já o subsistema de intermediação é formado por instituições financeiras que atuam diretamente com o público, como bancos comerciais, corretoras e cooperativas de crédito, desempenhando um papel essencial na movimentação de recursos financeiros dentro da economia (Abreu, Silva, 2016).

De acordo, com Santos e Silva o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável por: aprovar metas financeiras e emissões de papel-moeda; estabelecer padrões e diretrizes para a política monetária; regular as políticas do mercado de capitais; estabelecer padrões de crédito; regular as operações do Banco Central do Brasil (BACEN) com instituições financeiras (Santos, Silva, 2015).

Sendo assim, Carrete o Banco Central do Brasil (BACEN) é o encarregado por controlar a inflação no país. Possui grande responsabilidade na estabilidade de preços por meio da regulamentação de quantidades de moedas na economia. Entre suas atividades, está a preocupação com a estabilidade financeira (Carrete, 2019).

Segundo Santos e Silva, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável por: a) Regular as atividades de bolsas de valores, corretoras, agentes independentes de investimento, gestores de recursos terceirizados, fundos de investimento, etc. b) Supervisionar o funcionamento das bolsas de valores, de derivativos e de mercadorias, dos corretores de valores e de

mercadorias e de outras instituições de apoio. c) Proteja a alça de segurança. d) Supervisionar a emissão, registro, distribuição e negociação de valores mobiliários. e) Fortalecimento do mercado de ações (Santos, Silva, 2015).

Além disso, Abreu e Silva retratam que cabe a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) “[...] como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP” (Abreu, Silva, 2016, p.52).

Para Santos e Silva cabe à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC): a) regular o funcionamento das estruturas fechadas de pensões complementares e monitorar a operação (Santos, Silva, 2015).

O Banco Central do Brasil (BACEN) descreve que o Sistema Financeiro Nacional é dividido em órgãos normativos, supervisores e operadores. O Conselho Monetário Nacional (CMN), principal órgão normativo, atua com o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que supervisionam bancos, cooperativas de crédito, corretoras, distribuidoras e bolsas de valores. No setor de seguros privados, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Susep regulam seguradoras, resseguradoras e entidades de previdência aberta. Na previdência fechada, o CNPC e a Previc supervisionam os fundos de pensão (Bacen, 2024).

Segundo Carrete, a infraestrutura do mercado monetário é constituída por instituições que: realizam a contabilização de ativos financeiros; plataforma de negócios; soluções operacionais; tratamento cirúrgico; e transferir fundos (Carrete, 2019).

No cenário atual é possível reparar que há muitos investidores que utilizam de sistemas de negócios para realizar vendas e compras de ativos monetários, e dessa forma se mantém atualizados sobre mudanças no mercado financeiro.

Nesse sentido, Carrete salienta como exemplo o Tesouro Direto que é uma plataforma de negócios onde pessoas físicas compram e vendem títulos do governo federal. Cita-se a B3, pois ela disponibiliza uma plataforma de negociação para negociação de títulos e outros ativos de renda fixa. Os membros da plataforma de negociação são especialistas e têm autoridade especial para

representar investidores. São corretores, bancos e operadores de fundos mútuos que executam ordens de compra ou venda de títulos (Carrete, 2019).

Sobre a política monetária, Carrete menciona que há reuniões com o Comitê de Política Monetária (COPOM), para verificar sobre o controle da inflação. Se houver alta na inflação, o COPOM decide por aumentar a taxa Selic, o que ocasionará o aumento de custo de contratações de financiamentos e fará com que os agentes superavitários poupem. Fazendo com que o consumo e pressão inflacionária reduzem, as reuniões ocorrem a cada 45 dias (Carrete, 2019).

Desse modo é notável o crescimento que a sociedade está tendo em relação ao mercado financeiro, e procurando verificar as possibilidades de possuir um investimento rentável e que lhe ajudará em um futuro melhor.

Em suma, o sistema nacional financeiro é complexo e, possui vários órgãos que o ampara e supervisiona para que o processo ocorra de forma legal e conforme as normas estabelecidas. É de tamanha importância que a sociedade tenha conhecimento sobre o sistema financeiro, pois ele impacta diretamente no dia a dia.

1.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM RENDA FIXA

As aplicações financeiras de renda fixa, em tese são aquelas que apresentam um risco menor para os investidores, pois pode-se ter um retorno previsível. Para Assaf Neto avaliar um investimento envolve a análise de risco, retornos esperados e liquidez do investimento. É importante que o retorno esperado de um investimento deve estar relacionado ao nível de risco. Os títulos com nível de risco mais elevado devem proporcionar uma taxa de retorno mais elevada do que os títulos com nível de risco mais baixo. As decisões de investimento devem ser avaliadas com base no risco oferecido pelo título em relação ao retorno prometido (Assaf Neto, 2021).

Segundo Monteiro Neto, Santos e Mello a “[...] renda fixa é um tipo de investimento em que rendimentos reais, nominais ou indexados às taxas flutuantes são recebidos em intervalos de tempo regulares e definidos em documentos formais” (Monteiro Neto, Santos, Mello, 2019, p. 14).

Segundo Assaf Neto, no mercado financeiro os títulos de renda fixa são compensados em três formas: pré-fixada, pós-fixada e indexada à inflação. A remuneração prefixada define a taxa de juros prometida pelo título no momento da aplicação, divulgando ao investidor exatamente qual será o seu retorno. A taxa de juros de um título prefixado mantém-se constante mesmo diante de variações que venham a ocorrer nos juros de mercado, revelando-se mais atraente em momentos de redução das taxas de juros de mercado (Assaf Neto, 2021).

Já na pós-fixadas, Lima, Lima e Pimentel trazem que ocorre o oposto, é conhecida como a taxa real de juros. Nesse caso o rendimento nominal, só será exposto no final da operação. Cita-se o exemplo real da caderneta de poupança que rende a variação da Taxa referencial (TR) + 0,5% a.m (Lima, Lima, Pimentel, 2007).

Dessa forma, Assaf Neto relata também que a remuneração indexada à inflação, muitas vezes denominada taxa pré e pós-fixada, é formada por uma taxa de juros real (líquida da inflação) predeterminada que aumenta de acordo com as alterações na inflação durante o período de aplicação. Essa correção da taxa de juros real é calculada geralmente pelo IPCA, IGPM ou INPC (Assaf Neto, 2021).

De acordo com Monteiro Neto, Santos e Mello “[...] o investimento mais comum de renda fixa é o título. Os títulos são emitidos pelos governos federais, municipais – mais comuns nos Estados Unidos, instituições financeiras e empresas não financeiras” (Monteiro Neto, Santos, Mello, 2019, p. 14).

Quando trata-se de ativo de renda fixa, Santos e Silva explicam que um ativo de renda fixa é um ativo financeiro sobre os quais são determinados os fluxos de pagamentos futuros. Como exemplos de ativos de renda fixa podem ser lembrados os Certificado de Depósitos Bancários (CDBs), as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), as Notas do Tesouro Nacional (NTNs), as debêntures, os eurobônus etc (Santos, Silva, 2015).

Para Monteiro Neto, Santos e Mello a “[...] taxa de juros é o que define o valor do custo do dinheiro no tempo, expresso como um percentual em relação

a um valor de referência, como o capital investido ou o principal do título” (Monteiro Neto, Santos; Mello, 2019, p. 17).

De acordo com Assaf Neto, o Certificado de Depósito Bancário (CDB), é a obrigação de pagar capital futuro investido em depósitos a prazo em instituições financeiras. Esses recursos são destinados, resumidamente, ao financiamento de capital de giro das empresas. As emissões desses títulos são realizadas em função do volume de crédito demandado pelas empresas (Assaf Neto, 2021).

Quando trata-se de certificados e recibos de depósitos bancário, cita-se a diferença entre eles que os certificados de depósitos bancários (CDB) são transferíveis e os recibos de depósitos bancários (RDB) são intransferível.

Dessa forma, Assaf Neto expõe a diferença entre o Certificado e o Recibo de Depósito Bancário (RDB) é que o certificado pode ser negociável no mercado. Já o recibo é obrigatoriamente nominativo e intransferível, determinando muitas vezes variações nas taxas de juros pagas aos aplicadores (Assaf Neto, 2021).

Além disso, Brito informa que para realizar aplicações de renda fixa como o Certificado de Depósito Bancário e o Recibo de Depósito Bancário que incide imposto de renda, a tributação a renda obtida nesses tipos de operações no mercado financeiro à alíquota do Imposto de Renda, que varia de 15% a 22,5%, dependendo do prazo de resgate, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate, cessão ou repactuação e o valor de aplicação efetuada (Brito, 2020).

Segundo Assaf Neto, o Certificado de Depósito Bancário (CDB) pode ser emitido com remuneração prefixada ou pós-fixada. O título prefixado informa ao investidor, no momento da aplicação o valor que o investidor pagará ao final do período, as taxas de remuneração são determinadas no momento da compra. Um CDB pós-fixado, ao contrário, tem seus rendimentos formados por um índice de preços de mercado (IGP-M, CDI etc.) mais uma taxa real de juro pactuada no momento da aplicação. Sobre os rendimentos produzidos pelo CDB incide o Imposto de Renda na Fonte (IRRF), sendo atualmente calculado segundo uma tabela regressiva, devendo ser pago pelo investidor no resgate (Assaf Neto, 2021).

Já os títulos prefixados, Brito relata que não têm prazo mínimo. Os Certificados de Depósitos Bancários corrigidos por taxa pós-fixada em Taxa Referencial (TR) ou Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) têm prazo mínimo de um mês e, em Taxa Bancária Financeiro (TBF), de dois meses. O CDB pode ser renovado, fato bastante comum no mercado financeiro (Brito, 2020).

O Certificado de Depósito Bancário representa um risco menor pois tem proteção do Fundo Garantidor de Crédito, os maiores riscos que podem sofrer são as mudanças de taxa de juros.

Para os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Brito traz que risco de crédito é quando o CDB é captado, é da parte que adquiriu o produto, e o risco de mercado refere a riscos com ruptura decorrentes da utilização de recursos de emissão de CDB para produtos que utilizam prazos, taxas e moedas (Brito, 2020).

É preciso atenção ao realizar uma aplicação financeira, quando não executada da forma correta pode haver problemas administrativos e legais, pode haver erros que resultam para o investidor perda de valores, é importante manter uma comunicação assertiva para não haver falhas no processo.

Sobre o risco operacional, Brito afirma que está relacionado à emissão de CDB e se refere à má formalização da transação, erros humanos no controle da custódia, falha no input da transação em sistemas internos de decisão e sistema contábil, erro no apreçamento, afetando negativamente o uso do recurso captado, falha de comunicação entre setores, referente a preço, valor e prazo, e não comunicação formal das características da transação para o cliente (Brito, 2020).

De acordo com Assaf Neto, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) refere-se a títulos que lastreiam as operações financeiras, sua função é viabilizar de recursos entre aqueles que participam do interfinanceiro, dessa forma são emitidos por entidades financeiras (Assaf Neto, 2014).

Segundo Brito, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) representa a referência do custo do dinheiro entre bancos. O CDI baseia-se, na taxa Selic, que é a taxa de juros de referência do governo brasileiro. A taxa de juros Selic representa o preço que o governo paga no mercado de títulos. As instituições financeiras comumente utilizam o CDI como parâmetro de precificação para

alocação e expansão de recursos. As instituições financeiras que têm dificuldade em captar recursos muitas vezes pagam prêmios de seguros superiores à taxa DI (Depósito Interbancário) normal (Brito, 2020).

Em relação a Caderneta de Poupança, Assaf Neto afirma que é vista como a modalidade de investimento mais tradicional do Brasil, identificada como conservadora por oferecer baixo risco e menor retorno (Assaf Neto, 2021).

Pode-se relatar que, conforme Carrete a “[...] taxa referencial (TR) é utilizada para a remuneração dos depósitos em caderneta de poupança e seu cálculo é normatizado pela Resolução CMN nº 3.354, de 2006” (Carrete, 2019, p. 85).

Dessa maneira, Assaf Neto complementa que as aplicações na caderneta de poupança ocorridos até maio de 2012 são remunerados mensalmente à taxa linear de 6% a.a. (0,5% a.m.), mais a taxa referencial (TR). Os rendimentos são creditados mensalmente na conta de poupança, na data de aniversário (Assaf Neto, 2021).

A caderneta de poupança é um investimento simples e acessível, com características flexíveis, o que influencia na decisão do investidor no momento de escolher a aplicação que irá realizar.

Para Fortuna, a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), “[...] é um título de crédito nominativo, cartular ou escritural, de livre negociação, devendo, se escritural, ser registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BC” (Fortuna, 2015, p. 317).

Sobre a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Assaf Neto expõe que é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras públicas ou privadas, carregado em direitos creditórios de operações de empréstimos e financiamentos direcionados ao setor de agronegócio (Assaf Neto, 2021).

Sobre as LCAs, a Bolsa de Valores (B3) relata que é utilizado para adquirir recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis têm como um de seus incentivos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de Imposto de Renda. Outro diferencial é o fato de as LCAs emitidas a partir de 23 de maio de 2013 terem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o limite estabelecido pelo Fundo para recursos numa mesma instituição. O prazo mínimo

varia de acordo com o indexador que possui. Para a Taxa DI é de 90 dias (B3, 2024).

Segundo Assaf Neto, a remuneração da LCA pode ser pós-fixada, com base em percentual do CDI, prefixada ou ainda atrelada à inflação. A maior parte das LCAs emitidas é indexada ao CDI (Assaf Neto, 2021, p. 95).

Para Rizzardo o objetivo é negociar direitos creditórios com investidores privados para atrair mais recursos para novos investimentos. O crédito deve ser detido por produtores rurais ou cooperativos, ou seja, a LCA é lastreada em recebíveis do agronegócio (Rizzardo, 2020).

A letra de crédito imobiliário (LCI), por sua vez, Assaf Neto cita que é respaldada por uma carteira de crédito destinada ao setor imobiliário. A principal diferença entre a LCA e a LCI para o investidor é o lastro do título: créditos concedidos ao setor de agronegócio (LCA) e créditos de financiamentos ao setor imobiliário (LCI) (Assaf Neto, 2021).

De acordo com Monteiro Neto, Santos e Mello afirmam que “[...] LCI e LCA também são instrumentos de captação similares ao CDB, porém com um benefício fiscal, não existe IR para elas” (Monteiro Neto, Santos, Mello, 2019, p. 116).

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Fortuna acrescenta que são isentos de imposto de renda para pessoa física e respeitam a tabela regressiva do imposto de renda sobre o ganho de capital para as pessoas jurídicas (Fortuna, 2015).

Conforme a Bolsa de Valores (B3), o CMN modificou e ampliou o prazo de carência dos títulos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), anteriormente poderiam ter liquidez diária após 90 dias após a data de aplicação. Na nova regra o investidor de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) terá que esperar 9 meses, e o investidor de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) terá que aguardar 12 meses para a liquidez diária (Bolsa de Valores, B3, 2024).

Dessa forma, Ferreira explica que as remunerações creditadas podem ser através de taxas de juros fixas ou flutuantes, atreladas a percentual dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), à Taxa Referencial (TR), à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e para alguns tipos de títulos, as atualizações

monetárias são feitas com base em índices setoriais ou gerais de preços (Ferreira, 2015).

Segundo a Bolsa de Valores (B3), os fundos de renda fixa seguem duas regras fiscais: a data de vencimento do ativo específico e o período de tempo que o investidor mantém suas cotas no fundo. Ou seja, serão considerados os prazos previstos pelos próprios investimentos e o tempo que você mantém o dinheiro investido. Ressalta que a taxa do Imposto de Renda (IR) será sobre os ganhos e não sobre o valor investido (Bolsa de Valores B3, 2024).

Pode-se verificar na Ilustração 1 a tabela regressiva do Imposto de Renda (IR), respectivamente com o prazo do investimento e a alíquota aplicada.

Ilustração 1: Tabela de Imposto de Renda

Tabela Regressiva de IR	
Prazo do Investimento	Alíquota (%)
Até 180 dias (6 meses)	22,50%
De 181 até 360 dias (1 ano)	20,00%
De 361 até 720 dias (2 anos)	17,50%
Acima de 720 dias (2 anos)	15,00%

Fonte: NUIVEST (2024).

Nota-se a importância da análise dos investimentos antes da tomada de decisões, pois cada um deles possui níveis de segurança e rentabilidade diferentes. Essas questões devem ser levadas em consideração de acordo com o perfil de cada investidor.

1.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM RENDA VARIÁVEL

As aplicações de renda variável são aplicações cujos valores não é previsível, podendo haver oscilações no mercado e havendo um risco maior no resgate da aplicação. Para Pinheiro “[...] os ativos de renda variável são aqueles em que não há um conhecimento prévio dos rendimentos futuros e o valor de resgate pode assumir valores superiores, iguais ou inferiores ao valor aplicado” (Pinheiro, 2019).

As aplicações de renda variável, são investimentos que requer um nível de risco mais avançado, trata-se de verificar o quanto o investidor está disposto a se arriscar para escolher o tipo de aplicação que deseja realizar.

Dessa forma Lima, Lima e Pimentel destacam que os produtos de renda variável sobressaem: ações e derivativos. Quando se cita derivativos irá se referir a: termo, futuro, opções e *swaps*. Os derivativos podem ser negociados em diversos e diferentes mercados, como na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), mercado de balcão (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Todo tipo de aplicação terá risco que você deverá estar disposto a enfrentar, mas podem ser convertidos em ganhos futuros. A análise do cenário de mercado e da aplicação é de extrema importância para realizar uma escolha mais rentável.

Para Pinheiro, as “[...]ações e as debêntures conversíveis em ações são os produtos de renda variável de mais destaque e, talvez, os mais popularmente conhecidos pelos investidores no mercado de capitais” (Pinheiro, 2019, p. 100).

Em conformidade, Brito relata que ações “[...]Trata-se de valor mobiliário, emitido pelas companhias ou sociedades anônimas, representativo de parcela do capital. O capital da companhia ou sociedade anônima é dividido em ações, constituindo-se o valor unitário da ação da companhia” (Brito, 2020, p. 137)

Sendo que para Pinheiro, uma ação é uma parte proporcional do capital social de uma empresa, quem a adquire converte-se em co-proprietário desta empresa. O autor enfatiza que, do ponto de vista do investidor, o retorno sobre o investimento não é previamente definido, mas pode ser elevado. Além disso, não há obrigatoriedade de retorno do capital ou pagamento de dividendos, e o investidor torna-se acionista da empresa. Para a instituição emissora, trata-se de um título patrimonial que não representa uma obrigação perante terceiros (Pinheiro, 2019).

Segundo Lima, Lima e Pimentel, a Bolsa de Valores de São Paulo é uma entidade que atua sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os membros da Bovespa são as sociedades corretoras que tenham comprado título patrimonial. A Bovespa é a bolsa de valores brasileira com maior quantidade de negociação de ações (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Dessa forma, para Assaf Neto o objetivo da bolsa de valores é “[...] manter um local em condições adequadas para realização, entre seus membros, de operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários” (Assaf Neto, 2014, 229).

Sobre os títulos negociados na bolsa, Lima, Lima e Pimentel destacam que são realizadas constantemente negociações sobre ações de companhias abertas, opções sobre ações, quotas de fundos, debêntures, notas promissórias, entre outras (Lima; Lima; Pimentel, 2007)

Conforme Assaf Neto as ações são constituídas por títulos representativos de menor fração do capital social de uma empresa. Dessa forma, o acionista não é um credor da empresa, mas sim um coproprietário com direito a participação nos resultados da empresa. As ações podem ser classificadas em ações ordinárias ou preferencias. As ações ordinárias são as que comandam a assembleia de acionistas de uma empresa, e dá o direito ao voto ao seu titular (Assaf Neto, 2014).

De acordo com Fortuna, as operações de uma organização podem ser comercializadas através de units eventualmente, que são certificados de depósito de ações, compostos por uma combinação de ações ordinárias e preferenciais ou, até mesmo, com outros tipos de ativos (Fortuna, 2015).

Já as ações preferencias não dão direito ao voto ao seu titular. De acordo com Assaf Neto, elas possuem algumas preferências como: privilégio no recebimento de dividendos, na maioria das vezes um percentual mais elevado que o valor das ações ordinárias e privilégio no reembolso do capital na suposição de dissolução da empresa (Assaf Neto, 2014).

Segundo Lima, Lima e Pimentel o mercado primário engloba mercados o lançamento de novas ações no mercado, com a contribuição de recursos à companhia. Quando é feito o lançamento no mercado, as ações são negociadas no mercado secundário, que engloba mercados de balcão, organizados ou não, e também a bolsa de valores (Lima, Lima, Pimentel, 2007).

Já o mercado secundário, para Lima, Galardi e Neubauer é constituído por entidades financeiras que realizam compras e vendas de títulos para eles mesmas, ou para clientes na Bolsa de Valores ou mercado de balcão, as

entidades financeiras possuem um estoque de títulos públicos, o que representa um ganho para suas carteiras (Lima; Galardi; Neubauer, 2006).

O mercado de derivativos, segundo Assaf Neto, são ferramentas financeiras que dependem do valor de outro ativo, originado como ativo de referência. Nesse caso, o contrato de derivativo não apresenta valor próprio, originando-se do valor de um outro bem básico (como ações, taxa de juros, etc) (Assaf Neto, 2014).

Já para Fortuna, um derivativo é um ativo financeiro, do qual o preço deriva de um ativo de referência, comprova a sua existência, seja com a finalidade de obtenção de um ganho especulativo específico em si próprio, ou, como proteção (*hedge*) contra eventuais perdas no ativo financeiro de sugestão (Fortuna, 2015).

Os investimentos de renda variáveis, são ações, bolsa de valores e derivativos. Os tipos de derivativos são: *Swaps*, Opções, Futuro e Termo. Quando se trata de mercados futuros, entende-se que este é o momento em que o interessado deve comprar ou vender um ativo em uma data futura aonde o preço já é preestabelecido.

Para Fortuna, o mercado futuro tem como característica o sistema de gerenciamento de posições, isso inclui o ajuste diário do valor dos contratos o qual se constitui em ganho ou prejuízo diário para ambas as partes (Fortuna, 2015)

No mercado a termo, Fortuna relata a semelhança com o mercado futuro, que são compras ou vendas para data futura, porém no mercado de termo não há o ajuste diário e nem troca de posições. Ou seja, as partes ficam vinculadas até a quitação do contrato (Fortuna, 2015).

As *swaps* são trocas de rentabilidades e riscos no mercado financeiro. Para Assaf Neto, “[...]são contratos que preveem a troca de obrigações de pagamentos periódicos, indexados a determinado índice por outras com diferente índice de reajuste” (Assaf Neto, 2014, p. 317).

Segundo Lima, Lima e Pimentel, um dos *swaps* usados é a taxa de câmbio, onde ambas as partes trocam o principal e juros em uma moeda por principal e juros em outra moeda (Lima, Lima e Pimentel, 2007).

Sobre o mercado de opções, Assaf Neto fala que o seu desenvolvimento é recente e trabalha com dois tipos de contratos: opção de compra atribui ao titular do contrato o direito (e não a obrigação) de obter no futuro um determinado ativo por um preço previamente estabelecido. Por outro lado, o vendedor da opção, existe a obrigação futura, sempre que exigida pelo comprador, de entregar os ativos negociados ao preço combinado (Assaf Neto, 2014). Na opção de venda (put), para Lima, Lima e Pimentel o titular é permitido vender as ações ao preço do exercício obedecendo o que está previsto na bolsa de valores (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

No mercado de derivativos, há agentes econômicos que assumem riscos em troca de ganhos, os participantes são *hedger*, o especulador e o arbitrador. Dessa forma, Assaf Neto traz que o *hedger* é um agente que associa-se do mercado com o objetivo de desenvolver proteção por meio de riscos de flutuações nos preços de diversos ativos, e nas taxas de juros. Já o especulador, obtém o risco do *hedger*, sua motivação é a possibilidade de benefícios financeiros, assume também o risco das variações de preços. Porém o arbitrador, quando percebe que os preços em dois ou mais mercados estão distorcidos, procura tirar proveitos financeiros sobre isso, para o mercado é importante pois está na manutenção de certa relação entre os preços futuros e a vista, e trabalha com baixos níveis de riscos (Assaf Neto, 2014).

O fundo de investimento oferece a praticidade e comodidade de administrar seus recursos monetários com sabedoria e profissionalismo, sem que os titulares dos recursos tenham o entendimento de análises mais aprofundadas sobre o mercado de capitais.

Conforme Assaf Neto, o “[...] fundo de investimentos é descrito como um conjunto de recursos monetários, formado por depósitos de grande número de investidores (cotistas) que se destinam à aplicação coletiva em carteira de títulos e valores mobiliários” (Assaf Neto, 2014, p. 346).

Quanto aos riscos, pode-se citar o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco legal. Para Carrete, a constituição de uma carteira diversificada tem o poder de eliminar os riscos de crédito, permitindo a redução de efeitos das perdas individuais. Adotam-se medidas de padronização de procedimentos, contratos e processos é uma forma de os riscos serem

eliminados, evitados ou até reduzidos. Dessa forma, facilita a tomada de decisões e garante a melhor qualidade do risco. Além disso, os riscos de crédito podem ser transferidos com operações de instrumentos financeiros (swaps ou derivativos) (Carrete, 2019).

Já o risco de mercado, os autores Lima, Lima e Pimentel trazem que possui relação ao tipo de risco resultante de alterações nos preços dos ativos financeiros. Ele diz respeito a quando o Ibovespa sobe ou quando o dólar cai. O VaR (*Value at Risk*), é uma medida para o risco de mercado (Lima; Lima; Pimentel, 2007).

Dessa forma, o risco legal para Assaf Neto é “[...]vincula-se tanto à falta de uma legislação mais atualizada e eficiente com relação ao mercado financeiro como a um eventual nível de desconhecimento jurídico na realização dos negócios” (Assaf Neto, 2014, p. 159).

Já o risco de liquidez é a falta de recursos financeiros para conseguir quitar uma dívida. Para Lima, Lima e Pimentel, o risco operacional “[...]diz respeito à possibilidade de perda devido a falhas em sistemas, falhas humanas ou controles inadequados (Lima, Lima e Pimentel, 2007, p. 555).

Quando se trata de aplicações financeiras, é importante ressaltar o perfil do investidor, para Assaf Neto caso as aplicações financeiras ofereçam o mesmo risco, o investidor irá optar pela que dará maior retorno. Mas também há investidores que preferem investir em uma aplicação de menor risco mesmo que o retorno seja menor, isso varia conforme ao que o investidor seja e o grau de aversão ao risco de cada um (Assaf Neto, 2021).

Pode-se notar que as aplicações em renda variável são diversos e oferecem diferentes retornos aos investidores, porém há uma variação de riscos sendo bem maiores que em relação as aplicações em renda fixa, pois estão sujeitas as oscilações do mercado. No ato da tomada de decisão sobre investimento financeiro, deve ser levado em consideração o perfil do investidor e, qual o seu objetivo em relação a aplicação, e qual o risco ele está disposto a assumir.

2 METODOLOGIA

A metodologia é a forma de estudar os métodos utilizados na pesquisa. Segundo Pereira a metodologia é a coleção dos métodos que cada ciência particular coloca em ação (Pereira, 2016). Esse enfoque permite um desenvolvimento mais sistemático e estruturado das investigações, garantindo resultados mais confiáveis e válidos. Neste capítulo apresenta-se a categorização de pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A categorização da pesquisa são os métodos utilizados no trabalho, que neste artigo se enquadra como pesquisa aplicada, pois desenvolveu um estudo no mercado financeiro sobre as aplicações financeiras em renda fixa e renda variável.

Quanto ao tratamento dos dados, este trabalho adota a pesquisa quantitativa, uma vez que analisa informações de aplicações financeiras em renda fixa, considerando as modalidades de investimento financeiro, como LCA, LCI, CDB e caderneta de poupança, as quais foram pesquisadas a partir das taxas informadas pela Cooperativa Sicredi União RS/ES, localizada em Santa Rosa-RS.

Quanto aos ativos de renda variável, optou-se em estudar as ações de três segmentos distintos, analisando as ações da Petrobras (Petr3 ON), Vale S/A.(VALE3 ON) e Banco Bradesco (BBDC3 ON), para o fundo de investimento imobiliário foi escolhido Bresco Logística FII (BRCO11). O estudo considerou o período de 02 de janeiro de 2023 a 28 de dezembro de 2023.

Quanto aos objetivos, este trabalho adota as pesquisas exploratórias, descritiva e explicativa. Na pesquisa exploratória, visa aprofundar-se nas informações coletadas, para entender a movimentação das aplicações financeiras em renda fixa e renda variável, verificando o resultado de cada

aplicação no mercado dentro do período estudado, permitindo a viabilidade da pesquisa em cada item estudado.

Para a pesquisa descritiva, preocupa-se em descrever a pesquisa de forma assertiva para os leitores, trazendo informações e análise relevantes sobre os resultados encontrados. Por meio da pesquisa explicativa, aborda-se as explicações sobre as informações e dados coletados para a pesquisa no qual será evidenciado a melhor aplicação no mercado financeiro, seja ela de renda fixa e renda variável.

No presente trabalho, elaborou-se também pesquisas bibliográficas em livros, revistas e artigos científicos que contém embasamento para o estudo, detalhando os tipos de investimentos para uma pessoa física.

Portanto, a pesquisa e exploração de dados contaram com embasamento de estudos já realizados, bem como informações referentes aos investimentos para pessoa física sobre a renda fixa (LCA, LCI, CDB e caderneta de poupança) e renda variável (ações e fundo de investimento imobiliário anteriormente citados), visando conhecer a melhor rentabilidade para o investidor no período estudado.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados utilizados na presente pesquisa consideram o período de 02 de janeiro de 2023 a 28 de dezembro de 2023. A pesquisa abrange aplicações financeiras em renda fixa e aplicações financeiras em renda variável.

Para a realização da pesquisa em aplicação financeira em renda fixa trabalhou-se com a proposta do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para verificar os resultados em aplicações na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Certificado de Depósito Bancário (CDB) e caderneta de poupança.

Para realizar a análise das aplicações na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Certificado de Depósito Bancário (CDB) e caderneta de poupança, utilizou-se da calculadora do cidadão que está disponível no site do Banco Central do Brasil, com base nas taxas de

rentabilidade informadas pela cooperativa Sicredi União RS/ES, de Santa Rosa-RS.

Na aplicação de renda variável foram escolhidas ações ordinárias da Bolsa de Valores. Entre as três ações escolhidas, a primeira ação é a da Petrobras, pois está sempre em constante negociação no mercado. A segunda ação trabalhada é a ação da empresa Vale S/A, pois possui uma governança corporativa e está no mercado há mais de 80 anos, o que mostra solidez e confiabilidade para os investidores.

A terceira ação é da empresa Bradesco, pois se refere ao ramo financeiro. As três ações pesquisadas são de empresas que atuam há vários anos no mercado o que gera confiança no investidor, podendo ser analisadas o crescimento ou declínio das ações, e são empresas que possuem papéis importantes na economia do Brasil, bem como possuem alta liquidez no mercado.

O fundo de investimento escolhido foi o do ramo imobiliário (FII), dentre as vantagens destacam-se a isenção de imposto de renda. Escolheu-se o Fundo de Investimento Imobiliário da BRESKO LOGÍSTICA FII (BRCO11). O Grupo Bresco iniciou em 2011, para adquirir e administrar um portfólio de propriedades corporativas, com uma alta qualidade e, com estratégias e investimento de longo prazo.

O fundo de investimento imobiliário BRESKO LOGÍSTICA FII (BRCO11), possui um portfólio com receita anual mais de R\$ 152 milhões e possui 12 propriedades de com 472 mil m² de área bruta locável (ABL). A empresa possui 7% de potencial de expansão de área bruta locável (ABL).

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados tem o objetivo de estudar os dados retirados no período de 02 de janeiro de 2023 a 28 de dezembro de 2023, considerando o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para realizar as aplicações em renda fixa e renda variável, cujos investimentos foram citados anteriormente.

A análise e interpretação dos dados são elaboradas através de pesquisa explicativa, pesquisa exploratória e pesquisa descritiva. As análises são apresentadas por meio de tabelas, gráficos e ilustrações, para realizar a explicação e comparar as aplicações realizadas no período estudado, buscando facilitar o entendimento do leitor, além disso, as informações são apresentadas, observando as citações dos autores do referencial teórico.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, encontram-se os resultados obtidos durante a pesquisa realizada. No primeiro tópico, se apresentam as aplicações financeiras em renda fixa, no segundo tópico as aplicações financeiras em renda variável, e o terceiro tópico traz uma comparação entre todos os investimentos estudados.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM RENDA FIXA

As aplicações financeiras em renda fixa são mais procuradas pelos investidores, pois o risco é menor e consegue se obter uma previsibilidade do retorno desejado.

Sobre a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Assaf Neto expõe que é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras públicas ou privadas, carregado em direitos creditórios de operações de empréstimos e financiamentos direcionados ao setor de agronegócio (Assaf Neto, 2021).

Conforme dados obtidos na Cooperativa Sicredi União RS/ES tanto a LCA quanto a LCI detinham uma taxa de rentabilidade de 98% do CDI no período estudado. Dessa forma, analisaram-se os dois investimentos (LCA/LCI) de modo conjunto, considerando o valor disponível para investimento (R\$ 500.000,00).

Ilustração 2: Rentabilidade da LCA/LCI

Resultado da Correção pelo CDI

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	02/01/2023
Data final	28/12/2023
Valor nominal	R\$ 500.000,00 (REAL)
% do CDI	98,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,12666136
Valor percentual correspondente	12,666136 %
Valor corrigido na data final	R\$ 563.330,68 (REAL)

Fonte: Cooperativa Sicredi União RS/ES (2023) e Banco Central do Brasil (2023).

Analisando a ilustração 2, obteve-se uma lucratividade de R\$ 63.330,68 sobre as aplicações financeiras (LCA/LCI), esta lucratividade é isenta de imposto de renda (IRPF). Pode-se afirmar que no período estudado obteve-se uma rentabilidade de 12,67% sobre o capital. Nas aplicações em LCA/LCI é importante observar o prazo de carência, para o resgate dos valores aplicados, ou seja, são aplicações que não possuem liquidez imediata.

A segunda aplicação analisada foi o Certificado de Depósito Bancário (CDB), o mesmo possui o prazo de carência que pode variar de 30 dias até 5 anos, isso ocorre pois quem o adquire está emprestando dinheiro para a instituição financeira, e o valor disponível para investimento foi de R\$500.000,00, onde houve uma lucratividade de R\$ 73.733,08.

Ilustração 3: Rentabilidade do CDB

Resultado da Correção pelo CDI

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	02/01/2023
Data final	28/12/2023
Valor nominal	R\$ 500.000,00 (REAL)
% do CDI	113,04 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,14746615
Valor percentual correspondente	14,746615 %
Valor corrigido na data final	R\$ 573.733,08 (REAL)

Fonte: Cooperativa Sicredi União RS/ES (2023) e Banco Central do Brasil (2023).

Segundo Brito, as aplicações de renda fixa como o Certificado de Depósito Bancário têm incidência de imposto de renda que varia de 15% a 22,5%,

dependendo do prazo de resgate, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate, cessão ou repactuação e o valor de aplicação efetuada (Brito, 2020).

Considerando que para análise da aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) foi utilizado a informação fornecida pela Cooperativa Sicredi União RS/ES de que leva-se em consideração que o Certificado de Depósito Bancário (CDB) teve rendimento de 113,04% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no período estudado.

Para Certificado de Depósito Bancário a alíquota do imposto de renda (IR) é de 20%, dessa forma a lucratividade foi de R\$ 58.986,46 após ser descontado o imposto de renda conforme a tabela regressiva.

Ilustração 4: Tabela de Imposto de Renda

Tabela Regressiva de IR	
Prazo do Investimento	Aliquota (%)
Até 180 dias (6 meses)	22,50%
De 181 até 360 dias (1 ano)	20,00%
De 361 até 720 dias (2 anos)	17,50%
Acima de 720 dias (2 anos)	15,00%

Fonte: NUIVEST (2024).

Analizou-se na terceira opção de aplicação de renda fixa a caderneta de poupança, a mesma não possui prazo de carência, mas o seu rendimento é mensal, ele ocorre sempre um mês após o investimento, saques realizados antes desta data vão ocorrer sem rendimento.

Ilustração 5: Rentabilidade da Caderneta de Poupança

Resultado da Correção pela Poupança

Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	02/01/2023
Data final	28/12/2023
Valor nominal	R\$ 500.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,07450230
Valor percentual correspondente	7,450230%
Valor corrigido na data final	R\$ 537.251,15 (REAL)

Fonte: Banco Central do Brasil (2023).

Segundo Assaf Neto, a caderneta de poupança “[...]pode ser aberta em qualquer dia do mês pelo investidor. Os rendimentos são calculados e creditados na mesma data do mês seguinte, que representa a data de aniversário da caderneta” (Assaf Neto, 2021, p. 93).

De acordo com a ilustração 5, o valor investido de R\$ 500.000,00, no período estudado incidiu uma lucratividade de R\$ 37.251,15. A partir destes resultados constatou-se um retorno sobre o capital investido, cabe destacar que este tipo de aplicação também é isento de imposto de renda.

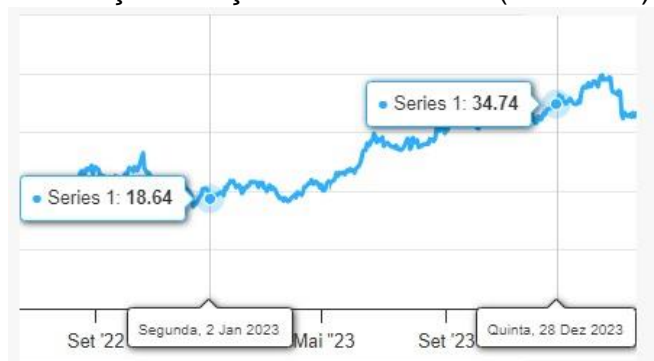
Considera-se sobre as aplicações de renda fixa, após o desconto de imposto de renda sobre Certificado de Depósito Bancário (CDB), e que na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e caderneta de poupança não incide imposto de renda. As aplicações mais lucrativas para o investidor foram a LCA/LCI que teve rendimento de R\$ 63.330,68, porém considerando a inflação no período pode-se afirmar que o rendimento líquido foi de R\$ 40.224,73, com liquidez de no mínimo 270 dias.

3.2 APRESENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em renda variável são investimentos que exigem um nível de risco mais avançado, é uma questão de verificar o quanto o investidor está disposto a arriscar para escolher o tipo de investimento que deseja fazer.

A primeira ação analisada neste trabalho foi da Petrobras (Petr3 ON), em 02 de janeiro de 2023 convertendo o valor de R\$ 500.000,00 em ações pelo valor de R\$ 18,64, o investidor adquiriu 26.690 ações (descontadas as taxas de corretagem).

Ilustração 6: Ações da Petrobras (Petr3 ON)



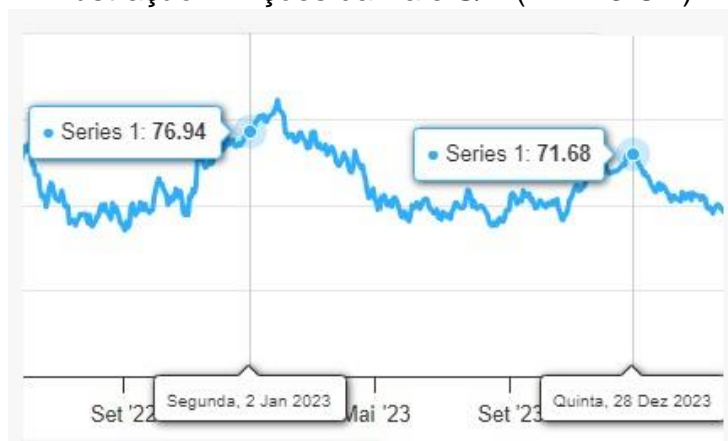
Fonte: Infomoney (2023).

Considerando as informações apresentadas na ilustração 6, a cotação da ação no dia 28 de dezembro atingiu R\$ 34,74. Multiplicando a quantidade de ações pelo valor da cotação, tem-se um montante de R\$ 927.207,62. Para aplicações de renda variáveis em ações ordinárias (ON), existe alíquota do imposto de renda (IR) que é de 15%, e também considera a taxa de corretagem de 0,50% no ato de compra e venda das ações, que resulta em um ganho líquido de R\$ 361.310,84.

Nota-se um aumento significativo na aplicação realizada na ação da Petrobras (Petr3 ON), devido que a cotação da ação subiu 73% dada a compra no dia 02 de janeiro de 2023.

A segunda ação analisada foi a da Vale S/A (VALE3 ON), a qual no dia 02 de janeiro de 2023 estava o valor de R\$ 76,94, convertendo a quantia de R\$ 500.000,00, o investidor adquiriu 6.466 ações (descontadas as taxas de corretagem).

Ilustração 7: Ações da Vale S/A (VALE3 ON)



Fonte: Infomoney (2023).

Analisando as informações obtidas na ilustração 7, o preço da ação em 28 de dezembro chegou a R\$ 71,68. Multiplicando a quantidade de ações pelo valor e considerando a taxa de corretagem de 0,50%, obteve-se um resultado negativo de R\$ 36.329,01.

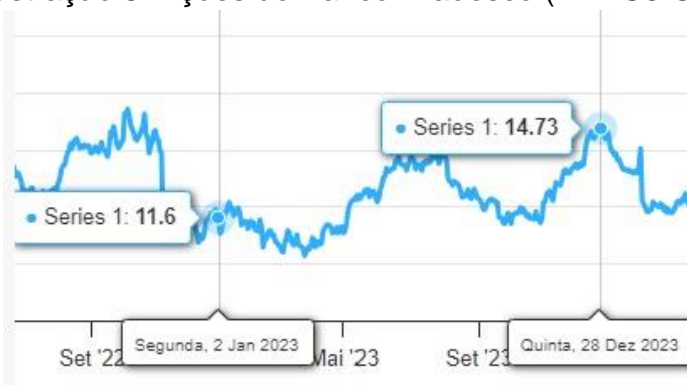
Na aplicação de renda variável da ação da Vale S/A (VALE3 ON), não obteve um resultado positivo, pois o investidor teve uma perda no valor investido, dessa forma não é necessário o desconto do imposto de renda (IR).

É importante observar que esse tipo de investimento apresenta alto risco para o investidor, pois no caso da ação da Vale S/A (VALE3 ON) ele obteve prejuízos financeiros da ordem de 7,70% no período estudado.

Em relação ao risco, Assaf Neto relata que é importante que o retorno esperado de um investimento deve estar relacionado ao nível de risco. Os títulos com nível de risco mais elevado devem proporcionar uma taxa de retorno mais elevada do que os títulos com nível de risco mais baixo. As decisões de investimento devem ser avaliadas com base no risco oferecido pelo título em relação ao retorno prometido (Assaf Neto, 2021).

A terceira ação analisada neste trabalho foi do Banco Bradesco (BBDC3 ON), em 02 de janeiro de 2023 convertendo o valor de R\$ 500.000,00 em ações pelo valor de R\$ 11,60, o investidor comprou 42.888 ações (já descontadas as taxas de corretagem).

Ilustração 8: Ações do Banco Bradesco (BBDC3 ON)



Fonte: Infomoney (2023).

Considerando as informações apresentadas na ilustração 8, o preço da ação em 28 de dezembro chegou a R\$ 14,73 valor. Multiplicando a quantidade

de ações pelo valor obteve-se um resultado de R\$ 608.918,45. Aplicando a alíquota de 15% do imposto de renda e a taxa de corretagem de 0,50% obteve-se um lucro líquido de R\$ 111.418,45, ou seja, obteve-se uma rentabilidade de 22% no período estudado.

Conforme Assaf Neto, o “[...] fundo de investimentos é descrito como um conjunto de recursos monetários, formado por depósitos de grande número de investidores (cotistas) que se destinam à aplicação coletiva em carteira de títulos e valores mobiliários” (Assaf Neto, 2014, p. 346).

Para o fundo de investimento imobiliário Bresco Logística FII (BRCO11), foi aplicado o valor de R\$ 500.000,00, no dia 02 de janeiro de 2023 o preço de cota estava sendo vendida por R\$ 86,67.

Ilustração 9: Cotas da Bresco Logística FII (BRCO11)



Fonte: Investidor10 (2023).

Analisando a ilustração 9, foi possível realizar a compra de 5.769 cotas do fundo imobiliário. Nota-se um aumento do valor da cota no dia 28 de dezembro de 2023. Dessa forma, multiplicando a quantidade de cotas pelo valor de R\$ 116,28, obteve-se um resultado de R\$ 670.820,00, considerando que o fundo de investimento imobiliário possui taxa de administração de 1% sobre o valor aplicado (R\$ 5.000,00), pode-se concluir que o investimento teve um rendimento de R\$ 165.820,00, ou seja, rentabilizou em torno de 33% do capital inicial.

Conforme Assaf Neto, o “[...] fundo de investimentos é descrito como um conjunto de recursos monetários, formado por depósitos de grande número de investidores (cotistas) que se destinam à aplicação coletiva em carteira de títulos e valores mobiliários” (Assaf Neto, 2014, p. 346).

Neste tipo de investimento não há incidência de imposto de renda, no entanto a plataforma de investimentos XP Investimentos orienta os investidores que a isenção do imposto de renda é para os fundos que são negociados em bolsa e, que possuem mais de 50 cotistas (XP Investimentos, 2024).

Sendo assim, entre as ações e o fundo de investimento imobiliário estudado, todas obtiveram um resultado positivo, exceto a ação da Vale S/A (VALE3 ON) que apresentou um prejuízo de R\$ 36.329,01. É possível verificar que o melhor rendimento que o investidor obteve no período estudado foram as ações da Petrobras (Petr3 ON).

3.3 APRESENTAÇÃO DA APLICAÇÃO FINANCEIRA MAIS RENTÁVEL

Neste tópico, apresenta-se uma análise comparativa sobre todas as aplicações financeiras estudadas no presente artigo, considerando o valor da aplicação de R\$ 500.000,00 e o prazo de 02 de janeiro a 28 de dezembro de 2023. Na ilustração 10, apresentam-se de modo sintético todas as aplicações financeiras em renda fixa e variável.

Ilustração 10: Aplicações Financeiras

	LCA	LCI	CDB	POUPANÇA	PETR3	VALE3	BBDC3	FII
VALOR INICIAL	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 497.500,00	R\$ 497.500,00	R\$ 497.500,00	R\$ 500.000,00
TAXA DE RENTABILIDADE	12,66%	12,66%	14,74%	7,45%	73,00%	-7,70%	22,00%	33,00%
VALOR BRUTO	R\$ 563.330,68	R\$ 563.330,68	R\$ 573.733,08	R\$ 537.251,15	R\$ 927.207,62	R\$ 463.488,43	R\$ 631.739,22	R\$ 670.820,00
TRIBUTAÇÃO	N/A	N/A	-R\$ 14.746,62	N/A	-R\$ 63.760,74	R\$ 0,00	-R\$ 19.662,08	R\$ 0,00
TAXA DE CORRETAGEM/ADM	N/A	N/A	N/A	N/A	-R\$ 4.636,04	-R\$ 2.317,44	-R\$ 3.158,70	-R\$ 5.000,00
VALOR LÍQUIDO	R\$ 563.330,68	R\$ 563.330,68	R\$ 558.986,46	R\$ 537.251,15	R\$ 858.810,84	R\$ 461.170,99	R\$ 608.918,44	R\$ 665.820,00
INFLAÇÃO	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95	-R\$ 23.105,95
GANHO REAL	R\$ 540.224,73	R\$ 540.224,73	R\$ 535.880,51	R\$ 514.145,20	R\$ 835.704,89	R\$ 438.065,04	R\$ 585.812,49	R\$ 642.714,05
TAXA DE RENTABILIDADE REAL	8,04%	8,04%	7,18%	2,83%	67,98%	-11,95%	17,75%	28,54%
LIQUIDEZ	270 DIAS	360 DIAS	31 DIAS	IMEDIATA	IMEDIATA	IMEDIATA	IMEDIATA	IMEDIATA

Fonte: produção dos pesquisadores.

Através da Ilustração 10, pode-se verificar a rentabilidade das aplicações financeiras em renda fixa (LCA, LCI, CDB e poupança) e renda variável (ações e fundo de investimento imobiliário). Nas aplicações em CDB existe a incidência do imposto de renda. As aplicações em LCA/LCI e poupança são isentas de imposto de renda. É importante citar também a inflação no período de 4,62%, ou

seja (R\$ 23.105,55 sobre o valor investido) para ser calculado o ganho real de cada investimento.

**Ilustração 11: Índice de Inflação
Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)**

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2023
Data final	12/2023
Valor nominal	R\$ 500.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,04621110
Valor percentual correspondente	4,621110 %
Valor corrigido na data final	R\$ 523.105,55 (REAL)

Fonte: Banco Central do Brasil (2023).

Pode-se analisar que as aplicações em LCA/LCI tiveram a melhor taxa de rentabilidade comparada as demais aplicações em renda fixa. Trata-se também de aplicações que possuem uma segurança maior e um risco menor do que aplicações de renda variável, porém possui a desvantagem quanto a sua liquidez em comparação as demais aplicações, por ter um prazo de no mínimo 270 dias.

Segundo a Bolsa de Valores (B3), o Conselho Monetário Nacional (CMN), modificou e ampliou o prazo de carência dos títulos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), anteriormente poderiam ter liquidez diária após 90 dias após a data de aplicação. Na nova regra o investidor de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) terá que esperar 9 meses, e o investidor de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) terá que aguardar 12 meses para a liquidez diária (Bolsa de Valores, B3, 2024).

Referente as ações estudadas e o fundo de investimento imobiliário, ressalta-se que as ações são ordinárias (sem a opção de obter dividendos), elas foram escolhidas com o intuito de comparar ações do ramo financeiro e, do setor de commodities.

Nas aplicações financeiras realizadas, a que obteve melhor retorno foram as ações adquiridas da Petrobras (PETR3 ON), onde a taxa de rentabilidade foi de 86,37%. Computando a tributação do imposto de renda e considerando a inflação do período, obteve-se um ganho real de R\$ 338.204,89.

Para descobrir o ganho real das aplicações nas ações, levou-se em consideração a taxa de corretagem que é o percentual pago no ato de compra e venda de ações, aplicada sobre o investimento que é de 0,50% (com base nos valores negociados com a corretora da XP Investimentos).

Ilustração 12: Taxa de corretagem das ações

Volume operado no dia	Corretagem
De R\$ 0,00 até R\$ 135,07	0,00%
De R\$ 135,08 até R\$ 498,62	2,00%
De R\$ 498,63 até R\$ 1.514,69	1,50%
De R\$ 1.514,70 até R\$ 3.029,38	1,00%
Acima de R\$ 3.029,38	0,50%

Fonte: XP Investimentos (2024).

É importante considerar também o prejuízo nas ações da Vale S/A (VALE3 ON), onde o valor inicial foi maior que o valor final, fazendo que o investidor tivesse prejuízo na sua aplicação, na ordem de R\$ 59.434,96.

Ressalta-se que em comparação ao risco, as aplicações de renda fixa possuem um risco menor do que as aplicações em renda variável. Brito relata que ações “[...]Trata-se de valor mobiliário, emitido pelas companhias ou sociedades anônimas, representativo de parcela do capital. O capital da companhia ou sociedade anônima é dividido em ações, constituindo-se o valor unitário da ação da companhia” (Brito, 2020, p. 137).

No período estudado, as aplicações financeiras escolhidas obtiveram um resultado melhor na aplicação de renda variável (Petrobras e Bradesco), apesar do risco ser maior. Porém, é necessário enfatizar que assim como na ação da Vale S/A a realidade pode apresentar resultados negativos, devido às oscilações de mercado.

CONCLUSÃO

No decorrer do trabalho, aprofundou-se os conhecimentos sobre o mercado financeiro e aplicações financeiras, explorando sobre aplicações em renda fixa e renda variável, que são fundamentais no mercado financeiro.

No entanto, pode-se notar que há diferenças quanto ao retorno e o risco entre as aplicações de renda fixa e renda variável. Nesse ponto, é necessário considerar o perfil do investidor, e qual o resultado que ele deseja obter. Na renda fixa analisou-se aplicações em LCA, LCI, CDB e caderneta da poupança, e na renda variável estudou-se as ações da PETR3 ON, VALE3 ON, BBDC3 ON e o fundo de investimento imobiliário (BRCO11).

O objetivo geral deste trabalho é de verificar o investimento financeiro mais rentável para pessoa física durante o período de 02 de janeiro de 2023 a 28 de dezembro de 2023, o qual foi atendido ao longo do capítulo 3.

No primeiro objetivo específico, explica-se a importância do mercado financeiro e seus órgãos reguladores, componentes do sistema e as instituições que o compõe. Retrata sobre aplicações financeiras em renda fixa e renda variável, trazendo informações quanto ao seu retorno, a liquidez, o nível de risco das aplicações, e suas funcionalidades citados no referencial teórico.

O segundo objetivo específico realizou a comparação entre as aplicações de renda fixa e renda variável do período de 02 de janeiro a 28 de dezembro de 2023, demonstrado nos tópicos 3.1 e 3.2.

Em conformidade com o problema de pesquisa, o terceiro objetivo demonstrou qual foi a aplicação financeira que obteve melhor rentabilidade para pessoa física no período estudado, descrito no tópico 3.3. Destacando que aplicações em renda fixa, LCA/LCI foram as aplicações mais rentáveis, e das aplicações em renda variável evidenciou a ação da Petrobras (PETR3 ON) e o fundo de investimento imobiliário (BRCO11).

Para atender a problemática do trabalho que é qual investimento financeiro para pessoa física apresenta maior rentabilidade no período estudado? Conclui-se que o investimento financeiro mais rentável é aplicação em renda variável da ação da Petrobrás (PETR3 ON).

Apesar do risco de investimentos em renda variável serem maiores que o risco de aplicações em renda fixa, no período estudado as aplicações em renda variável se destacaram. Porém pode-se comparar a ação da Petrobras (PETR3 ON) que obteve um resultado positivo com a ação da Vale S/A (VALE3 ON) que obteve um resultado negativo, fazendo com que o investidor tivesse perda do capital investido.

Contudo, este trabalho pode servir de base para futuros trabalhos a serem realizados, agregando conhecimento para estudantes, e evidenciando que o investidor deve considerar o risco que está disposto a correr e o retorno que deseja alcançar para escolher a aplicação financeira que melhor lhe atende. É notável que mercado financeiro oscila a todo momento, e é crucial estar sempre preparado para realizar mudanças que podem afetar ou beneficiar os investidores.

Além disso, poderiam ser elaborados estudos acerca do conhecimento do mercado financeiro, por meio de uma pesquisa realizada junto aos acadêmicos das Faculdades Integradas Machado De Assis, visando identificar qual a visão que eles possuem sobre o mercado financeiro no que tange ao investimento.

Dessa forma, é importante salientar, que apesar do estudo ter concluído que o melhor investimento é renda variável, aplicações em renda fixa possuem um risco menor apesar de o seu retorno ser menor, comparado ao de renda variável. Porém trará segurança para o investidor e preservará o capital aplicado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, **Mercado Financeiro**. 15. ed. Grupo GEN, 2021.

B3. **Letra de Crédito do Agronegócio**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letras-de-credito-do-agronegocio.htm>. Acesso em 18 maio 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 02 set. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 19 maio 2024.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan. **Fundamentos de Investimentos**. Grupo A, 2014.

BORA INVESTIR B3. **Como Declarar Fundos de Investimento no Imposto de Renda 2024?** Disponível em:

<<https://borainvestir.b3.com.br/noticias/imposto-de-renda/como-declarar-fundos-de-investimento-no-imposto-de-renda/>>. Acesso em: 19 maio 2024.

BORA INVESTIR B3. **Após Novas Regras, ainda Vale a Pena Investir em LCIs, LCAs, CRIs e CRAs?** Disponível em:

<<https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/investir-melhor/apos-novas-regras-ainda-vale-a-pena-investir-em-lcis-e-lcas/>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro - 3ED**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020.

CARRETE, Liliam S. **Mercado Financeiro Brasileiro**. Grupo GEN, 2019.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. Editora Saraiva, 2017.

FERREIRA, Roberto G. **Tesouro Direto e Outros Investimentos Financeiros: LTN, LFT, NTN, CDB, RDB, LCI e LI: Planos Financeiros e Atuariais de Aposentadoria**. Grupo GEN, 2015.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2015.

INFOMONEY. **Gráfico ação BBDC3 ON**. Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/bradesco-bbdc3/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

INFOMONEY. **Gráfico ação PETR3 ON**. Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/petrobras-petr3/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

INFOMONEY. **Gráfico ação VALE3 ON**. Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/acao/vale-vale3/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

INVESTIDOR10. **Gráfico FII BRCO11**. Disponível em:

<<https://investidor10.com.br/fiis/brc011/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco De; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de Mercado Financeiro: tópicos especiais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTEIRO NETO, José Monteiro V.; SANTOS, José Carlos de S.; MELLO, Eduardo M. **O Mercado de Renda Fixa no Brasil** - Conceitos, precificação e riscos. Saint Paul Publishing (Brazil), 2019.

NUINVEST. **Qual é o Imposto de Renda para CDB e LC?** Disponível em: <<https://ajuda.nuinvest.com.br/hc/pt-br/articles/227170527-Qual-%C3%A9-o-Imposto-de-Renda-para-CDB-e-LC>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PINHEIRO, Juliano L. **Mercado de Capitais**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. Grupo GEN, 2020.

SANTOS, José Carlos de S.; SILVA, Marcos Eugênio da. **Derivativos e Renda Fixa: Teoria e Aplicações ao Mercado Brasileiro**. Grupo GEN, 2015.

SICREDI UNIÃO RS ES. Investimento em LCA, LCI e CDB. Dados coletados em agência física, localizado em Santa Rosa/RS em 02 set 2023.

XP EXPERT. **Fundos Imobiliários no Imposto de Renda**: entenda como funciona. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/como-declarar-fundos-imobiliarios-no-imposto-de-renda/>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA CONTABILIDADE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR CONTÁBIL

Aliziane Raquel Pereira¹

João Paulo Brandelero Patias²

Jonas Bordim³

Marcos Rogério Rodrigues⁴

Adelino Pedro Wisniewski⁵

RESUMO

Este artigo aborda o impacto da transformação digital na prática profissional em contabilidade, com foco nas implicações da digitalização nos processos e competências exigidas aos profissionais contábeis em um escritório contábil. O problema central é compreender como a transformação digital está moldando o trabalho diário dos contadores e as habilidades necessárias para se adaptar a essas mudanças. O objetivo geral é analisar os efeitos das tecnologias digitais nas práticas contábeis e na capacitação contínua dos profissionais da área. Justifica-se pela crescente adoção de tecnologias digitais nos escritórios contábeis e pela necessidade de avaliar as implicações dessas mudanças no desempenho e na qualidade dos serviços prestados. O referencial teórico inclui estudos sobre a adaptação tecnológica nas profissões, competências digitais essenciais para a contabilidade moderna e as transformações nas práticas contábeis devido à digitalização. A metodologia adotada é mista, combinando análise quantitativa, por meio de questionários aplicados a profissionais de um escritório contábil, e qualitativa, por meio de entrevistas com esses mesmos profissionais. Conclui-se que a transformação digital tem um impacto positivo na eficiência das atividades contábeis, mas exige constante adaptação e atualização das competências dos profissionais. As contribuições esperadas incluem recomendações práticas para a adoção de tecnologias digitais nos escritórios contábeis, visando melhorar a capacitação dos profissionais e a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes.

Palavras-chave: Contabilidade; Capacitação; Transformação Digital; Formação Profissional.

1 Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. alizianerpereira@gmail.com

2 Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. joaopaulopatias@gmail.com

3 Mestre em Gestão estratégica de organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

4 Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

5 Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. ade.pedro.wisniewski@gmail.com

ABSTRACT

This article addresses the impact of digital transformation on professional practices in accounting, focusing on the implications of digitalization on processes and the skills required by accounting professionals in an accounting firm. The central issue is understanding how digital transformation is shaping the daily work of accountants and the skills necessary to adapt to these changes. The general objective is to analyze the effects of digital technologies on accounting practices and the ongoing training of professionals in the field. This is justified by the increasing adoption of digital technologies in accounting firms and the need to assess the implications of these changes on performance and service quality. The theoretical framework includes studies on technological adaptation in professions, essential digital skills for modern accounting, and transformations in accounting practices due to digitalization. The methodology adopted is mixed, combining quantitative analysis through surveys conducted with professionals from an accounting firm, and qualitative analysis through interviews with the same professionals. It is concluded that digital transformation has a positive impact on the efficiency of accounting activities but requires continuous adaptation and updating of professionals' skills. Expected contributions include practical recommendations for the adoption of digital technologies in accounting firms, aiming to enhance professional training and the quality of services offered to clients.

Keywords: Digital Education; Accounting; Digital Transformation; Professional Training.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, marcado pela rápida evolução tecnológica, a transformação digital tem redefinido profundamente diversas áreas profissionais, incluindo a contabilidade. A tecnologia está remodelando não apenas os processos internos das organizações, mas também os perfis de competências exigidos dos profissionais. Essa transformação é impulsionada por fatores como a automação de tarefas, o uso de big data e a integração de inteligência artificial (IA) nas práticas contábeis (Gaspar Neto, 2024). Este estudo visa explorar de que maneira a transformação digital está influenciando a formação profissional em contabilidade, focando nas mudanças, desafios e oportunidades que surgem neste cenário dinâmico (Almeida; Souza; Durso, 2024).

Os objetivos específicos deste estudo visam compreender em detalhes os impactos da transformação digital na prática profissional em um escritório contábil. O primeiro objetivo é identificar as competências digitais mais

relevantes para os profissionais de contabilidade no contexto atual, considerando as mudanças trazidas pela tecnologia. O segundo objetivo é avaliar o nível de familiaridade e conforto dos profissionais com o uso de tecnologias digitais, como softwares de automação e ferramentas de análise de dados, para entender o grau de adaptação e preparo da equipe. O terceiro objetivo é investigar os benefícios percebidos pelos profissionais em relação ao uso dessas tecnologias, destacando as melhorias na eficiência e produtividade nas tarefas contábeis. O quarto objetivo é analisar os principais desafios que os profissionais enfrentam ao se adaptarem às novas tecnologias, identificando possíveis desvantagens percebidas no processo. O quinto objetivo é examinar como os profissionais percebem o impacto da transformação digital na qualidade dos serviços prestados aos clientes, buscando entender se as tecnologias influenciam positivamente os resultados. Por fim, o sexto objetivo é propor estratégias que facilitem a adoção de tecnologias digitais no ambiente contábil, com foco na capacitação contínua dos profissionais e na melhoria da eficiência dos processos internos do escritório.

A metodologia adotada baseou-se em uma revisão sistemática da literatura para fundamentar teoricamente o estudo e em análise de dados qualitativos e quantitativos para alcançar os objetivos propostos. Autores como Gil (2008), Marconi e Lakatos (2006), e Lakatos (2021) foram consultados para embasar as transformações e necessidades educacionais identificadas. Além de fundamentar o estudo por meio de uma revisão sistemática da literatura, foram coletados dados reais por meio de um questionário aplicado em um escritório contábil. A abordagem mista, qualitativa e quantitativa, complementa a análise teórica com evidências práticas do impacto das mudanças tecnológicas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, o primeiro capítulo aborda a revisão teórica sobre a transformação digital na formação em contabilidade. O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada, detalhando a aplicação do questionário e a análise dos dados coletados. O terceiro capítulo discute os resultados à luz do referencial teórico. Finalmente, o quarto capítulo traz as considerações finais e recomendações para futuras pesquisas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico refere-se a uma revisão das pesquisas e discussões feitas por outros autores sobre o tema que é abordado em seu trabalho. Os referenciais teóricos, portanto, desempenham um papel crucial na definição da direção e dos resultados dos estudos de investigação.

1.1 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E SEUS ASPECTOS

A transformação digital na formação em contabilidade melhora a precisão, minimizando o risco de erro humano. Cálculos automatizados reduzem a probabilidade de erros em cálculos numéricos, garantindo a precisão dos dados financeiros. Thomson afirma que os “Recursos aprimorados de análise de dados facilitam relatórios financeiros mais precisos, pois os profissionais podem analisar tendências e padrões de dados para gerar *insights* precisos” (Thonson, 2018, p. 99).

Os métodos tradicionais de contabilidade ainda têm valor em certos cenários onde o toque humano e o serviço personalizado são preferidos. Alguns clientes podem priorizar interações presenciais para discussões financeiras, enfatizando a importância das habilidades interpessoais juntamente com a proficiência digital. Segundo o autor Bhansali “Em contextos específicos, a manutenção manual de registros pode ser mais segura do que os sistemas digitais, especialmente para informações financeiras altamente sensíveis que exigem medidas de privacidade rigorosas” (Bhansali, 2007, p. 69).

A contabilidade é uma competência que contribui bastante para o desenvolvimento empresarial e auxilia todas as funções, com pensamento em longo prazo. “Pois cria planos de ação necessários para se atingir os objetivos, levando em consideração os cenários atuais, pois a mudanças serão baseadas na análise dos ambientes externos e internos, mediante recursos disponíveis” (Padozeve, 2010, p. 69).

Quando se fala em gerenciamento, o fator de grande importância é como ele é realizado. Segundo Nobre, “não é porque a empresa é pequena que não se deve ter uma organização de seus processos, afinal, o mercado competitivo

atualmente não, aceita erros e muito menos uma estrutura organizacional paralisada no tempo” (Nobre, 2020, p.09). A contabilidade gerencial analisa o ambiente de modo a identificar os pontos que necessitam de alteração. Ela organiza as atividades a serem desenvolvidas, o que permite à organização alcançar resultados satisfatórios e os planos de ação devem estar bem alinhados com a realidade (Padozeve, 2010).

A competitividade se tornou cada vez maior no mercado das micros e pequenas empresas, assim, ter uma gestão capaz de fazer bom planejamento é o ideal, pois o gestor é capaz de evitar erros e conseqüentemente corrigir falhas, no processo de planejamento. Cabe às empresas fazerem uma análise de seu ambiente interno e, dentro do possível, analisar melhorias que poderão ser feitas no sentido de aumentar a competitividade” (Oliveira, 2017).

O custo da implementação da transformação digital na formação em contabilidade pode ser proibitivo para algumas empresas, especialmente para pequenas práticas contabilísticas. As pequenas empresas podem ter dificuldades em adquirir ferramentas digitais avançadas e os custos de formação associados necessários para melhorar as competências dos seus funcionários. A acessibilidade e o retorno do investimento das iniciativas de transformação digital devem ser cuidadosamente avaliados para garantir a sustentabilidade e a eficácia dos programas de formação em contabilidade” (Oliveira, 2017).

O cenário em mudança da formação em contabilidade na era da transformação digital oferece inúmeros benefícios em termos de eficiência, precisão e requisitos de competências atualizadas para os contabilistas.

1.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EXIGIDAS DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DIANTE DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

No cenário digital em rápida evolução do século XXI, os profissionais de contabilidade enfrentam o desafio de se adaptarem às novas tecnologias e adquirirem competências relevantes para terem sucesso na sua área. A proficiência em *software* de contabilidade é essencial para os profissionais de contabilidade modernos. Na era digital de hoje, as tarefas contábeis tornaram-

se mais complexas e urgentes, exigindo que os profissionais sejam proficientes em *softwares* como *QuickBooks* e *Excel*.

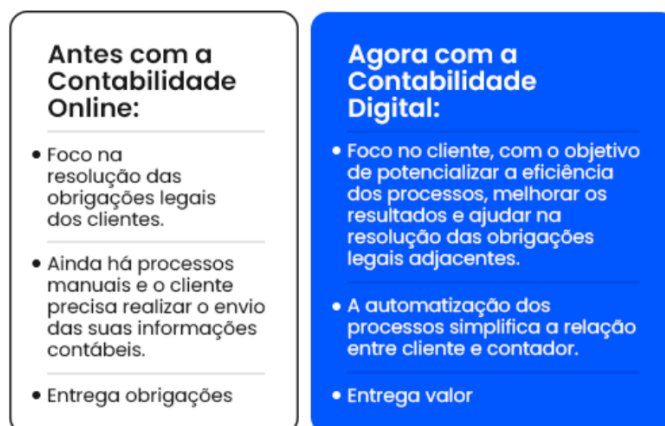
Habilidades como escrituração contábil e relatórios financeiros ainda são cruciais para os profissionais de contabilidade, pois fornecem a estrutura necessária para a compreensão e interpretação dos dados financeiros. Torres descreve que “em essência, a tecnologia pode aumentar a eficiência, mas não pode substituir o conhecimento fundamental dos princípios contábeis que todo profissional da área deve possuir” (Torres, 2020, p. 58).

Ao aprimorar suas habilidades de análise de dados, os contadores podem identificar tendências, padrões e anomalias nas informações financeiras, permitindo-lhes tomar decisões de negócios informadas. De acordo com Moreira, “uma economia orientada por dados, a capacidade de extrair informações valiosas de conjuntos de dados complexos dá aos profissionais de contabilidade uma vantagem competitiva no fornecimento de orientação financeira estratégica aos seus clientes” (Moreira, 2021, p. 23).

As competências digitais gerais podem ser aprendidas no trabalho, mas o conhecimento especializado requer frequentemente formação e experiência específicas. Segundo Moreira, “em um mercado competitivo, possuir conhecimento especializado pode diferenciar os profissionais de contabilidade e aumentar sua credibilidade e valor para os clientes” (Moreira, 2021, p. 78). Ao adotar uma abordagem holística que combina competências técnicas com competências fundamentais e conhecimentos especializados, “os profissionais de contabilidade podem posicionar-se como consultores de confiança num ambiente de negócios cada vez mais digital e dinâmico” (Atrill, 2017, p. 25).

Ainda para Torres, profissionais dentro de uma organização que executam a função de contabilidade gerencial, geralmente, suportam dois propósitos principais. Primeiro, geram relatórios de rotina contendo informações sobre controle de custos e planejamento e controle de operações. “A competição global apresenta novos desafios para contadores gerenciais, na medida em que os acordos comerciais podem afetar empresas que operam no exterior” (Torres, 2020, p. 78). Assim, para muitas empresas a contabilidade gerencial se torna cada vez mais importante, agregando valores, desenvolvendo melhores as atividades e rotinas diárias, afim de elevar o ambiente interno das empresas.

Ilustração 1: Antes e agora com a contabilidade digital



Fonte: CLICKSIGN – Página online (2022).

O impacto da transformação digital na formação profissional em contabilidade é significativo, à medida que a tecnologia é cada vez mais integrada nos programas de educação contábilística. Os métodos tradicionais de formação em contabilidade estão a ser substituídos ou complementados por ferramentas digitais, como software de contabilidade, plataformas de análise de dados e ambientes virtuais de aprendizagem.

1.3 O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE

Na era digital, os profissionais de contabilidade são obrigados a evoluir suas habilidades para atender às demandas do cenário empresarial moderno. A análise e a automação de dados tornaram-se componentes essenciais das práticas contábeis, permitindo que os profissionais analisem grandes conjuntos de dados com eficiência e automatizem tarefas repetitivas. Segundo Mariano e Savian:

A mudança para o desenvolvimento de competências interpessoais juntamente com competências técnicas está a tornar-se cada vez mais crucial, uma vez que se espera que os contabilistas comuniquem de forma eficaz, colaborem com equipas diversas e se adaptem a ambientes de trabalho em mudança (Mariano; Oliveira; Savian, 2016, p. 45).

Essas tecnologias oferecem benefícios como análise de dados em tempo real, processos automatizados e colaboração aprimorada entre estudantes de contabilidade. No entanto, os desafios na implementação de ferramentas digitais em programas de formação em contabilidade incluem a necessidade de formação de professores, investimento em infraestruturas e garantia de segurança e privacidade de dados (Alcazar, 2009).

As empresas necessitam desenvolver e organizar um modelo de gestão de pessoas que atenda as demandas internas e externas à organização. O desempenho por sua vez, melhora com a idade e, quando declínios ocorrem, eles tendem a ser pequenos. “Uma boa explicação para o aumento do desempenho com o avançar da idade é que os trabalhadores mais velhos tendem a ter mais estabilidade no emprego, e o aumento na estabilidade no emprego está associado a melhor atuação no trabalho” (Oliveira, 2017, p. 74).

Segundo Oliveira:

Os líderes de cada vez mais negócios empresariais têm descoberto que, se desejarem uma administração empreendedora e inovadora, precisam delegar as responsabilidades compreendidas numa estratégia concebida de forma mais ampla a pequenas equipes multidisciplinares de trabalhadores do conhecimento (Oliveira, 2017, p. 44).

Dessa forma, avaliar a necessidade da organização e planejar o tipo de ação necessária para atender a empresa com resultados imediatos, ou seja, o efeito desse treinamento deve ser aplicado na prática de forma eficaz para que a organização tenha um retorno esperado e as expectativas alcançadas através do colaborador. No entanto, é preciso um levantamento de dados do passo e da visão futura da organização para traçar metas e organizar estrategicamente e desenvolver esses processos internos de fundamental sucesso para a organização. “No mundo dos negócios, uma empresa cresce quando consegue descobrir oportunidades raras de mercado, ela consegue consolidar se quando está apta a enfrentar a concorrência” (Cobra, 2009, p. 41).

Além da fidelização, outro benefício que pode agregar valor à organização que consegue fazer o uso das ferramentas gerenciais com eficiência é o poder de competitividade, pois sendo assim, ela consegue se manter frente a frente

com a concorrência. “Sendo sempre capazes de se atualizar ao mercado, vendo novos conceitos, mesmo as empresas de atuação local precisam concorrer com empresas globais e internacionais” (Cobra, 2009, p. 78).

Ao participar de treinamento prático, os alunos podem aprimorar suas habilidades de resolução de problemas enquanto navegam pelos desafios contábeis da vida real. Além disso, a formação prática pode melhorar significativamente as capacidades de tomada de decisão, expondo os alunos a diversas situações em que devem fazer escolhas informadas com base em dados e análises financeiras (Marion, 2022).

Ao enfatizar o desenvolvimento de competências interpessoais, os programas de contabilidade podem equipar os alunos com as capacidades interpessoais necessárias para comunicar eficazmente informações financeiras, trabalhar de forma colaborativa em ambientes de equipa e demonstrar liderança nos processos de tomada de decisão (Atrill, 2017).

Ao encontrar um equilíbrio entre estas perspectivas e implementar programas de formação abrangentes, as instituições de ensino podem equipar melhor os aspirantes a contabilistas com o conjunto diversificado de competências necessárias para ter sucesso no campo dinâmico e competitivo da contabilidade.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para a organização deste projeto englobaram pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica adequada aumenta a credibilidade do trabalho acadêmico ao citar fontes confiáveis, permitindo aos leitores verificar as informações e demonstrando um compromisso com a integridade acadêmica.

Para este estudo sobre a influência da transformação digital na formação profissional em contabilidade, diversas formas de pesquisa foram empregadas para garantir uma análise ampla e aprofundada do tema. Aqui estão os tipos de

pesquisa utilizados a qualitativa e a quantitativa, onde os dados qualitativos foram usados para captar as percepções e experiências de profissionais da área sobre a transformação digital. Ao mesmo tempo, dados quantitativos foram empregados para quantificar aspectos como a adoção de tecnologias específicas e o impacto destas na formação contábil. Ainda, a Exploratória foi realizada uma investigação preliminar para entender as principais questões relacionadas à transformação digital e suas implicações na formação em contabilidade.

Também foi realizada uma análise descritiva, onde a pesquisa descreve detalhadamente as mudanças que vêm ocorrendo na área contábil devido à transformação digital, além das novas competências exigidas. Também, utilizou-se de uma pesquisa explicativa: Além de descrever, a pesquisa busca explicar as relações de causa e efeito, investigando como a transformação digital impacta as práticas educacionais e o perfil profissional contábil.

Já a pesquisa bibliográfica foi feita uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo, consultando autores como Gil (2008), Marconi e Lakatos (2006) e outros. E a documental foram utilizados documentos institucionais, normativas e relatórios de entidades educacionais e contábeis que refletem sobre a transformação digital e a formação profissional.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar do esforço em combinar métodos, algumas limitações devem ser consideradas. O uso de questionários pode restringir as respostas devido à subjetividade dos participantes, e o foco em um único escritório contábil limita a generalização dos resultados para toda a profissão contábil. Além disso, a ausência de estudos de caso mais amplos ou entrevistas aprofundadas pode reduzir a riqueza das análises qualitativas.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

À medida que a tecnologia continua a avançar, os contadores devem se adaptar, adotando a análise de dados, a automação e o desenvolvimento de habilidades interpessoais e para analisar a importância da era digital na contabilidade optou-se por aplicar um questionário elaborado pelos autores do presente estudo. O questionário foi aplicado em um escritório contábil situado na

cidade de Santa Rosa – RS, que conta atualmente com 20 colaboradores. Destes, 18 responderam ao questionário, sendo esse o número da totalidade utilizada no processamento dos dados.

A coleta foi realizada durante a primeira quinzena do mês de novembro de 2024, permitindo tempo suficiente para obtenção de respostas detalhadas e representativas dos participantes. O questionário foi distribuído *online*, facilitando o acesso e alcance a um público diversificado de profissionais e estudantes de contabilidade.

O questionário aplicado inclui diferentes tipos de perguntas, elaboradas para coletar informações variadas e relevantes. Entre elas, destacam-se as perguntas fechadas, que buscam dados diretos, como a idade dos respondentes, o uso de ferramentas digitais, o tempo de atuação na área e o nível de familiaridade com tecnologias específicas, como sistemas de automação e análise de dados. Além disso, o questionário inclui perguntas em escala Likert, utilizadas para medir o grau de percepção ou concordância dos respondentes em relação a aspectos específicos, como o impacto da tecnologia na qualidade do serviço prestado e o conforto no uso de softwares de automação. Por fim, também foram incluídas perguntas abertas, que permitem aos participantes compartilharem suas percepções sobre desafios, oportunidades e possíveis desvantagens da transformação digital em sua formação e prática profissional.

Ao todo, o questionário contém 13 perguntas, abrangendo uma ampla gama de aspectos, como o impacto percebido da transformação digital na prática contábil, o nível de habilidade e familiaridade com tecnologias digitais, a percepção sobre benefícios e desafios associados à adoção dessas tecnologias, e a avaliação sobre como a transformação digital influencia competências interpessoais, como comunicação e colaboração, que são cada vez mais importantes no cenário atual.

Quanto a coleta e Armazenamento de Dados, as respostas foram coletadas via *Google Forms*, garantindo anonimato e facilitando a organização e exportação de dados para análise dos dados. O sistema permite monitorar a quantidade de respostas em tempo real e assegurar que a amostra seja suficientemente representativa. Esse processo de coleta possibilita uma análise

robusta, permitindo cruzamentos de dados para entender a relação entre o nível de experiência dos participantes e suas percepções sobre as competências digitais essenciais.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados, foi utilizado um método estatístico, essencial na investigação para organizar e resumir os dados de forma significativa. A aplicação de técnicas como visualização de dados e estatísticas descritivas permitiu compreender de maneira abrangente o conjunto de informações coletadas por meio do questionário aplicado no escritório contábil.

As respostas foram verificadas e analisadas, permitindo a identificação das principais tendências e percepções sobre a transformação digital na contabilidade. Para isso, foram empregadas estatísticas descritivas, como médias, medianas, moda e desvio padrão, que sintetizaram os dados quantitativos e destacaram padrões importantes, especialmente nas questões de escala, como o grau de familiaridade com tecnologias digitais.

Gráficos de barras e de pizza foram utilizados para representar visualmente a frequência das respostas, facilitando a identificação de padrões, como a proporção de participantes que percebem benefícios na automação ou enfrentam dificuldades com a adaptação às novas tecnologias.

As perguntas abertas foram analisadas por meio de análise de conteúdo, categorizando temas recorrentes, como desafios, vantagens percebidas e sugestões para capacitação. Esse método qualitativo permitiu interpretar as percepções dos respondentes, capturando nuances que não seriam evidentes apenas nos dados numéricos.

A combinação dessas técnicas proporcionou uma análise estruturada e completa dos dados coletados. Contudo, reconhece-se que a abordagem pode ter limitações no aprofundamento das relações de causa e efeito, especialmente devido ao tamanho restrito da amostra e ao foco específico em um único local. Essas limitações apontam a necessidade de estudos futuros com maior abrangência geográfica e metodológica, o que poderia fortalecer ainda mais as conclusões apresentadas. Mesmo com essas restrições, a pesquisa contribui

significativamente para a compreensão do impacto da transformação digital na formação e prática contábil, oferecendo uma visão estruturada e alinhada aos objetivos propostos.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos profissionais de um escritório contábil, abordando suas percepções sobre o impacto da transformação digital na área de contabilidade.

3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

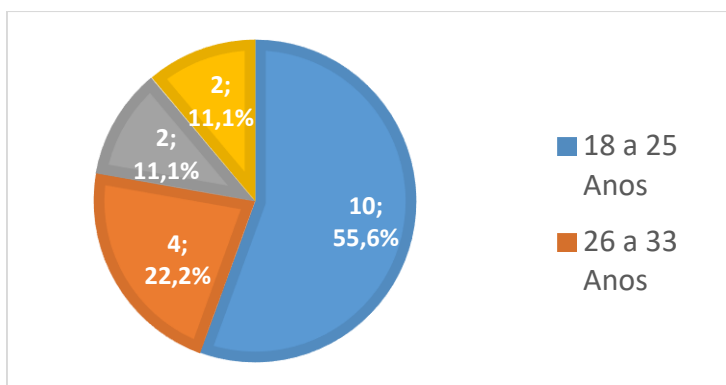
No entendimento do impacto da transformação digital na contabilidade, é essencial compreender o perfil dos respondentes, uma vez que características como idade, nível de escolaridade, cargo e tempo de experiência podem influenciar diretamente as percepções sobre as mudanças tecnológicas na área. A análise do perfil dos profissionais participantes desta pesquisa oferece uma visão clara sobre a diversidade dos indivíduos envolvidos e possibilita identificar padrões nas respostas com base em suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Dessa forma, é possível contextualizar melhor os resultados obtidos e entender como diferentes perfis podem influenciar a adaptação e a aceitação das novas tecnologias no ambiente contábil.

A análise da distribuição das idades dos respondentes revela que a maioria dos participantes está na faixa etária de 18 a 25 anos, representando 55,6% do total (Gráfico 1). Essa concentração de jovens profissionais pode indicar que a pesquisa está mais direcionada a indivíduos que estão no início de sua carreira ou que estão em processo de aprendizado e adaptação às tecnologias digitais no setor contábil. A presença significativa dessa faixa etária sugere um público que pode estar mais aberto à utilização de novas tecnologias, visto que muitos desses profissionais podem estar mais familiarizados com o ambiente digital, tendo crescido em um contexto de maior acesso às tecnologias.

Em contrapartida, a faixa etária de 26 a 33 anos representa 22,2% dos respondentes, o que indica um número razoável de profissionais com algum

tempo de experiência, provavelmente já inseridos no mercado de trabalho e com a responsabilidade de lidar com desafios relacionados à automação e às tecnologias digitais. As faixas etárias de 33 a 40 anos e 41 anos ou mais representam 11,1% cada, o que sugere uma menor participação de profissionais com mais experiência. Esses profissionais podem ter uma abordagem mais conservadora em relação à adoção de novas tecnologias, ou podem estar enfrentando um processo de adaptação, dependendo de sua experiência prévia com ferramentas digitais na contabilidade.

Gráfico 1: Faixa etária



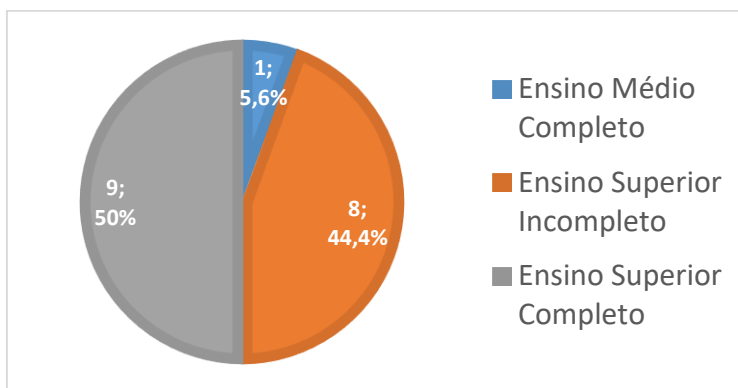
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No geral, a amostra de idades reflete um predomínio de profissionais mais jovens, possivelmente em início de carreira ou com menos experiência prática na área, o que pode ser relevante para interpretar a familiaridade com tecnologias digitais e as percepções sobre a transformação digital na contabilidade. A análise também sugere que as conclusões da pesquisa podem refletir as visões e experiências de um público que ainda está se ajustando às mudanças tecnológicas no mercado contábil.

A análise da escolaridade dos respondentes (Gráfico 2) mostra que a maioria dos participantes possui nível superior completo, representando 50% da amostra. Isso indica que, em sua maioria, os profissionais que participaram da pesquisa já concluíram sua formação acadêmica, o que sugere uma base sólida de conhecimento em contabilidade. Esses indivíduos podem estar mais capacitados para lidar com a transformação digital na área, já que a formação

superior frequentemente inclui conteúdos mais atualizados sobre novas tecnologias e métodos de gestão contábil.

Gráfico 2: Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Por outro lado, 44,4% dos respondentes possuem ensino superior incompleto, o que pode indicar que uma parte significativa dos profissionais ainda está em processo de finalização de sua formação acadêmica. Essa faixa pode refletir profissionais que estão começando a entrar no mercado de trabalho e, portanto, podem ter um nível de adaptação mais elevado às novas tecnologias digitais, visto que a graduação em contabilidade tem incorporado cada vez mais essas ferramentas.

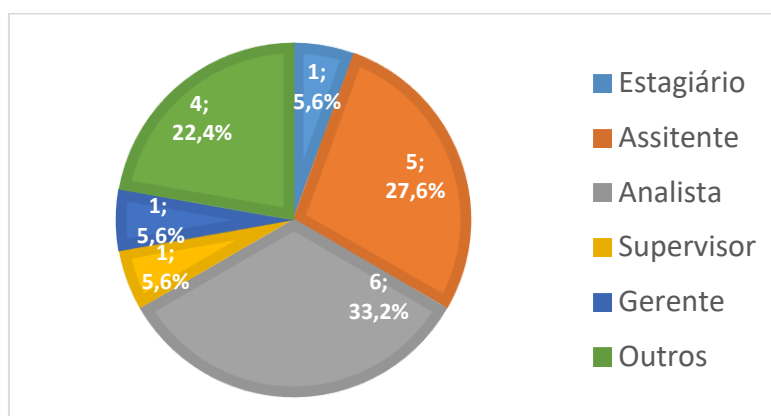
A presença de apenas 5,6% de participantes com ensino médio completo sugere que o grupo pesquisado é predominantemente formado por indivíduos com ensino superior ou em andamento. Isso é importante, pois, para a análise da transformação digital, é relevante observar que os profissionais com maior nível de escolaridade podem estar mais familiarizados com conceitos e ferramentas tecnológicas, além de estarem mais abertos a aprender e adaptar-se às novas exigências do mercado de trabalho.

A análise dos cargos ocupados pelos respondentes (Gráfico 3) revela uma distribuição diversificada, refletindo diferentes níveis hierárquicos e responsabilidades dentro dos escritórios contábeis. A maior parte dos participantes está posicionada em cargos operacionais e intermediários, com destaque para os analistas, que representam 33,2% da amostra. Esse grupo é composto por profissionais que já possuem experiência prática e conhecimento

técnico, e, portanto, podem ter uma perspectiva mais aprofundada sobre as implicações da transformação digital na contabilidade. Os analistas também são frequentemente os responsáveis pela implementação e uso diário das ferramentas digitais, o que pode influenciar suas percepções sobre os benefícios e desafios da automação e outras tecnologias.

Os assistentes representam 27,6% dos respondentes. Esse cargo também está inserido em um nível mais operacional, mas com um grau de experiência um pouco inferior ao dos analistas. Profissionais nessa função podem estar mais focados em atividades de suporte, ainda em processo de adaptação às novas ferramentas, mas com um entendimento básico do impacto da transformação digital em suas rotinas.

Gráfico 3: Cargo dentro da empresa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A participação de estagiários é pequena, com apenas 5,6% dos respondentes. Estagiários geralmente estão em início de carreira e ainda estão se familiarizando com as práticas contábeis e as ferramentas tecnológicas, o que pode significar que eles são mais receptivos à adoção de novas tecnologias, visto que seu aprendizado acadêmico geralmente já contempla o uso de softwares modernos.

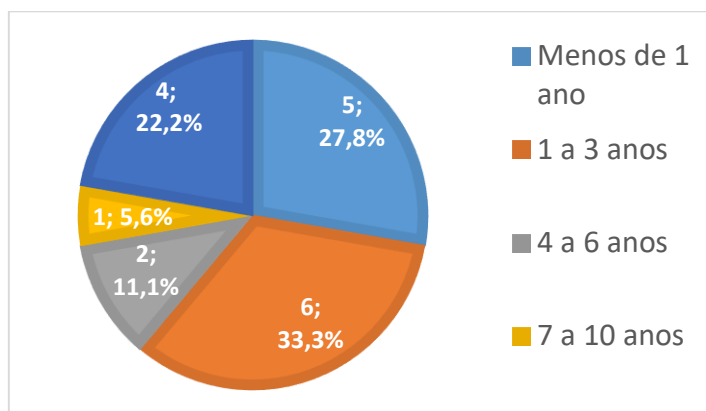
Os cargos de supervisor, gerente e outros (incluindo auxiliar contábil e contador) têm uma participação mais modesta, com 5,6% para supervisores e gerentes, e 22,4% para outros cargos. Esses respondentes são, provavelmente, os profissionais mais experientes dentro do escritório, com um conhecimento

consolidado sobre o impacto das tecnologias digitais na contabilidade, mas que podem ter uma visão mais crítica sobre as mudanças e os desafios da implementação dessas ferramentas, dado seu nível de responsabilidade.

Com base nessa distribuição, é possível inferir que os participantes da pesquisa têm diferentes graus de envolvimento com as tecnologias digitais, variando de estagiários em fase de adaptação a gerentes e contadores com uma perspectiva estratégica e de gestão. Isso pode proporcionar uma análise rica e diversificada sobre o impacto da transformação digital nos diferentes níveis da hierarquia contábil.

A análise do tempo de atuação dos respondentes na empresa (Gráfico 4) mostra que a maior parte dos participantes, 33,3%, tem entre 1 a 3 anos de experiência na empresa, o que indica que uma parte significativa dos profissionais está relativamente nova no escritório contábil. Esses profissionais, com menos tempo de casa, provavelmente têm um olhar mais fresco sobre as mudanças tecnológicas e podem estar mais abertos a adotar ferramentas digitais. Sua adaptação às tecnologias digitais pode ser mais ágil, uma vez que provavelmente já foram introduzidos ao uso de sistemas automatizados desde o início de sua jornada profissional.

Gráfico 4: Tempo como colaborador da empresa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Outro grupo relevante é o de colaboradores com menos de 1 ano de empresa, representando 27,8%. Esses profissionais são, de fato, os mais novos no escritório e, por conseguinte, estão mais diretamente expostos às tecnologias

digitais desde o início de suas atividades, o que pode facilitar sua adaptação e percepção positiva sobre as ferramentas de automação e análise de dados, uma vez que têm menos resistência às mudanças tecnológicas.

Já os profissionais com mais tempo de empresa, com destaque para os que têm mais de 10 anos (22,2%) e de 4 a 6 anos (11,1%), podem ter experimentado uma transição mais gradual em relação à adoção de tecnologias. Os colaboradores com mais de 10 anos podem ter vivido a adaptação a novas ferramentas ao longo de sua trajetória, o que pode gerar uma perspectiva mais crítica ou conservadora em relação à transformação digital, devido à experiência com os métodos tradicionais de trabalho. Por outro lado, os colaboradores com 4 a 6 anos de experiência estão em uma posição intermediária, possivelmente já adaptados a algumas mudanças tecnológicas, mas ainda tendo vivido um período anterior à popularização das ferramentas digitais no setor contábil.

Essa distribuição do tempo de trabalho dentro da empresa permite analisar as diferentes perspectivas e níveis de adaptação dos colaboradores à transformação digital. Enquanto os mais novos podem ver a mudança como uma oportunidade de crescimento e inovação, os profissionais com mais tempo de casa podem ter uma visão mais ponderada, considerando as vantagens e desafios da transição para o digital.

3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ESCRITÓRIO CONTÁBIL

Em relação à pergunta sobre o uso de tecnologias digitais para automação de processos contábeis (Gráfico 5) a totalidade dos participantes afirmou que o escritório utiliza tecnologias digitais para automação de processos contábeis, como softwares de gestão contábil e sistemas ERP (Enterprise Resource Planning). Esse dado demonstra que 100% dos respondentes já trabalham em um ambiente onde a transformação digital está presente de forma abrangente.

Esse dado é relevante, pois demonstra que a transformação digital já está plenamente integrada na rotina da empresa, sinalizando que o escritório está alinhado com as mudanças tecnológicas que vêm impactando o setor contábil. A utilização de tecnologias para automação de processos contribui para maior

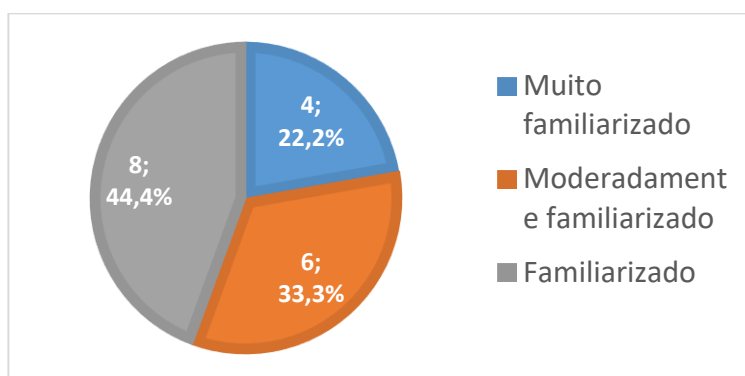
eficiência, redução de erros e aumento da produtividade, além de permitir a modernização das práticas contábeis.

De acordo com Ferreira (2016), a automação contábil é essencial para o aumento da eficiência operacional, permitindo que os profissionais contábeis direcionem mais tempo para atividades estratégicas, como análise de dados e consultoria financeira. Além disso, Silva (2020) destaca que sistemas como ERPs otimizam os fluxos de trabalho ao integrar diferentes áreas do escritório, reduzindo erros e promovendo maior produtividade.

O fato de todos os respondentes indicarem o uso dessas tecnologias também revela que a organização valoriza a inovação e que os profissionais têm acesso às ferramentas necessárias para se adaptar ao cenário digital atual. Isso pode facilitar a implementação de novas tecnologias no futuro, pois a base digital já está estabelecida.

A questão sobre o nível de familiaridade com tecnologias digitais (Gráfico 6) revelou que 44,4% dos participantes se consideram 'familiarizados', 33,3% afirmam estar 'moderadamente familiarizados' e 22,2% se identificam como 'muito familiarizados' com ferramentas como Mister, Sieg e Tareffa. Nenhum respondente declarou não possuir familiaridade com essas tecnologias.

Gráfico 6: Nível de familiaridade com tecnologias digitais (softwares automação análise de dados)(mister, sieg, tareffa)



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esse resultado indica que a maioria dos participantes possui ao menos algum grau de conhecimento em relação às ferramentas tecnológicas utilizadas para automação e análise de dados no contexto contábil. Segundo Ferreira

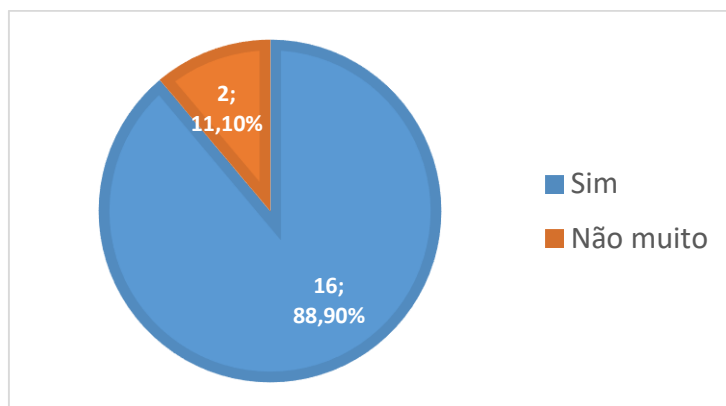
(2016), a familiaridade com softwares especializados é um elemento-chave para garantir a eficiência no ambiente de trabalho, permitindo que os colaboradores realizem tarefas de forma mais ágil e com menor margem de erro. A predominância de respostas positivas reforça que o escritório conta com uma base de colaboradores apta a utilizar essas ferramentas.

Contudo, é importante observar que apenas 22,2% dos participantes se consideram 'muito familiarizados'. Isso aponta uma oportunidade de aprimorar a capacitação interna, uma vez que, conforme Schapoo et al. (2022), o domínio pleno das tecnologias não só aumenta a produtividade, mas também fomenta a confiança dos profissionais para assumir responsabilidades mais complexas e estratégicas.

Por fim, o dado de ausência de respondentes na categoria 'nada familiarizado' evidencia que o escritório já estabeleceu um nível mínimo de treinamento ou acesso às tecnologias, o que está alinhado com as boas práticas sugeridas pelos autores supracitados para empresas que buscam se manter competitivas em um mercado altamente digitalizado.

A questão sobre o conforto ao trabalhar com softwares de automação de processos contábeis (Gráfico 7) revelou que 88,9% dos participantes afirmaram se sentir confortáveis, enquanto 11,1% responderam que 'não muito'. Nenhum participante declarou apresentar dificuldades ou preferir a forma manual.

Gráfico 7: Você se sente confortável em trabalhar com softwares de automação de processos contábeis?



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esse resultado demonstra que a maioria dos colaboradores está confiante no uso dessas tecnologias, o que, segundo Silva (2020), é essencial para a integração bem-sucedida de sistemas automatizados em processos organizacionais. O conforto no uso das ferramentas tecnológicas reflete diretamente na eficiência das operações contábeis, uma vez que, como aponta Ferreira (2016), o domínio dessas tecnologias reduz o tempo de execução das tarefas e a incidência de erros humanos.

Entretanto, os 11,1% que não se sentem completamente confortáveis indicam a necessidade de reforçar treinamentos ou fornecer suporte técnico mais direcionado. Os autores acima citados destacam que a adaptação plena dos profissionais às ferramentas digitais está associada não apenas à frequência de uso, mas também à qualidade das capacitações oferecidas pela empresa.

A ausência de respostas nas categorias de maior resistência ou rejeição ao uso de tecnologias (como a preferência pela forma manual) é um indicativo positivo de que a transformação digital está bem estabelecida no escritório analisado, alinhando-se com as tendências modernas descritas por Mcguigan (2021) no setor contábil.

A questão sobre os benefícios da utilização de tecnologias digitais para a eficiência do trabalho contábil (Gráfico 8) revelou unanimidade entre os participantes: 100% dos respondentes acreditam que essas ferramentas trazem vantagens nesse aspecto.

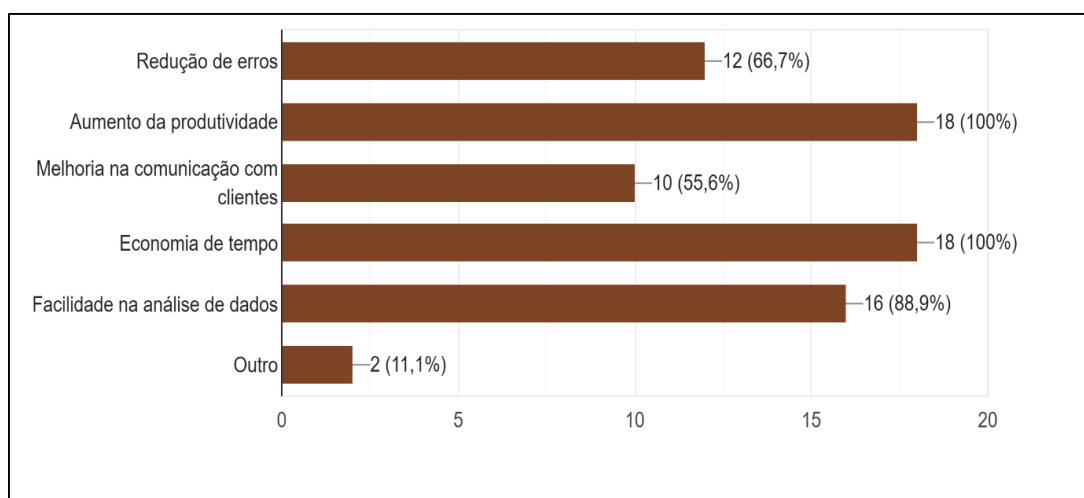
Esse resultado reforça a percepção positiva das tecnologias digitais como aliadas no setor contábil, validando o argumento de Silva (2020), que destaca que a automação e os softwares de gestão contábil proporcionam maior precisão, agilidade e redução de erros nas operações. A unanimidade nas respostas demonstra que os profissionais reconhecem a relevância das ferramentas digitais como parte essencial de suas rotinas de trabalho.

A ausência de respostas negativas ou de dúvidas sobre os benefícios das tecnologias digitais sugere que a organização já conseguiu integrar de forma eficaz uma cultura de inovação e modernização entre os colaboradores, o que, segundo Ferreira (2016), é essencial para a competitividade no mercado atual.

A próxima questão do questionário se trata de uma pergunta aberta, onde os respondentes puderam marcar as opções que quisessem. A questão 9

(Gráfico 8) sobre os benefícios percebidos no uso de tecnologias digitais revelou as seguintes opções mais citadas pelos respondentes: Aumento de produtividade (18 respostas, 100%); economia de tempo (18 respostas, 100%); facilidade na análise de dados (16 respostas, 88,90%), redução de erros (12 respostas, 66,70%), melhoria na comunicação com os clientes (10 respostas, 55,60%); Outro (2 respostas, 11,10%) tendo sempre o número 18 como totalidade.

Gráfico 8: benefícios percebidos no uso de tecnologias digitais.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses resultados são consistentes com o que a literatura aponta sobre os benefícios das tecnologias digitais no setor contábil. Segundo Silva (2020), a automação de processos, como a análise de dados e a integração de sistemas, é uma das principais vantagens do uso de ferramentas digitais, o que reflete diretamente no aumento da produtividade e na economia de tempo observada pelos respondentes. A redução de erros, outro benefício mencionado, também é amplamente discutida por Mcguigan (2021), que afirmam que a utilização de softwares de automação contribui para minimizar falhas humanas, garantindo maior precisão nas tarefas diárias.

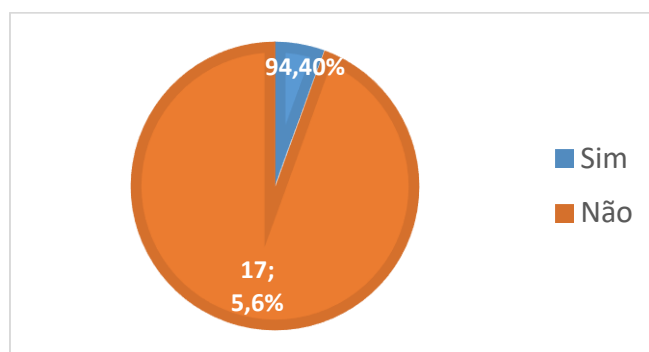
Além disso, a facilidade na análise de dados, mencionada por 88,90% dos participantes, é um ponto chave no uso de tecnologias digitais. Segundo Carvalho (2023), a automação permite que os contadores analisem grandes volumes de informações de forma mais ágil e eficiente. Por fim, a melhoria na

comunicação com os clientes foi citada por 55,60% dos respondentes. Esse benefício pode estar relacionado ao uso de plataformas digitais para facilitar o contato e a troca de informações com os clientes, o que, de acordo com a autora supracitada, é essencial para otimizar o atendimento e a colaboração entre os profissionais de contabilidade e seus clientes.

A questão sobre as desvantagens percebidas no uso de tecnologias digitais na contabilidade (Gráfico 9) indicou que a grande maioria dos respondentes (17, ou 94,40%) não percebe desvantagens no uso dessas ferramentas. Apenas 1 participante (5,60%) mencionou que percebeu alguma desvantagem. Este dado sugere que, para a maioria dos profissionais, os benefícios superam as possíveis limitações associadas ao uso de tecnologias digitais. A literatura corrobora essa visão, indicando que as vantagens da automação e da digitalização, como o aumento de produtividade e a redução de erros, geralmente são mais evidentes do que as desvantagens (Ferreira, 2016).

No entanto, é importante considerar a resposta do único participante que mencionou desvantagens. Embora o número seja pequeno, a menção a desvantagens pode refletir questões pontuais, como a resistência à mudança, dificuldades na adaptação às novas tecnologias ou até mesmo problemas com a infraestrutura tecnológica, que são pontos discutidos por Carvalho (2023). Ela aponta que, para alguns profissionais, a transição para ferramentas digitais pode ser desafiadora, especialmente se houver falta de treinamento adequado ou se as tecnologias não forem bem integradas aos processos existentes.

Gráfico 9: Você já percebeu alguma desvantagem no uso de tecnologias digitais na contabilidade?



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

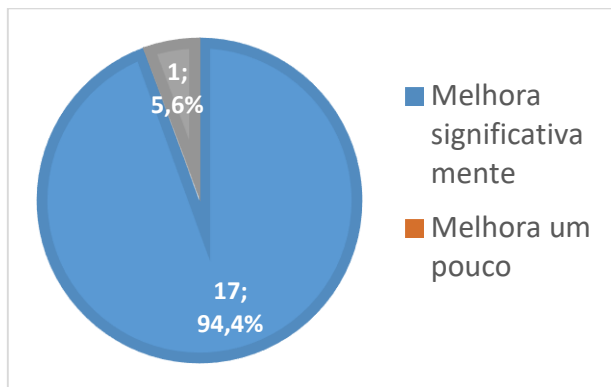
Apesar de ser uma preocupação isolada, essa percepção de desvantagem deve ser monitorada, pois, conforme o setor evolui, a adaptação contínua às novas tecnologias será essencial para que os benefícios se mantenham consistentes ao longo do tempo.

As respostas à questão anterior, como pode ser visto no gráfico 9, foram predominantemente negativas. No entanto, um participante (5,60%) indicou que percebeu uma desvantagem, que foi a lentidão dos sistemas. Visto isso, a pergunta 11 do questionário pediu que em caso de resposta afirmativa na questão 10, o respondente escrevesse quais as desvantagens que ele percebe no uso de sistemas digitais.

Essa resposta é relevante e aponta para um ponto importante que pode afetar a eficiência no uso de tecnologias digitais. De acordo com a literatura, a infraestrutura tecnológica inadequada, como sistemas lentos, pode ser uma limitação significativa, prejudicando a fluidez dos processos contábeis e, conseqüentemente, a produtividade dos profissionais (Carvalho, 2023). Mesmo com a adoção de ferramentas digitais avançadas, a falta de performance e de uma boa integração dos sistemas pode gerar frustração e impactar a eficácia das tecnologias.

A questão 12 questionou os respondentes sobre o impacto da adoção de tecnologias digitais na qualidade do serviço prestado aos clientes revela que a grande maioria dos participantes acredita que a transformação digital contribui de maneira positiva para a qualidade do trabalho contábil (Gráfico 10). A resposta "Melhora significativamente" foi indicada por 94,40% dos participantes, enquanto apenas 5,60% dos respondentes não perceberam impacto ou consideraram que não houve melhoria.

Gráfico 10: impacto da adoção de tecnologias digitais na qualidade do serviço prestado aos clientes

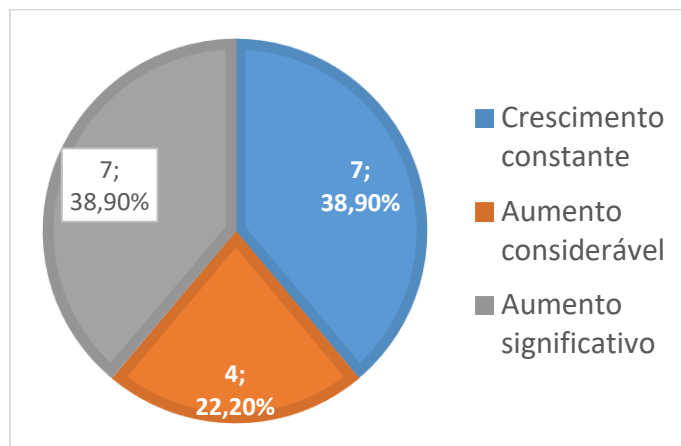


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses resultados estão alinhados com a literatura sobre a transformação digital no setor contábil, que sugere que a adoção de tecnologias digitais pode melhorar consideravelmente a qualidade dos serviços prestados, principalmente por meio de maior eficiência, maior precisão e comunicação mais rápida com os clientes (Andrade; Mehlecke (2020)). O uso de softwares de automação e análise de dados pode reduzir erros e proporcionar maior confiabilidade nos resultados entregues, o que impacta diretamente na percepção do cliente sobre a qualidade do serviço.

A avaliação do impacto da tecnologia na evolução da contabilidade revela que a maioria dos participantes percebe um avanço significativo no setor com a adoção de tecnologias digitais. A opção "Crescimento constante" foi escolhida por 38,90% dos respondentes, enquanto outras duas opções, "Aumento considerável" e "Aumento significativo", juntas somaram 61,10% das respostas. Nenhum participante indicou que a evolução tenha sido lenta (Gráfico 11).

Gráfico 11: Como você avalia o impacto da tecnologia na evolução da contabilidade?



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses dados demonstram que os profissionais contábeis reconhecem um impacto relevante da transformação digital na evolução da profissão, o que está em consonância com as pesquisas de Andrade e Mehleck (2020) que destacam que a tecnologia tem sido um dos principais motores de inovação e melhoria nos processos contábeis. A automação, a utilização de softwares de gestão e a análise de grandes volumes de dados têm contribuído para uma maior eficácia, produtividade e competitividade no setor, o que acelera o progresso da contabilidade (Carvalho, 2023).

3.4 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada com profissionais contábeis trouxe uma visão abrangente sobre o uso de tecnologias digitais no setor contábil, especialmente em relação à automação de processos e sua percepção sobre os impactos dessas inovações na prática contábil. Os resultados obtidos revelam um cenário de ampla adoção de tecnologias digitais, que refletem tanto os benefícios como as limitações desse processo de transformação digital.

Primeiramente, em relação à utilização de tecnologias digitais para automação de processos contábeis, todos os participantes afirmaram que já utilizam essas ferramentas, como softwares de gestão contábil e sistemas ERP

(Enterprise Resource Planning). Isso demonstra que a transformação digital já está plenamente integrada nos escritórios contábeis, indicando uma adaptação do setor às novas demandas tecnológicas. De acordo com Andrade e Mehlecke (2020), a adoção de tecnologias digitais é uma tendência crescente na contabilidade, pois melhora a eficiência e a produtividade, reduzindo erros humanos e otimizar processos operacionais.

Além disso, a pesquisa revelou que a maioria dos respondentes se sente moderadamente a muito familiarizada com as tecnologias digitais, com uma grande parcela (44,40%) declarando estar "familiarizada". Isso reflete uma boa adaptação dos profissionais às ferramentas digitais, corroborando com o artigo publicado por Carvalho (2023) que destaca que, apesar de alguns desafios iniciais, a familiaridade com as tecnologias é fundamental para aproveitar seus benefícios na prática contábil.

Quando questionados sobre a facilidade de trabalhar com softwares de automação, a grande maioria dos respondentes (88,90%) indicou que se sente confortável com essas ferramentas, o que reforça a ideia de que a adaptação tecnológica no setor está ocorrendo de forma positiva. No entanto, uma pequena parcela (11,10%) mencionou ter algum nível de desconforto, o que pode indicar a necessidade de mais capacitação para esses profissionais, especialmente em uma área que exige constante atualização tecnológica.

Em relação aos benefícios percebidos no uso de tecnologias digitais, os resultados mostram que os profissionais valorizam principalmente o aumento de produtividade (100%), economia de tempo (100%), facilidade na análise de dados (88,90%) e redução de erros (66,70%). Esses achados são consistentes com os resultados de estudos como o de Andrade e Mehlecke (2020), que destacam a automação como uma ferramenta poderosa para aumentar a eficiência operacional e minimizar os erros humanos, o que impacta diretamente na qualidade do serviço contábil. A análise de dados, por sua vez, permite aos profissionais realizarem um trabalho mais preciso e tomar decisões mais informadas.

Por outro lado, uma das questões abordou as desvantagens percebidas no uso de tecnologias digitais, e apenas um participante mencionou sistemas lentos como uma limitação. Embora a maioria dos profissionais não tenha

apontado desvantagens, essa resposta sugere que o desempenho das ferramentas digitais ainda pode ser um desafio em alguns contextos. A baixa ocorrência de respostas negativas, porém, corrobora com a tendência de que, em geral, as tecnologias têm sido mais vistas como uma vantagem para os escritórios contábeis.

A percepção de que a utilização de tecnologias digitais melhora significativamente a qualidade do serviço prestado aos clientes foi unânime entre os participantes (94,4%). Isso demonstra que os profissionais reconhecem os benefícios da modernização, como a maior agilidade no atendimento e a melhoria da precisão dos serviços contábeis. Esses resultados estão em linha com os achados de Andrade e Mehlecke (2020), que enfatizam que a transformação digital na contabilidade contribui para a melhoria na comunicação com os clientes e na entrega de serviços mais rápidos e eficazes.

Por fim, ao avaliar o impacto da tecnologia na evolução da contabilidade, a maioria dos respondentes acredita que a tecnologia tem causado um aumento significativo ou considerável na evolução do setor (77,80%). Essa visão é reforçada pela literatura, que aponta a transformação digital como uma das principais forças que impulsionam a modernização e a inovação na contabilidade (Carvalho, 2023).

Portanto, os resultados indicam uma adoção robusta de tecnologias digitais no setor contábil, com uma percepção clara dos benefícios dessas inovações, como aumento da produtividade, redução de erros e melhoria na qualidade do serviço prestado. No entanto, é fundamental aprofundar a compreensão das limitações enfrentadas por diferentes perfis de profissionais, especialmente os mais experientes, para garantir que a transformação digital continue promovendo a modernização do setor de forma integrada e sustentável.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi investigado o impacto da transformação digital na formação profissional em contabilidade, com foco na evolução das competências exigidas dos profissionais contábeis no contexto digital. Através de uma análise detalhada, buscou-se compreender como a digitalização tem

alterado a prática contábil e as habilidades necessárias para que os contadores possam não apenas acompanhar, mas também liderar essas mudanças no setor.

Os objetivos gerais e específicos foram atendidos com êxito ao longo da pesquisa. O objetivo geral de compreender o impacto da transformação digital na formação profissional em contabilidade foi claramente alcançado, visto que foi possível analisar como as novas tecnologias influenciam tanto as práticas contábeis quanto as competências exigidas dos profissionais. Além disso, os objetivos específicos de identificar as transformações provocadas pela digitalização, avaliar as competências necessárias para os contadores e propor recomendações para aprimorar a formação também foram atendidos. Foi identificado que a proficiência em software de contabilidade, análise de dados e conhecimentos em segurança cibernética são cruciais para o desempenho no novo cenário contábil, além de se observar que os profissionais já adotam amplamente ferramentas digitais que contribuem para a eficiência e a melhoria dos serviços prestados.

A pesquisa revelou que a maioria dos profissionais contábeis já utiliza tecnologias digitais, como softwares de gestão contábil e sistemas ERP, percebendo um aumento significativo na produtividade e na redução de erros. A familiaridade com essas ferramentas e a confiança no uso de tecnologias de automação de processos são essenciais para garantir que os profissionais se mantenham competitivos. Além disso, competências interpessoais e conhecimentos em segurança cibernética foram identificados como fundamentais para enfrentar os desafios da transformação digital.

Recomenda-se que futuras investigações explorem mais profundamente o impacto de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e blockchain, na contabilidade. Também é sugerida uma análise mais detalhada sobre os desafios das pequenas práticas contábeis para adotar essas tecnologias, pois a digitalização pode ser mais difícil para essas empresas.

A contribuição deste estudo é significativa para informar políticas educacionais e práticas de formação que promovam o desenvolvimento contínuo dos profissionais contábeis. Espera-se que essas descobertas impactem o

campo acadêmico, ao oferecer um entendimento mais profundo das implicações da transformação digital na educação contábil.

Pode-se afirmar, portanto, que a transformação digital é um fenômeno irreversível. Ao abraçá-la de maneira estratégica, os profissionais de contabilidade podem não apenas sobreviver, mas prosperar em um ambiente competitivo e em constante evolução. A digitalização da contabilidade não representa apenas uma oportunidade, mas uma necessidade para aqueles que desejam se destacar na profissão.

REFERÊNCIAS

ALCAZAR, José Maria Chapina. **Tecnologia Determinará Novo Cenário Contábil**. Extraído de: Conselho Federal de Contabilidade – 22 de abril de 2009.

ALMEIDA, Mariana da Silva; SOUZA, Gustavo Henrique Dias; DURSO, Samuel de Oliveira. Transformação Digital na Contabilidade: Um Estudo da Percepção de Profissionais Contábeis. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 13, n. 2, p. 24-53, 2024.

ANDRADE, Charliene Bruna Holanda; MEHLECKE, Querte Teresinha Conzi. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale Do Paranhana/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 1, 2020.

ATRILL, Peter. **Contabilidades Gerencial para a Tomada de Decisão**. São Paulo: Saraiva, 2017. 220 p.

BHANSALI, C. (2007). **Think Digital, Not Paper Less**. Disponível em: <<https://www.thinkdigital.com.br/>>. Acesso em 28 jun. 2024.

CARVALHO, Tainara. **Automação Contábil**: como implementar com eficiência? 30 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.dattos.com.br/blog/automacao-contabil/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CLIKSIGN. **Contabilidade Online x Tradicional**: Diferenças e Benefícios. 15 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.clicksign.com/blog/contabilidade-online-versus-tradicional>>. Acesso em: 17 maio 2024.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, T. J. (2016) **Automação Contábil**: Tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da teoria institucional. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo-SP.

GASPAR NETO, ABELARDO DE MELO. **Contabilidade e Transformação Digital**: impactos, desafios e oportunidades na era tecnológica. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/67461/contabilidade-e-transformacao-digital-impactos-desafios-e-oportunidades-na-era-tecnologica/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 23 julho. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>>. Acesso em: 28 jun 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 311 p.

MARIANO, Paulo Antonio; OLIVEIRA, Rodrigo Albanez G; SAVIAN, Tatiane D'Castro T. **Contabilidade na Era Digital**. Editora IOB. 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Altas. 336 p. ISBN: 978-6559773213. 2022.

MCGUIGAN, N. (2021). **Formação Contábil à Prova de Futuro**: um educar para a complexidade, ambiguidade e incerteza. Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, v. 32(87), p. 383-389, set-dez.

MOREIRA, Heber. **Lavor. Elaborando um Plano de Negócios sem Mistérios**. São Paulo: Simplíssimos livros LTDA, 2021. 138 p.

NOBRE, C. Carlos Nobre alerta: “**Estamos no Máximo, a 20 anos da ‘Savanização’ da Amazônia**”. Disponível em: <<https://www.institutodeengenharia.org.br/site/2020/12/21/carlos-nobre-alerta-estamos-no-maximo-a-20-anos-da-savanizacao-da-amazonia/>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OLIVEIRA, Mitsure. H. **Gestão de Marketing e Comunicação**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. 195 p.

PADOVEZE, Clovis. I. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: ATLAS, 2010.

PADOVEZE, Clovis. I. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: ATLAS, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597008821. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SCHAPOO, B. H.; MARTINS, Z. B. (2022). **A Utilização da Tecnologia na Contabilidade**: uma percepção de profissionais contábeis do Estado de Santa Catarina. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 22(50), jan/abr.

SILVA, G. O.; et. al. (2020). O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área". **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, Octubre**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, G. O.; et. al. (2020). O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área". **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, Octubre**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

THOMSON, J. (2018). **New Skills for the Digital Age**. *Strategic Finance*, 99(11), 10-11.

THONSON, J. **New Skills for the Digital Age**. *Strategic Finance*, 99(11), 10-11. 2018.

TORRES, Mitsure. H. **Gestão de Marketing e Comunicação**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020. 195 p.

ANÁLISE DOS REFLEXOS DA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE ARTIGOS ESPORTIVOS DE SANTA ROSA-RS

Maisa Chitolina¹
Jonas Bordim²
Adelino Pedro Wisniewski³
Marcos Rogério Rodrigues⁴

RESUMO

O presente artigo tem como tema principal Análise dos Reflexos da Liderança Organizacional: estudo de caso em uma loja de artigos esportivos de Santa Rosa-RS, assunto relevante que oferece ao leitor uma visão detalhada sobre esse tema tão importante para a gestão eficaz das organizações. À vista disso, este trabalho visa compreender como a liderança corporativa impacta no desempenho da equipe de trabalho, no bem-estar organizacional e na performance da empresa. O objetivo geral do estudo é compreender como a liderança organizacional pode influenciar o desenvolvimento das atividades laborais, a fim de analisar a eficiência da estrutura hierárquica e o estilo de liderança adotados pela organização em análise. O presente trabalho caracteriza-se como teórico-empírico, tendo como referência artigos, materiais publicados na internet e revisão bibliográfica, além de análise e caracterização dos dados através de estudo de caso, adotou-se pesquisa exploratória, explicativa e descritiva. Dentre os resultados obtidos através das pesquisas e conversas com a gerente, foi possível compreender que a liderança organizacional eficiente impacta significativamente no desempenho da equipe, contribuindo para a motivação dos colaboradores, para o bom clima organizacional, dentre outros benefícios.

Palavras-chave: Liderança Organizacional; Motivação; Performance.

ABSTRACT

This article's main theme is Analysis of Organizational Leadership Reflexes: case study in a sporting goods store in Santa Rosa-RS, a relevant subject that offers the reader a detailed view of this topic that is so important for the effective

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. maisachitolina1@gmail.com

² Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

³ Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. ade.pedro.wisniewski@gmail.com

⁴ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

management of organizations. In view of this, this work aims to understand how corporate leadership impacts the performance of the work team, organizational well-being and the company's performance. The general objective of the study is to understand how organizational leadership can influence the development of work activities, in order to analyze the efficiency of the hierarchical structure and the leadership style adopted by the organization under analysis. The present work is characterized as theoretical-empirical, having as reference articles, materials published on the internet and bibliographic review, in addition to analysis and characterization of data through case studies, exploratory, explanatory and descriptive research was adopted. Among the results obtained through research and conversations with the manager, it was possible to understand that efficient organizational leadership has a significant impact on team performance, contributing to employee motivation, a good organizational climate, among other benefits.

Keywords: Organizational Leadership; Motivation; Performance.

INTRODUÇÃO

A liderança organizacional é um dos aspectos que impactam diretamente no sucesso das organizações, visto que envolve a capacidade de motivar e orientar a equipe para alcançar os objetivos da organização e os objetivos individuais de cada colaborador simultaneamente.

O presente artigo trata a respeito da análise dos reflexos da liderança organizacional: estudo de caso em uma loja de artigos esportivos em Santa Rosa-RS, assunto relevante que oferece ao leitor uma visão detalhada sobre esse tema tão importante para a gestão eficaz das organizações. Trabalhou-se como objetivo geral deste estudo compreender como a liderança organizacional pode influenciar o desenvolvimento das atividades laborais, a fim de analisar a eficiência da estrutura hierárquica e o estilo de liderança adotados pela organização em análise.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: Realizar uma entrevista com a gerente da organização; Aplicar uma pesquisa com os funcionários por meio da aplicação de um questionário, objetivando identificar aspectos passíveis de aprimoramento e; Propor melhorias nas diretrizes adotadas pela empresa no que diz respeito a liderança corporativa.

A metodologia utilizada neste estudo caracterizou-se como teórico-empírica, fundamentada nos conceitos de outros autores por meio de revisão

bibliográfica, além de análise e caracterização dos dados através de estudo de caso, adotou-se pesquisa exploratória, explicativa e descritiva. Os principais autores que fundamentaram o referencial teórico foram: Chiavenato, Perez, Cobra, Fraporti, Santos, Dias e Costa.

Além da introdução, o artigo é composto por mais quatro partes. A primeira parte trata a respeito do que é cultura organizacional. A segunda parte refere-se aos estilos de liderança organizacional, toda organização é composta por uma liderança, e é através da liderança que se estabelece a identidade organizacional. A terceira parte compreende a importância da liderança organizacional e seus efeitos, dado que a liderança possui grande influência no comportamento das pessoas. A quarta parte refere-se a análise dos resultados obtidos por meio de entrevista com a gerente e por meio da pesquisa com os colaboradores, seguido de sugestões de melhorias. Finaliza-se este artigo com a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CULTURA ORGANIZACIONAL

Cultura pode ser entendida como um conjunto de ideias, valores, crenças, conhecimentos, criados pelo próprio ser humano, que é resultado do meio cultural em que está inserido, visto que a cultura é dinâmica e pode ser considerada como a soma de tudo o que foi transmitido socialmente, visando facilitar a vida em grupos.

Como ressalta Chiavenato, “A cultura representa as normas informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros da organização no cotidiano e que direcionam suas ações para a realização dos objetivos organizacionais” (Chiavenato, 2020, p. 195). Assim como cada país possui sua própria cultura, cada organização também definirá a sua, ela é um fator fundamental para que todos os colaboradores movam seus esforços para a mesma direção.

Existem culturas rígidas e também existem culturas mais flexíveis. A escolha desse mecanismo vai depender de como a organização é composta e

como a mesma quer conservar o seu método de trabalho. Conforme aponta Chiavenato, “As organizações devem adotar culturas adaptativas e flexíveis para obter maior eficiência e eficácia de seus membros participantes e alcançar a inovação necessária para navegar pelas mudanças e transformações do mundo atual” (Chiavenato, 2020, p. 195). A cultura precisa estar disseminada entre todos os componentes da organização. Ela transmite sentimento de pertencimento, define limites que todos devem respeitar, reflete na motivação, no compromisso e na boa convivência do grupo, tornando-se a identidade da empresa.

De acordo com Perez e Cobra, “Cada indivíduo tem uma forma de pensar, princípios e crenças diferentes. A junção dessas pessoas dentro de uma mesma organização leva a uma condensação de todos esses pensamentos diferentes, formando uma só cultura para todos se guiarem” (Perez; Cobra, 2016, p. 39).

Diante destas constatações, compreende-se que a cultura organizacional é um fator que irá unir objetivos e ideias e que precisa ser bem gerenciada visto que contempla aspectos significativos à organização como: pessoas, estratégias, expectativas dos colaboradores, resultados e liderança.

A cultura corporativa pode impulsionar a produtividade da empresa e o seu desempenho. Para isso, um elemento de grande valia nesse processo é a comunicação eficaz. Como relatam Fraporti e Santos, “Comunicação é o fluxo de informações dentro de uma entidade, e a informação é o combustível que move as organizações e a sociedade” (Fraporti; Santos, 2018, p. 109). Por meio desta, as informações, ideias, avisos, devem ser repassadas para todos os integrantes do grupo de maneira clara e igualitária, para que todos tenham o mesmo entendimento acerca dos assuntos tratados, contribuindo para uma relação saudável, colaborativa e de confiança entre equipe e direção.

Caracterizadas como um sistema aberto, as organizações sofrem influência do meio externo, bem como o influenciam constantemente. À vista disso, é importante analisar as forças e fraquezas que podem impactar a cultura da corporação tanto negativamente quanto positivamente, como destacam Fraporti e Santos sobre a Matriz SWOT (FOFA), “As forças e as fraquezas são consideradas fatores internos na matriz, e as oportunidades e as ameaças são

consideradas fatores externos” (Fraporti; Santos, 2018, p. 46). Dessa forma também é visualizado no ambiente de trabalho.

Se antecipar aos acontecimentos por meio de estudos e análises de mercado, é muito importante para a sobrevivência das organizações, dado que o ambiente empresarial é bastante volátil, está em constante evolução e as organizações precisam se adequar às mudanças para dar sequência em suas atividades sem sofrer riscos que possam implicar na continuidade da empresa no mercado, bem como, para manter uma cultura inovadora, que busque soluções novas e eficazes.

Conforme Dias aponta

As empresas que têm culturas inovadoras são flexíveis, adaptáveis e experimentam com frequência novas ideias. Essas culturas se caracterizam por apresentar uma hierarquia achatada, plana, e os títulos e as distinções de status tendem a ser minimizados (Dias, 2013, p. 136).

Um elemento que está bastante relacionado com a cultura da empresa é o clima organizacional, que em concordância com Dias, “[...] se refere a uma percepção comum ou uma reação comum dos indivíduos perante uma determinada situação. Em função disso pode haver um clima de satisfação, resistência ou participação por exemplo” (Dias, 2013, p. 291).

Este, serve como um termômetro para medir a satisfação dos colaboradores e o bem-estar da equipe. Além disso, o conhecimento acerca do clima é indispensável para que ocorra a percepção dos aspectos que irão interferir negativamente na produtividade da equipe, e assim, implementar mudanças necessárias para reverter a situação e fortalecer a estrutura organizacional. Um clima organizacional saudável propõe efeitos positivos na performance da empresa como maior rendimento e satisfação dos colaboradores, maior engajamento e diminuição de rotatividade. Contudo, um mau clima tem como resultado maior rotatividade, baixa produtividade, altos níveis de insatisfação dos colaboradores, pedidos de desligamentos, conflitos, entre outros.

Para esse fim, cabe ao líder identificar as necessidades de seus colaboradores para melhor atendê-las, como ressalta Dias, “A criação de um

clima saudável e motivador é basicamente o resultado do comportamento e estilo de liderança” (Dias, 2013, p. 296). Cultura e clima estão interligados. Empresas muito competitivas focadas basicamente só em resultados, podem gerar um clima de tensão e insegurança. Em contrapartida, culturas que prezam pelas relações interpessoais colaboram para que exista um clima favorável, de integração e cooperação.

Como salienta Costa, “Organizações pautadas pelo formalismo e pela hierarquia ensejam ambientes de pessoas cautelosas, formais e de poucas iniciativas. Empresas cujos donos trabalham lado a lado com suas equipes podem gerar culturas mais participativas” (Costa, 2014, p. 88).

A relação entre os líderes e os colaboradores implica consideravelmente no clima da empresa, visto que um líder comprometido saberá que suas ações servem de exemplo para a equipe. Ele deve preservar o bom relacionamento com a mesma, proporcionando momentos de diálogo, por exemplo, para tratarem das suas percepções. Trabalhar em um ambiente que contém um clima pesado torna-se desagradável e pode levar a pedidos de demissões, impactando na reputação e imagem da corporação. Conforme Ferreira expõe

A insatisfação no trabalho pode levar ao absenteísmo e à rotatividade e trazer uma série de doenças como estresse, problemas de coração, pressão e úlceras, tudo isso devido a tensão e pressão do ambiente de trabalho, que podem gerar elevados gastos com assistência médica nas organizações (Ferreira, 2013, p.117).

Ademais, uma cultura sólida influencia diretamente na reputação da empresa, repassando uma imagem positiva e confiável, fazendo com que haja maior admiração por parte dos colaboradores, clientes e parceiros.

Através do exposto, conclui-se que a cultura organizacional definida por uma empresa impacta expressivamente no êxito da mesma. As estratégias de gerenciamento que os líderes irão definir para acompanhar a cultura, levando em consideração que ela sofre interferências externas e internas do ambiente, são de suma importância para que a organização se destaque entre as demais e mantenha sua equipe em sinergia.

1.2 ESTILOS DE LIDERANÇA ORGANIZACIONAL

Toda organização é composta por uma liderança, toda liderança é composta por pessoas com características diferentes, e estas características refletem nos demais setores da empresa, pois é na liderança que se cria a identidade organizacional. Liderar é o processo de conduzir um grupo de pessoas para melhor alcançarem juntos os interesses comuns, ou seja, é influenciar comportamentos. (Lacombe, 2009).

A percepção de que os funcionários da empresa não são custos/ferramentas, mas sim colaboradores, parceiros, portadores de habilidades e conhecimentos, e que são importantes para o sucesso da organização tanto quanto os gestores, é essencial no contexto atual. A liderança organizacional deve ser muito bem estruturada, pois ela corresponde à boa parte do sucesso da empresa, ela precisa estar inserida no planejamento estratégico visando as melhores práticas para que a equipe e a direção trabalhem mutuamente para alcançarem o êxito organizacional. O líder, por meio de seus liderados precisa alcançar objetivos, e para isso, conforme aponta Lacombe

[...] age de diferentes maneiras: ele ordena, comanda, motiva, persuade, dá exemplos pessoais, compartilha os problemas e ações, ou delega e cobra resultados, alterando a forma de agir de acordo com a necessidade de cada momento e com o tipo de liderado, a fim de alcançar os objetivos da empresa (Lacombe, 2009, p. 191).

O líder precisa ser um exemplo para seus colaboradores, dado que ele ocupa uma posição de inspiração perante os demais. Não deve cobrar condutas que ele mesmo não as apresenta. Deve ter conhecimento e experiência para repassar ao grupo, bem como possuir uma boa comunicação interpessoal. Ele pode usar seu poder para maximizar resultados, motivar a equipe, gerar confiança, fornecer diretrizes e repassar mensagens.

Conforme Lacombe, “Líderes verdadeiramente eficientes distinguem-se por um alto grau de inteligência emocional, que abrange autoconhecimento, autocontrole, motivação, empatia e habilidade social” (Lacombe, 2009, p. 205).

O sincronismo organizacional será influenciado pela liderança. O líder precisa ter uma visão sistêmica, ter clareza sobre os objetivos, precisa tomar decisões, acompanhar o desempenho da equipe, deve ser compreensivo, ético

e flexível, corrigir posturas inadequadas dentre muitas outras situações. De fato, é algo complexo, que demanda muito envolvimento e dedicação por parte do profissional. De acordo com Figueiredo

Líderes que atuam com empatia capacitam a equipe a manter relacionamentos eficazes entre si e com o resto da organização. Empatia significa levar em consideração os sentimentos e necessidades da equipe, dos subordinados e dos clientes, criando um clima de interesse mútuo dentro da organização e com os respectivos clientes (Figueiredo, 2012, p. 66).

Existem diferentes estilos de liderança que se referem às maneiras de abordagem por parte do profissional para conduzir a equipe. Conforme relata Chiavenato, “Em situações em que o subordinado apresenta alto nível de eficiência, o líder pode lhe dar maior liberdade nas decisões, mas se o subordinado apresenta erros seguidos e imperdoáveis, o líder pode impor maior autoridade pessoal e menor liberdade de trabalho” (Chiavenato, 2020, p. 80).

O estilo é escolhido visando atender as necessidades de determinado grupo, não é uma regra, cada empresa possui o seu próprio estilo de liderança e o mesmo é adaptado conforme determinadas situações do dia a dia. Os principais estilos de liderança incluem:

A liderança democrática, que compreende o líder que busca manter a equipe unida, levando em consideração não só a sua opinião, mas a do grupo, possibilita uma participação mais ativa e democrática, promovendo a valorização das pessoas e não se portando como superior (Chiavenato, 2020). Contudo, essa abordagem pode causar demora na tomada de decisão.

A liderança autocrática, que compreende o líder autoritário, que toma decisões sem ouvir demais opiniões, só a sua própria importa, ordena tarefas e é dominador, pode gerar desmotivação, sentimento de repressão e insatisfação para a equipe (Chiavenato, 2020). Contudo, pode facilitar a produtividade devido ao líder acompanhar tudo de perto.

A liderança liberal, que inclui o líder mais flexível e adaptável, que proporciona aos liderados participação na tomada de decisão, promove a descentralização de processos e opina quando somente quando é necessário, sendo assim, sua participação é limitada (Chiavenato, 2020). Essa abordagem

pode causar diminuição do respeito do líder e demora no cumprimento de tarefas, porém aumenta a criatividade, visto que a equipe tem liberdade para a criação de novas ideias.

E há também a liderança carismática, que engloba o líder que preza pela boa relação e carisma para conduzir os liderados, valoriza os colaboradores, formando equipes duradouras e eficazes (Dias, 2013). Essa abordagem pode causar dependência do líder e falta de autonomia, porém gera um ambiente positivo e produtivo. A respeito dos estilos de liderança, Chiavenato aponta

Na prática, um líder utiliza os três processos de liderança, de acordo com a situação, com as pessoas e com a tarefa a ser executada. O líder tanto manda cumprir ordens, como consulta os subordinados antes de tomar uma decisão, como também sugere a algum subordinado realizar determinadas tarefas: ele utiliza a liderança autocrática, a democrática e a liberal (Chiavenato, 2020, p. 78).

Não existe um modelo correto, cada empresa terá o seu modelo próprio e este se adequará a sua cultura e atividades. O estilo ideal é aquele que se adapta ao contexto atual da organização. De acordo com Dias, “[...] não existe uma liderança ideal, válida para todos os casos, mas a situação concreta que vivem os indivíduos em seu grupo de trabalho exigirá a aplicação de um estilo de liderança determinado” (Dias, 2013, p. 447).

Muito se comenta sobre a diferença entre líder e chefe. A nomenclatura chefe repassa uma mensagem de autoritarismo e imposição de ordens, já a respeito do líder, repassa a mensagem de inspiração, exemplo a ser seguido e colaboração. Conforme aponta Figueiredo, “Se “dá ordens”, você é um chefe. Se “convence”, você é visto como um líder” (Figueiredo, 2012, p. 85). O estilo de liderança escolhido vai impactar na performance na empresa, visto que uma boa liderança colabora significativamente para o engajamento dos colaboradores, valorizando a equipe, aumentando a motivação, refletindo assim, nos resultados obtidos.

Por outro lado, uma liderança desagradável, impositiva e que não valoriza os funcionários, impacta negativamente no desempenho da equipe, causando baixa na produtividade. Em concordância com Figueiredo, “Se os colaboradores não estão sintonizados com a comunicação da organização por

intermédio de seus líderes, eles deixam de ter comprometimento com o resultado organizacional” (Figueiredo, 2012, p. 135).

Existem situações em que os colaboradores possuem mais liberdade e autonomia na realização do trabalho, outras que precisam ser acompanhadas pela direção, adotando uma postura mais firme e, ainda, outras em que o líder e o liderado atuam juntos em cooperação. Segundo Ferreira

Cada empregado tem expectativas diferentes em relação ao seu gestor. Há quem prefira, por exemplo, trabalhar com um superior do tipo paternal, sempre disposto a fornecer algum tipo de orientação, da mesma forma como outros podem preferir um superior mais distante, que delegue competências (Ferreira, 2013, p. 37).

Diante disso, cabe ao gestor gerenciar o estilo de liderança, analisando o desempenho operacional do grupo e priorizando sempre a boa relação interpessoal, que é a chave para o sucesso da empresa. Ademais, o endomarketing, que visa ações realizadas no ambiente interno, é fundamental para a retenção de talentos, além de ser uma vantagem competitiva, conforme relata Gomes, “Um dos principais benefícios dessa prática é a elevação da produtividade e dos resultados corporativos.” (Gomes, 2021, p. 30). Por fim, um elemento fundamental para o bom relacionamento entre líder e liderado é a comunicação, como Chinem aponta: “Quanto melhor o processo de comunicação, mais dinâmica e eficiente será a organização” (Chinem, 2010, p. 34).

De acordo com Chinem, é notável que a comunicação eficaz é um fator estratégico das organizações. No ambiente externo, a mesma é responsável pela credibilidade repassada ao mercado, no ambiente interno, por sua vez, garante motivação e manutenção do clima organizacional (Chinem, 2010).

Em concordância com Chiavenato, tanto a comunicação descendente, que ocorre entre a gerência e os subordinados, como a comunicação descendente, na qual os subordinados levam suas sugestões para a gerência e, de mesma forma, a comunicação lateral que se refere ao diálogo entre um mesmo grupo horizontalmente, devem acontecer corretamente, sem ruídos ou mal-entendidos, visando impedir a dissipação de inverdades e informações distorcidas (Chiavenato, 2020).

Em conclusão, faz total diferença a direção da organização valorizar e reconhecer o trabalho e o esforço desempenhado por cada colaborador, a fim de incentivá-los a continuarem se dedicando na profissão que exercem.

1.3 A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL E SEUS EFEITOS

Toda organização é criada com o propósito de alcançar algum objetivo, alguma meta ou trata-se ainda de um sonho. Este propósito é estabelecido pelos fundadores das empresas, que vão adquirindo recursos e mãos-de-obra para concretizar o que almejam. As pessoas que, ao longo do tempo, vão se integrando a esta organização, necessitam saber como poderão auxiliar a equipe nesta jornada, e esta é uma das principais funções da liderança, conduzir a trajetória deste propósito, que, como descreve Gomes, “[...] aponta os grandes motivos que fazem a empresa existir, que apresenta no que ela é capaz de contribuir para a sociedade e como seu legado pode e deve impactar a vida de todos os envolvidos naquele negócio” (Gomes, 2021, p. 8).

A partir do surgimento da Teoria das Relações Humanas, começou a vigorar um movimento para humanizar as empresas por meio da administração. Os funcionários precisam manter uma interação social com o grupo de trabalho e esta necessita ser o mais saudável possível para que ocorra uma sinergia e cooperação entre todos. De acordo com Chiavenato

Com o advento da Teoria das Relações Humanas, uma nova linguagem passa a dominar o repertório administrativo: fala-se agora em motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo etc. Conceitos clássicos como autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, princípios gerais de Administração, departamentalização passam a ser contestados (Chiavenato, 2020, p. 22).

O comportamento dos integrantes de um grupo acaba influenciando suas ações. Conforme Chiavenato aponta, “Cada pessoa procura ajustar-se às demais pessoas e grupos, pretendendo ser compreendida, aceita e participar, no sentido de atender aos seus interesses e aspirações” (Chiavenato, 2020, p. 70).

Além disso, o nível de produção corresponde a integração dos indivíduos, pois reflete na disposição dos mesmos e não na capacidade braçal. Se o colaborador não se sentir motivado para desempenhar suas atividades, a força empregada não será levada em consideração. Quanto mais motivado e satisfeito o colaborador está, mais produtivo ele se torna.

Conforme aponta Gomes, “Uma organização que possui colaboradores engajados e que estão em sintonia com a missão, visão e valores está sempre um passo à frente no mercado, além de diminuir custos extras em questões trabalhistas como rescisões, e em novas contratações, integrações e treinamentos” (Gomes, 2021, p. 37). A liderança possui grande influência no comportamento das pessoas e por meio dessa influência, atitudes poderão ser moldadas a fim de produzirem resultados ainda mais positivos. Na opinião de Drummond

Liderança e confiança encontram-se, assim, em estreita interdependência. A construção da confiança dependerá de práticas que sejam avaliadas como adequadas pelos colaboradores, compatíveis com as suas expectativas, uma vez que deles emanará, ou não, a legitimação do fenômeno da liderança (Drummond, 2012, p. 4).

A partir disso, o líder faz com que o grupo caminhe em direção ao propósito estabelecido. Ele precisa ser um modelo de assistência, auxílio e orientação para a equipe que trabalhará eficientemente quando os padrões esperados serão reconhecidos. Em concordância com Kosner e Posner, “O ingrediente mais importante em toda conquista coletiva é o objetivo comum. O propósito comum liga as pessoas a esforços cooperativos” (Kosner; Posner, 2021, p. 267).

Empresas de sucesso estão relacionadas com líderes eficientes, que conseguem conduzir a equipe com consistência para alcançar as metas estabelecidas, por meio da gestão de pessoas eficiente, conforme cita Silva, “O objetivo da gestão de pessoas é enxergar o capital humano tão estratégico quanto outras frentes dentro da organização e melhorar seu desempenho” (Silva, 2023, p. 31). A liderança é essencial para as empresas se manterem atuantes no mercado, além de ser uma vantagem competitiva perante as demais.

Um elemento fundamental relacionado a liderança é o processo de *feedback*, a empresa e os funcionários precisam estar alinhados e o *feedback* entre as duas partes é crucial para existir um ciclo de adaptação e melhoria constante. De acordo com Missel, essa ferramenta “Trata-se de uma técnica que consiste em realizar retornos sistemáticos por meio dos quais os gestores podem ajudar seus funcionários a tornarem-se conscientes de seus próprios desempenhos” (Missel, 2017, p. 11).

Por meio desse instrumento, o colaborador receber informações sobre o que precisa ser revisto, melhorado, aperfeiçoado, nas suas tarefas e atitudes, ou sobre o que já está bom, só precisa manter no determinado padrão.

Repassar *feedback* é uma competência bastante atual e importante, visto que não é fácil repassar orientações, ainda mais quando não são positivas. Contudo, se torna necessária quando a questão é melhoramento, pois a aprendizagem contínua faz parte do cotidiano empresarial. Conforme Chiavenato

A aprendizagem é a principal vantagem competitiva de uma organização. Ela conduz à criatividade e à inovação. Embora pareça um produto, a aprendizagem organizacional é um processo. E os processos não se revelam facilmente para que todos os vejam. Assim, é necessário desenvolver nas organizações uma mentalidade de aprendizagem contínua, como a sua principal vantagem competitiva (Chiavenato, 2020, p.344).

Segundo Missel, existem dois tipos de *feedbacks*. O corretivo é repassado quando precisa corrigir e redirecionar comportamentos. O positivo é repassado quando há o reconhecimento de bons comportamentos e atitudes. Esses dois tipos irão colaborar para a boa performance da equipe (Missel, 2017). Como pode-se observar, diversos são os efeitos positivos proporcionados pela liderança eficaz para a organização. O líder irá contribuir para conduzir a equipe frente as transformações exigidas pelo mercado, diminuindo o processo de resistência à mudança, que quando muito fortalecido, causa impedimentos a implantação de melhorias e inovações.

Atualmente, mais do que nunca a inovação está sendo fundamental para toda organização. Em um mundo dinâmico, volátil e em constante transformação, as empresas precisam se adaptar a essas mudanças para

permanecerem ativas no mercado. Conforme apontam Tajra e Ribeiro “As organizações mudam e estão mudando cada vez mais. No entanto, isso cria um paradoxo, pois essas mudanças nem sempre são incorporadas nas organizações, principalmente naquelas que já existem há anos e que operam na modalidade ‘sempre foi assim” (Tajra; Ribeiro, 2020, p. 98).

De acordo com Tajra e Ribeiro, “São as competências do capital humano das organizações que contribuem diretamente para a geração de um importante insumo da inovação: as ideias” (Tajra; Ribeiro, 2020, p. 37).

A inovação permite que as empresas sejam reconhecidas no mercado de trabalho, tornando-se um diferencial competitivo, trazendo benefícios no curto e longo prazo e a liderança nesse sentido tem papel fundamental para o alcance do êxito organizacional.

2 METODOLOGIA

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O tratamento dos dados ocorreu por meio de pesquisa qualitativa através da realização de entrevista com a gerente para verificar o estilo de liderança adotado pela organização e a pesquisa quantitativa por meio da aplicação de um questionário aos colaboradores, este contendo dez questões fechadas, de múltipla escolha e uma questão aberta para sugestões de melhorias. Posteriormente a coleta de dados, o levantamento das informações obtidas foi realizado comparando com o embasamento teórico, a fim de verificar se líder e liderados possuem a mesma opinião sobre os reflexos da liderança organizacional, encerrando com sugestões de aprimoramento.

Em relação a natureza da pesquisa, o presente trabalho caracterizou-se como teórico-empírico, fundamentado em estudos e conhecimentos de autores que colaboraram para alcançar o conhecimento desejado por meio da revisão bibliográfica, estudo de materiais e artigos publicados na internet.

Quanto aos objetivos propostos, este estudo adotou a pesquisa exploratória, além de análise e caracterização dos dados através de estudo de caso, que possibilitou a busca de informações sobre a temática para obter uma

compreensão ideal e aprofundada do assunto. A metodologia englobou também a pesquisa descritiva, visto que viabilizou fazer um detalhamento dos conhecimentos adquiridos a respeito da liderança organizacional e a pesquisa explicativa, justificando esses conhecimentos obtidos e correlacionando-os no presente artigo.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A documentação direta ocorreu por meio de um levantamento de dados realizado na empresa estudada Lesport Artigos Esportivos Ltda, cujo nome fantasia é Vencal Esportes. A empresa iniciou seus trabalhos em 23 de dezembro de 2010, tendo como administradora a senhora Lisiane de Franceschi Vendrusculo. No atual momento a empresa está enquadrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), possuindo nove funcionários.

Os dados foram coletados em oportunidades diferentes. Primeiramente foi realizada uma entrevista com a gerente Neide Rozek na empresa, no dia dezesseis de setembro, através de uma conversa e a aplicação de um questionário composto de dez questões abertas, a fim de identificar o estilo de liderança da mesma e sua visão sobre a liderança organizacional e os respectivos impactos visualizados no desempenho de sua equipe. O prazo estabelecido foi de dois dias para a conclusão.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa com os colaboradores por meio de um questionário composto por dez questões fechadas onde deveriam indicar se avaliavam como muito bom, bom, regular, ruim ou péssimo diferentes assuntos como clima organizacional, comunicação entre líder e liderado, reconhecimento, aceitação de sugestões, entre outros e uma questão aberta para expressarem sua opinião. Este questionário foi aplicado entre os dias dezessete e dezoito de setembro com total adesão e participação da equipe. O prazo estabelecido foi de dois dias para a conclusão do mesmo.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados ocorreu por meio da documentação indireta e direta de fontes primárias e secundárias com a finalidade de obter explicações assertivas para o trabalho. Nessa perspectiva, a pesquisa compreendeu revisões bibliográficas já publicadas. Além disso, fez-se necessário realizar uma análise dos dados utilizando a abordagem dedutiva por meio de raciocínio lógico, bem como utilizar um procedimento estatístico para representar em gráficos os dados obtidos a partir dos questionários. Por meio deste trabalho foi possível identificar a importância da liderança organizacional, para que a empresa juntamente com seus colaboradores mova seus esforços e alcancem o êxito organizacional em conjunto.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES

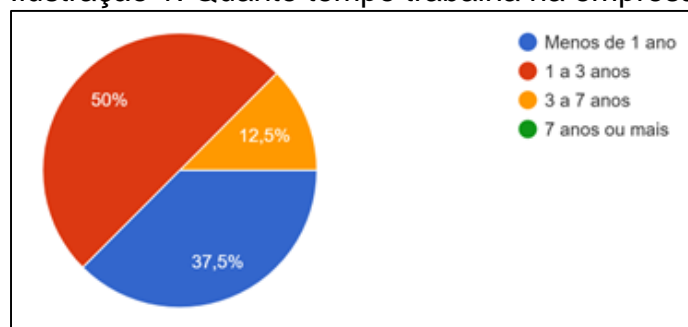
No cenário atual, a liderança organizacional enfrenta diversos desafios, visto que as inovações tecnológicas acontecem rapidamente, da mesma forma que as expectativas e a motivação dos indivíduos mudam constantemente. O líder precisa ter agilidade e flexibilidade para se adaptar a essas mudanças, a fim de repassar a equipe segurança e preservar o bem estar da equipe.

A empresa Lesport Artigos Esportivos Ltda, objeto de estudo desta pesquisa, está localizada na cidade de Santa Rosa – RS e possui nove colaboradores. A líder desta equipe chamada Neide Rozek, possui ampla experiência como gerente, ocupando este cargo desde a criação da empresa, no ano de 2010, até os dias atuais. Levando em consideração estes aspectos e tendo como objetivo entender a relação entre a liderança e a performance da equipe, entre os dias dezessete e dezoito de setembro foi aplicado o questionário aos oito colaboradores através da plataforma Google Forms, para compreender a opinião dos mesmos a respeito dos impactos da liderança no dia a dia.

Buscou-se primeiramente entender a quanto tempo os colaboradores trabalham na empresa estudada. Os dados mostram que a maioria dos colaboradores trabalha na empresa há 1 a 3 anos, representando 50%, enquanto

37,5% trabalham na empresa há menos de 1 ano e 12,5% trabalham na empresa entre 3 a 7 anos, conforme representado na ilustração 1. Por se tratar de uma loja de artigos esportivos cuja atividade principal é o comércio e as vendas, é visualizada uma acentuada rotatividade neste setor. A rotatividade pode ser positiva quando a mesma traz renovação para a empresa e melhora de desempenho.

Ilustração 1: Quanto tempo trabalha na empresa

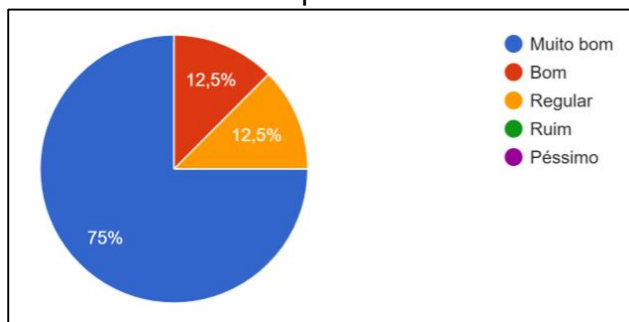


Fonte: Produção da pesquisadora.

A empresa está constantemente em busca da satisfação de seus clientes e foca no bom atendimento ao público, procurando sempre manter uma equipe capacitada e comprometida em oferecer um excelente atendimento, o que contribui para o sucesso da empresa no mercado. Para Schermerhorn, Hunt e Osborn, colaboradores motivados tendem a ter maior assiduidade no trabalho resultando na diminuição do nível de *turnover* (Schermerhorn; Hunt; Osborn, 1999).

Posteriormente, buscou-se identificar como é avaliado o reconhecimento por parte da empresa pelas atividades desempenhadas pelo colaborador. Verificou-se através da ilustração 2 que 75% dos colaboradores avaliaram o reconhecimento da empresa pelas atividades desempenhadas como muito bom, 12,5% como bom e 12,5% como regular, demonstrando assim, resultados satisfatórios.

Ilustração 2: Reconhecimento pelas atividades desempenhadas

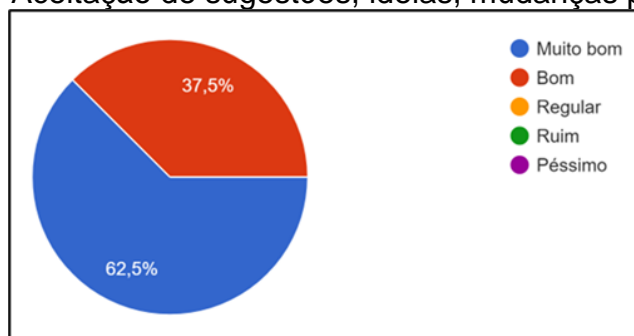


Fonte: Produção da pesquisadora.

Segundo Chiavenato, o reconhecimento e a recompensa são fatores, alavancas, muito importantes para que o trabalho bem feito seja reforçado. (Chiavenato, 2021). O reconhecimento faz total diferença no desempenho do colaborador, pois ao perceber que o seu esforço é visualizado, reconhecido e recompensado, sua motivação aumenta, incentivando-o a se esforçar ainda mais.

Referindo-se ao nível de aceitação de sugestões, ideias, mudanças, por parte da liderança, buscou-se verificar como os colaboradores avaliavam a sua liderança. Os dados mostram que 62,5% dos colaboradores avaliaram como muito boa a aceitação de sugestões, ideias, mudanças por parte da liderança da empresa, enquanto 37,5% dos colaboradores avaliaram como boa, conforme visualizado na Ilustração 3.

Ilustração 3: Aceitação de sugestões, ideias, mudanças pela liderança



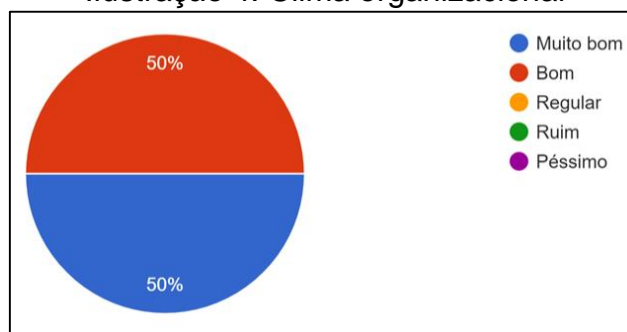
Fonte: Produção da pesquisadora.

Os resultados obtidos foram muito benéficos tanto para a organização quanto para os colaboradores, visto que foi possível identificar que a gerente exerce uma liderança democrática, ouvindo e valorizando a opinião da equipe.

Isso agrega para a satisfação do grupo e para a obtenção de bons resultados. De acordo com Chiavenato, “Afinal, o desempenho organizacional como um todo depende do desempenho de todos” (Chiavenato, 2021, p. 140).

Observa-se na Ilustração 4, que trata da avaliação dos colaboradores referente ao clima organizacional, as respostas obtidas foram satisfatórias dado que não possuíram resultados ruins ou péssimos, 50% dos colaboradores avaliaram o clima organizacional como muito bom e os outros 50% avaliaram como bom.

Ilustração 4: Clima organizacional

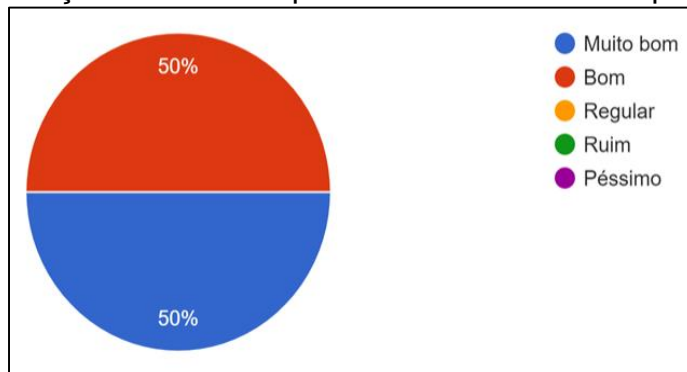


Fonte: Produção da pesquisadora.

Constatou-se que os colaboradores se encontram satisfeitos com o clima organizacional atual, o que contribui para um aumento no engajamento e na produtividade. Conforme Ferreira destaca, “O clima organizacional é a percepção dos funcionários em relação a diversos fatores presentes nas organizações e se estes os satisfazem ou não” (Ferreira, 2013, p. 47).

Na quinta questão, os colaboradores foram questionados sobre como avaliavam o incentivo da liderança para fazer carreira na empresa. Observa-se na ilustração 5 que 50% dos colaboradores avaliaram esse incentivo repassado como muito bom, 37,5% como bom e 12,5% como regular.

Ilustração 5: Incentivo para fazer carreira na empresa

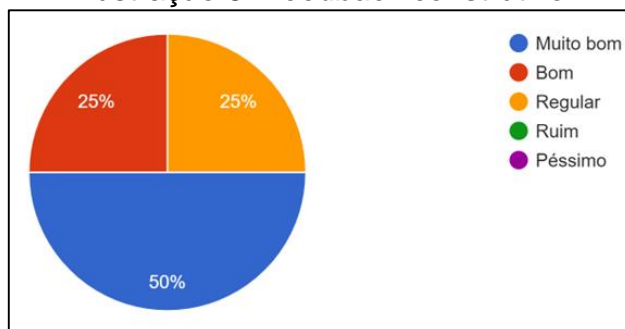


Fonte: Produção da pesquisadora.

Os resultados obtidos indicam que na visão dos colaboradores, a liderança da empresa fornece incentivo para fazer carreira na empresa, proporcionando oportunidade para crescer profissionalmente em determinados cargos. De acordo com Chiavenato, é muito importante a utilização de planos de carreira e programas de preparação e desenvolvimento dos colaboradores para aprimorar sua trajetória profissional no longo prazo (Chiavenato, 2020).

Na Ilustração 6, que diz respeito ao processo de *feedback* construtivo por parte da liderança, observou-se que 50% dos colaboradores avaliaram o *feedback* como muito bom, 25% como bom e 25% como regular. O resultado pode ver visualizado na Ilustração 6.

Ilustração 6: *Feedback* construtivo



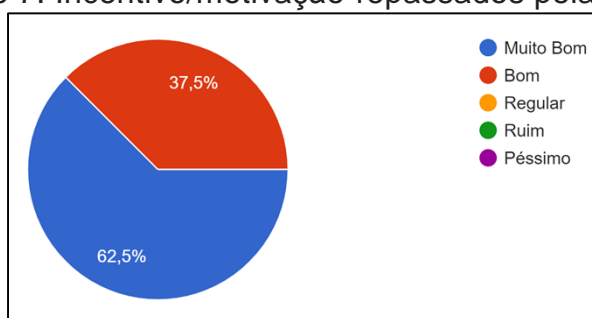
Fonte: Produção da pesquisadora.

Conforme Ferreira ressalta, “De forma geral o *feedback* pode ser compreendido como um retorno que é dado sobre um determinado comportamento ou atitude” (Ferreira, 2013, p. 19). O *feedback* é essencial para

orientar e direcionar condutas, seja para corrigir comportamentos ou para aprimorá-los, promovendo crescimento pessoal e profissional.

Na sétima questão, os colaboradores foram questionados sobre o incentivo/motivação repassados pela liderança para manter a equipe produtiva e em sintonia. Conforme disposto na ilustração 8, 62,5% dos colaboradores avaliaram o incentivo como muito bom e 37,5% avaliaram como bom, obtendo uma avaliação satisfatória.

Ilustração 7: Incentivo/motivação repassados pela liderança

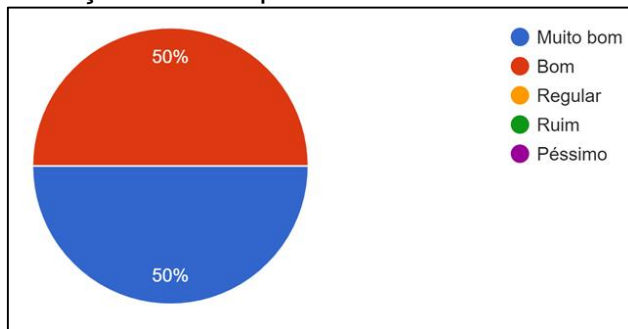


Fonte: Produção da pesquisadora.

Os dados refletem que a liderança tem forte influência na produtividade da equipe, como aponta Bergamini, “As empresas têm percebido que elas mesmas, mais do que seus empregados, são negativamente atingidas pela falta de motivação” (Bergamini, 2013, p. 120). O incentivo e a motivação repassados são de grande valia para o bom desempenho do grupo.

Levando em consideração o acompanhamento por parte da liderança da empresa a respeito do desempenho de cada colaborador, oferecendo auxílio e suporte no dia a dia, na ilustração 8 é possível visualizar que 50% dos colaboradores avaliaram como muito bom o auxílio prestado pela gerente, enquanto os outros 50% classificaram-no como bom.

Ilustração 8: Acompanhamento nas atividades

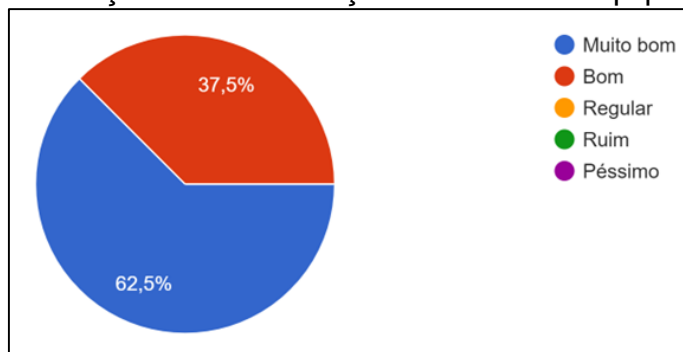


Fonte: Produção da pesquisadora.

Conforme Ferreira destaca, “Recomenda-se, portanto, que os gerentes apoiem seus empregados mesmo quando erram, apontando-lhes as falhas e indicando como melhorar, sem culpá-los ou humilhá-los” (Ferreira, 2017, p.37). Os resultados demonstram que a equipe está satisfeita com o acompanhamento e o apoio exercido pela liderança, o que torna-se essencial para o alinhamento da equipe com a proposta da empresa.

Na nona questão, os colaboradores foram indagados sobre a comunicação entre o líder e a equipe. É possível visualizar conforme ilustração 9, que 62,5% dos colaboradores classificaram a comunicação como muito boa e os outros 37,5% como boa.

Ilustração 9: Comunicação entre líder e equipe



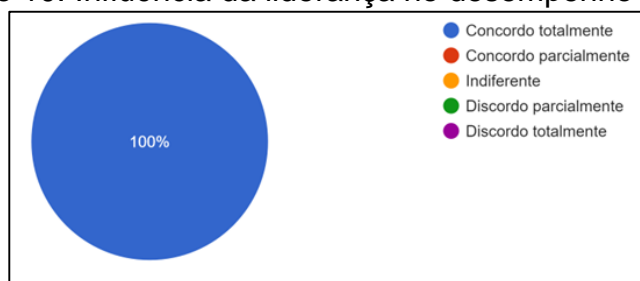
Fonte: Produção da pesquisadora.

A comunicação eficaz torna-se fundamental para o bom relacionamento entre líder e liderado, como ressalta Chinem, “Quanto melhor o processo de comunicação, mais dinâmica e eficiente será a organização” (Chinem, 2010, p. 34). Uma comunicação clara auxilia na confiança, no respeito e na resolução de

conflitos. Por meio dos dados obtidos, notou-se que a equipe está satisfeita com a comunicação atual.

Observa-se na Ilustração 10, que aborda a influência da liderança organizacional, os colaboradores foram indagados se concordavam com a seguinte frase: “Você concorda que a liderança organizacional influencia diretamente no desempenho da equipe?” Os resultados mostram que 100% dos colaboradores concordam que a liderança impacta diretamente na produtividade do grupo.

Ilustração 10: Influência da liderança no desempenho da equipe



Fonte: Produção da pesquisadora.

Em concordância com Figueiredo, “Se os colaboradores não estão sintonizados com a comunicação da organização por intermédio de seus líderes, eles deixam de ter comprometimento com o resultado organizacional” (Figueiredo, 2012, p. 135). Diante disso, fica evidente que a liderança exerce forte impacto na motivação e desempenho do grupo e que os colaboradores concordam com essa afirmativa, observando isso no dia a dia de trabalho.

A décima primeira questão consistia em uma questão aberta, permitindo que os colaboradores expressarem suas opiniões, sugestões, ideias, melhorias para a empresa. Entre as respostas, dois colaboradores citaram a necessidade de ampliação do espaço do caixa. Um colaborador sugeriu a adição de mais formas de pagamento como pagamento via link de cartão, enquanto outro colaborador sugeriu adicionar mais provedores para os clientes. Ademais, um colaborador sugeriu a implementação de maiores recompensas e bonificação ao atingir metas, além de trabalhar estratégias para fidelizar clientes.

3.2 RESULTADO DA ENTREVISTA COM A GERENTE DA EMPRESA

A fim de compreender mais sobre a estrutura da organização e o estilo de liderança abordado, foi realizada uma entrevista com a gerente Neide Rozek no dia 16 de setembro de 2024, por meio de um questionário contendo dez respostas abertas. Primeiramente, foi questionado à gerente sobre a disposição da hierarquia organizacional, a qual está configurada da seguinte maneira: no topo, como alta gestão, está a diretora da empresa, seguidamente está a gerente da empresa e posteriormente os demais cargos dispostos de forma horizontal, incluindo caixa, vendedores, auxiliar administrativo, auxiliar de limpeza e estoquista, os mesmos se reportam a gerente e a gerente se reporta a diretora.

Ao questionar a gerente acerca do tempo de trabalho na empresa, a mesma relatou que está a quatorze anos no cargo e destacou que seu principal desafio enfrentado é conseguir alinhar a equipe, direcionando todos os setores para com os objetivos da empresa. Além disso, ao questionar a gerente sobre a influência da liderança organizacional no desempenho da equipe, a mesma relatou que concorda com essa afirmação e destacou que a liderança precisa determinar as ações para obter o engajamento necessário, bem como analisar o desempenho pessoal de cada colaborador, além de oferecer orientações e treinamento para o desenvolvimento dos mesmos. De acordo com Ferreira

A atuação da liderança é fundamental para a satisfação dos funcionários e tem relação com as variáveis comunicação e participação, que avaliam, respectivamente, o grau de satisfação com o processo de divulgação de informações e fatos relevantes, e as diferentes formas de participação dos empregados no dia a dia (Ferreira, 2013, p.50).

Outra temática abordada na entrevista foi a frequência com que a líder ouve e considera a opinião da equipe, segundo a gerente, todos os colaboradores possuem liberdade de opinião, podendo expressá-la a qualquer momento e destacou que sempre leva em consideração a opinião do grupo e tenta ajustar com as normas e diretrizes da empresa. Em concordância com Chiavenato, “[...] o líder conduz e orienta o grupo e incentiva a participação democrática das pessoas” (Chiavenato, 2020, p. 78).

A respeito da frequência com que a gerente disponibiliza *feedbacks* construtivos para aprimorar o desempenho da equipe, segundo a líder, é disponibilizado semanalmente para o setor de vendas e mensalmente para os demais setores, a mesma destacou que possui um planejamento que é feito antecipadamente, o que faz com que o retorno oferecido seja mais assertivo e que haja tempo para o aprimoramento.

De acordo com Perez e Cobra, “Os seus colaboradores são fundamentais, pois o envolvimento e o comprometimento deles tornam as empresas mais eficazes. Isso significa que, quanto maior a competência de suas equipes, mais competitiva é a empresa” (Perez; Cobra, 2016, p. 82).

Ao questionar a gerente sobre envolver os colaboradores na tomada de decisão a fim de reforçar a visão da empresa e o engajamento da equipe, a mesma ressaltou que a decisão final é da diretora da empresa, mas a parte de como realizar as atividades engloba o envolvimento e participação de todos os colaboradores, cada indivíduo possui o seu papel definido e sabe o que precisa realizar, tornando o desempenho mais assertivo. Segundo Chiavenato aponta

O segredo do engajamento das pessoas para que elas possam pensar grande, enfrentar desafios, participar ativamente das mudanças e alcançar objetivos está em dar-lhes autonomia. E autonomia significa liberdade para pensar, decidir, agir e executar (Chiavenato, 2020, p. 309).

Com o assunto valorização dos colaboradores em pauta, a líder concordou que a valorização é importante e que contribui para um maior comprometimento da equipe. Destacou que a valorização não somente monetária, mas também a valorização pessoal no ambiente de trabalho é de grande valia. Ademais a frequência com que a gerente reconhece e recompensa um bom desempenho, segundo a mesma, é sempre que possível, mantendo um acompanhamento e avaliação mensal do desempenho de cada colaborador juntamente com uma bonificação em dinheiro para bons desempenhos. Em concordância com Chiavenato, “A necessidade de reconhecimento e segurança e o senso de pertencer são mais importantes no moral do operário e na produtividade do que as condições físicas de trabalho sob as quais ele trabalha” (Chiavenato, 2020, p. 87).

Com relação ao uso do medo, intimidação ou punição para que se mantenha uma posição de poder, a líder não concordou que por meio destes estará motivando sua equipe. Ademais, ressaltou que a posição de gerente traz muitas responsabilidades e que é uma função diferente dos demais colaboradores, mas não a vê como sendo uma posição de poder e que o medo, a intimidação ou a punição não são ações que ela exerce. Conforme aponta Dias, “Uma liderança constitui uma capacidade humana que permite influenciar os outros, em suas motivações e competências. A característica mais importante da liderança não está na influência, mas em como influencia” (Dias, 2013, p.442).

A respeito do aprimoramento com intuito de melhorar a liderança, a líder destacou que a empresa sempre disponibiliza treinamento com conteúdos digitais diários, outros mensais e trimestrais. Ao questionar a gerente sobre tomar certas decisões e que as mesmas serão mais assertivas se buscar a opinião da sua equipe antes de agir, a líder destacou que isso é relativo e que certas decisões precisam ser tomadas mesmo que acabe gerando desconfortos, geralmente quando envolve mudanças existe resistência, porém delegar, orientar e estar presente colabora para um melhor resultado. De acordo com Dias,

Os motivos que provocam a adesão ao líder podem ser vários: sua personalidade, seu comportamento, suas ideias e intenções. Ou seja, sua pessoa, sua ação e algumas circunstâncias que facilitam ou dificultam o surgimento da relação de influência entre líder e colaborador (Dias, 2013, p 442).

Concluindo, diante de todas as informações coletadas, o estilo de liderança mais adotado é o estilo democrático, mas a mesma adapta e gerencia seu estilo conforme as situações do dia a dia, pois dependendo do momento, podem ser necessários outras abordagens. A liderança democrática, que compreende o líder que busca manter a equipe unida, levando em consideração não só a sua opinião, mas a do grupo, possibilita uma participação mais ativa e democrática, promovendo a valorização das pessoas (Chiavenato, 2020). Esse estilo é bastante utilizado no contexto atual, resulta em maior responsabilidade e comprometimento por parte da equipe, além de proporcionar maior índice de satisfação dos colaboradores e melhora no clima organizacional.

3.3 SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA A EMPRESA

Analisando as respostas obtidas através da aplicação dos questionários, identificou-se na prática que a motivação dos colaboradores é fortemente impactada pela liderança organizacional, além de constatar sua importância para o sucesso da organização. A experiência no cargo de gerente da líder da empresa colabora para a performance positiva da empresa no mercado, fazendo com que a mesma precisasse se aprimorar com o passar dos anos a fim de direcionar sua equipe com maestria para a obtenção de bons resultados.

De acordo com a entrevista realizada com a gerente da organização, a empresa possui uma quantidade não tão grande de funcionários, contribuindo para que a mesma tenha um contato maior com todos os colaboradores, por isso, é interessante acrescentar momentos de *feedbacks* semanais também para os demais setores, pois atualmente o *feedback* é repassado semanalmente apenas para o setor de vendas. A líder poderá escolher um dia da semana para realizar uma conversa com os colaboradores individualmente, a fim de oferecer um retorno acerca do seu desempenho. De acordo com Bergamini, o *feedback* “propicia informações que as pessoas necessitam “para melhorar a sua competência” (Bergamini, 2018, p.55).

Assim, a gerente poderá direcionar comportamentos que precisam ser melhorados bem como valorizar os bons desempenhos de toda a equipe, além do grupo poder relatar eventuais necessidades e sugestões. Conforme Ferreira expõem, “a motivação humana é cíclica e orientada pelas diferentes necessidades, sejam fisiológicas, psicológicas ou sociais” (Ferreira, 2013, p.15). É de grande importância que a líder mantenha um acompanhamento referente a performance da sua equipe para que a mesma realize as atividades da melhor forma possível.

Sugere-se também que a empresa desenvolva um plano de carreira para os colaboradores, a fim de possibilitar crescimento profissional. É interessante investir em conhecimento e treinamento conforme os cargos, para os vendedores poderá ser disponibilizado treinamento sobre como vender mais usando a persuasão com um profissional da área, para a auxiliar de caixa poderá

ser disponibilizado um treinamento sobre atendimento ao cliente, para a auxiliar administrativo poderá ser disponibilizado treinamento sobre notas fiscais, para quem trabalha no estoque poderá ser disponibilizado treinamento sobre organização física do estoque e para a auxiliar de limpeza poderá ser disponibilizado treinamento sobre boas práticas de limpeza. Esses treinamentos deverão ser repassados por devidos profissionais da área de atuação e poderão ser realizados em horário comercial ou não, a critério da empresa verificar a possibilidade. Essas práticas contribuirão para que se tenha uma retenção dos talentos, acarretando na diminuição da rotatividade e aumento da motivação e engajamento, além da valorização do capital humano. Ao promover um plano de carreira, a organização mostra-se interessada em atender os objetivos pessoais e o desenvolvimento profissional do colaborador. De acordo com Oliveira

Os profissionais se sentem valorizados quando são bem remunerados, por isso as organizações precisam estar atentas ao salário e benefícios atribuídos para cada uma das ocupações existentes em sua estrutura funcional, para assim, possuírem um quadro de colaboradores satisfeitos e estarem equiparadas com as práticas do mercado de trabalho (Oliveira, 2018, p.142),

Para a construção de um plano de carreira, é importante a organização procurar um profissional que saiba como estruturar e colocar em prática da melhor maneira possível essa ferramenta de acordo com as habilidades de cada colaborador, levando em consideração o curto, médio e longo prazo bem como o objetivo que se deseja alcançar. Alguns aspectos que o profissional irá analisar são: metas profissionais, habilidades, áreas de interesse, valores pessoais, motivação pessoal, entre outros, esse acompanhamento deverá ser feito respeitando a opinião do colaborador e adequando-o conforme as necessidades do mesmo e da organização.

Ademais, acerca da motivação dos colaboradores da organização, sugere-se que a mesma desenvolva projetos que visam recompensar o tempo de trabalho na empresa, o cumprimento de prazos, o alcance de metas, recompensar o funcionário do mês, por meio de prêmios, brindes, presentes, bônus ou até mesmo um dia de folga na semana, um dia de folga no dia do aniversário, a fim de valorizar e reconhecer o esforço realizado para com a

organização. Essa prática é bastante motivadora e interessante para que se mantenha o engajamento do colaborador e para que o mesmo se sinta feliz e parte da empresa, aumentando sua produtividade. De acordo com Ferreira, “Cabe à empresa conhecer seus empregados para identificar os estímulos mais prováveis de desencadear a motivação, o que deve ser feito de forma constante e avaliado periodicamente” (Ferreira, 2013, p.15).

Ilustração 11: Sugestões de melhorias – 5W2H

5W					2H	
O quê? (What)	Quem? (Who)	Quando? (When)	Onde? (Where)	Porquê? (Why)	Como? (How)	Quanto? (How much)
Implementação de feedback semanal	Gerente	mai/25	Todos os setores	Proporcionar retorno sobre comportamentos para melhoria ou valorização dos mesmos	Um dia na semana	R\$ 0,00
Implementação de plano de carreira	Gerente	mai/25	Todos os setores	Proporcionar crescimento e desenvolvimento profissional para reter talentos e melhorar a performance	Busca de profissional capacitado para construir o plano conforme as habilidades de cada colaborador	RS 200,00
Implementação de recompensas	Gerente	mai/25	Todos os setores	Proporcionar maior engajamento, motivação, valorização dos colaboradores	Recompensar tempo de trabalho na empresa, o cumprimento de prazos, o alcance de metas, o funcionário do mês, por meio de prêmios, brindes, presentes, bônus, um dia de folga na semana, um dia de folga no dia do aniversário	R\$ 200,00

Fonte: Produção da pesquisadora.

Conforme disposto na tabela 5W2H, este projeto poderá ser estruturado e implementado pela líder com o apoio da diretora da empresa que poderá auxiliar em demais ideias, auxiliar na escolha da recompensa, no dia de folga, entre outras adequações.

CONCLUSÃO

Conforme foi possível evidenciar, a liderança organizacional é um elemento fundamental para o sucesso das organizações. Liderar é o processo de conduzir um grupo de pessoas para melhor alcançarem juntos os interesses comuns, ou seja, é influenciar comportamentos.

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como a liderança organizacional pode influenciar o desenvolvimento das atividades laborais, a fim de analisar a eficiência da estrutura hierárquica e o estilo de liderança adotados pela organização em análise. Com o intuito de conhecer a estrutura da empresa e o estilo de liderança abordado, e sendo um objetivo específico deste estudo, buscou-se aplicar um questionário para os colaboradores e realizar uma entrevista com a gerente da organização. Foi possível identificar que a empresa possui sua posição no mercado bem definida a muitos anos, devido a sua gestão bem estruturada e eficaz, contudo, alguns aspectos são passíveis de aprimoramento, sendo este outro objetivo específico.

Constatou-se que os colaboradores se encontram motivados, engajados e satisfeitos com o trabalho que desempenham na organização estudada e este estudo colaborou para evidenciar algumas questões. Em relação ao terceiro objetivo específico, foram apontadas algumas sugestões de melhorias para a empresa, as quais poderão ser analisadas e colocadas em prática posteriormente. Através desta pesquisa foi possível compreender o que é a liderança corporativa e como a mesma está estruturada na empresa analisada, bem como seus respectivos impactos na performance da organização. Para a empresa Vencal Esportes este estudo possibilitou analisar a liderança organizacional atual perante a opinião de seus colaboradores, sendo a empresa responsável por identificar oportunidades de melhorias para aperfeiçoar ainda mais o seu desempenho.

Para a autora, este estudo é de grande importância pois além de conhecer melhor a empresa Vencal Esportes, proporcionou uma gama de conhecimentos a respeito da liderança organizacional, assunto muito interessante que se relaciona com o papel do administrador.

Para a Fundação Machado de Assis (FEMA) o presente trabalho poderá ser utilizado como base de estudos futuros, para quem o assunto interessar e como sugestão para outros acadêmicos que buscam aprofundar seus conhecimentos, poderá ser feita uma pesquisa a respeito da liderança organizacional visualizada entre duas ou mais organizações, a fim de fazer um comparativo sobre os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência** – filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2012. Acesso em: 27 fev. 2024.
- BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. pág.111. ISBN 9788597017670. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017670/>>. Acesso em: 25 out. 2024.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração** - uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597024234. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024234/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- CHINEM, Rivaldo. **Introdução à Comunicação Empresarial**. SRV Editora LTDA, 2010. *E-book*. ISBN 9788502119499. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119499/>>. Acesso em: 25 maio 2024.
- COSTA, Silvia Generali da. **Comportamento Organizacional** - cultura e casos brasileiros. Grupo GEN, 2014. *E-book*. ISBN 978-85-216-2582-7. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2582-7/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- DIAS, Reinaldo. **Cultura Organizacional: construção, consolidação e mudança**. Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 9788522484485. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484485/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- DRUMMOND, Virgínia S. **Confiança e Liderança nas Organizações**. Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522109722. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109722/>>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- ENCICLOPÉDIA SIGNIFICADOS, **O que é um Cronograma**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/cronograma/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- FERREIRA, Patricia I. **Série MBA - Gestão de Pessoas** - clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 978-85-216-2383-0. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2383-0/>>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- FIGUEIREDO, Jayr. **Liderança: uma questão de competência**. Editora Saraiva, 2012. *E-book*. ISBN 9788502088306. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088306/>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FRAPORTI, Simone; SANTOS, Jeanine B. **Gerenciamento de Riscos**. Grupo A, 2018. *E-book*. ISBN 9788595023352. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023352/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GOMES, Emerson C. **Propósito Organizacional e Estratégias de Comunicação Interna**. SRV Editora LTDA, 2021. *E-book*. ISBN 9786589881704. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881704/>>. Acesso em: 25 maio 2024.

KOUZES, James M.; POSNER, Barry Z. **O Desafio da Liderança: como fazer acontecer em sua empresa**. Editora Alta Books, 2021. *E-book*. ISBN 9786555200492. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555200492/>>. Acesso em: 26 maio 2024.

LACOMBE, Francisco. **Teoria Geral da Administração**. Editora Saraiva, 2009. *E-book*. ISBN 9788502089181. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia Científica**. Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788595029576. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026580. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MISSEL, Simoni. **Feedback Corporativo - como saber se está indo bem**. Editora Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788557170322. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788557170322/>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PEREZ, Francisco C.; COBRA, Marcos. **Cultura Organizacional e Gestão Estratégica**. 2. ed. Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597009965. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009965/>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013, p.120.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas**: como a boa governança corporativa impulsiona valor para uma gestão empresarial de sucesso. Editora Alta Books, 2023. *E-book*. ISBN 9788550817880. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550817880/>>. Acesso em: 26 de maio 2024.

TAJRA, Sanmya; RIBEIRO, Joana. **Inovação na Prática**. Editora Alta Books, 2020. *E-book*. ISBN 9786555201574. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555201574/>>. Acesso em: 26 de maio 2024.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM EMPRESAS DO COMÉRCIO: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS A SEREM IMPLEMENTADAS COM A EFETIVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Djovanne Augusto Cogo¹
Adelino Pedro Wisniewski²
Jonas Bordim³
Marcos Rogério Rodrigues⁴

RESUMO

O presente artigo explora os impactos da reforma tributária brasileira no planejamento tributário empresarial, analisando as transformações propostas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentadas pelos Projetos de Lei Complementar nº 68/2024 e nº 108/2024. A pesquisa foca na transição para o modelo de IVA Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituem tributos cumulativos e fragmentados. A análise destaca a implementação da não cumulatividade plena e do mecanismo de *split payment*, que automatiza o recolhimento de tributos e promete maior eficiência e segurança na arrecadação. O problema da pesquisa consiste em entender como as empresas podem adaptar seus processos fiscais e operacionais às mudanças propostas. Utilizando uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, o trabalho busca explorar os desafios e benefícios das alterações no sistema tributário. Conclui-se que, embora a reforma represente um avanço em termos de modernização e transparência fiscal, sua eficácia dependerá da capacidade de empresas e governos em superar as barreiras operacionais e estruturais durante a transição, promovendo um sistema tributário mais eficiente, equitativo e competitivo.

Palavras-chave: Reforma Tributária; Planejamento Tributário; *Split Payment*.

ABSTRACT

This article explores the impacts of the Brazilian tax reform on corporate tax planning, analyzing the changes proposed by Constitutional Amendment No.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. djovannec@gmail.com

² Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. ade.pedro.wisniewski@gmail.com

³ Mestre em Gestão estratégica de organizações. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

⁴ Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

132/2023 and regulated by Complementary Bills No. 68/2024 and No. 108/2024. The research focuses on the transition to the Dual VAT model, consisting of the Contribution on Goods and Services (CBS) and the Goods and Services Tax (IBS), which replace cumulative and fragmented taxes. The analysis highlights the implementation of full non-cumulativity and the split payment mechanism, which automates tax collection and promises greater efficiency and security in revenue administration. The research problem lies in understanding how companies can adapt their fiscal and operational processes to the proposed changes. Using a qualitative approach based on a literature review and document analysis, the study seeks to explore the challenges and benefits of changes in the tax system. It concludes that, although the reform represents progress in terms of fiscal modernization and transparency, its effectiveness will depend on the ability of companies and governments to overcome operational and structural barriers during the transition, fostering a more efficient, equitable, and competitive tax system.

Keywords: Tax Reform; Tax Planning; *Split Payment*.

INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro é amplamente reconhecido como um dos mais complexos do mundo, caracterizado pela sobreposição de tributos, alta carga administrativa e distorções que impactam negativamente a competitividade das empresas e a eficiência econômica. A necessidade de uma reforma tributária estruturante tornou-se cada vez mais evidente, levando à aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que propõe um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual. O trabalho buscou responder os impactos da reforma tributária no planejamento tributário empresarial, destacando as mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pelos PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024. Contudo, algumas limitações influenciaram a abrangência e profundidade das análises realizadas. Essa reforma, regulamentada pelos PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024, busca simplificar o sistema fiscal, eliminar a cumulatividade e promover maior transparência e equidade na arrecadação de tributos.

Diante disso, o trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da reforma tributária no planejamento tributário das empresas brasileiras, com foco nas mudanças introduzidas pelo IVA Dual, não cumulatividade plena e split payment. Os objetivos específicos incluem: avaliar os benefícios e desafios das

novas diretrizes fiscais, explorar os impactos operacionais e financeiros das mudanças e propor estratégias para adaptação das empresas ao novo modelo.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes como a Emenda Constitucional nº 132/2023, os PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024, além de estudos comparativos internacionais sobre sistemas de IVA. Fundamenta-se em autores como Luis Eduardo Schoueri e Bernard Appy, para discutir os efeitos da reforma na competitividade e no ambiente de negócios. Com essa abordagem, o estudo busca contribuir para o entendimento das transformações tributárias, destacando os benefícios e desafios enfrentados pelas empresas no Brasil.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Appolinário, toda pesquisa deverá apresentar uma contextualização do assunto abordado, sendo efetuada por várias citações diretas e indiretas de autores, descrevendo o que estes tem publicado sobre os respectivos temas (Appolinário, 2015).

No trabalho, serão apresentados os seguintes assuntos: Planejamento tributário, reforma tributária, Imposto sobre valor agregado.

1.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O planejamento tributário é uma prática estratégica utilizada pelas empresas para organizar suas atividades de maneira a minimizar legalmente a carga tributária. Este processo envolve a análise detalhada da legislação tributária vigente, bem como a implementação de medidas que permitam a redução dos tributos devidos sem infringir a lei. Segundo Schoueri, o planejamento tributário é essencial para a eficiência financeira das empresas, permitindo-lhes uma maior competitividade no mercado (Schoueri, 2019).

O planejamento tributário envolve a adoção de estratégias e medidas legais para reduzir a carga tributária, conforme Oliveira, o direito ao planejamento tributário está alicerçado na Constituição Federal, que não obriga ninguém a praticar o fato gerador de qualquer obrigação tributária. O fato gerador é definido

pelo Código Tributário Nacional como a situação necessária e suficiente ao nascimento da obrigação tributária, que pode ser evitada legalmente (Oliveira, 2016).

Além disso, Oliveira destaca que o planejamento tributário é uma prática natural e jurídica desde que respeite o ordenamento jurídico. É um dever dos gestores das empresas buscar a redução de custos, incluindo os tributários, para maximizar os lucros. Isto está alinhado com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que estabelecem a responsabilidade dos administradores de agir no melhor interesse econômico da empresa (Oliveira, 2016).

O planejamento tributário é um tema essencial nas discussões sobre a administração de impostos, abordado por diversos estudiosos renomados. Conforme Schoueri, destaca-se a relevância de considerar os custos tributários ao tomar decisões empresariais, esses custos influenciam diretamente os preços no mercado e a capacidade econômica das empresas de levar adiante seus projetos (Schoueri, 2019).

De acordo com Oliveira, é ressaltado que "planejar é um ato normal e verdadeiramente necessário para qualquer pessoa probo, consciente e prudente" (Oliveira, 2021, p. 617), e que o planejamento tributário não deve ser visto como algo moralmente condenável, desde que seja realizado dentro dos limites legais.

Para Schoeuri [...] planejamento tributário é a atividade pela qual se organizam as operações empresariais de modo a reduzir, retardar ou eliminar o ônus tributário, observando-se os limites da lei" (Schoueri, 2019, p. 123)

O planejamento tributário, como estratégia organizacional, transcende a simples busca por redução de impostos. É um processo contínuo e dinâmico, envolvendo análise detalhada da legislação, estruturação eficiente das operações e monitoramento constante das mudanças no ambiente tributário. A empresa que adota uma abordagem proativa no planejamento tributário não apenas reduz seus custos fiscais, mas também fortalece sua posição competitiva, garantindo conformidade legal, mitigando riscos e maximizando o valor para os acionistas e demais stakeholders.

O planejamento tributário é o estabelecimento de estratégias para a realização de atos e negócios ou mesmo de toda uma atividade profissional ou empresarial com vista ao menor pagamento de tributos. A compreensão e o enfrentamento das questões relativas aos limites do planejamento tributário exigem a ponderação do livre exercício de atividade econômica e da liberdade em geral, de um lado, com a capacidade contributiva e a solidariedade social, de outro. O debate não se restringe à análise da validade e eficácia de atos de direito privado. Impende que se proceda à análise da legitimidade das opções realizadas sob a perspectiva específica do Direito Tributário, com seus fundamentos e perspectivas. É preciso que se tenha em consideração o dever fundamental de pagar tributos e os princípios próprios da tributação, o que envolve não apenas a segurança jurídica, mas também a capacidade contributiva e a isonomia, consideradas as pessoas enquanto contribuintes (Paulsen, 2019, p. 154).

A relevância do planejamento tributário aumenta em sistemas tributários complexos, como o brasileiro, onde a multiplicidade de impostos e a frequente alteração na legislação criam um ambiente de incerteza para as empresas. De acordo com Schoueri, a complexidade do sistema tributário brasileiro exige um conhecimento profundo das normas e uma capacidade contínua de adaptação às mudanças legislativas (Schoueri, 2019).

A principal vantagem do planejamento tributário é a diminuição dos tributos pagos, aumentando a rentabilidade da empresa. Segundo Schoueri, empresas que adotam um planejamento tributário eficiente podem reduzir significativamente suas obrigações fiscais (Schoueri, 2019).

O sistema tributário brasileiro é notoriamente complexo, com uma grande quantidade de impostos, taxas e contribuições que incidem sobre diferentes bases de cálculo. De acordo com Oliveira, a constante mudança na legislação tributária e a multiplicidade de tributos são os principais desafios enfrentados pelas empresas no Brasil (Oliveira, 2016).

Conforme Oliveira, o planejamento tributário é um direito assegurado pela Constituição, fundamentado em diversos princípios essenciais. Dentre esses princípios, ele aponta o princípio da legalidade, o direito à propriedade privada e a liberdade econômica. Tais princípios garantem que tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem estruturar suas atividades econômicas de maneira a reduzir legalmente sua carga tributária (Oliveira, 2016).

Segundo Oliveira, se discute a versatilidade do planejamento tributário, destacando que ele pode ser aplicado em diversas situações, desde a compra

de uma passagem aérea até a complexa estruturação de uma empresa. Ele enfatiza que o planejamento tributário correto não deve ser confundido com práticas ilícitas, como evasão fiscal, mas sim visto como uma ferramenta legítima para otimizar a carga tributária dentro dos limites da lei (Oliveira, 2016).

De acordo com Oliveira, ele sustenta que conforme o artigo 5º, inciso II da Constituição Federal, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei. Essa visão reforça o princípio da legalidade, um dos pilares do sistema jurídico brasileiro, que assegura que os cidadãos e as empresas só podem ser obrigados a pagar tributos que estejam devidamente estabelecidos por legislação específica. Portanto, não existe obrigação de se submeter a um fato gerador de tributo (Oliveira, 2016).

Conforme Schoueri, há uma distinção entre tributo e confisco, é fundamental entender a distinção entre tributo e confisco para garantir a justiça fiscal e a segurança jurídica. De acordo com Schoueri ele salienta que tributo é uma obrigação financeira que resulta de atos voluntários, como a realização de uma atividade econômica ou a aquisição de um bem. Esse tipo de obrigação é previsto por lei e deve ser pago pelos contribuintes de acordo com regras claras e transparentes. Por outro lado, o confisco é uma retirada compulsória do patrimônio de um indivíduo ou empresa sem uma base legal adequada e sem a devida compensação. O confisco é considerado inconstitucional porque viola princípios fundamentais, como o direito à propriedade privada e a liberdade econômica, ambos protegidos pela Constituição Federal (Schoueri, 2019).

De acordo com Silva, a carga tributária, na visão do conceito econômico, representa a relação entre arrecadação tributária e seu PIB. No Brasil, essa carga tributária é muito dependente dos impostos de circulação de mercadorias (Silva, 2006).

O assunto sobre o planejamento tributário no Brasil é muito discutido, de acordo com Schoueri, tem oscilado entre extremos. Historicamente, a doutrina e a jurisprudência nacionais, apoiadas no princípio da legalidade, não reconheciam fundamentos para pretensões fiscais contra expedientes adotados pelos contribuintes visando economia tributária, mesmo sem motivação econômica clara. No entanto, nos últimos tempos, houve uma inversão

significativa, com limitações, muitas vezes sem base legal, a estratégias legítimas de minimização da carga tributária (Schoueri, 2019).

Os fundamentos constitucionais do planejamento tributário são amplamente explorados por Oliveira. Segundo Oliveira, é destacado que o direito ao planejamento tributário está enraizado em vários princípios constitucionais, como a legalidade, a liberdade econômica e o direito à propriedade privada. Esses princípios permitem que indivíduos e empresas organizem seus negócios de maneira a minimizar a carga tributária, desde que as práticas adotadas estejam em conformidade com a lei (Oliveira, 2018).

No contexto do trabalho, os princípios cruciais para analisar como as mudanças da reforma tributária, como o *split payment* e a não cumulatividade plena, podem afetar o planejamento tributário. Eles fornecem um ponto de partida para avaliar a legalidade e a viabilidade de estratégias tributárias no novo cenário fiscal, segundo Oliveira, os fundamentos constitucionais do direito ao planejamento tributário centralizam-se em: Princípio da Legalidade: Toda ação de planejamento deve respeitar as leis vigentes, assegurando que as estratégias adotadas não violam normas jurídicas; Direito à Propriedade Privada: Garantido pela Constituição, este direito permite que indivíduos e empresas organizem seus patrimônios de maneira a minimizar a carga tributária; Liberdade Econômica: A ordem econômica baseada na iniciativa privada permite a reorganização de atividades econômicas e patrimônios visando a eficiência tributária. Esses fundamentos são a base do planejamento tributário como uma prática legítima e necessária dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Eles asseguram que contribuintes possam exercer seus direitos sem comprometer a conformidade com as obrigações legais, promovendo equilíbrio entre a eficiência econômica e o cumprimento das normas fiscais (Oliveira, 2018).

1.2 REFORMA TRIBUTÁRIA EM PAUTA

No contexto do sistema tributário brasileiro, especialistas apontam que sua complexidade e regressividade têm gerado obstáculos significativos para o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal. De acordo com Oliveira o sistema tributário brasileiro é reconhecidamente complexo e tem operado como um

obstáculo ao crescimento, à equidade e à federalização. Predominantemente composto por impostos indiretos sobre o consumo e a mão de obra, muitos dos quais cumulativos, ele prejudica a competitividade da produção nacional e sobrecarrega as classes de menor renda, que têm maior propensão ao consumo (Oliveira, 2018).

O Congresso Nacional do Brasil tem se empenhado em promover mudanças significativas na legislação tributária, um processo que ganhou força com a apresentação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/2019, na Câmara dos Deputados, e 110/2019, no Senado Federal. Essas propostas focaram inicialmente na reforma dos impostos sobre o consumo, buscando simplificar e tornar mais eficiente o complexo sistema tributário brasileiro. A principal mudança com a Reforma Tributária será a extinção de cinco tributos. Três deles são federais: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses tributos serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União.

Seu principal foco é “simplificar a cobrança de impostos e desburocratizar a economia” pela unificação de tributos e contribuições sociais num único Imposto sobre Valor Agregado – IVA. Em síntese, a “nova” reforma do governo prevê um IVA desagregado em dois outros impostos: O Imposto sobre Operações com Bens e Serviços – IBS (Musse, 2018, p. 19).

A reforma tributária aprovada no Brasil sempre teve como objetivo principal simplificar e aprimorar o sistema tributário nacional, visando reduzir a litigância judicial e aumentar a transparência, com impactos positivos esperados no PIB potencial, na produtividade da economia e na sua eficiência. Conforme Silva, culminou na Emenda Constitucional n. 132/2023, que propõe a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Este IVA substituiria cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS) por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), simplificando e unificando a tributação (Silva, 2018)

Durante o processo legislativo, o texto original da PEC 45/2019 sofreu diversas alterações, refletindo as negociações e adaptações necessárias para

alcançar um consenso. Uma das mudanças significativas foi o abandono da ideia de uma alíquota única para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual brasileiro, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e municipal. Em vez disso, foram estabelecidas quatro alíquotas distintas para acomodar as diferenças entre produtos, serviços e setores econômicos.

O Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária do Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou os impactos das mudanças a partir de dois estudos: um realizado por Bráulio Borges e outro por Edson Domingues e Débora Freire. De acordo com o relatório:

As mudanças consideradas nas quatro variáveis exógenas afetadas pela reforma tributária resultariam em um aumento do PIB potencial do Brasil de 20,2% em 15 anos (2021-2035) e de 24% no longo prazo. Esse impacto decorre principalmente do aumento da produtividade total dos fatores (14,4% em 15 anos e 16,4% no longo prazo) e do aumento dos investimentos em ativos fixos, que geram uma elevação do estoque de capital de 12,0% em 15 anos e de 15,6% no longo prazo (Borges apud BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2023, p.17).

Destaca-se a influência significativa do sistema tributário na economia brasileira, evidenciando que as distorções presentes podem impactar negativamente a acumulação de capital. Em relação ao estudo de Edson Domingues e Débora Freire, destacam:

Nos cenários sem o efeito produtividade, o impacto no PIB seria da ordem de 4,14%. Todos os agregados macroeconômicos apresentariam desvio positivo (consumo das famílias, investimentos, exportações e importações). Merece destaque o grande aumento do investimento nos cenários padrão e base (superior a 16%), o que mostra, segundo os autores, o quanto as distorções do atual sistema tributário impactam a acumulação de capital na economia brasileira. [...] Foram simulados outros dois cenários, desta vez com ganhos de produtividade, um, otimista, supondo que a produtividade do capital se eleva de modo a que o crescimento do PIB alcança 20%. [...] outro, mais conservador, supondo que a produtividade do capital se eleva de forma a produzir um aumento do PIB potencial de 12% no longo prazo (Domingues e Freire, apud BRASIL TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2023, p. 18-19).

A busca por um sistema tributário mais justo, simples e eficiente faz da reforma tributária um tema importante. Um dos setores que poderá sofrer mudanças significativas com essa reforma é o comércio e o varejo. A partir de 2026, o varejo no Brasil começará a sentir os efeitos concretos da reforma tributária, que será implementada de forma gradual. Essa reformulação ampla do sistema de tributos, sem precedentes desde a Constituição de 1988, promete alterar o cenário econômico do país, trazendo impactos especialmente importantes para o setor varejista.

É de extrema necessidade e urgência compreender os impactos dessa reforma no planejamento tributário. A complexidade do atual sistema tributário cria insegurança jurídica, prejudicando a eficiência operacional das empresas de diversos setores. A unificação dos impostos pode trazer benefícios significativos, como a simplificação dos processos tributários e a redução de custos administrativos, mas também pode apresentar desafios que precisam ser cuidadosamente analisados.

A transição para um novo sistema tributário não está isenta de desafios. É crucial avaliar como a unificação dos impostos afetará as empresas. Além disso, é necessário considerar os impactos regionais e setoriais.

1.3 A NÃO CUMULATIVIDADE NA REFORMA TRIBUTÁRIA TRATADA: AVANÇOS E DESAFIOS

A reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional 132/2024, trouxe profundas alterações no sistema tributário brasileiro, buscando maior eficiência e simplicidade. Uma das mudanças mais significativas é a adoção do princípio da não cumulatividade. Esse princípio garante que o contribuinte possa compensar o imposto pago em etapas anteriores da cadeia produtiva, promovendo maior transparência e redução de custos para empresas.

[...] será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses

previstas nesta Constituição; (Brasil, Emenda Constitucional 132/2024, Seção V-A, Art. 156-A, Título VIII).

Esta citação da Emenda Constitucional consiste em uma afirmação que o imposto será não cumulativo, ou seja, o contribuinte poderá compensar o imposto devido em uma operação com o montante do imposto já cobrado nas operações anteriores, desde que essas operações envolvam a aquisição de bens, materiais ou imateriais, serviços ou direitos. A versão inicial da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 45/2019, em tramitação no Congresso Nacional, tem como um dos objetivos inserir no sistema tributário nacional um imposto não cumulativo sobre o valor adicionado, que substitua tributos que atualmente incidem sobre o consumo.

A implementação plena da não cumulatividade enfrenta diversos desafios no contexto tributário brasileiro, afetando tanto a eficiência quanto a justiça fiscal. Segundo De Santi, o princípio da não cumulatividade deve ser a regra básica de qualquer sistema tributário justo. Ele argumenta que a cumulatividade (quando um tributo incide sobre si mesmo ou sobre outros tributos) gera distorções econômicas, como o aumento de custos em cadeias produtivas, o que afeta principalmente o consumidor final. A não cumulatividade, ao contrário, evita essa sobreposição de tributos ao longo da cadeia produtiva (De Santi, 2015).

É Ressaltado por De Santi que a não cumulatividade está diretamente ligada ao princípio da neutralidade tributária. Ele defende que os impostos não devem interferir nas decisões econômicas das empresas ou criar distorções no mercado, algo que a cumulatividade tende a fazer. A neutralidade é alcançada, em sua visão, quando o tributo é transferido ao longo da cadeia produtiva sem gerar impactos desproporcionais (De Santi, 2015).

A legislação brasileira, em muitos casos, introduziu restrições ao aproveitamento de créditos fiscais. No caso de tributos como o ICMS e o IPI, nem todos os insumos e aquisições geram créditos, o que limita a aplicação da não cumulatividade. É destacado por Moreira que essa distorção prejudica o equilíbrio econômico e a neutralidade, já que o sistema tributário continua permitindo a cobrança cumulativa de impostos em certas operações (Moreira, 2020).

É ressaltado por Moreira que o sistema cumulativo distorce as decisões econômicas ao onerar injustamente as operações. É observado que a cumulatividade é muitas vezes mais conveniente para o fisco, por ser mais simples de administrar, mas gera distorções prejudiciais aos contribuintes e ao ambiente de negócios (Moreira, 2020).

A principal crítica de Moreira são as limitações impostas à não cumulatividade no Brasil, principalmente no âmbito do ICMS e do IPI, onde há restrições ao aproveitamento de créditos fiscais. Essas limitações acabam comprometendo a neutralidade fiscal, pois impedem que o princípio seja plenamente aplicado em todas as operações. Moreira argumenta que o legislador brasileiro poderia ser mais eficaz na implementação de uma verdadeira não cumulatividade (Moreira, 2020).

O CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) são pilares centrais das propostas de reforma tributária no Brasil, especialmente no contexto da PEC 45/2019, que propõe substituir tributos existentes por esses novos impostos com base no modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A implementação do CBS e do IBS busca simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, promovendo a não cumulatividade e a neutralidade fiscal.

A reforma tributária baseada no modelo do IVA é defendida por De Santi, que inspira o CBS e o IBS. Esses tributos trarão maior simplicidade e transparência ao sistema tributário brasileiro, eliminando o efeito de "cascata" gerado pela cumulatividade dos impostos atuais. Para De Santi, a não cumulatividade é essencial para garantir a neutralidade do tributo, reduzindo distorções econômicas que prejudicam a competitividade das empresas brasileiras, especialmente no comércio internacional (De Santi, 2020).

O CBS e o IBS visam substituir uma série de tributos atuais, o que, em teoria, simplificaria a estrutura fiscal. Isso traria mais clareza tanto para as empresas quanto para o fisco, reduzindo a burocracia. É visto por Moreira que com a criação do CBS e do IBS o risco de que a não cumulatividade seja aplicada de forma limitada. É ressaltado por Moreira que o sucesso da reforma dependerá de uma aplicação plena e irrestrita da não cumulatividade, sem restrições ao aproveitamento de créditos fiscais. Moreira também critica as

restrições que condicionam o aproveitamento dos créditos ao efetivo recolhimento do imposto na fase anterior, o que, segundo ele, contraria o objetivo de simplificação e neutralidade da reforma (Moreira, 2020).

No entanto, há desafios técnicos significativos para a implementação da não cumulatividade plena. Criticada por Moreira a proposta de condicionar o aproveitamento dos créditos fiscais ao efetivo recolhimento do imposto na etapa anterior. Essa exigência criaria uma barreira para a plena aplicação da não cumulatividade, visto que muitas empresas poderiam ser penalizadas por inadimplências alheias. Além disso, a carga tributária pode se intensificar em setores com menor geração de créditos, como o de serviços, impactando negativamente a sua competitividade (Moreira, 2020).

Outro ponto relevante é a simplicidade do sistema. A unificação de tributos e a adoção de alíquotas claras por fora, conforme previstas na PEC 45/2019, seriam um avanço significativo em relação ao modelo atual, onde tributos como o ICMS e ISS variam conforme as legislações estaduais e municipais. Além disso, o CBS e o IBS seriam exigidos "por fora", o que daria mais transparência aos preços finais para o consumidor, eliminando a atual opacidade tributária (Alcoforado, 2023).

De acordo com Silva, os Impostos sobre o Valor Adicionado (IVA) surgiram no final dos anos 60 do século passado e inicialmente apresentavam características bastante homogêneas, como alíquota única e poucas isenções. No entanto, devido ao caráter regressivo desses impostos, uma solução complexa conhecida como "solução universal" foi amplamente adotada nas décadas de 70 a 80. Essa solução buscava diferenciar a carga fiscal, reduzindo o imposto sobre o consumo de produtos essenciais para as famílias mais pobres, como alimentos e medicamentos (Silva, 2018).

Diante desse cenário, surgiu a proposta de que o IVA deveria ser amplo e homogêneo, focando apenas na arrecadação e deixando objetivos extrafiscais para a política de gastos. No entanto, Silva argumenta que os avanços tecnológicos na administração pública, especialmente na Administração Tributária, permitem conceber um IVA amplo e homogêneo que também seja equitativo e redistributivo. É destacado por Silva que, com o suporte da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), é possível discriminar os

consumidores e quantificar o consumo familiar, viabilizando ajustes na distribuição do ônus fiscal de forma mais equitativa. Essas possibilidades introduzem uma nova perspectiva no debate sobre o papel do IVA em relação aos objetivos de equidade e redistribuição de renda, o que pode influenciar o desenvolvimento econômico como um todo (Silva, 2018).

Conforme Appy, uma abordagem promissora para lidar com os problemas de ineficiência tributária é a implementação de um imposto sobre valor agregado (IVA). O IVA é um imposto que é cobrado em todas as etapas do processo de produção e comercialização, permitindo o crédito do imposto pago nas etapas anteriores. Essa característica confere ao IVA uma neutralidade, pois sua incidência não depende da organização do processo produtivo (Appy, 2015).

A literatura especializada tem sido consensual em relação às vantagens da adoção do IVA no Brasil, em linha com a experiência internacional. De acordo com Appy, sugere idealmente a implementação de um IVA nacional, compartilhado entre União, estados e municípios. No entanto, devido às resistências dos entes subnacionais, uma alternativa viável seria a criação de dois IVAs: um federal e outro subnacional, incorporando as bases do ICMS e do ISS (Appy, 2015).

De acordo com Appy, a transição da tributação indireta no Brasil para um sistema baseado no IVA tem o potencial de resolver o problema da cumulatividade dos impostos, além de simplificar o processo de tributação de bens e serviços. Outra vantagem é a suavização da guerra fiscal, uma vez que a tributação sobre a produção incentiva os estados a utilizarem o sistema tributário para outros fins (Appy, 2015).

A reforma tributária, que inclui a proposta de implementação do IVA, é uma medida necessária para a racionalização do sistema tributário brasileiro. A harmonização fiscal e a eliminação da guerra fiscal entre estados são objetivos centrais que, se alcançados, poderão contribuir para um ambiente econômico mais estável e atrativo para investimentos. Apesar dos desafios, a adoção do IVA pode representar um avanço significativo na estrutura tributária do Brasil.

1.4 SPLIT PAYMENT E SUA PROPOSTA

O Split Payment é um sistema em que, ao se pagar pela aquisição de um bem ou serviço, a parcela referente ao imposto é direcionada diretamente ao fisco, em vez de passar pelo fornecedor, responsável pelo fato gerador. Esse modelo integra as principais propostas de emendas constitucionais de reforma tributária no Brasil, embora a experiência internacional indique cautela para sua adoção. É contextualizado por Teixeira que o Split Payment no âmbito das propostas de reforma tributária, como nas PECs 45 e 110, destacando que sua implementação, embora promissora para minimizar perdas fiscais, deve considerar efeitos significativos no fluxo de caixa das empresas e a complexidade operacional. Ele compara a experiência do Split Payment em países da União Europeia, como Polônia, Itália e República Tcheca, onde os altos custos administrativos e o impacto na liquidez empresarial superaram os ganhos em algumas situações, levando à aplicação limitada do mecanismo (Teixeira, 2022).

No *Split Payment*, o valor do imposto é segregado da base tributável no instante da compra, sendo automaticamente direcionado ao fisco. Existem diferentes formatos para essa segregação, que variam conforme o tipo de transação: entre empresas (B2B), entre empresas e consumidores (B2C), e entre empresas e governo (B2G). Argumentado por Appy, o *Split Payment* beneficiaria o sistema brasileiro ao reduzir a dependência de fiscalizações posteriores e ao simplificar a compensação de créditos tributários, especialmente para bons contribuintes. É defendido por Appy que a automatização no recolhimento do tributo pode gerar uma arrecadação mais transparente e segura, beneficiando empresas que já cumprem suas obrigações tributárias e, ao mesmo tempo, fechando brechas para práticas evasivas. Assim, mesmo que o fornecedor esteja em inadimplência, o adquirente tem a garantia de que o imposto foi pago e terá direito ao crédito do imposto, sem correr o risco de ter que arcar com o imposto devido pelo fornecedor (Appy, 2024).

É uma segurança para o adquirente de que, se ele pagar pela operação, vai ter direito a crédito e uma segurança para o poder público de que, se aquela pessoa que está fazendo a venda para o consumidor final não pagar o imposto, na hora que tiver a liquidação da operação financeira pela pessoa física que fez a aquisição, isso vai virar receita

do governo também. Então é uma segurança dos dois lados (Appy, 2024, p. 23).

Esse sistema de pagamento fracionado assegura ao adquirente que, ao efetuar o pagamento, ele terá o direito ao crédito fiscal do imposto pago. Isso significa que, ao registrar a compra e a correspondente tributação na transação, o adquirente terá a segurança de que o valor do imposto será creditado corretamente em seu nome, sem depender do recolhimento do tributo por parte do fornecedor. Essa garantia reduz o risco de o comprador ser penalizado ou perder o crédito tributário se o vendedor não cumprir com suas obrigações fiscais.

2 METODOLOGIA

O método dedutivo parte do princípio de que apenas a razão é capaz de alcançar o conhecimento verdadeiro, enquanto os fatos isolados não conseguem, por si só, gerar todo o saber e também é um procedimento lógico utilizado para desenvolver uma linha de raciocínio que parte de princípios gerais para chegar a conclusões específicas. Na pesquisa, o método dedutivo é frequentemente aplicado quando se busca testar ou explicar teorias gerais por meio de exemplos práticos, conectando conceitos abstratos a cenários concretos.

A presente pesquisa adota o método dedutivo, partindo de teorias e princípios gerais sobre o planejamento tributário e sua relação com o sistema tributário nacional, para analisar os possíveis impactos da reforma tributária em cenários específicos. Essa abordagem é adequada para validar hipóteses baseadas em conceitos amplamente consolidados na literatura tributária Brasileira. No contexto deste trabalho, o método dedutivo foi adotado para estruturar a análise dos impactos da reforma tributária no planejamento tributário empresarial. O raciocínio partiu de conceitos amplos sobre o sistema tributário brasileiro e os fundamentos teóricos do planejamento fiscal, para então analisar

como as mudanças legislativas, como o IVA Dual e o *split payment*, influenciam as práticas e estratégias das empresas.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de analisar os impactos da reforma tributária brasileira no planejamento tributário das empresas, com ênfase nas mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentadas pelos PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na análise de fontes secundárias, como documentos legislativos, artigos acadêmicos e relatórios técnicos.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A definição clara dos objetivos de pesquisa é o primeiro passo em qualquer plano de geração de dados. Segundo Creswell, um bom objetivo de pesquisa deve ser específico, mensurável, alcançável, relevante e temporalmente delimitado. (Creswell, 2014).

O plano de geração de dados é um componente crucial de qualquer pesquisa, pois define como os dados serão coletados, gerenciados e analisados para responder às questões de pesquisa. A geração de dados para o estudo do impacto da reforma tributária no planejamento tributário das empresas requer uma abordagem estruturada, que combine fontes qualitativas e quantitativas para oferecer uma análise abrangente e representativa. Para garantir a robustez da pesquisa, serão utilizadas diferentes fontes de dados, que serão coletadas de maneira sistemática e organizada ao longo da pesquisa. A pesquisa será sustentada por uma principal fonte de dados: dados secundários (documentos legais, dados públicos, e literatura acadêmica),

Os dados foram coletados e categorizados em três principais eixos temáticos. O primeiro eixo abordou os benefícios e desafios da não cumulatividade plena, explorando a eliminação da tributação em cascata e as possibilidades de ampliação dos créditos fiscais para empresas. O segundo eixo

investigou os mecanismos do *split payment*, com foco em como esse sistema impacta a arrecadação e o fluxo de caixa das empresas. O terceiro eixo analisou as adaptações necessárias para atender ao novo modelo tributário, incluindo investimentos tecnológicos, capacitação de equipes e ajustes operacionais.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de documentos legislativos, como a Emenda Constitucional nº 132/2023 e os PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024, além de estudos acadêmicos, como os de Oliveira e Bernard Appy, que oferecem uma base teórica sólida para compreender os desafios do sistema tributário brasileiro.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seção de análise e de interpretação dos dados tem por objetivo determinar de que forma foram empregadas as informações da coleta, com a finalidade de obter explicações adequadas para a pesquisa. Pressupõe-se, nessa perspectiva, a escolha do método de abordagem utilizado com o intuito de se pesquisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Como exemplos de métodos de abordagem apresentam-se o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético (Marconi; Lakatos, 2010).

A pesquisa se concentra em avaliar como a unificação de tributos e a substituição do sistema atual de impostos indiretos por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) afetam estratégias de planejamento tributário em empresas do setor comercial. Com base nas informações coletadas, a análise dos dados buscou compreender os impactos da reforma tributária no planejamento tributário das empresas brasileiras, avaliando tanto os desafios quanto as oportunidades trazidas pelas mudanças legislativas. A interpretação dos resultados foi estruturada em três eixos principais: adaptação ao modelo de não cumulatividade plena, implementação do *split payment* e mudanças no contexto geral do planejamento tributário. Os dados indicam que a transição para a não cumulatividade plena é vista como um avanço significativo para simplificar a apuração tributária e reduzir distorções na cadeia produtiva. Empresas que operam em setores industriais e de comércio relatam benefícios esperados,

como a eliminação do efeito cascata e maior previsibilidade na apuração de tributos.

3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: FUNDAMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA

O planejamento tributário é uma ferramenta estratégica fundamental para a gestão eficiente das empresas, permitindo a organização das atividades econômicas de forma a minimizar legalmente a carga tributária. Essa prática está baseada no direito constitucional que assegura aos contribuintes a liberdade para estruturar suas operações, desde que respeitem as normas vigentes. Esse direito é garantido por princípios como a legalidade, a capacidade contributiva e a liberdade econômica, que constituem os pilares do ordenamento jurídico brasileiro.

O princípio da legalidade, previsto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, assegura que nenhum tributo pode ser exigido sem que esteja devidamente previsto em lei. Isso legitima o planejamento tributário, pois permite às empresas ajustarem suas operações para evitar ou reduzir legalmente a incidência de tributos. Associado a isso, o direito à propriedade privada e a liberdade econômica oferecem proteção aos contribuintes, permitindo-lhes tomar decisões estratégicas que maximizem a eficiência econômica e preservem seu patrimônio. Além disso, o planejamento tributário precisa ser diferenciado de práticas ilícitas, como a evasão fiscal. Enquanto esta consiste em fraudes e descumprimento das obrigações fiscais, o planejamento tributário legítimo, também conhecido como elusão fiscal, é uma prática transparente e ética que busca otimizar a carga tributária dentro dos limites da lei. Essa distinção é essencial para garantir que as estratégias adotadas pelas empresas estejam alinhadas com o ordenamento jurídico.

A importância do planejamento tributário é evidente em vários aspectos. Primeiramente, ele contribui diretamente para a redução de custos operacionais, permitindo que as empresas direcionem mais recursos para investimentos e, conseqüentemente, aumentem sua competitividade no mercado. Em um ambiente globalizado, onde a eficiência é um diferencial, estratégias tributárias eficazes são indispensáveis. Outro ponto de destaque é a segurança jurídica que

o planejamento tributário proporciona. Ao estruturar suas operações de forma alinhada com a legislação, as empresas reduzem os riscos de autuações e penalidades fiscais. Essa previsibilidade no cumprimento das obrigações tributárias é essencial para uma gestão financeira saudável. Além disso, o planejamento tributário promove a eficiência operacional ao permitir que as empresas reorganizem suas estruturas de forma a otimizar recursos e melhorar processos, contribuindo para sua sustentabilidade a longo prazo.

No contexto brasileiro, marcado por um sistema tributário notoriamente complexo e por frequentes alterações legislativas, o planejamento tributário ganha ainda mais relevância. Ele permite às empresas se adaptarem rapidamente às mudanças nas normas fiscais, evitando surpresas e prejuízos que poderiam comprometer suas operações. Essa capacidade de adaptação é especialmente importante em setores altamente regulamentados ou que enfrentam grande variabilidade nas regras tributárias. O planejamento tributário vai além da busca pela redução de impostos. Ele é um processo contínuo e dinâmico que envolve análise detalhada da legislação, estruturação eficiente das operações e monitoramento constante das mudanças no ambiente tributário. Quando bem implementado, ele não apenas reduz custos, mas também fortalece a posição competitiva das empresas, garantindo conformidade legal, mitigando riscos e maximizando o valor para os acionistas e demais *stakeholders*.

Portanto, o planejamento tributário é uma ferramenta indispensável para empresas que desejam operar de maneira eficiente, competitiva e sustentável em um ambiente de negócios cada vez mais desafiador. Ao alinhar eficiência operacional, conformidade legal e estratégia fiscal, ele se torna um elemento central na gestão empresarial moderna.

3.1. REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA, UMA NOVA PERSPECTIVA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 surge como uma resposta a esses desafios, trazendo uma perspectiva de simplificação e modernização do sistema tributário. Seu objetivo principal é substituir cinco tributos (ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins) por dois novos impostos de natureza não

cumulativa: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Juntos, esses tributos formam um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, alinhado às melhores práticas internacionais.

Essa abordagem visa eliminar a cumulatividade, um dos principais problemas do sistema tributário atual, que resulta na cobrança de tributos sobre tributos ao longo da cadeia produtiva. Além disso, busca aumentar a neutralidade fiscal, garantindo que os impostos incidam apenas sobre o consumo final e não influenciem as decisões econômicas das empresas. Com isso, espera-se que o novo sistema promova maior eficiência alocativa, reduzindo distorções que penalizam setores específicos, como o de serviços. Outro aspecto relevante da reforma é a previsão de alíquotas uniformes para os novos tributos, eliminando a guerra fiscal entre estados e municípios, que historicamente tem contribuído para uma competição desleal entre as unidades federativas.

A centralização na arrecadação e na distribuição dos recursos por meio do Conselho Federativo do IBS representa um avanço significativo na busca por uma maior equidade na repartição das receitas tributárias. A transição entre os sistemas se alongaria até o ano de 2033. Ano de 2024: Sem alterações; Ano de 2025: Sem alterações; Ano de 2026: Contribuintes começam a pagar a CBS na alíquota de 0,9%,

podendo o valor do débito ser compensado com o valor devido de PIS e COFINS, ou, se não houver débito de PIS e COFINS suficiente, com qualquer outro tributo federal. Também em 2026, começamos a recolher o IBS, na alíquota de 0,1%, com o valor de arrecadação destinado a formação do Conselho Federativo do IBS; Ano de 2027: Extinto o PIS e a COFINS, passa a ser cobrada a CBS com alíquota fixada por Resolução do Senado, a partir dos cálculos homologados pelo Tribunal de Contas da União. A alíquota do IPI é zerada e é instituído o Imposto Seletivo – IS; Ano de 2029: A partir de 2029 temos uma escalada de redução do ICMS e do ISS e aumento na cobrança do IBS. Neste ano redução de 10% do ICMS e ISS e aumento no mesmo percentual do IBS; Ano de 2030: Neste ano redução de 20% do ICMS e ISS e aumento no mesmo percentual do IBS; Ano de 2031: Neste ano redução de 30% do ICMS e ISS e aumento no mesmo percentual do IBS; Ano de 2032: Neste ano redução de 40% do ICMS e

ISS e aumento no mesmo percentual do IBS; Ano de 2033: Finalmente, extinção do ICMS e ISS, com 100% de cobrança do IBS a partir de então. Também fica extinto o IPI, que até então vinha com alíquota zerada.

A implementação do modelo de IVA Dual também promete simplificar o cumprimento das obrigações fiscais. A unificação das bases de cálculo e a padronização das alíquotas permitirão às empresas uma melhor previsibilidade na gestão tributária, além de reduzir os custos com compliance fiscal. Para os contribuintes, isso se traduz em um ambiente de negócios mais favorável, com menor burocracia e maior transparência no recolhimento dos tributos. Apesar das inegáveis vantagens, a reforma tributária apresenta desafios significativos.

A transição entre o sistema atual e o novo modelo está prevista para ocorrer de forma gradual, com um cronograma que se estende até 2033. Durante esse período, será necessário um esforço conjunto dos entes federativos, das empresas e da administração tributária para garantir uma adaptação eficiente e minimizar os impactos sobre os contribuintes. Além disso, as mudanças propostas podem gerar efeitos assimétricos entre os setores econômicos, especialmente no setor de serviços, que atualmente é menos beneficiado pela não cumulatividade. Por isso, é essencial que o processo de implementação da reforma seja acompanhado de medidas de mitigação para evitar aumentos desproporcionais na carga tributária de determinados setores.

3.2 A INTRODUÇÃO DO IVA DUAL E SEUS DESAFIOS

A proposta de introdução do IVA Dual no Brasil, articulada pela Reforma Tributária, busca alinhar o sistema tributário brasileiro às melhores práticas internacionais. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual é reconhecido como uma estrutura eficiente por sua capacidade de evitar a cumulatividade de impostos, promover maior transparência fiscal e simplificar a arrecadação. No contexto brasileiro, ele é projetado para substituir cinco tributos distintos (ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins), criando dois novos impostos não cumulativos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), administrada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. O modelo de IVA Dual foi concebido para respeitar a autonomia dos entes federativos, um

aspecto crítico em um país com forte descentralização tributária como o Brasil. A administração compartilhada permite que cada esfera de governo mantenha o controle sobre sua arrecadação, promovendo maior equidade na repartição das receitas. Além disso, a unificação das bases de cálculo e a padronização das alíquotas eliminam práticas como a guerra fiscal, que há décadas geram distorções econômicas e desigualdades regionais.

A reforma tributária brasileira é um marco na busca por modernização e simplificação do sistema fiscal, visando corrigir distorções históricas que comprometem a eficiência econômica e a justiça tributária. Nesse contexto, os Projetos de Lei Complementar nº 68/2024 e nº 108/2024 desempenham papéis centrais ao detalhar as regras para implementação dos novos tributos – CBS, IBS e IS – e ao estruturar a governança e a administração dos impostos no âmbito federativo. Esses projetos buscam equilibrar as necessidades de simplificação, eficiência arrecadatória e respeito à autonomia dos entes federativos. O PLP nº 68/2024 regulamenta os principais tributos que compõem o novo modelo tributário: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo (IS). Os dois primeiros seguem o princípio da não cumulatividade, permitindo que créditos fiscais sejam compensados ao longo da cadeia produtiva, reduzindo a incidência de tributos sobre tributos. Já o IS será aplicado a bens e serviços específicos, como cigarros e bebidas alcoólicas, com o objetivo de desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O PLP nº 108/2024 complementa o PLP nº 68/2024 ao abordar a governança e a gestão do IBS. A criação do Conselho Federativo do IBS, responsável por administrar o tributo de forma conjunta para estados e municípios, representa um avanço importante para a equidade na repartição de receitas. Esse modelo centralizado busca eliminar disputas federativas, como a guerra fiscal, promovendo uma base tributária uniforme e previsível para contribuintes e governos.

No entanto, o projeto também enfrenta críticas. Há preocupações sobre a concentração de poder no Conselho Federativo, que poderia reduzir a autonomia dos entes federativos ao centralizar decisões sobre arrecadação e distribuição de receitas. Alguns especialistas alertam que isso pode comprometer a capacidade de estados e municípios de financiar políticas públicas de maneira

independente, criando um possível desequilíbrio na Federação. Os PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024 são pilares fundamentais na regulamentação da reforma tributária brasileira. Eles representam um esforço para alinhar o sistema tributário nacional, promovendo eficiência, transparência e justiça fiscal. Contudo, a implementação bem-sucedida dependerá de uma abordagem equilibrada que leve em consideração os desafios técnicos, setoriais e federativos. Ao superar essas barreiras, o Brasil terá a oportunidade de consolidar um sistema tributário mais moderno e competitivo, capaz de impulsionar o crescimento econômico e reduzir desigualdades regionais.

Entre os avanços propostos, destaca-se a introdução do mecanismo de split payment. Esse sistema automatiza o recolhimento de tributos no momento da liquidação financeira da transação comercial, direcionando o valor correspondente ao fisco sem que ele passe pelo fornecedor. Esse método reduz a inadimplência tributária, combate a evasão fiscal e assegura maior transparência na arrecadação. O split payment também simplifica o processo de cumprimento fiscal para as empresas, eliminando a necessidade de mecanismos como a substituição tributária e aumentando a eficiência no aproveitamento de créditos fiscais. Apesar de suas vantagens, a implementação do IVA Dual apresenta desafios consideráveis. O processo de transição, planejado para ocorrer gradualmente até 2033, implica na coexistência de tributos antigos e novos, o que pode gerar confusões e aumentar temporariamente a complexidade do sistema. Essa fase de adaptação requer um esforço coordenado entre os entes federativos, empresas e a administração tributária para garantir que a arrecadação não seja comprometida e que os contribuintes consigam se ajustar ao novo modelo. A tecnologia também desempenhará um papel crucial na implementação do IVA Dual. A necessidade de integrar sistemas de arrecadação, monitoramento e fiscalização em tempo real demanda investimentos significativos em infraestrutura tecnológica. O Brasil, no entanto, já possui uma base sólida com suas Notas Fiscais Eletrônicas e sistemas de pagamento avançados, como o PIX, que podem facilitar essa transição.

A não cumulatividade é um princípio fundamental dos sistemas tributários modernos, especialmente aqueles baseados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse princípio garante que os tributos incidentes sobre as

operações econômicas sejam recolhidos apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva, evitando a incidência de impostos sobre impostos. No Brasil, a não cumulatividade é parcialmente aplicada em alguns tributos, como o ICMS, o IPI e o PIS/Cofins, mas enfrenta limitações significativas que comprometem sua eficácia e geram distorções econômicas. No contexto brasileiro, a aplicação da não cumulatividade ainda é incompleta e fragmentada. Em muitos casos, há restrições à utilização de créditos tributários, o que pode levar à cumulatividade parcial. Por exemplo, as regras para apropriação de créditos no ICMS variam entre os estados, e as empresas frequentemente enfrentam dificuldades para comprovar o direito a esses créditos. Além disso, o PIS/Cofins, embora tecnicamente seja não cumulativo em determinados regimes, ainda apresenta limitações que prejudicam a neutralidade fiscal.

O acúmulo de créditos fiscais, especialmente em setores que têm alta incidência de insumos tributáveis, pode gerar dificuldades de liquidez. As empresas precisarão esperar pelo ressarcimento ou pela compensação desses créditos, o que pode comprometer seu capital de giro. Esse impacto é particularmente desafiador para empresas de pequeno e médio porte, que têm menor capacidade financeira para suportar atrasos no retorno dos créditos tributários. Essa fragmentação cria uma série de desafios para os contribuintes.

A cumulatividade parcial também afeta diretamente a formação de preços e a competitividade. Quando os tributos acumulam ao longo da cadeia produtiva, os custos adicionais são repassados ao consumidor final, elevando os preços dos produtos e serviços. Isso penaliza particularmente os setores com cadeias produtivas mais longas e reduz a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional. Com a proposta de reforma tributária, a não cumulatividade plena ganha destaque como um dos objetivos centrais para modernizar o sistema tributário. A criação de um modelo baseado no IVA, com a unificação de tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins em dois novos impostos – a CBS e o IBS – promete eliminar as limitações atuais e garantir maior neutralidade fiscal. Nesse novo modelo, todos os créditos seriam integralmente aproveitáveis, independentemente da origem das despesas, reduzindo a cumulatividade e promovendo uma tributação mais justa e eficiente.

A não cumulatividade plena também pode trazer benefícios econômicos significativos. Ao eliminar os efeitos cumulativos, os custos de produção diminuem, o que pode resultar em preços mais baixos para o consumidor e maior competitividade para as empresas brasileiras. Além disso, a simplificação das regras tributárias e a uniformização dos procedimentos fiscais prometem reduzir custos administrativos, aumentar a segurança jurídica e estimular investimentos. Apesar de seus benefícios, a implementação da não cumulatividade plena apresenta desafios. Será necessário alinhar as regras entre os diferentes entes federativos e setores econômicos para garantir que o princípio seja aplicado de forma uniforme e efetiva. Além disso, será preciso desenvolver mecanismos que permitam uma transição suave entre o sistema atual e o novo modelo, minimizando os impactos para os contribuintes e a arrecadação.

A não cumulatividade é um pilar indispensável para a modernização do sistema tributário brasileiro. Sua aplicação plena, prevista na reforma tributária, tem o potencial de corrigir distorções, reduzir custos e aumentar a competitividade da economia nacional. A transição para a não cumulatividade plena traz desafios significativos para as empresas, especialmente em termos de adaptação tecnológica, gestão de créditos fiscais e impacto financeiro. Para enfrentar esses obstáculos, será fundamental que as empresas invistam em planejamento tributário estratégico, treinamento de equipes e atualização de sistemas. Além disso, a administração tributária terá um papel crucial na criação de um ambiente regulatório claro e eficiente, com mecanismos que garantam a segurança jurídica e a transparência no processo de apuração e compensação de créditos.

3.2.1 SPLIT PAYMENT: SIGNIFICADO E APLICABILIDADE NO CONCEITO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

O *split payment*, ou pagamento fracionado, é uma inovação tributária proposta no contexto da reforma tributária brasileira para viabilizar a arrecadação eficiente e transparente do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Este mecanismo consiste na separação automática do valor do

tributo no momento da liquidação financeira de uma transação comercial, garantindo que a parcela correspondente ao imposto seja transferida diretamente ao fisco, sem passar pelo fornecedor. Essa proposta tem como objetivos principais a redução da inadimplência e da sonegação fiscal, a simplificação das obrigações acessórias e a promoção da isonomia concorrencial no ambiente de negócios brasileiro.

O funcionamento do *split payment* está alicerçado na tecnologia inteligente, que integra os dados das transações financeiras, como pagamentos via PIX, cartões de crédito e boletos bancários, com as informações fiscais da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Essa integração permite que o imposto devido seja segregado automaticamente no momento do pagamento, assegurando que a arrecadação ocorra de forma direta e precisa. Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária, destaca que o *split payment* elimina a dependência de ações fiscais posteriores, garantindo que o tributo seja recolhido mesmo em situações de inadimplência do fornecedor, o que traz maior segurança jurídica para os contribuintes.

O *split payment* apresenta diversas vantagens no contexto da reforma tributária brasileira. Primeiramente, ele simplifica o processo de arrecadação, eliminando a necessidade de substituição tributária, um modelo frequentemente criticado por sua complexidade e pela distorção que pode causar no fluxo de caixa das empresas. Além disso, o mecanismo promove a garantia do direito aos créditos tributários para os adquirentes, independentemente da adimplência do fornecedor, fortalecendo a confiança no sistema fiscal.

Outro benefício relevante é a redução do risco de evasão e fraudes fiscais. Experiências internacionais, como as observadas em países da União Europeia, indicam que o *split payment* pode ser uma ferramenta eficaz no combate à fraude carrossel e a outras formas de sonegação, aumentando a confiabilidade da arrecadação. No Brasil, a implementação do modelo é estimada para reduzir a alíquota efetiva do IVA em até três pontos percentuais, devido ao fechamento de brechas para práticas ilícitas. Adicionalmente, o *split payment* contribui para a transparência e neutralidade do sistema tributário, promovendo maior isonomia concorrencial. Com a arrecadação automatizada e vinculada à transação,

empresas que operam de maneira irregular não terão mais vantagens competitivas sobre aquelas que cumprem regularmente suas obrigações fiscais.

Apesar de seus benefícios, a implementação do *split payment* no Brasil enfrenta desafios técnicos, administrativos e econômicos. Um dos principais entraves é o impacto no fluxo de caixa dos fornecedores, que terão o valor do imposto retido no momento do pagamento. Esse efeito pode ser especialmente prejudicial para pequenas e médias empresas, que dependem de um fluxo de caixa constante para financiar suas operações. Além disso, a adaptação tecnológica necessária para viabilizar o *split payment* exige investimentos significativos. Embora o Brasil disponha de sistemas avançados, como a Nota Fiscal Eletrônica e o PIX, será necessário integrar essas plataformas para garantir a funcionalidade do modelo em uma escala nacional.

Essa adaptação também demandará treinamento e capacitação de equipes fiscais e administrativas, tanto no setor público quanto no privado. Outro desafio importante é a transição para o novo sistema. Durante o período de implementação, haverá a coexistência de regras antigas e novas, o que pode gerar confusões e aumentar temporariamente os custos de compliance para as empresas. Além disso, será fundamental alinhar os interesses dos diferentes entes federativos, garantindo que o modelo atenda às necessidades de arrecadação de todos os níveis de governo.

O *split payment* representa uma oportunidade única para modernizar o sistema tributário brasileiro, alinhando-o às melhores práticas internacionais e aumentando sua eficiência e transparência. Ao garantir o recolhimento direto do imposto no momento da transação, o modelo aborda problemas históricos do sistema atual, como a inadimplência, a sonegação e a complexidade administrativa. Contudo, o sucesso dessa iniciativa dependerá de um planejamento cuidadoso e de uma implementação bem estruturada, que leve em consideração os impactos sobre as empresas, especialmente as de menor porte, e os custos de adaptação tecnológica. Além disso, será crucial estabelecer um diálogo constante entre o governo, os contribuintes e os gestores dos meios de pagamento para assegurar a funcionalidade e a aceitação do modelo. Se implementado com eficácia, o *split payment* tem o potencial de transformar o sistema tributário brasileiro, tornando-o mais justo, transparente e competitivo.

Esse avanço pode não apenas aumentar a arrecadação, mas também fortalecer o ambiente de negócios e contribuir para o crescimento econômico sustentável do país.

A reforma tributária brasileira, proposta pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelos PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024, apresenta um avanço significativo em termos de simplificação e modernização do sistema fiscal. No entanto, as mudanças propostas também trazem desafios relevantes para o planejamento tributário empresarial, exigindo adaptações operacionais, tecnológicas e financeiras.

Schoueri ressalta que o planejamento tributário é essencial em contextos de elevada complexidade fiscal, como o brasileiro, pois permite que as empresas organizem suas atividades de forma estratégica e legal. Com a introdução do modelo de IVA Dual, a reforma visa reduzir a cumulatividade e promover maior isonomia tributária, elementos considerados cruciais para aumentar a competitividade das empresas, conforme apontado por Appy.

No entanto, Teixeira alerta que a implementação de mecanismos como o split payment pode impactar significativamente o fluxo de caixa, especialmente de pequenas e médias empresas. Esse sistema, embora garanta maior segurança jurídica e eficiência arrecadatória, exige que as empresas invistam em tecnologia e revisem seus processos financeiros para atender às novas exigências. Oliveira complementa ao enfatizar que o sucesso do planejamento tributário depende de sua conformidade com os princípios constitucionais, como legalidade e liberdade econômica, que continuam sendo pilares no cenário pós-reforma.

Além disso, a redistribuição de receitas entre os entes federativos, prevista no novo modelo, pode gerar desafios políticos e administrativos, que precisarão ser resolvidos para garantir a eficácia do sistema. Segundo Musse, a simplificação fiscal, embora bem-vinda, exige coordenação eficiente entre os entes da federação, especialmente durante a fase de transição.

Em resumo, a reforma tributária traz consigo a promessa de um sistema mais eficiente, competitivo e justo. No entanto, como destacam Appy e Teixeira, seu sucesso dependerá não apenas da capacidade de adaptação das empresas, mas também da implementação eficaz das mudanças pelos entes públicos. Para

as empresas, o investimento em tecnologia, treinamento e reestruturação de processos será essencial para aproveitar os benefícios e superar os desafios impostos por essa nova realidade fiscal.

CONCLUSÃO

O planejamento tributário no Brasil desempenha um papel estratégico ao otimizar legalmente a carga tributária, assegurando competitividade e segurança jurídica em um sistema historicamente complexo. No contexto atual, marcado pela fragmentação normativa e pela coexistência de múltiplos tributos, ele é essencial para minimizar custos e evitar riscos fiscais. Com a reforma tributária, consolidando tributos no modelo de IVA Dual (CBS e IBS), o planejamento tributário será reconfigurado, promovendo simplificação e eliminando distorções como a cumulatividade.

Este trabalho analisou os impactos e desafios da reforma tributária brasileira no planejamento tributário empresarial, abordando as principais mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentadas pelos PLPs nº 68/2024 e nº 108/2024. O estudo buscou compreender como a transição para o modelo de IVA Dual, aliado à implementação da não cumulatividade plena e do mecanismo de *split payment*, impactará o ambiente de negócios no Brasil.

O objetivo geral da pesquisa, de analisar as implicações da reforma tributária, foi plenamente atendido ao se abordar os principais aspectos das mudanças estruturais no sistema fiscal. Além disso, os objetivos específicos, que incluíram o estudo do planejamento tributário atual, a avaliação das transformações propostas pelo novo modelo e a identificação dos desafios e benefícios para as empresas, foram alcançados por meio da análise qualitativa apresentada.

A questão central desta pesquisa foi entender como as mudanças introduzidas pela reforma tributária, especialmente o modelo de IVA Dual, a não cumulatividade plena e o *split payment*, impactam o planejamento tributário empresarial no Brasil. Concluiu-se que essas mudanças trazem benefícios significativos, como simplificação fiscal, eliminação da cumulatividade e maior

segurança jurídica. O modelo de IVA Dual, ao consolidar tributos em CBS e IBS, uniformiza regras, reduz distorções fiscais e melhora a competitividade empresarial. A não cumulatividade plena garante maior transparência na apuração de tributos, enquanto o *split payment* automatiza o recolhimento, minimizando inadimplências e fortalecendo a eficiência do sistema.

Foram explorados os fundamentos do planejamento tributário no cenário atual, os principais objetivos da reforma tributária e as adaptações exigidas para empresas e entes federativos. Por meio de uma análise qualitativa, o trabalho contextualizou os benefícios e desafios dessa transformação fiscal, oferecendo um panorama sobre os avanços e as dificuldades esperadas.

A reforma visa transformar a dinâmica tributária, introduzindo a não cumulatividade plena e o *split payment*, mecanismos que aumentam a eficiência na apuração de créditos e no recolhimento de tributos. Apesar dos benefícios, desafios como a adaptação tecnológica, os custos de transição e os impactos setoriais permanecem. Empresas precisarão revisar contratos, integrar sistemas financeiros e fiscais e ajustar suas estratégias para garantir conformidade e aproveitar as oportunidades de um sistema mais moderno e competitivo.

O problema central da pesquisa foi abordado ao demonstrar que o modelo de IVA Dual representa uma oportunidade de modernização tributária, mas requer planejamento estratégico por parte das empresas para enfrentar desafios tecnológicos, financeiros e operacionais. A pesquisa concluiu que, embora o sistema proposto simplifique a arrecadação e elimine a cumulatividade, sua eficácia depende de uma implementação coordenada e da resolução de questões setoriais específicas.

A principal limitação reside no fato de que a reforma tributária está em fase inicial de regulamentação e ainda não foi implementada. Isso significa que as análises apresentadas são baseadas em projeções, estudos legislativos e discussões teóricas, sem dados empíricos sobre a aplicação prática do novo modelo tributário. O impacto real das mudanças só poderá ser avaliado após a transição e a consolidação do sistema. O trabalho obteve seu foco em uma abordagem qualitativa para compreender os desafios e benefícios da reforma. No entanto, a ausência de análises quantitativas limitou a possibilidade de

estimar o impacto financeiro direto das mudanças nos setores econômicos ou de mensurar os custos de adaptação para as empresas.

Apesar das limitações, este trabalho contribui para o debate acadêmico, fornece subsídios para a compreensão e o enfrentamento dos desafios impostos pela reforma e explora um tema contemporâneo em fase inicial de regulamentação, fornecendo um referencial teórico detalhado sobre as mudanças tributárias. A contribuição do trabalho é ampla e diversa, oferecendo subsídios tanto para o avanço acadêmico quanto para a prática empresarial e o entendimento da sociedade em geral. Ele não apenas amplia o conhecimento teórico sobre a reforma tributária, mas também promove um debate informado e fundamentado, essencial para o sucesso e a aceitação das mudanças propostas.

A reforma tributária brasileira introduz profundas mudanças no sistema fiscal, trazendo desafios e oportunidades que ainda precisam ser plenamente compreendidos. A pesquisa deixa como sugestão de estudos futuros a avaliação prática da implementação do modelo de IVA Dual, considerando dados empíricos após sua adoção. Isso incluiria a análise dos impactos financeiros em diferentes setores econômicos, como comércio, serviços e indústria, bem como a eficácia do *split payment* na redução da inadimplência fiscal. Estudos aprofundados sobre a governança do Conselho Federativo do IBS/CBS e a redistribuição de receitas entre os entes federativos poderiam explorar como essas mudanças impactam a autonomia financeira de estados e municípios, bem como a equidade no financiamento de políticas públicas.

A situação tributária atual de uma empresa do comércio no Brasil é caracterizada por complexidade, custos elevados de conformidade e insegurança jurídica. O sistema vigente impõe uma carga significativa às empresas, com múltiplos tributos incidentes sobre bases semelhantes, como ICMS, ISS, PIS e Cofins, além de regras fragmentadas entre estados, municípios e a União. Esse cenário não apenas aumenta os custos administrativos, mas também limita a competitividade do setor comercial, especialmente no mercado internacional. Com a implementação da reforma tributária, a introdução do modelo de IVA Dual, representado pela CBS e IBS, promete transformar essa realidade.

Para empresas do comércio, a reforma tributária terá impactos relevantes no planejamento fiscal, na gestão de créditos tributários e na relação com o fisco. A consolidação dos tributos em CBS e IBS simplificará o sistema, trazendo maior previsibilidade e redução de custos com conformidade fiscal. O split payment, ao automatizar o recolhimento de impostos, aumentará a transparência e combaterá a inadimplência, mas exigirá adaptação tecnológica das empresas

Embora a reforma tributária brasileira represente um avanço significativo na simplificação e modernização do sistema fiscal, sua eficácia dependerá de uma implementação bem-sucedida e de adaptações estratégicas por parte de empresas e governos. O novo modelo tem potencial para aumentar a competitividade das empresas brasileiras, mas requer planejamento cuidadoso e colaboração entre todos os atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues et al. **Guerra Fiscal do ICMS**: organizar o desembarque. Disponível em:

<<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdiet/article/view/8236/5290>>.

In Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário – RDIET. Brasília, 2017. V. 12, nº 1, p. 416-443. Acesso em: 02 nov. 2024.

CASTRO E SILVA, Eric; LIMA, Bruna Maria Nunes; CARVALHO, Vitória Bárbara da Silva. **Reforma Tributária Brasileira**: uma comparação prática com o sistema canadense. Revista Direito Tributário Atual, n. 56, p. 177-196, 2024. DOI: 10.46801/2595-6280.56.7.2024.2486. Disponível em:

<<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2486>>. Acesso em: 24 maio 2024.

FENACON. **Regulamentação foi Desenhada para Evitar Fraudes e Beneficiar Bons Pagadores**. Disponível em: <<https://fenacon.org.br/reforma-tributaria/regulamentacao-foi-desenhada-para-evitar-fraudes-e-beneficiar-bons-pagadores-afirma-appy/>>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132, de 2023**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024**. Regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), entre outras providências relacionadas à reforma tributária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2024. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg->

getter/documento?dm=9759614&ts=1732314667078&disposition=inline>.

Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Regulamenta a administração e a governança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além de prever a atuação do Conselho Federativo para gestão da reforma tributária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2024. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=9840720&ts=1731425329917&disposition=inline>>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Uso de Tecnologia Inteligente é uma das Principais Características do Split Payment, Ressalta Appy. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/uso-de-tecnologia-inteligente-e-uma-das-principais-caracteristicas-do-split-payment-ressalta-appy>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia Científica.** Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 24 maio 2024.

MENEZES, F. **As Inconveniências do Split Payment:** a nova modalidade de recolhimento do IBS e da CBS. Caderno Virtual, [S. l.], v. 1, n. 59, 2024. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/7920>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MOREIRA, André Mendes. **A Não Cumulatividade dos Tributos.** Disponível em: <<https://revistas.apet.org.br/index.php/rdta/article/download/602/502/1166>>. Acesso em: 12 out. 2024.

MIGALHAS. **Impactos da Reforma Tributária no Setor de Comércio e Varejo.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/410606/impactos-da-reforma-tributaria-no-setor-de-comercio-e-varejo>. Acesso em: 02 nov. 2024.

NERIS, L. M. **Tributação e Inteligência Artificial:** a aplicação do split payment no Brasil sob a ótica da reforma tributária. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 22, n. 10, p. e7526, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n10-276. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/7526>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Fundamentos do Planejamento Tributário.** Revista Direito Tributário Atual, n. 47, p. 614-638, 2021. Disponível em: <<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1185>>. Acesso em: 17 maio 2024.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 2014. Disponível em: <<http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/269/2019/07/Leandro-Paulsen-Curso-de-Direito-Tributario-Completo-2014.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2024.

PODER360. **Split Payment Pode Começar Simples para Depois Evoluir, Diz Appy**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-economia/split-payment-pode-comecar-simples-para-depois-evoluir-diz-appy/>>. Acesso em: 18 out. 2024.

ROCHA, Wesley. **Reforma Tributária em Pauta**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273082/>>. Acesso em: 18 maio 2024.

SCHOUERI, Luís E. **Planejamento Tributário e a Legalidade**. Revista de Direito Tributário, v. 45, n. 1, p. 123-138, 2019. Disponível em: <<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1649/1140>>. Acesso em: 19 maio 2024.

SCHOUERI, Luis E. **Direito Tributário**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620586/>>. Acesso em: 10 maio 2024.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Em Defesa de um IVA Nacional Versão 3.0 e Modelo Mundial**. Jota, 3 maio 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/em-defe_sa-de-um-iva-nacional-versao-3-0-e-modelo-mundial-03052015>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Douglas Fernandes da. **Manual Prático para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500028/>>. Acesso em: 11 maio 2024.

SILVA, Giovanni P. **Personalização do IVA para o Brasil: harmonizando os objetivos de eficiência e equidade**. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_14.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

TEIXEIRA, Alexandre Alkmim. To Split or not to Split: o Split Payment como Mecanismo de Recolhimento de IVA e seus Potenciais Impactos no Brasil. **Revista Direito Tributário Atual**, [S. l.], n. 50, p. 27–46, 2022. Disponível em: <<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2139>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. **Planejamento Tributário: a Fraude à Lei no Direito Tributário Brasileiro**. Revista Direito Tributário Atual, n. 37, p. 144-164, 2017. Disponível em: <<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/274>>. Acesso em: 17 maio 2024.

ANÁLISE DE DADOS DE NFC-E: MAPEAMENTO DOS PRODUTOS MAIS VENDIDOS EM UM SUPERMERCADO DO NOROESTE GAÚCHO

Adriel Gustavo Kelm¹

Cleone Teixeira²

Natalie Schmidt de Oliveira³

Emily Amanda Bruxel Pinceta⁴

Lauri Aloísio Heckler⁵

RESUMO

Este artigo possui com tema a análise de dados de NFC-e para mapear os produtos mais vendidos em um supermercado do Noroeste Gaúcho. O assunto é relevante devido à crescente necessidade de utilização de dados para otimizar a gestão de estoques e entender o comportamento dos consumidores. O problema de pesquisa investiga quais produtos têm maior rotatividade no período analisado e como esses dados podem orientar decisões estratégicas. O objetivo geral é identificar os itens mais vendidos e propor melhorias para gestão de estoques e planejamento comercial. A metodologia combina análises quantitativas e qualitativas, com pesquisa documental e estudo de caso. A coleta de dados incluiu relatórios de vendas organizados pelo NCM, possibilitando a identificação de padrões de consumo sazonais. O referencial teórico destaca a evolução da NF-e e a relevância do NCM para a categorização de produtos. Os resultados evidenciam a predominância de bebidas alcoólicas, como cervejas, e alimentos básicos, como frutas e proteínas, entre os itens mais vendidos. A conclusão aponta que a análise de dados contribui para evitar rupturas de estoque e desperdícios, reforçando o papel estratégico da tecnologia na gestão varejista. O estudo oferece contribuições práticas e teóricas para a integração de sistemas de gestão e uso de Big Data no setor supermercadista.

Palavras-chave: Gestão de Estoque; NCM; Análise de Vendas; Nota Fiscal.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis- 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. adrieltgustavokelm12@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis- 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. cleoneteixeira@gmail.com

³ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Orientadora. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

⁴ Especialista, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Orientador. Professor do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. emilypinceta@gmail.com.

⁵ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

ABSTRACT

This article focuses on analyzing NFC-e data to map the best-selling products in a supermarket located in the Northwestern region of Rio Grande do Sul, Brazil. The topic is relevant due to the growing need to use data to optimize inventory management and understand consumer behavior. The research problem investigates which products show the highest turnover during the analyzed period and how this data can guide strategic decisions. The general objective is to identify the best-selling items and propose improvements for inventory management and commercial planning. The methodology combines quantitative and qualitative analyses, including documentary research and a case study. Data collection involved sales reports organized by NCM (Mercosur Common Nomenclature), enabling the identification of seasonal consumption patterns. The theoretical framework highlights the evolution of the NF-e (Electronic Invoice) and the importance of NCM for product categorization. The results reveal the predominance of alcoholic beverages, such as beer, and essential food items, such as fruits and proteins, among the top-selling products. The conclusion emphasizes that data analysis helps prevent stockouts and waste, reinforcing the strategic role of technology in retail management. This study offers practical and theoretical contributions to the integration of management systems and the use of Big Data in the supermarket sector.

Keywords: Inventory Management; NCM; Sales Analysis; Invoice Analysis.

INTRODUÇÃO

No atual cenário do varejo, a gestão eficiente de estoques e o entendimento das preferências dos consumidores são fatores cruciais para o sucesso de empresas, especialmente em setores competitivos, como o de supermercados. Utilizar a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para extrair e analisar dados detalhados de vendas, permite que o estabelecimento identifique padrões de consumo, possibilitando um planejamento mais estratégico e adaptado às demandas reais dos clientes.

Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é analisar os dados da NFC-e em um supermercado localizado no Noroeste Gaúcho, buscando identificar os produtos mais vendidos para que se possa promover uma tomada de decisão mais assertiva sobre a gestão de estoque. Especificamente, pretende-se: a) coletar e organizar os dados da NFC-e para criação de uma base informativa sobre as vendas realizadas; b) identificar os produtos com maior volume de venda, considerando variações sazonais e padrões de consumo; c) analisar o

comportamento de consumo dos clientes, de modo a compreender suas preferências e eventuais flutuações na demanda; e d) recomendar estratégias para otimizar o estoque, prevenindo excessos e escassez, com foco em uma reposição adaptada ao perfil de consumo identificado.

O problema de pesquisa, que norteia o estudo, consiste em identificar, através de dados extraídos da NFC-e, quais os produtos mais comercializados durante o período de janeiro a julho de 2024 em um supermercado do Noroeste Gaúcho? Esse questionamento permite refletir sobre os desafios e as oportunidades que o uso de dados oferece para o setor varejista. No contexto atual, a análise detalhada de dados de venda se torna um diferencial para monitorar a rotatividade de produtos, evitando rupturas de estoque e desperdício de mercadorias. Com a adoção de tecnologias de automação e o aumento do volume de dados disponível, supermercados podem utilizar informações de venda para alinhar suas operações e, ao mesmo tempo, atender de forma mais assertiva às necessidades de seus clientes.

Este artigo justifica-se pela necessidade crescente de os supermercados usarem dados para fundamentar suas estratégias operacionais e comerciais, especialmente no que se refere à gestão de estoque. Em um mercado competitivo, onde a demanda do consumidor é volátil e a eficiência operacional é essencial, o uso da análise de dados se apresenta como um diferencial estratégico.

Com os dados da NFC-e, o supermercado em estudo poderá melhorar seu entendimento sobre o comportamento de compra dos clientes, ajustando a reposição de produtos para evitar perdas e maximizar a disponibilidade de itens em maior demanda. Além disso, este estudo contribui com a literatura acadêmica ao demonstrar a aplicabilidade prática da análise de dados no varejo, ampliando o conhecimento sobre a importância de uma gestão de estoque fundamentada em informações reais de venda.

Este artigo apresenta um estudo sobre a utilização de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) como ferramenta estratégica para melhorar a gestão de estoques em supermercados, com foco na análise do comportamento de compra dos clientes. A estrutura do trabalho abrange aspectos históricos da NF-e, benefícios de sua utilização, a relevância da Nomenclatura Comum do Mercosul

(NCM) e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), além de discutir os impactos da tecnologia na eficiência operacional e na análise de vendas no varejo.

No atual cenário do varejo, a gestão eficiente de estoques e a análise do comportamento do consumidor são essenciais para o sucesso de supermercados. Este artigo analisa os dados da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) como ferramenta estratégica para identificar padrões de consumo e otimizar a gestão de estoques em um supermercado do Noroeste Gaúcho. O trabalho discute aspectos históricos da NF-e, sua aplicação prática, e os impactos tecnológicos na eficiência operacional e no planejamento estratégico do varejo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo descreve inicialmente, a progressão histórica da implementação do sistema de nota fiscal eletrônica no Brasil e como este tipo de documento contribui para a transparência e eficiência nas transações comerciais. Além disso, será contextualizado sobre a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), código utilizado para categorizar e classificar os produtos constantes na nota fiscal eletrônica e a relevância da tecnologia no registro e análise de vendas.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS REFERENTE ÀS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS

A contabilidade está presente em nosso meio desde muito tempo, de acordo com Iudícibus (2000), a contabilidade é tão antiga quanto a civilização humana, sendo que os primeiros sinais da existência de contas são aproximadamente dos meados de 4.000 anos a.c.

A história da contabilidade no Brasil conecta-se com o desenvolvimento do país na parte histórica, econômica e social. Desde a colonização, até a atualidade, a contabilidade foi passando por diversas mudanças e etapas importantes. Com o crescimento social, as atividades se ampliaram, os gastos

aumentaram e o controle das contas públicas se intensificou. Isso levou os comerciantes da época a aprimorar os processos de escrituração (Silva; de Assis, 2015).

De acordo com Bacci quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, em 1808, a contabilidade nacional ganhou relevância e destaque. Dom João VI, através de um alvará datado de 23 de agosto criou a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações e estabeleceu o uso do sistema de partidas dobradas para controlar os bens da coroa. No século XX, com a industrialização e o crescimento do setor financeiro, a contabilidade se modernizou e se tornou uma profissão mais organizada (Bacci, 2002).

Em 1920, a profissão de contador foi oficialmente reconhecida no Brasil. Em 1931, foi criado o decreto de nº 20.158, que estabelecia cursos técnicos para a formação de profissionais. Já a regulamentação da profissão e o surgimento do curso de Ciências Contábeis e Atuariais aconteceu no ano de 1945. No ano seguinte, em 1946, foram fundados os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. A partir dos anos 1970, com a economia se tornando mais global, o Brasil começou a adotar normas contábeis internacionais, buscando mais transparência e confiabilidade nas informações financeiras (Santana, 2019).

A nota fiscal surgiu no Brasil, no início da década de 1970, com o objetivo de combater a sonegação fiscal. Preenchida inicialmente à mão, passou por muitas alterações até chegar à sua forma atual, a nota fiscal eletrônica (Sebrae, 2023). Conforme o portal do Sistema Público de Escrituração Digital:

[...] o Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2005, de 27/08/2005, que atribuiu ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NF-e (Brasil, 2024).

Consoante a Azevedo e Mariano (2011), as primeiras notas fiscais eletrônicas legalmente válidas foram criadas em setembro de 2006, inaugurando uma nova era nos procedimentos tributários.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) desempenha um papel fundamental na modernização do controle fiscal e na simplificação das operações comerciais. Além de sua versão digital, há o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), que oferece uma representação impressa e simplificada da NF-e. Segundo Wicher, o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, é uma representação impressa e simplificada da NF-e, através dele, é oferecido as informações da operação em curso, tendo em vista que ele deve acompanhar as mercadorias comercializadas desde o estabelecimento do vendedor, até o estabelecimento do comprador, nele contém a chave de acesso para consultar as informações da nota fiscal (Wicher, 2023).

Com o surgimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), os processos contábeis e fiscais foram significativamente agilizados. Assim conforme Oliveira e Silva (2019), destacam que a implementação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) trouxe mudanças substanciais na forma como as empresas administram suas obrigações fiscais. Ao substituir grande parte da documentação física por registros digitais, o sistema não só torna o processo de faturamento mais rápido, como também simplifica as auditorias e o cumprimento das exigências fiscais. Esse progresso tecnológico possibilita uma integração mais eficiente entre os diversos departamentos e sistemas da empresa, promovendo uma gestão mais ágil e transparente.

De acordo com Almeida (2021), a emissão da NF-e requer um significativo investimento em tecnologia, que inclui a aquisição de softwares especializados e a contratação de profissionais qualificados para garantir a qualidade do sistema. Outro desafio é a dependência da internet, que nem sempre funciona de maneira eficiente e pode apresentar lentidão. Como a emissão e a transmissão da NF-e para a Receita Federal são indispensáveis, problemas de conexão podem dificultar consideravelmente esse processo para os contribuintes.

1.1.1 Benefícios com a utilização das Notas Fiscais Eletrônicas

A implementação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) trouxe grandes benefícios para a administração tributária. Como documento fiscal digital, ela

permite que o Fisco acompanhe, em tempo real, as operações de compra e venda, o que torna mais fácil identificar possíveis irregularidades e combater a sonegação fiscal de maneira mais eficiente. Além disso, a NF-e agiliza a troca de informações entre as empresas e a administração tributária, reduzindo a necessidade de fiscalizações presenciais e simplificando o envio de dados ao governo (Sefaz, 2020).

Outro benefício visualizado com a utilização da Nota Fiscal Eletrônica além da facilidade de identificação de possíveis irregularidades e o combate à sonegação é a redução dos custos operacionais. De acordo com Cardoso (2014), na sociedade atual, observa-se uma significativa diminuição no consumo de papel, o que traz impactos ecológicos positivos. Esse efeito é impulsionado, principalmente, pelo crescimento do comércio eletrônico e pelo uso crescente de novas tecnologias.

Em complementariedade, Pereira *et. al* (2024) inferem que a NF-e elimina a necessidade de armazenamento físico de documentos, o que atenua os custos com impressão e armazenagem, além de minimizar erros manuais, que podem levar a autuações fiscais.

Além disso, a padronização dos processos eletrônicos entre as empresas cria oportunidades de negócios e empregos, especialmente na área de prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Segundo a Receita Estadual do Rio Grande do Sul, a NF-e facilita o trabalho dos profissionais contábeis ao integrar sistemas para a execução de atividades fiscais, o que torna os processos mais rápidos, seguros e menos sujeitos a erros. Essa integração permite um controle fiscal mais preciso e otimiza o tempo dedicado aos processos contábeis, melhorando a produtividade (Receita Estadual, 2024).

Além disso, a NF-e contribui para o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), permitindo que as empresas organizem, guardem e recuperem informações de maneira mais ágil. Esse sistema reduz o risco de extravio e facilita a autenticação, já que todas as cópias da NF-e são consideradas autênticas (Receita Estadual, 2024).

A automação da NFC-e simplifica os processos fiscais, reduzindo custos de transação e o tempo necessário para o cumprimento das obrigações

tributárias. Ela minimiza a necessidade de supervisão e negociação entre as partes, pois os dados são processados automaticamente, diminuindo erros e aumentando a transparência. Com isso, a NFC-e contribui para maior segurança, eficiência e controle, reduzindo intervenções humanas e fraudes, o que beneficia tanto as empresas quanto o Fisco (Neto & Martinez, 2016; Vieira *et al.*, 2016).

A implementação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) representa um avanço significativo na administração fiscal e tributária do país. Ao digitalizar o processo de emissão de notas fiscais, a NF-e não apenas modernizou o controle sobre as operações comerciais, mas também proporcionou maior eficiência na fiscalização e no combate à sonegação de impostos. Além disso, o uso da NF-e facilitou a integração entre empresas e órgãos governamentais, otimizando a transmissão de informações e diminuindo a burocracia envolvida nas operações fiscais (TOTVS, 2023).

1.2 NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)

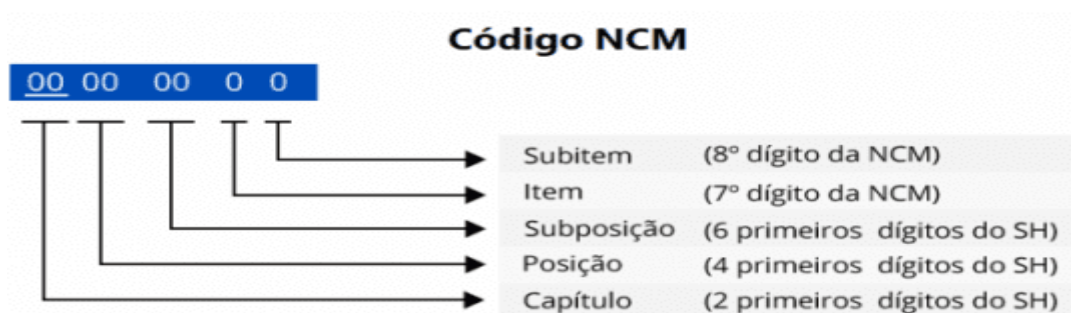
Em 1985, foi introduzido o "Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias", ou simplesmente "Sistema Harmonizado". Seu objetivo foi a criação de um sistema único mundial de designação e de codificação de mercadorias, podendo ser utilizado na elaboração das tarifas de direitos aduaneiros e de frete, das estatísticas do comércio de importação e de exportação, de produção e dos diferentes meios de transporte de mercadorias, entre outras aplicações (Brasil, 2022).

De acordo com o Ministério da Fazenda, o Sistema de Harmonização (SH) utiliza de um código de seis dígitos para definir a classificação fiscal de cada produto, além de determinar os impostos de importação e regulamentações alfândegas (Brasil, 2024). Após a formação do MERCOSUL, em 1995, foi decretada a criação de uma nova classificação de mercadorias, denominada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). De acordo com o Ministério da Fazenda (2019), "a NCM foi instituída para harmonizar as políticas tarifárias no âmbito do MERCOSUL, facilitando os acordos comerciais entre os países membros, ao adicionar dois dígitos ao código original do SH, ampliando a

distinção de mercadorias através do 'item' (7º dígito) e 'subitem' (8º dígito)." Este processo visou aprimorar a categorização de produtos e simplificar as relações comerciais entre os países do bloco econômico (Ministério da Fazenda, 2019).

Toda mercadoria que circula no Brasil deve ter seu código NCM preenchido no momento da emissão da nota fiscal e outros documentos de comércio exterior, quando aplicável. Sua consulta pode ser efetuada no site da NF-e e em outros sistemas (Renan; Araújo, 2023). A Ilustração 1 abaixo evidencia a estrutura da NCM:

Ilustração 1- Estrutura da NCM



Fonte: FazComex. (n.d.).

As mercadorias estão ordenadas sistematicamente na NCM de forma progressiva, de acordo com o seu grau de elaboração, principiando pelos animais vivos e terminando com as obras de arte, passando por matérias-primas e produtos semiacabados (Brasil, 2024).

A NCM conta com 6 Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado (RGI), que orientam a classificação dos produtos. Essas regras são essenciais para garantir consistência na aplicação da NCM em diferentes países e contextos comerciais. Além disso, o Mercosul acrescenta 2 Regras Gerais Complementares (RGC) para atender a necessidades específicas da região (Brasil, 2024).

1.3 TIPI - TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

A tabela TIPI é uma lista que organiza todos os produtos com incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), regulamentada pela Receita Federal do Brasil (RFB). Estabelecida pelo Decreto nº 8.950 em 29 de dezembro de 2016, sendo modificada pelos Decretos de nº 10.923/2021 e 10.923/2022 (Renan; Araújo, 2023).

A tabela TIPI é baseada na tabela da NCM para dividir os produtos em seções, capítulos e subcapítulos, além de fornecer informações de regras de classificação de produtos, e de suas respectivas alíquotas. Assim sendo essencial para quem trabalha com comércio e na indústria pois é de suma importância classificar os produtos dentro das normas legais, além disso a tabela relaciona-se com os impostos do município, do estado e da esfera federal, ou seja, administrado pelo governo federal que regulamenta a aplicação do imposto sobre produtos industrializados (IPI), entretanto a tabela não versa sobre o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) que é um imposto estadual, o valor do IPI pode influenciar no cálculo do ICM mudando então o valor do produto (Brasil, 2022).

De maneira geral, a Tabela TIPI, é uma lista de produtos com suas respectivas alíquotas, é um arquivo regulamentado e atualizado regularmente pela Receita Federal, que reúne os produtos industrializados, sua determinada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e sua respectiva alíquota do imposto (Renan; Araújo, 2023).

1.4 A IMPORTÂNCIA DA NCM NA GESTÃO DE SUPERMERCADOS- EFICIÊNCIA OPERACIONAL E CONTROLE DE ESTOQUES

A precisão na classificação de mercadorias pela NCM é fundamental para que as empresas cumpram adequadamente suas obrigações fiscais e aduaneiras. Em setores como o varejista, especialmente em supermercados, erros na classificação podem levar a autuações fiscais e perdas financeiras, comprometendo a competitividade da empresa no mercado (Brasil, 2024).

A correta aplicação da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme destacado por Marion (2018), vai além da conformidade tributária e desempenha um papel essencial na otimização da gestão de estoques. Como

os supermercados trabalham com uma grande variedade de produtos, a NCM ajuda a classificá-los adequadamente, facilitando a organização e o controle do que está disponível, reduzindo perdas e facilitando a reposição. Isso é fundamental, pois impacta diretamente nas vendas, na experiência do cliente e na integração com fornecedores e sistemas de automação, já que as empresas podem alinhar suas compras com as descrições de produtos e tributações, evitando conflitos e melhorando a comunicação.

De acordo com Pereira (2018) enfatiza uma pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras 2018), que em 42% das perdas de vendas nas empresas do setor são causadas pela falta de produtos nas gôndolas, o que demonstra o impacto da falta de gerenciamento e controle de estoque. Esse dado evidencia como a ausência de um gerenciamento eficiente e um controle de estoque adequado pode impactar negativamente as empresas. Nesse contexto, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) desempenha um papel essencial ao permitir a classificação precisa dos produtos. Com a correta adoção da NCM, os supermercados conseguem organizar melhor seus estoques, facilitando a reposição de itens e reduzindo a probabilidade de rupturas, o que é fundamental para minimizar perdas e atender às expectativas dos clientes de forma eficiente. Segundo Levy e Weitz

[...] o estoque de mercadorias é a força vital do varejista". Dentre as atividades desenvolvidas dentro dos supermercados, a gestão do estoque pode ser elencada como uma das mais importantes, pois as decisões tomadas pela gerência do supermercado dependem de um suporte de dados que comporte informações sobre o comportamento dos produtos, tanto na compra quanto na venda (Levy e Weitz 2000, p. 191).

A relevância da NCM para a gestão dos supermercados vai além das obrigações fiscais, pois sua correta aplicação impacta diretamente na eficiência operacional da empresa. Ao garantir a classificação precisa de cada produto, o supermercado evita erros em processos críticos, como a tributação e a oferta de estoques. Isso significa que o uso adequado da NCM contribui para uma gestão mais estratégica, pois possibilita uma visão clara sobre o fluxo de mercadorias, previne desabastecimentos e minimiza o risco de multas e atrasos por parte dos

órgãos reguladores. Além disso, a padronização oferecida pela NCM otimiza a comunicação entre as áreas de compras, vendas e logística, gerando um ciclo de abastecimento melhor evitando acúmulos de produtos encalhados e ajustado às necessidades do mercado (TOTVS, 2023).

Segundo Davenport, "em qualquer área da administração, decisões sem o suporte de informações ou decisões baseadas em dados equivocados resultam em produtos encalhados, perdas físicas e financeiras com estoques desnecessários" (1998, p. 17).

Conforme destaca Oliveira (2012), os meios modernos de gerir o varejo precisam de informações sobre o comportamento dos produtos afim de fazer a reposição eficiente de um produto, abastecê-lo com o mínimo de estoque e evitar ruptura de estoque ou falta do produto no ponto de venda além de saber informações relativas a ao saldo de eventuais pedidos pendentes de entrega, estoque máximo e mínimo estabelecido para cada item e a vida útil ou perfectibilidade e temperatura do produto e ainda outras informações como se é refrigerado ou congelado. Assim sendo esses dados necessários são produzidos diariamente nos supermercados nas operações de registo das vendas, no momento do recebimento, conferência da mercadoria, cadastro do produto e do fornecedor.

1.5 IMPACTOS DA NF-E E DA TECNOLOGIA NA GESTÃO E ANÁLISE DE VENDAS

A conexão entre a NF-e e a empresa é central para a gestão eficiente pois facilita e integra dados de vendas com sistemas de gestão, permitindo maior controle, agilidade e transparência nas operações. Almeida, relata que a NF-e exige um investimento em tecnologia, incluindo a aquisição de programas e a contratação de profissionais capacitados, para garantir a qualidade do sistema. Assim a integração moderna de dados permite os varejistas consolidarem as informações em tempo real otimizando a cadeia de suprimentos. Vale se salientar que além de eliminar a necessidade de inserção manual e reduz erros e melhora a eficiência na contabilidade, controle de estoque e logística (Almeida, 2021).

A tecnologia associada à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) impacta significativamente o registro e a análise das vendas. Um dos principais avanços é a aplicação do *Big Data*, que possibilita a análise de grandes volumes de dados, permitindo a identificação de padrões de consumo, tendências de mercado e oportunidades de crescimento. Isso reflete diretamente na eficiência da contabilidade, no controle de estoque e na logística empresarial. Segundo a TOTVS, o *Big Data* não apenas auxilia na coleta e organização de informações, mas também promove uma melhor compreensão das demandas dos consumidores e da dinâmica de mercado, gerando *insights* valiosos para decisões estratégicas (TOTVS, 2024).

2 METODOLOGIA

Conforme descrito por Viana (2001), a metodologia pode ser entendida como um campo que combina ciência e arte na definição de caminhos e técnicas para atingir objetivos previamente estabelecidos. Esse processo metodológico abrange diversos aspectos fundamentais para garantir a relevância e a precisão dos resultados, incluindo a definição do tipo de pesquisa a ser conduzida, a sequência de passos a serem seguidos e a seleção de instrumentos apropriados para a coleta de dados. Além disso, a metodologia inclui a organização, o tratamento e a análise dos dados, bem como a aplicação de procedimentos específicos que contribuem para a fidedignidade dos resultados, adaptando-se às necessidades e sistemáticas de cada estudo.

Portanto, este tópico tratará da classificação da pesquisa, do plano de coleta de dados e do plano de análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é categorizada de acordo com seu propósito, os métodos utilizados pelo pesquisador para obter resultados, a abordagem do estudo e a descrição da metodologia utilizada. De acordo com o Gil:

[...] classificar as pesquisas torna-se uma atividade importante. A medida que se dispõe de um sistema de classificação torna-se possível reconhecer as semelhanças e diferenças entre as diversas modalidades de pesquisa. Dessa forma, o pesquisador passa a dispor de mais elementos para decidir acerca de sua aplicabilidade na solução dos problemas propostos para investigação (Gil, 2010, p. 25).

Quanto à natureza da pesquisa esse estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, que, de acordo com Gil são “pesquisas voltadas à aquisição de conhecimento com vistas a aplicação numa situação específica” (Gil, 2010, p. 27).

Quanto aos seus objetivos, é possível classificar a pesquisa em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas (Gil 2010). Posto isso, dentre as classificações apresentadas quanto aos seus objetivos, a pesquisa realizada neste estudo classifica-se como descritiva.

A pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo a descrição detalhada de aspectos específicos relacionados à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e à Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). De acordo com Gil (2010), a pesquisa descritiva busca caracterizar determinada população ou fenômeno, além de identificar relações entre variáveis e estudar características de grupos. Neste caso, o projeto se torna descritivo porque visa apresentar uma análise detalhada da trajetória epistemológica desses elementos no contexto fiscal e tributário. Além disso, será empregada a pesquisa explicativa, conforme Gil (2022, p. 42), que complementa a pesquisa descritiva, uma vez que, para identificar os fatores que determinam um fenômeno, é necessário que ele esteja suficientemente descrito e compreendido.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa é classificada, como sendo bibliográfica, documental e estudo de caso. Consoante à Prodanov e Freitas (2013), pesquisa bibliográfica é desenvolvida através das informações e conceitos de materiais que já foram desenvolvidos e publicados por autores, é fundamental que se tenha certeza da autenticidade das referências analisando se não existe discordância entre as obras.

A pesquisa documental será conduzida através da análise de documentos internos do supermercado, incluindo planilhas de classificação fiscal (NCM) e

relatórios de estoque e vendas. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada dos processos e das práticas de categorização utilizadas, possibilitando uma análise direta das fontes originais e auxiliando no entendimento das implicações de tais práticas sobre a gestão de estoque e eficiência fiscal.

O estudo de caso será realizado em um supermercado localizado no noroeste do Rio Grande do Sul. A escolha desse local se justifica pela representatividade do setor na região e pela disponibilidade de dados que podem ser utilizados para avaliar a eficiência das práticas de categorização de produtos e seu impacto na gestão de estoque e no desempenho financeiro.

Quanto ao tratamento dos dados, a pesquisa adotará uma abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa envolve o uso de dados numéricos, que serão analisados estatisticamente para identificar padrões e tendências, conforme cada situação específica (Vianna, 2001). Na abordagem qualitativa, a análise focará em dados descritivos, permitindo a identificação de relações, causas e efeitos que possam impactar os resultados da empresa. De acordo com Vianna “a análise qualitativa permite uma compreensão mais ampla da realidade estudada, investigando múltiplos aspectos do contexto analisado” (Vianna, 2001, p. 122).

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

O plano de produção de dados caracteriza-se pelas formas utilizadas para coletar os dados, para a realização da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 149), “é a etapa da pesquisa em que inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das 17 técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos.”.

Existem dois métodos mais utilizados de geração de dados, documentação indireta e direta. A documentação indireta segundo Marconi e Lakatos “é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse” (Marconi; Lakatos, 2010, p.157).

Já a pesquisa Direta, segundo Prodanov e Freitas “[...] ocorre através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e de atitudes, história de vida,

discussão em grupo, análise de conteúdo, testes sociometria, pesquisa de mercado” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 102).

A análise da documentação interna e das planilhas de NCM permitirá avaliar a precisão das classificações fiscais e como elas influenciam o controle de estoque e a eficiência tributária. A combinação desses métodos possibilitará uma visão ampla e detalhada da realidade operacional do supermercado.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após produção de dados foi realizado o plano de análise e a interpretação dos dados coletados pelos acadêmicos. Segundo Marconi e Lakatos afirmam que na análise, trazer para dentro do texto “[...] o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas as suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados” (Marconi; Lakatos, 2010, p. 152).

Para fins de análise e de interpretação dos dados, será utilizado o método dedutivo que segundo Lakatos é “parte de teorias e leis para prever a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” (Lakatos, 2021, p.120).

Os dados apresentados neste estudo foram extraídos do sistema Master Software, ferramenta de gestão utilizada pelo supermercado objeto desta pesquisa. Este sistema permitiu a identificação e organização das mercadorias mais vendidas durante o período de 01 de fevereiro de 2024 a 31 de julho de 2024, possibilitando uma análise detalhada do desempenho de vendas.

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

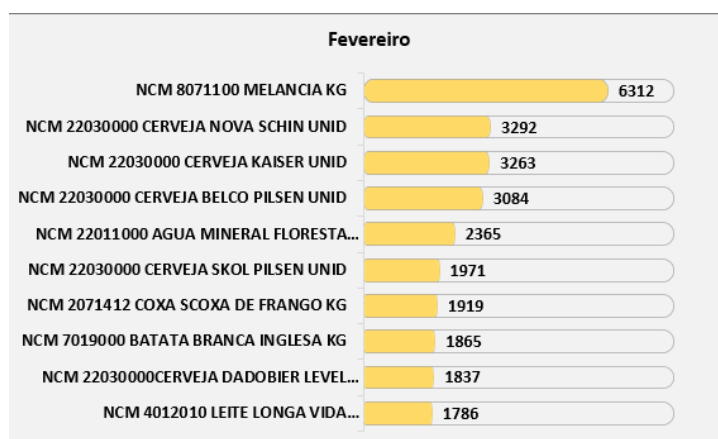
Para alcançar maior clareza e compreensão, foram selecionados os 10 produtos mais vendidos, classificados pelos seus respectivos códigos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), de acordo com o volume comercializado. A escolha desses itens foi fundamentada em sua relevância no faturamento do supermercado e na frequência com que são procurados pelos consumidores,

destacando padrões de consumo e preferências do público durante o período analisado.

3.1 PERFIL DE CONSUMO E VENDA POR NCM NO SUPERMERCADO

A seguir, as tabelas organizadas por mês apresentam o volume de vendas em unidades ou quilogramas, dependendo da natureza do produto, permitindo uma visão ampla do comportamento dos consumidores e facilitando a identificação de tendências que podem embasar decisões estratégicas.

Ilustração 2- NCMs mais vendidas no Mês de Fevereiro/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

Os dados referentes ao mês de fevereiro/2024 indicam que o produto mais vendido foi a melancia, cuja NCM é 8071100, com um volume significativo de 6.312 kg. Representando uma clara preferência dos consumidores por frutas frescas neste período. Este destaque pode estar relacionado a fatores sazonais, como o clima mais quente, típico desta época do ano, que aumenta a demanda por produtos refrescantes.

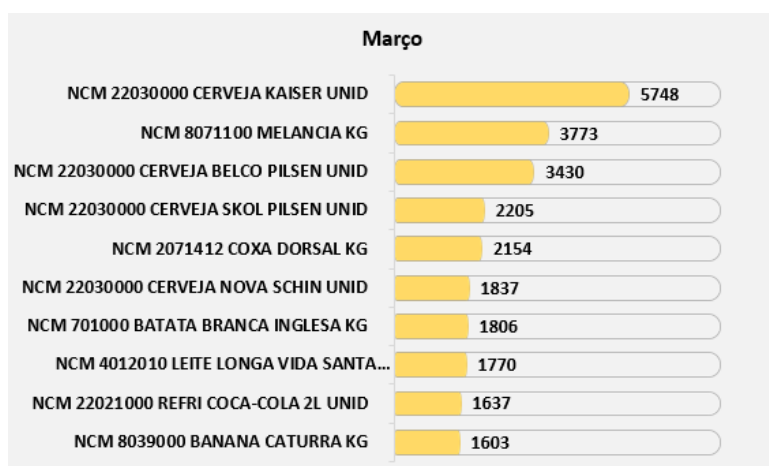
Além disso, cervejas enlatadas representadas pela NCM 22030000, aparecem em várias posições do ranking, como a Nova Schin Latão (3.292 unidades), Kaiser (3.263 unidades) e Belco Pilsen Latão (3.084 unidades). Essa recorrência sugere que bebidas alcoólicas são itens populares e possuem um

impacto significativo no volume de vendas do período, possivelmente impulsionados por eventos como o Carnaval.

Outro ponto relevante é a presença de itens básicos e não alcoólicos, como a água mineral representada pela NCM 22011000, com (2.365 unidades) e o leite longa vida representado pela NCM 04012010, com (1.786 unidades), que reforçam a importância de manter um estoque adequado de produtos essenciais.

Os cortes de carne, representados pela coxa de frango com a NCM 02071412, vendendo aproximadamente (1.918 kg), e os vegetais, como a batata branca (NCM (7019000) inglesa (1.864 kg), demonstram uma busca consistente por produtos perecíveis e de consumo cotidiano.

Ilustração 3- NCMs mais vendidas no Mês de Março/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No mês de março/2024, os produtos mais vendidos continuam refletindo tendências sazonais e de consumo diário. O item com maior destaque foi a Cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000), com 5.748 unidades vendidas, mantendo-se no topo como a preferida entre as bebidas alcoólicas e consolidando-se como um item de alto giro. Esse desempenho reforça o impacto das temperaturas mais elevadas e do hábito social de consumo de cervejas.

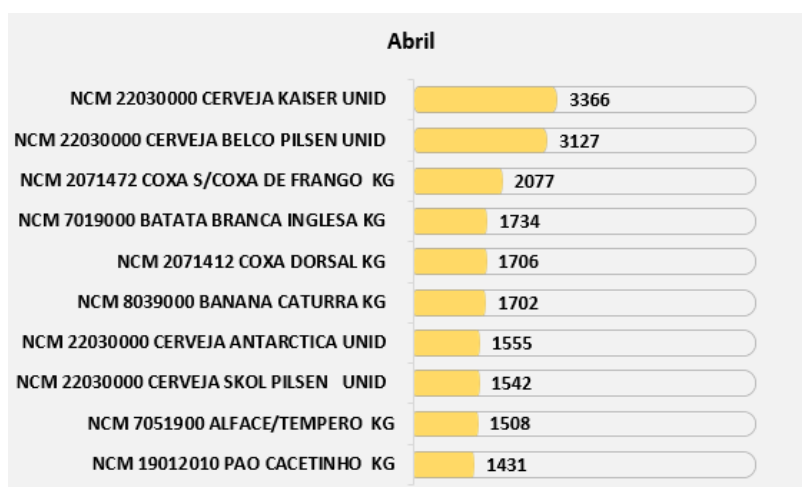
A melancia (Kg), (NCM: 8071100) aparece em segundo lugar, com 3.773 Kg vendidos. Isso demonstra a continuidade da alta procura por frutas frescas, provavelmente incentivada pela sazonalidade e o apelo por produtos saudáveis.

Já a cerveja Belco Pilsen 473ML latão (NCM: 22030000) ocupa a terceira posição, com 3.430 unidades vendidas, seguida pela cerveja Skol Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000), com 2.205 unidades, e pela coxa dorsal (Kg) (NCM: 2071412), que alcançou 2.154 Kg vendidos. Esses números mostram uma forte preferência por produtos de alimentação e bebidas populares.

A cerveja Nova Schin 473ML Latão, (NCM: 22030000) teve 1.837 unidades vendidas, continuando a reforçar a importância de oferecer variedade de marcas no setor de bebidas alcoólicas. Além disso, itens básicos como a batata branca inglesa (Kg) (NCM: 701000) e o leite longa vida Santa Clara 1L Integral (NCM: 4012010), tiveram um desempenho expressivo, com 1.806 Kg e 1.770 unidades vendidas, respectivamente, destacando-se como essenciais no cotidiano dos consumidores.

Na categoria de bebidas não alcoólicas, o refrigerante Coca-Cola 2L (NCM: 22021000) obteve 1.637 unidades vendidas, evidenciando seu apelo constante no mercado. Por fim, a banana caturra (Kg) (NCM: 8039000), com 1.603 Kg vendidos, reafirma a importância das frutas frescas como itens indispensáveis nas compras mensais.

Ilustração 4- NCMs mais vendidas no Mês de Abril/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No mês de abril/2024, os dados de vendas apresentaram algumas mudanças em relação aos meses anteriores, refletindo possíveis variações sazonais e de consumo dos clientes. O produto mais vendido foi a cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000), com 3.366 unidades. Esse desempenho mantém a cerveja Kaiser como uma das marcas mais populares no segmento de bebidas alcoólicas.

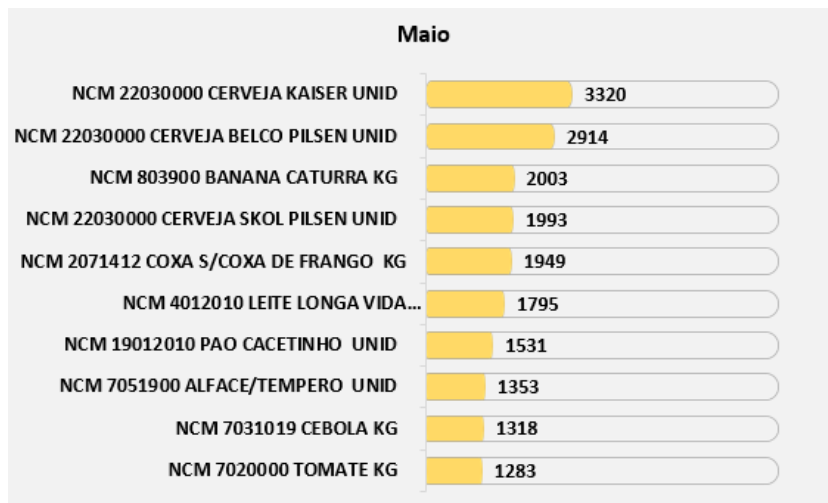
Em segundo lugar, aparece a cerveja Belco Pilsen Latão (NCM: 22030000), com 3.127 unidades vendidas, logo em seguida, destaca-se a coxa sobre coxa de frango (NCM: 2071412), com 2.077 kg vendidos, mostrando a continuidade da demanda por produtos de carne de frango no segmento de alimentos.

A batata branca inglesa (NCM: 701000) também se manteve em alta, sendo um dos itens básicos mais procurados, enquanto a coxa dorsal (NCM: 2071412), com 1.706 kg vendidos, reforça o papel importante dos cortes de frango no consumo doméstico. A banana caturra (NCM: 8039000) apareceu com 1.702 kg vendidos, destacando-se novamente como uma das frutas mais populares.

Entre as bebidas alcoólicas, a cerveja Antarctica (NCM: 22030000) alcançou 1.555 unidades vendidas, seguida pela cerveja Skol Pilsen Latão (NCM: 22030000), com 1.542 unidades. Esses números mostram a força das marcas tradicionais no setor de cervejas.

Já no segmento de hortifrúti, a alface/temperos (NCM 07051900) teve 1.508 kg vendidos, destacando-se como uma opção fresca e essencial na alimentação diária. Por fim, o pão cacetinho (NCM 190120010) aparece com 1.431 kg vendidos, reforçando sua presença como um item indispensável nas compras. Assim esses resultados refletem o padrão de consumo equilibrado entre itens essenciais e produtos indulgentes, como bebidas alcoólicas, frutas e alimentos frescos. Eles também reforçam a importância de uma boa gestão de estoque para atender às demandas dos clientes.

Ilustração 5- NCMs mais vendidas no Mês de Maio/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No mês de maio/2024, as vendas continuaram a demonstrar uma forte preferência por produtos de primeira necessidade, além de uma boa demanda por bebidas alcoólicas e hortifrúti. A cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000) novamente liderou as vendas, com 3.320 unidades, consolidando-se como a marca mais consumida no segmento de cervejas.

Logo atrás, a cerveja Belco Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000) alcançou 2.914 unidades, confirmando a relevância do mercado. A banana caturra (NCM: 803900), com 2.003 kg vendidos, foi o item de maior destaque entre os produtos frescos, refletindo a alta aceitação das frutas no mercado.

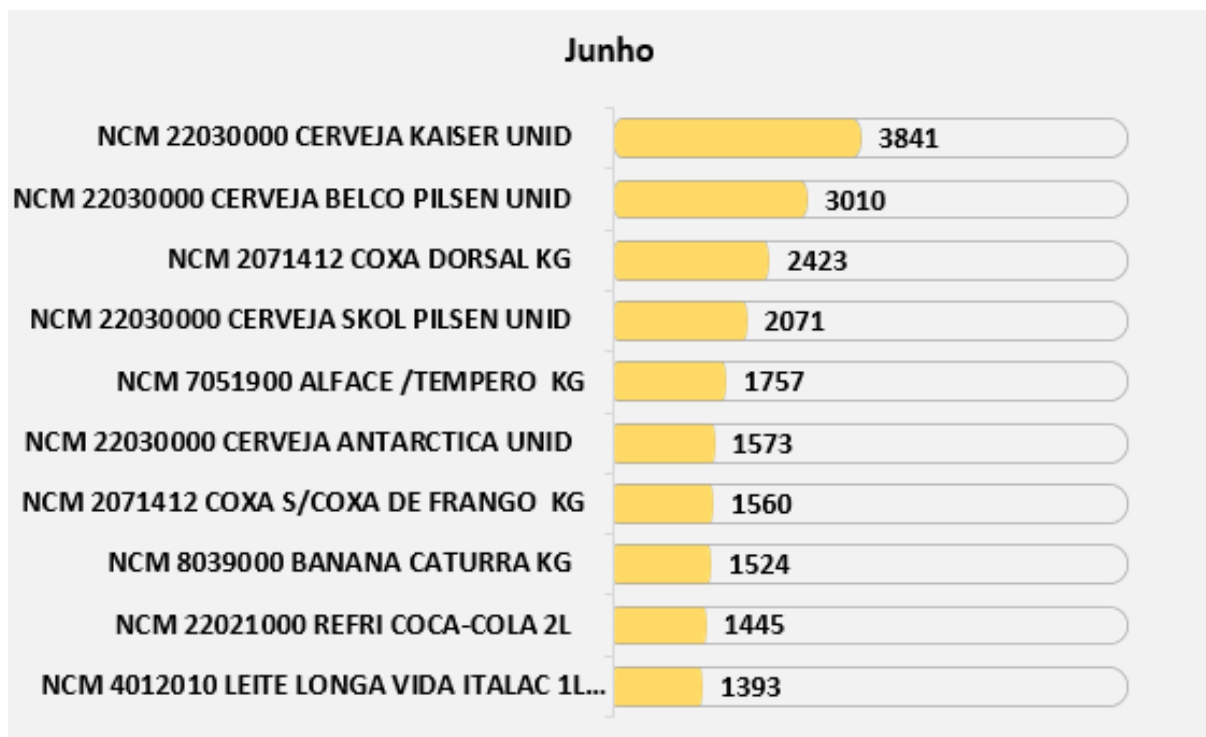
A cerveja Skol Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000), teve 1.993 unidades vendidas, enquanto a coxa sobre coxa de frango (NCM: 2071412), alcançou 1.949 kg, mostrando a importância de carnes e aves no consumo diário.

O leite longa vida Amanhecer 1L Integral (NCM: 4012010), também ficou entre os itens mais vendidos, com 1.795 unidades, destacando-se como um produto essencial na categoria de lácteos. O pão cacetinho (NCM: 19012010), apresentou 1.531 kg vendidos, confirmando sua presença constante na mesa do consumidor.

Entre os produtos hortifrúti, a alface/tempero (NCM: 7051900) teve 1.353 kg vendidos, enquanto a cebola (NCM: 7031019) e o tomate (NCM: 7020000)

registraram, respectivamente, 1.318 kg e 1.283 kg, indicando uma boa demanda por vegetais frescos na alimentação diária.

Ilustração 6- NCMs mais vendidas no Mês de Junho/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No mês de junho/2024, as vendas seguiram com uma forte presença das cervejas, com a cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000) liderando novamente, com 3.841 unidades vendidas. A cerveja Belco Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000), manteve-se em alta com 3.010 unidades vendidas, reforçando o interesse do consumidor pelas cervejas enlatadas.

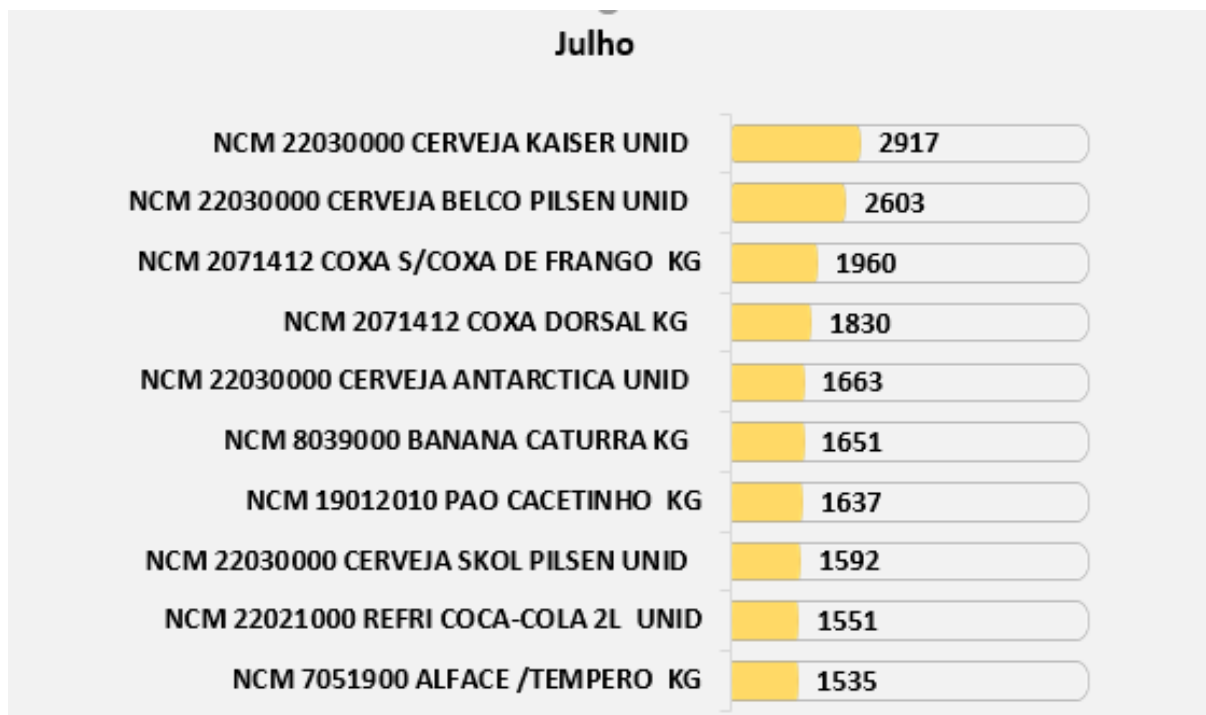
Outro destaque foi a coxa dorsal (NCM: 2071412), que obteve 2.423 kg vendidos, seguida pela cerveja Skol Pilsen Latão (NCM: 22030000), com 2.071 unidades, mostrando a continuidade da demanda por cervejas tradicionais.

A alface/tempero (NCM: 7051900), se manteve relevante, com 1.757 kg vendidos, evidenciando a importância das verduras frescas no consumo diário. A cerveja Antartica 473ML (NCM: 22030000) teve 1.573 unidades vendidas, consolidando-se como uma das preferências entre as cervejas.

A coxa sobre coxa de frango (NCM: 2071412), registrou 1.560 kg, demonstrando a continuidade da alta demanda por produtos de frango. A banana caturra (NCM: 8039000), apresentou uma venda de 1.524 kg, mantendo sua popularidade como fruta de consumo diário.

O refrigerante Coca-Cola 2L (NCM: 22021000), teve 1.445 unidades comercializadas, e o leite longa vida Italc 1L Integral (NCM: 4012010), obteve 1.393 unidades vendidas, mantendo-se como produtos essenciais na cesta de compras

Ilustração 7- NCMs mais vendidas no Mês de Julho/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

No mês de julho/2024, a venda dos produtos continuou com tendências semelhantes aos meses anteriores, destacando-se principalmente as cervejas e alimentos frescos. O item mais vendido foi novamente a cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000), com 2.917 unidades, consolidando-se como uma escolha popular entre os consumidores.

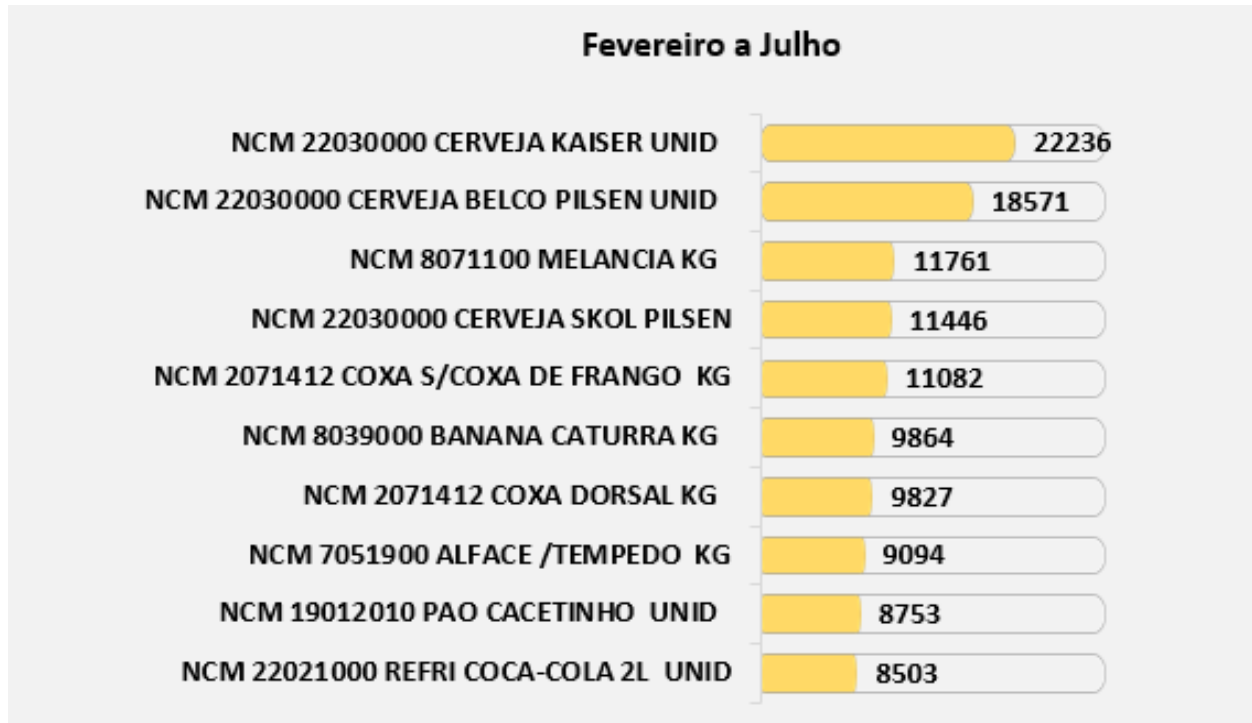
A cerveja Belco Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000), seguiu como uma boa opção de cerveja enlatada, com 2.603 unidades vendidas. A coxa sobre

coxa de frango (NCM: 2071412), teve 1.960 kg comercializados, enquanto a coxa dorsal (NCM: 2071412) foi responsável por 1.830 kg de vendas, ambos os itens continuando a ser os mais procurados no setor de carnes.

A cerveja Antarctica 473ML (NCM: 22030000), registrou 1.663 unidades, mostrando uma boa preferência pelo produto. A banana caturra (NCM: 8039000), teve 1.651 kg vendidos, mantendo-se como uma das frutas mais procuradas no mês. O pão cacetinho (NCM: 19012010) também se manteve bem posicionado, com 1.637 kg vendidos.

A cerveja Skol Pilsen 473ML Latão (NCM: 22030000), teve 1.592 unidades vendidas, demonstrando uma leve queda nas vendas em relação a meses anteriores, mas ainda assim sendo uma opção popular. O refrigerante Coca-Cola 2L (NCM: 22021000), também continuou forte, com 1.551 unidades comercializadas. A alface/tempero (NCM: 7051900), se manteve como uma importante categoria de verduras frescas, com 1.535 kg vendidos.

Ilustração 9: NCMs mais vendidas de Fevereiro a Julho/2024



Fonte: Dados de pesquisa (2024).

A análise do período de fevereiro a julho/2024, mostra padrões consistentes de consumo entre os produtos mais vendidos, com uma combinação de itens alimentares básicos e bebidas populares.

A Cerveja Kaiser 473ML (NCM: 22030000), foi o item mais vendido no período, totalizando 22.236 unidades, consolidando-se como a principal escolha dos consumidores, logo após, em segundo lugar, vem a Cerveja Belco Pilsen Latão 473ML (NCM: 22030000), com 18.571 unidades vendidas. Assim pode se concluir que a categoria de cervejas domina as vendas, refletindo na alta demanda em eventos sociais e momentos de lazer além do mais a variedade de marcas permite atender diferentes preferências dos consumidores e reforça que o público valoriza a praticidade e o custo-benefício, o que pode ser explorado ainda mais com ações promocionais e destaques no ponto de venda.

Dentre os itens de hortifrúti, a melancia ficou em terceiro lugar dentre as NCMs mais comercializadas, com 11.761 kg vendidos, foi o produto de maior destaque entre as frutas. Sua alta procura reflete sua característica refrescante e saudável, especialmente durante os meses mais quentes do ano, onde o consumo de frutas tende a aumentar.

Mantendo como uma escolha relevante no segmento de cervejas a Skol Pilsen Latão seguiu como outro produto de relevância no segmento de bebidas alcoólicas, com 11.446 unidades vendidas. Embora tenha ficado atrás das cervejas Kaiser e Belco, sua presença constante entre os mais vendidos reafirma sua importância para o público-alvo.

O segmento de proteínas foi representado de forma significativa pela coxa s/ coxa de frango, com 11.082 kg vendidos, demonstrando que os cortes de frango são uma escolha popular por sua versatilidade culinária e acessibilidade, sendo itens indispensáveis na lista de compras.

Entre as frutas, além da melancia, a banana caturra se destacou com 9.864 kg vendidos. Sua procura constante reafirma seu papel como uma das frutas mais consumidas, sendo prática e nutritiva para consumidores de todas as idades.

A coxa dorsal também teve um desempenho expressivo, com 9.827 kg de vendas acompanhando as vendas da coxa s/coxa. Isso indica que os

consumidores valorizam a variedade de cortes, priorizando aqueles com melhor custo-benefício e versatilidade.

A alface e outros temperos atingiram 9.094 kg em vendas, consolidando a relevância das hortaliças no mercado. A presença constante da alface e outros temperos na lista de mais vendidos mostra que os consumidores têm buscado complementar suas refeições com produtos frescos. Essa categoria de hortaliças continua essencial para refeições equilibradas e saudáveis.

O pão cacetinho, com 8.753 kg vendidos, reafirma sua importância no consumo diário. Sendo parte essencial de cafés da manhã e lanches rápidos, ele continua como uma preferência sólida entre os consumidores. Por fim, o refrigerante Coca-Cola 2L, com 8.503 unidades vendidas, destacou-se como a bebida não alcoólica mais consumida.

A análise das vendas entre fevereiro a julho/2024 revela tendências consistentes e padrões claros no comportamento de consumo dos clientes. Primeiramente, o domínio das cervejas, especialmente a Kaiser, a Belco Pilsen Latão e a Skol Pilsen Latão, demonstra a forte preferência do público por bebidas alcoólicas, consolidando esse segmento como um pilar nas vendas. A alta demanda reflete tanto a fidelidade dos consumidores quanto a importância de continuar investindo em promoções e exposições estratégicas dessas marcas.

No setor de alimentos, destaca-se o equilíbrio entre produtos saudáveis, como frutas e hortaliças, e itens essenciais, como proteínas e pães. A melancia e a banana Caturra reafirmam a relevância das frutas na alimentação, especialmente em meses quentes, enquanto a alface e outros temperos reforçam o apelo por uma alimentação mais fresca e natural. Já as proteínas, como a coxa sobre coxa e a coxa dorsal de frango, continuam sendo escolhas populares.

O pão cacetinho e o refrigerante Coca-Cola 2L completam o ranking, representando a praticidade e o apelo cultural no consumo diário e em momentos de socialização. A presença constante do refrigerante Coca-Cola reflete seu status consolidado no mercado, especialmente em ocasiões de lazer e confraternização.

Em conclusão, os dados indicam que os consumidores valorizam praticidade, custo-benefício e opções que se encaixam tanto em hábitos

cotidianos quanto em momentos de celebração. Para otimizar ainda mais as vendas, seria interessante explorar campanhas promocionais direcionadas para os produtos de maior saída, bem como garantir estoque adequado para atender a alta demanda. Além disso, iniciativas que reforcem a sustentabilidade e o frescor dos produtos, especialmente frutas, hortaliças e proteínas, podem agregar valor à experiência do consumidor e consolidar ainda mais o mercado.

3.2 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa Supermercado TG, registrada sob o nome jurídico Cleone Teixeira & Cia. Ltda. (CNPJ 06.296.828/0001-15), foi fundada em 01 de junho de 2004, no município de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul. Desde a sua criação, o Supermercado TG atua no segmento de comércio varejista de mercadorias em geral, com ênfase em produtos alimentícios e utilidades domésticas, sendo sua principal atividade classificada como Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios.

Com uma equipe inicial de 23 colaboradores, a empresa cresceu mantendo um ambiente de trabalho familiar e colaborativo. O Supermercado TG conta com a administração de Cleone Teixeira e Marines Buchholz Teixeira, que desempenham o papel de sócios-administradores. Entre os membros da equipe, destacam-se Cleone Teixeira Filho e Cleber Teixeira, que atuam como auxiliares administrativos, reforçando os valores de comprometimento e excelência da organização.

O mercado de atuação do Supermercado TG abrange a região de Santa Rosa e localidades vizinhas, atendendo a comunidade com produtos de alta qualidade e preços competitivos. A empresa faz parte da rede Sul 10, o que permite maior poder de negociação e acesso a um portfólio diversificado de produtos para atender as necessidades dos clientes.

Com foco em oferecer uma experiência de compra satisfatória, o Supermercado TG busca constantemente inovar em sua operação e fortalecer a relação com os clientes, tornando-se uma referência em varejo alimentar na região.

CONCLUSÃO

A conclusão retoma a contextualização apresentada no artigo, reafirmando a relevância do estudo sobre a utilização da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) como ferramenta estratégica para a gestão de estoques em supermercados. O trabalho partiu da delimitação temática focada em um supermercado no Noroeste Gaúcho, cujo problema central foi identificar os produtos mais comercializados no período de janeiro a julho de 2024. Com base na análise dos dados, buscou-se responder ao questionamento sobre como esses dados poderiam auxiliar na tomada de decisões mais assertivas, abordando a hipótese de que a análise detalhada das vendas geraria insights para melhorar o planejamento e evitar perdas.

Assim o presente trabalho alcançou os objetivos propostos, oferecendo uma análise detalhada das vendas a partir da coleta e organização de dados oriundos das Notas Fiscais de Consumidor Eletrônicas (NFC-e). A criação de uma base informativa sólida permitiu identificar os produtos com maior volume de vendas, bem como compreender as flutuações sazonais e os padrões de consumo dos clientes.

A análise revelou que itens como cervejas Kaiser 473 ml, Belco Pilsen Latão e Skol Pilsen Latão lideraram as vendas no segmento de bebidas alcoólicas, sobretudo em períodos de alta demanda sazonal. No setor de hortifrúti, frutas como melancia e banana caturra se destacaram, refletindo a preferência por alimentos saudáveis e refrescantes. Por outro lado, os cortes de frango, como coxa e coxa dorsal, além do pão cacetinho e do refrigerante Coca-Cola 2L, demonstraram forte apelo no cotidiano dos consumidores, reafirmando a importância desses produtos no perfil de consumo local.

A análise do comportamento de consumo evidenciou que os clientes priorizam produtos práticos, acessíveis e relevantes para suas necessidades diárias, além de apresentarem uma demanda que varia de acordo com fatores sazonais e culturais. A partir dessas informações, foi possível propor estratégias práticas para otimização do estoque, como o aumento da reposição de itens de alta rotatividade em períodos específicos e a priorização de frutas e hortaliças frescas para atender às demandas por produtos saudáveis.

Além disso, recomendou-se a adoção de práticas de gestão de estoque que previnam excessos e escassez, promovendo maior eficiência operacional e minimizando perdas. Estratégias como promoções direcionadas e campanhas específicas para produtos de alta demanda também foram indicadas como formas de potencializar o desempenho das vendas e atender às expectativas dos consumidores de forma mais eficiente.

Conclui-se, portanto, que a análise das NFC-e não apenas contribuiu para o entendimento do perfil de consumo dos clientes, mas também gerou *insights* para o planejamento estratégico do supermercado. As recomendações apresentadas possuem o potencial de melhorar a gestão de estoque e fidelizar o público-alvo, garantindo competitividade no mercado e alinhamento com as preferências dos consumidores.

Para estudos futuros, sugere-se explorar a integração desses dados com tecnologias mais avançadas, como sistemas de inteligência artificial para previsão de demanda, além de análises de custos mais detalhadas para definir estratégias de preço competitivas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio. **Nota Fiscal Eletrônica: desafios e dicas para uma gestão eficiente.** Almeidas Acessória Contábil, 2021. Disponível em: <<https://www.almeidascontabil.com.br/nota-fiscaleletronica-dicas/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

AZEVEDO, Osmar Reis; Mariano, Paulo Antonio. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital.** São Paulo: IOB, 2011.

BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica.** 2002. Tese (Doutorado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002. p. 175.

BRASIL. **Decreto n.º 11.158, de 29 de julho de 2022.** Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11158.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Classificação Fiscal de Mercadorias - NCM.** Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Sistema Compras.Gov.Br integra Nomenclatura Comum do MERCOSUL ao seu catálogo**. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/sistema-compras-gov-br-integra-nomenclatura-comum-do-mercosul-ao-seu-catalogo>>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Receita Federal**: classificação fiscal de mercadorias - notas explicativas do sistema harmonizado. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/notas-explicativas-do-sistema-harmonizado>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. **Receita Federal**: NCM - *Classificação Fiscal de Mercadorias*. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. **Receita Federal**: *Tabela TIPI – Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados*. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-ainformacao/legislacao/documentos-e-arquivos/tipi.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. **Sistema Harmonizado**. Disponível em: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/planejando-a-exportacao-1/sistema-harmonizado>>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Cleto, Nivaldo. **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Revolução Digital no meio Empresarial e Contábil** Impactos da Nota Fiscal Eletrônica, a NF-e. CRC/PR, Paraná, p3-4,2006.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. Grupo GEN, 2021. 247 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 300 p.

NETO, H. de A.; MARTINEZ, A. L. **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica: uma análise dos impactos na arrecadação em municípios brasileiros**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 10, n. 26, p. 49-62, 2016.

OLIVEIRA, Ana Lívia de Sá; SILVA, Anderson Carlos da. **Importância da Nota Fiscal Eletrônica**. Trabalho de Conclusão de Curso, UniEvangélica, 2019.

OLIVEIRA, Otávio Marcelo Matos de. **A Gestão de Estoques no Pequeno e Médio Varejo de Supermercado na Bahia. 2012**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8974/1/2222a.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2024.

PEREIRA, Arilson Souza; SILVA, Tailane Rodrigues da; ROCHA, José Mauro Pinto da. **VANTAGENS COM A IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA**. *Revista Acadêmica Online*, [S. l.], v. 10, n. 51, p. 1–15, 2024. DOI: 10.36238/2359-5787.2024.v10n51.128. Disponível em:
<<https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/128>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

RENAN, Gabriel Marques; ARAÚJO, Gabriela Barreto. **Estratégias Tributárias: Mudanças nas Classificações Fiscais de Produtos e suas Consequências Tributárias na Variação do Valor de IPI**. *Pensar Contábil*, v. 25, n. 86, 2023. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/4132>. Acesso em: 3 nov. 2024.

Receita Estadual. (2024). **Quais são as Vantagens da NF-e? Receita Estadual do Rio Grande do Sul**. Disponível em:
<<https://atendimento.receita.rs.gov.br/quais-sao-as-vantagens-da-nf-e>>. Acesso em 11 nov. 2024.

SANTANA, Samuel Gonçalves. **A Contabilidade no Brasil: o seu início aos dias atuais**. 2019. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27661?mode=full>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TOTVS. **O que é Big Data e como essa Tecnologia Impacta os Negócios?** Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/inovacoes/big-data/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TOTVS. **O que é NCM? Entenda a importância para a sua empresa!** Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/omnicanalidade/ncm/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TOTVS. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): o que é e como funciona?. Disponível em: <[https://www.totvs.com/blog/adequacao-a-legislacao/nota-fiscal-eletronica/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20nota%20fiscal%20eletr%C3%B4nica%20\(NF%2De\)%3F,s%C3%A3o%20negociadas%20entre%20as%20partes](https://www.totvs.com/blog/adequacao-a-legislacao/nota-fiscal-eletronica/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20nota%20fiscal%20eletr%C3%B4nica%20(NF%2De)%3F,s%C3%A3o%20negociadas%20entre%20as%20partes)>. Acesso em: 13 nov. 2024.

WITCHER, André. O que é DANFe? Entenda sua importância, como preencher e visualizar archivei, 2023. Disponível em: <<https://archivei.com.br/blog/o-que-e-danfe-entenda-sua-funcao-e-importancia/>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Adriane Rohrig¹
Mônica Stormowski²
Natalie Schmidt de Oliveira³
Lauri Aloísio Heckler⁴
Emily Amanda Bruxel Pinceta⁵

RESUMO

O artigo tem como tema a importância da contabilidade na agricultura familiar delimitando-se à busca de melhorias e à utilização da contabilidade gerencial na agricultura. A partir da questão problema de como a utilização da contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão de uma propriedade rural, busca-se alcançar o objetivo de análise da viabilidade de implementação de melhorias da contabilidade gerencial na agricultura familiar com base em indicadores/estudo de caso sob a justificativa de busca e implementação de um método eficaz e de fácil compreensão de produtores de agricultura familiar. A metodologia utilizada foi a partir de pesquisa de natureza aplicada, tratamento de dados qualitativa e quantitativa, objetivos de pesquisa com abordagem exploratória, descritiva e explicativa e quanto aos procedimentos técnicos os tipos bibliográfica, documental e estudo de casos. Foi utilizado como instrumento de obtenção de dados indicadores e estudo de caso em uma propriedade rural. Estes dados obtidos foram analisados e interpretados, conforme os anos iriam passando iria se ter novos resultados. A partir destes dados obtiveram-se resultados que a contabilidade gerencial é extrema importante em uma propriedade rural.

Palavras-chave: Propriedade Rural; Agricultura Familiar; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Rural; Gestão.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis- 7º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. adriane.rohrig@gmail.com

² Orientadora. Mestranda e especialista em Finanças e Controladoria. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. monicast@fema.com.br

³ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁵ Especialista, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Orientador. Professor do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. emilypinceta@gmail.com.

ABSTRACT

The article's theme is the importance of accounting in family farming, delimiting the search for improvements and the use of management accounting in agriculture. From the problem question of how the use of management accounting can assist in the management of a rural property, it seeks to achieve the objective of analyzing the feasibility of implementing improvements in management accounting in family farming based on indicators/case study under the justification to search for and implement an effective and easy-to-understand method for family farming producers. The methodology used was based on applied research, qualitative and quantitative data processing, research objectives with an exploratory, descriptive and explanatory approach and, regarding technical procedures, bibliographic, documentary and case study types. It was used as an instrument to obtain indicator data and a case study on a rural property. This data obtained was analyzed and interpreted, as the years went by, new results would be obtained. From these data, we obtained results that management accounting is extremely important on a rural property.

Keywords: Rural Property; Family Farming; Management Accounting; Rural Accounting; Management.

INTRODUÇÃO

É do conhecimento de todos que a economia é composta pelos mais diversos setores, sendo o predominante a agricultura, necessitando assim cuidado e atenção da sociedade, em especial no seu processo de gestão. Também é notória a importância da contabilidade na sociedade, sendo muito utilizada como instrumento de coleta de informações na tomada de decisões dentro e fora das organizações, podendo assim dar prosseguimento nas negociações. Portanto, é imprescindível que ocorram estudos sobre a utilização da contabilidade na agricultura, pois uma complementa a outra no decorrer do processo produtivo, para que, assim, o produtor possa ter ciência das finanças de sua propriedade rural.

Sendo assim, este artigo visa estudar a temática da importância da contabilidade na agricultura. Este tema de pesquisa foi delimitado a partir da busca de melhoramentos e na utilização da contabilidade na agricultura. A partir disso, a problematização da pesquisa vem ao encontro com o questionamento de como a utilização da contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão de uma propriedade rural. Continuando a construção do artigo,

surgem os objetivos a que se quer chegar a partir da pesquisa realizada. Estes objetivos se diferenciam em geral e específico, trazendo assim mais foco e profundidade no decorrer deste artigo. O objetivo geral consiste na análise de viabilidade de implementações de melhorias da contabilidade gerencial na agricultura familiar tendo por base a utilização de indicadores e/ou por meio de estudo de caso. Já os objetivos específicos consistem na identificação de receitas, despesas e custos na agricultura familiar, o detalhamento do processo de organização e as atividades desenvolvidas em propriedades de agricultura familiar para que assim se possa determinar, estruturar e destacar o papel da contabilidade nestas propriedades de agricultura familiar.

Assim sendo, a construção deste artigo se justifica na medida em que não somente a contabilidade básica, como também a contabilidade gerencial é necessária no processo de gestão de produtores rurais. Tendo em vista a necessidade anteriormente descrita, muitas vezes, também é nitidamente relevante a necessidade do melhoramento e utilização da contabilidade gerencial na gestão diária e de recursos na propriedade rural, em especial nas pequenas cidades em que grande parte das propriedades são pequenas oriundas de agricultura familiar. Portanto, este artigo se justifica, pois visa trazer luz e esclarecimento perante o questionamento de como a utilização da contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão de uma propriedade rural, trazendo conceitos e possibilidades de melhor entendimento e a busca de um método eficaz e de fácil compreensão de produtores de agricultores familiares.

Sendo assim, este artigo foi construído a partir de uma metodologia específica com a categorização, geração e interpretação de dados. Desta forma, a categorização da pesquisa deste artigo, quanto a natureza configura-se como aplicada e, quanto ao tratamento de dados é qualitativa e quantitativa. Já em relação aos objetivos da pesquisa, ela se configura com abordagem exploratória, descritiva e explicativa e, concluindo, quanto aos procedimentos técnicos, ela é bibliográfica, documental e estudo de caso.

Por fim, o artigo se estrutura, inicialmente, pelo referencial teórico, onde são trazidos os tópicos relacionados a conceitos, os usuários, à finalidade, à funcionalidade e

aspectos qualitativos e quantitativos da contabilidade fazendoreferência ao patrimônio e ao resultado que podem ser observados em uma organização. Outros pontos destacados no referencial teórico dizem respeito a contabilidade rural, ao ano agrícola e o exercício social rural, o produtor rural e a empresa rural, às atividades rurais e os produtos rurais, bem como sobre as culturas permanentes, as culturas temporárias e a contabilidade pecuária.

A seguir, foi descrita toda a parte metodológica do artigo, onde constam todas as categorizações, a geração, a análise e a interpretação dos dados coletados, continuando com a descrição e o detalhamento dos dados e resultados obtidos e analisados para que logo após as conclusões possam ser alcançadas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Sordi, o referencial teórico tem como propósito trazer presente de que o autor da pesquisa está sempre atualizado com os avanços mais recentes sobre o tema pesquisado e temas associados a ele. (Sordi, 2017). O presente trabalho abordará os seguintes tópicos: A contabilidade como ciência, Os usuários e funcionalidades da contabilidade, O controle do patrimônio, Bens, Direitos e obrigações, Aspectos contábeis no controle do patrimônio, Patrimônio líquido, A apuração do resultado, A contabilidade rural, O ano agrícola e o exercício social rural, O produtor rural e a empresa rural, As atividades rurais e os produtos rurais, Culturas permanentes, Culturas temporárias e Contabilidade Pecuária.

1.1 A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA

A contabilidade, ao contrário do que muitas vezes se pensa, é uma ciência social e não uma ciência exata, mesmo fazendo uso de registros numéricos e cálculos matemáticos com a aplicação direta no dia a dia empresarial. Conforme Marion, a contabilidade pode ser compreendida como o instrumento que fornecerá o máximo das informações a serem utilizadas no processo de tomada de decisão, dentro e fora das organizações, e assim dar

prosseguimento em suas negociações. Porém, com o passar do tempo, o governo começa a fazer uso da contabilidade para a arrecadação de impostos, tornando seu uso obrigatório no cotidiano da maioria das empresas (Marion, 2022).

Portanto, ainda conforme Marion, para que seja possível tomar decisões corretas nos processos de gestão das empresas, é fundamental que as informações necessárias estejam de forma resumida em relatórios com os registros de todas as movimentações possíveis à atribuição de valor. Estes relatórios devem estar de posse dos interessados para que se possa conhecer a real situação da empresa, recordando os fatos acontecidos anteriormente, analisando os resultados obtidos, e dando ênfase especial às causas que levaram a estes resultados. Os estudos da contabilidade podem ser, de modo geral, para todas as empresas, ou particular, aplicada em certo ramo de atividade ou setor econômico (Marion, 2022).

Estes interessados da contabilidade são os chamados usuários da contabilidade, sendo as pessoas que utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam nela as suas respostas, podendo estes serem internos e externos. Os usuários internos são aqueles que estão relacionados de forma direta, às atividades rotineiras da empresa e utilizam os dados contábeis em suas funções, como por exemplo os administradores, proprietários, acionistas ou investidores, contadores e auditores internos. Por outro lado, os usuários externos são aqueles que se interessam apenas pelos dados contábeis, participando indiretamente dos processos diários da empresa, podendo ser o governo, bancos, fornecedores, acionistas potenciais e outros interessados (Viceconti, 2017).

De acordo com Viceconti, as ciências contábeis têm várias funcionalidades, sendo duas principais, a administrativa que faz referência ao controle do patrimônio e a econômica fazendo referência à apuração do resultado de uma pessoa física e/ou jurídica. Desta forma, pode-se entender como pessoa física ou natural, o ser humano (homem ou mulher) que é considerado como sujeito de direito e obrigações. Já a definição de pessoa jurídica, como um ser de existência abstrata, é uma unidade jurídica que resulta de um agrupamento humano organizado e estável que possui fins de

utilidade pública ou privada, inteiramente distinta das pessoas que a compõem, com capacidade de possuir e exercer direitos, além de contrair e cumprir obrigações (Viceconti, 2017).

1.1.1 O controle do patrimônio

A primeira funcionalidade da contabilidade, amplamente citada e explicitada pelo autor Viceconti é o controle do patrimônio. Sendo assim, para auxiliar no entendimento desta importante função da contabilidade, o autor Viceconti explica, de forma simples e prática, que pela utilização de técnicas científicas da contabilidade é possível o controle permanente do patrimônio das empresas. Portanto, para que isto seja possível, é necessário que a finalidade primordial da contabilidade seja a transmissão de informações sobre o patrimônio, o objeto de estudo das ciências contábeis (Viceconti, 2017).

O patrimônio, em sua definição básica, faz referência ao conjunto de bens, direitos e obrigações, podendo este ser mensurado em moeda corrente pertencentes a uma pessoa e/ou empresa. O mesmo possui sentido amplo, por um lado significando o conjunto de bens e direitos a serem recebidos pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa, e por outro lado a inclusão das obrigações a serem pagas (Marion, 2022).

Ainda conforme Ribeiro, pelo ponto de vista econômico, os bens são objetos com capacidade de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica. Já falando do ponto de vista contábil, os bens são todos os objetos que a empresa possui, seja uso ou troca, seja para consumo, podendo ser classificados também desta forma anteriormente mencionadas. Estes bens podem ser classificados de formas distintas, sendo a mais utilizada é que os divide em materiais e imateriais (Ribeiro, 2018).

Os bens materiais, também podendo ser chamados de bens tangíveis, são os que possuem corpo, chamado também de matéria, assim como o seu próprio nome já diz. Estes, por sua vez, se subdividem em bens móveis, que são os que podem ser deslocados de lugar, e os bens imóveis, sendo os que não podem ser movidos de seu lugar natural. Já os bens imateriais, podendo ser também chamados de bens intangíveis, são aqueles que mesmo

considerados como bens, não possuem matéria ou corpo, geralmente identificados em gastos da empresa, fundos de comércio e marcas, denominadas como nome comercial e/ou industrial e patentes, também chamadas de invenções (Ribeiro, 2018).

Partindo deste ponto de vista, os chamados direitos são os valores que a empresa tem a receber de terceiros, ou seja, de pessoas e/ou empresas as quais tem relação com a organização empresarial. Portanto, os direitos têm relação direta com as vendas das mercadorias, bens ou serviços a prazo, como também indiretamente possuem relação com outras transações, como aluguel de bens imóveis e móveis e empréstimos de dinheiro efetuados a terceiros. Assim sendo, os mesmos são registrados nos livros contábeis com o nome que representa o direito geralmente seguido da expressão “a receber” (Ribeiro, 2018).

Por outro lado, as chamadas obrigações são os valores que a empresa tem para pagar a terceiros. Sendo assim, as obrigações têm relação direta com as compras de mercadorias, produtos ou serviços a prazo. Porém, as obrigações de forma indireta possuem relação com outras transações, como o aluguel de bens móveis e imóveis e empréstimos de dinheiro captados em estabelecimentos bancários. Sendo assim, as mesmas são registradas nos livros contábeis com o nome que representa a obrigação geralmente seguido da expressão “a pagar” (Ribeiro, 2018).

Como anteriormente mencionado, o patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações. As ciências contábeis estudam o patrimônio como objeto de estudo e seus aspectos quantitativos e qualitativos. Assim sendo, os aspectos qualitativos tratam dos componentes do patrimônio conforme a espécie de cada um. Já os aspectos quantitativos se referem ao valor com que cada elemento possa ser correntemente monetizado. Portanto, os aspectos qualitativos e quantitativos, quando levados em conta nas demonstrações elaboradas através dos registros contábeis, permitem a aferição do patrimônio e entendimento dos elementos que o compõem (Ribeiro, 2018).

Contudo, o patrimônio é representado através de um modelo gráfico em “T”, que possuindo dois lados, sendo no esquerdo colocados os bens e os direitos, formando o grupo dos elementos positivos; e, no lado direito, as

obrigações, formando o grupo dos elementos negativos, ambos se relacionando com o patrimônio de uma pessoa e/ou empresa. Portanto, se conclui que os elementos positivos são chamados de componentes ativos e o seu conjunto de ativo demonstram a aplicabilidade dos recursos e os elementos negativos são chamados de componentes passivos e o seu conjunto de passivo demonstram a originalidade dos recursos (Ribeiro, 2018).

Com base no que foi anteriormente mencionado, tendo assim elementos positivos e negativos interferindo no patrimônio, faz-se necessário o confronto dos ativos perante os passivos, para que se possa conhecer a situação patrimonial líquida de uma pessoa e/ou uma empresa. De acordo com Ribeiro, para uma melhor compreensão da situação líquida, é necessário acrescentar mais um grupo de elementos, sendo este grupo chamado patrimônio líquido (Ribeiro, 2018).

Este grupo pode ser situado no lado direito do modelo gráfico que fora mencionado anteriormente, e que irá, juntamente com os conjuntos ativo e passivo, formar a representação gráfica mais conhecida do patrimônio. Isto irá permitir que a soma dos bens e direitos (ativos) seja igual a soma das obrigações (passivo) e do patrimônio líquido quando estes são confrontados, dando forma de equação e facilitando o entendimento dos usuários da contabilidade (Ribeiro, 2018).

Por conseguinte, conforme Marion o patrimônio líquido também chamada de situação líquida, é a medida considerada mais eficiente para conhecer a riqueza líquida de uma pessoa e/ou empresa. Ele é composto pelo capital, reservas e lucros ou prejuízos acumulados, sendo este último dependendo do resultado da equação anteriormente mencionada (Marion, 2022).

Assim sendo, e segundo Ribeiro, o capital é normalmente a quantia em dinheiro que o proprietário de uma empresa possui para iniciar o seu negócio. Este capital não precisa ser necessariamente em dinheiro, e sim em bens possuídos pela empresa. A partir disto, o capital pode ser dividido em duas partes, o capital próprio e o capital de terceiros. O capital próprio representa o patrimônio líquido da empresa de fato, ou seja, são todos os recursos financeiros do negócio. Já o capital de terceiros, é considerado mais como uma

obrigação, pois engloba os recursos financeiros que não pertencem ao negócio, muito menos os que integram o patrimônio líquido da empresa (Ribeiro, 2018).

Conforme estudos realizados por Ribeiro, as reservas são partes de lucro que são apuradas pelas empresas que são retiradas para determinados fins específicos. Já o mesmo autor define lucros e prejuízos como o valor do resultado, sendo lucro quando positivo e prejuízo quando negativo na apuração realizada pela empresa nas movimentações do patrimônio (Ribeiro, 2018).

1.1.2 A apuração do resultado

Na contabilidade, além de controlar o patrimônio de uma organização, é necessário apurar o resultado, também chamado de réditos. Sendo assim, segundo Ribeiro, o resultado pode ser compreendido como a diferença entre o valor das receitas e o valor das despesas, podendo ser positivo, negativo ou ainda nulo (Ribeiro, 2018).

Para um melhor entendimento, o resultado positivo, também chamado lucro, ocorre quando o valor das receitas é superior ao valor das despesas, sendo um resultado bom para a organização. Por outro lado, o resultado negativo, também chamado prejuízo, ocorre quando o valor das receitas é inferior ao valor das despesas, sendo um resultado ruim para a organização. E, por último, o resultado nulo somente ocorre quando o valor das receitas se iguala ao valor das despesas, demonstrando assim um equilíbrio, requerendo assim uma atenção especial dos gestores da organização (Ribeiro, 2018).

Dando continuidade ao que anteriormente foi mencionado, o autor Viceconti traz a definição de receita como as entradas de elementos para o ativo da organização, oriundos de transações realizadas com terceiros, por meio de bens e/ou direitos que irão provocar aumento da situação líquida da entidade, não acarretando aumento no passivo da organização. Além disso, as receitas podem ser originadas da redução no valor do passivo, sem diminuição no valor do ativo (Viceconti, 2017).

Conforme Viceconti, despesas são os gastos envolvendo terceiros, tendo como objetivo de geração direta e/ou indireta de receitas. Assim sendo,

as despesas podem diminuir o ativo e/ou aumentar o passivo, mas sempre irão provocar a diminuição da situação líquida da entidade. Outrossim, as despesas podem ser conceituadas pelo mesmo autor como “gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidos com a finalidade de obtenção de receitas” (Viceconti, 2017).

Por fim, no processo de apuração do resultado, além das receitas e despesas, é imprescindível que os custos da organização sejam analisados. Para tanto, conforme Viceconti, o custo pode ser definido como gastos relacionados à atividade de produção, ou seja, são gastos que tem relação com bens ou serviços que são utilizados na produção de produtos e/ou prestação de serviços em empresas industriais e prestadoras de serviço consecutivamente. Em suma, após definir termose analisar como acontece a apuração do resultado é evidente que para a constataçãode lucro e/ou prejuízo em uma empresa, as despesas, receitas e custos devem ser mensurados e considerados pelos usuários da contabilidade (Viceconti, 2017).

1.2 PLANO DE CONTAS

Segundo Marion, o plano de contas pode ser definido como um agrupamento ordenado de contas utilizados pela contabilidade dentro de determinada empresa. Assim sendo, o elenco de contas é considerado indispensável para todos os registros de atos e fatos contábeis (Marion, 2022).

Portanto, cada empresa, de acordo com a sua atividade e o seu tamanho, sendo elas micro, pequena, média ou grande, deve ter o seu próprio plano de contas adaptando ao processo produtivo, comercial ou de prestação de serviços.

1.3 A CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade, quando é estudada de forma geral para a utilização de qualquer empresa, é chamada de contabilidade geral ou básica. Porém, quando a mesma é concebida, dirigida e adequada a um segmento específico de determinada produção ou atividade, a contabilidade é denominada de

acordo com essa atividade ou produção. Assim sendo, conforme Marion, a contabilidade rural é o ramo que atua com foco no patrimônio rural, podendo ser estudada de modo geral, para todas as empresas e particular, aplicada a um certo tipo de atividade agrícola (Marion, 2020).

É de questionamento geral quanto ao ano agrícola e exercício social rural quando comparados às empresas rurais com às empresas comerciais, prestadoras de serviços ou indústrias, por exemplo que normalmente fazem o exercício social coincidir com o ano civil. Sendo assim, conforme Marion, na atividade agrícola, a receita normalmente se concentra durante ou logo após a colheita, essencialmente sazonal. A sazonalidade é quando a produção agrícola se concentra em determinado período em que se pode traduzir em alguns dias de um determinado período; em que se pode traduzir em alguns dias de um determinado mês do ano. Ao término da colheita e quase sempre da comercialização dessa colheita, acontece o encerramento do ano agrícola (Marion, 2020).

Ainda segundo Marion, o ano agrícola é o período compreendido em que se planta, desenvolve, colhe e normalmente se comercializa a safra agrícola. Quando a comercialização não acontece, a produção agrícola é armazenada em armazéns a espera de um melhor preço. Nestes casos, o término do ano agrícola se considera no término da colheita e a nova safra é iniciada normalmente no início da colheita da safra subsequente. Já os estoques da safra anterior que não foram comercializados antes do término da safra serão considerados estoques de passagem (Marion, 2022).

O Código Civil até o ano de 2002 definia as empresas em apenas dois tipos, sendo eles a sociedade comum e a sociedade comercial. A partir do dia 11 de janeiro de 2003, o Código Civil trouxe inúmeras mudanças, entre elas uma nova definição de empresário, empresa e novas tipologias, adequando a legislação com as mudanças acontecidas no Brasil (Brasil, 2002).

Segundo Marion reescreve e em conformidade com o atual Código Civil, a definição de empresário é trazida como aquele que faz o exercício profissional de atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços. Logo, o produtor rural passa a se chamar empresário rural em função da definição mencionada anteriormente, desde que esteja

inscrito na Junta Comercial. Se por ventura não estiver inscrito na Junta Comercial, ele será considerado como um produtor rural autônomo (Marion, 2020).

Marion e o Código Civil consideram uma sociedade empresária quando as pessoas se unem e celebram em contrato e receptivamente têm a obrigação em contribuir com bens e serviços para exercer a atividade econômica e partilhar entre si os resultados. O termo sociedade empresária substitui assim a expressão sociedade comercial, muito utilizada no Código Civil anterior de 1850. Desse modo, a sociedade rural, quando acontece a união de duas ou mais pessoas que exercem a atividade rural, passa a ser visto como uma sociedade empresária (Marion, 2020).

Conforme Crepaldi, no Brasil prevalece atualmente a exploração na forma de pessoa física, por possuir tratamento mais simplificado na legislação do Imposto de Renda. As pessoas físicas, individualmente, são enquadradas como pequenos e médios produtores rurais, porque não precisam de declaração de Imposto de Renda e fazer a escrituração regular em livros contábeis, fazendo apenas a utilização de uma simplificada escrituração através do livro caixa. Já as pessoas físicas enquadradas como grandes produtoras rurais sempre serão equiparadas como pessoas jurídicas para finalidades fiscais e ficam obrigadas a integral escrituração contábil e fiscal (Crepaldi, 2019).

1.3.1 As atividades rurais e os produtos rurais

Para um melhor entendimento, o termo atividade rural é a exploração das atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais. As atividades agrícolas compreendem a produção vegetal, em especial nas culturas hortícolas e forrageiras, além das arboriculturas. Já as atividades zootécnicas compreendem a produção e a criação de animais das mais diferentes espécies. E, por fim, as atividades agroindustriais compreendem as indústrias rurais no beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, bem como na transformação de produtos zootécnicos (Marion, 2020).

Segundo Marion, as culturas temporárias são aquelas que estão sujeitas ao replantio após a colheita, que possuem o período de vida muito curto entre o plantio e a colheita. Os seus custos serão contabilizados em uma conta do ativo circulante com o título culturas temporárias, sendo que estes custos podem ser sementes, fertilizantes, defensivos, mão de obra, entre outros que serão acumulados até o término da colheita (Marion, 2020).

Após o término da colheita, o saldo constante na conta de culturas temporárias será transferido para a conta de produtos agrícolas, sendo que serão somados posteriormente à colheita os custos para deixar o produto à disposição para a venda. Porém quando o produto é vendido, transfere-se o valor correspondente ao volume vendido da conta de produtos agrícolas para a conta de custo de produtos vendidos, tendo assim a possibilidade de calcular o resultado podendo assim apurar o lucro bruto (Marion, 2020).

A partir disso, quando o produto agrícola estiver pronto para a venda, totalmente acabado, comumente em alguns casos o produto agrícola é armazenado para venda em momento oportuno, esperando melhoria nos preços. Porém, existem divergências quanto à forma de classificação do custo de armazenamento. Muitos autores o confundem com o custo de produção, mas, após estar o produto colhido e ficar à disposição para venda, o gasto com armazenamento será classificado como despesa operacional (Marion, 2020).

Em concordância com Marion, as culturas permanentes são aquelas plantas que não estão sujeitas ao replantio após a colheita, uma vez que irão propiciar a possibilidade de mais uma colheita ou produção, bem como irão apresentar um prazo de vida útil superior a um ano. Nestes tipos de cultura consideradas como permanentes, os custos de formação sempre são classificados no ativo permanente imobilizado, acumulados na conta cultura permanente em formação, especificando o tipo de cultura (Marion, 2020).

Após a formação da cultura, podendo assim levar vários anos, os saldos que ficarão acumulados serão transferidos da conta cultura permanente em formação para a conta cultura permanente formada, no ativo permanente imobilizado, sempre se especificando a cultura. Portanto, logo após a cultura formada, iniciar-se-á a primeira produção ou colheita. Já na época da primeira

floração, os custos de formação e maturação do produto irão ser classificados em uma conta do ativo circulante, chamado estoque, denominado colheita em andamento, especificando o tipo de produto. Também vale salientar que aos custos de formação da colheita, serão também adicionadas as quotas de depreciação ou exaustão da cultura permanente formada (Marion, 2020).

No decorrer do encerramento da colheita, acontece a transferência do saldo acumulado da conta colheita em andamento para a conta de produtos agrícolas, situada no ativo circulante, na subconta estoques. Conforme o produto for colhido, os custos de beneficiamento, acondicionamento, silagem, entre outros, serão classificados na conta produtos agrícolas. Assim sendo, ao ser vendido o produto, transfere-se o valor correspondente de custos referente à quantia total ou parcial da produção para a conta de custo de produtos vendidos, apurando-se o resultado bruto. Quando é levado em conta legislação do Imposto de Renda na cultura permanente, a depreciação ou a exaustão somente será contabilizada a partir da primeira colheita, considerando o tempo de vida útil da cultura. E os recursos posteriormente aplicados para aumentar sua vida útil e melhorar sua produtividade serão ativados a essa conta (Marion, 2020).

Ou seja, não se deve acarretar a sobrecarga da safra de um ano para o outro, mas o imobilizado e este ativo será repassado às safras, através da depreciação ou exaustão. Nota-se que as árvores frutíferas sofrem depreciação e as culturas ceifadas sofrem exaustão. E, por fim, as perdas extraordinárias que decorrem de geadas, incêndios, inundações, tempestades, entre outros, quando provocam perda total ou parcial da capacidade da cultura, deverão ser consideradas perda do período, sendo baixadas da conta do ativo permanente e são transferidas para a conta do resultado do exercício (Marion, 2020).

Também conforme Marion, a contabilidade pecuária faz referência as atividades zootécnicas que compreendem a produção e a criação de animais das mais diferentes espécies, por constituir uma atividade de grande relevância econômica e também por estar presente na maior parte das propriedades rurais no Brasil. Assim sendo, há dois métodos de avaliação do estoque de animais vivos, também chamados de plantel, os chamados valores de custo e

valores de mercado. E, por fim, estes métodos de avaliação de estoque e de custo é aplicada para efeitos fiscais egerenciais (Marion, 2020).

Já a classificação contábil do gado, principalmente na pecuária bovina de corte, compreende três etapas distintas, sendo elas a cria, recria e engorda. A cria, tendo como atividade principal é a produção do bezerro, que é vendido após o desmame com o período igual ou inferior a 12 meses. A recria como atividade principal a partir do bezerro desmamado com o período de 13 a 23 meses, a produzir e vender o novilho magro para engorda. E a engorda tendo como atividade principal, também denominada invernista, que irá desde o novilho magro até estar pronto para a venda, sendo que o processo leva de 24 a 36 meses (Marion, 2020).

Portanto, pela combinação dessas três etapas, há possibilidade de seis alternativas de produção: a cria, recria, cria-recria, cria-recria-engorda, recria-engorda e engorda. Este gado bovino que será comercializado pelo produtor, em forma de bezerro desde o seu nascimento, novilho magro e gordo até a venda para o abate, deverá ser classificado como estoque vivo. Já o gado com destinação a procriação, sendo touros e matrizes, ou ao trabalho, que não será vendido pelo produtor rural será classificado no ativo permanente (Marion, 2020).

Por outro lado, existe também a classificação fiscal, conforme a legislação fiscal. Assim sendo, a classificação contábil se divide em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo circulante compreende os estoques vivos, que são as aves, gado bovino, suínos, ovinos, caprinos, coelhos, peixes e pequenos animais que são destinados à revenda ou a serem consumidos. E o ativo não circulante, através do imobilizado subdivide-se em gado reprodutor, gado de renda e animais de trabalho. O gado reprodutor representado por touros e vacas puros de origem e puros de cruza, além do gado destinado à inseminação artificial. Já o gado de renda é representado por bovinos, suínos, ovinos e equinos que são utilizados para a produção de bens que constituem o objeto de suas atividades, gerando assim renda para a propriedade rural. E para concluir, os animais de trabalho representado por equinos, bovinos, muares, asininos destinados ao trabalho agrícola, sela e transporte (Marion, 2020).

2 METODOLOGIA

Em consonância com Santos, Parra Filho, a metodologia é o caminho percorrido para atingir os objetivos propostos com a pesquisa. Dependendo da proposta de trabalho ou a área de pesquisa, os métodos que serão utilizados podem ser bem mais definidos. É importante ter claro de que existem métodos de pesquisa mais gerais, aplicados a toda espécie de pesquisa, como também existem métodos mais específicos que são utilizados dependendo da temática proposta e do trabalho ao qual será desenvolvido (Santos; Parra Filho, 2012).

1.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A classificação da atual pesquisa enfatiza as características a seguir. Quanto a natureza ela se configura como aplicada, pois, tem como objetivo a geração de conhecimentos para a aplicação prática em direção a solução de problemas específicos, pois envolve verdades e interesses universais. (Matias-Pereira, 2016). A pesquisa, quanto ao tratamento dos dados é qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois parte do entendimento de que existe uma relação entre o mundo real e o sujeito, trazendo um vínculo entre o mundo objetivo e o pensamento do sujeito; e quantitativa porque parte do pressuposto de que tudo pode ser numerado quantitativamente, traduzindo em números, opiniões e informações para poder analisar e classificar os mesmos (Matias-Pereira, 2016).

Já as classificações em relação aos objetivos da pesquisa, configuram-se com abordagem exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa é exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema para que seja explícito e com possibilidade de construção de hipóteses de soluções. Também é descritiva pois apresenta as características que determinada população ou fenômeno possui, ou seja, busca evidenciar o estabelecimento de relações entre variáveis. E esta pesquisa é explicativa, pois visa a identificação dos fatores que irão determinar e contribuir para com a ocorrência dos fenômenos (Matias-Pereira, 2016).

E, para concluir, esta pesquisa quanto aos procedimentos técnicos, é bibliográfica, documental e estudo de caso. Bibliográfica porque foi elaborada a partir de materiais já publicados, principalmente de livros e atualmente com material disponibilizado na Internet. Documental porque foi elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento com maior profundidade. E concluindo, estudo de caso, porque teve envolvimento de um estudo detalhado do objeto e os fatores que influenciaram os resultados de maneira a que se permita o entendimento e o amplo e detalhado conhecimento (Matias-Pereira, 2016).

1.2 GERAÇÃO DE DADOS

O estágio inicial de toda e qualquer pesquisa é a coleta de dados, pois a partir dela tem-se a obtenção de informações prévias relacionadas ao assunto de estudo. É a primeira etapa de qualquer investigação científica e pode ser conduzida sob duas tipologias: por meio da pesquisa documental, que envolve o uso de fontes primárias, e por meio da pesquisa bibliográfica, que tem por base o uso de fontes secundárias (Marconi; Lakatos, 2021).

Destarte, nesta pesquisa os dados foram produzidos a partir da pesquisa bibliográfica, onde qualquer que seja o campo de estudo pesquisado, sempre a partir dela será proporcionado um conhecimento prévio da etapa em que se encontra o assunto estudado, trabalhando, assim, com fontes bibliográficas, ou seja, com informações já escritas em livros, jornais, revistas, entre outros (Santos; Parra Filho, 2012).

1.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No que se refere ao planejamento de análise e interpretação de dados, o artigo foi realizado pelo método dedutivo, que tem como objetivo a explicação do conteúdo das premissas e por meio do raciocínio em ordem descendente, ou seja, da análise do geral para o particular, chegando-se assim a uma conclusão. Para que isto seja possível, este método utiliza o silogismo, a construção lógica que, a partir de duas premissas, se obtém uma terceira

logicamente decorrente, também chamada de conclusão (Lozada; Nunes, 2019).

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a conclusão de todo o embasamento teórico e o processo metodológico, realizou-se o processo de levantamento e análise de todos os dados que foram obtidos durante a entrevista realizada com o produtor rural. Também foram coletados com base na análise e no levantamento de dados com base nas notas fiscais e documentos disponibilizados com o produtor rural, os quais estão apresentados nos tópicos a seguir.

2.1 APRESENTAÇÃO DA PROPRIEDADE

Foi realizada uma análise e levantamento de notas fiscais e documentos, bem como uma entrevista com o produtor rural onde o mesmo contou um pouco da sua história na agricultura, como também com os dados obtidos foram possíveis a construção e o cálculo dos custos e gastos da propriedade rural. Assim sendo, este estudo prático foi realizado com base em uma área de 13 (treze) hectares de terra localizados no Distrito da Linha São Miguel no município de Cândido Godói.

As culturas plantadas na área variam entre soja, milho e trigo, sendo que na safra 2023/2024 foram plantadas duas culturas temporárias, o ciclo da soja como cultivar de verão e o ciclo do trigo como cultivar de inverno, sendo estes produtos as fontes de receita da propriedade. Sendo assim, os custos e gastos da propriedade rural foram calculados com base nos 13 (treze) hectares.

O produtor rural, ao longo dos anos, adquiriu alguns maquinários e implementos agrícolas, dentre eles um trator, duas semeadeiras, um carretão, um pulverizador, um lance, uma grade, um pé de pato e um distribuidor. Estas máquinas e implementos agrícolas, bem como as sementes e os insumos utilizados são guardados em três galpões. Cabe lembrar que os galpões não

se situam na área de terra onde são produzidos a soja e o trigo, mas sim, na casa do arrendatário, visto que a residência é bem próxima ao local de cultivo.

Porém, mesmo os maquinários e implementos agrícolas adquiridos, o produtor rural não possui toda a infraestrutura necessária para completar o ciclo da soja e do trigo, o que o obriga a pagar pelo serviço de um terceiro para a colheita e o transporte dos produtos agrícolas até as cooperativas agrícolas, para armazenamento e/ou posterior venda. Portanto, neste estudo prático queremos trazer de forma simples e acessível a observação e entendimento a todos acerca da possibilidade da realização do arrendamento de pequenas áreas de terra, visando apresentar lucro ou prejuízo.

2.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da entrevista realizada e dos dados coletados, tornou-se possível conhecer toda a estrutura da propriedade, e realizar a mensuração dos documentos, sejam eles fiscais ou fornecidos pelo agricultor, e através destes foi possível realizar o inventário da propriedade. Após, foi realizada a análise e tabulação destes dados, fazendo o uso de tabelas, que foram segmentadas em receitas, despesas e custos de produção, trazendo uma maneira facilitada da visualização dos dados apurados, demonstrando tudo o que foi utilizado no total do período.

Conforme conversa com o agricultor, ele explicou os passos que realiza durante o ciclo de cada uma das safras, ou seja, desde o plantio até a colheita de cada uma das culturas. O primeiro passo realizado é o custeio juntamente com o seguro agrícola, que seria um financiamento seguro com a finalidade de custear com segurança a aquisição dos insumos para o plantio.

O valor deste custeio é definido através de um projeto que deve ser realizado por um profissional qualificado e especializado na área, no qual devem ser informados inúmeros dados dentre eles, a área destinada ao plantio e uma estimativa de custos com o processo produtivo. Após esse projeto passa por uma análise bancária, para que seja possível a liberação do crédito. Também foi adquirido o seguro agrícola, para que em caso de intempéries que ocasionam a frustração da safra, os custeios, conjuntamente com o seguro,

irão servir como uma forma de proteger ao produtor, desde que o mesmo apresente todos os documentos hábeis que comprovem a compra de insumos, conforme anteriormente elencados no projeto.

O custeio agrícola em conjunto com o seguro agrícola, foram adquiridos pelo agricultor na safra de 2023/2024 nas culturas da soja e do trigo, a taxa e o valor de juro pago. Pela quantidade de hectares, a propriedade rural em questão foi considerada como uma pequena propriedade rural, sendo o custeio agrícola enquadrado na linha de financiamento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Nacional (PRONAF) e o seguro agrícola no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária Mais (PROAGRO MAIS). A partir disso, a Tabela 1 demonstra o valor do custeio agrícola, conjuntamente com o seguro agrícola juntamente com o valor financiado, a taxa e o valor de juro pago.

TABELA 1

Custeio e Seguro das Culturas Cultivadas

Cultura	R\$ financiado	% Juros Custeio	R\$ Juros Custeio	% Juros Proagro	R\$ Juros Seguro	% Juros IOF	R\$ Juros IOF	Valor Total	Valor da Parcela
Soja	54.600,00	6%	3.276,00	6,50%	3.549,00	0,38%	207,48	61.632,48	61.632,48
Trigo	46.800,00	4%	1.239,82	8,50%	3.978,00	0,38%	177,84	52.195,66	52.195,66

Fonte: Produção da Pesquisadora.

O custeio e o seguro agrícola são referentes a 13 (treze) hectares, válido por 5 (cinco) meses, período de desenvolvimento da cultura e pago em uma única parcela, normalmente até 3 (três) meses após a colheita, ou seja, totalizando o período de 8 (oito) meses. A respeito dos juros incidentes, foram considerados os juros do custeio agrícola e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Assim sendo, após a obtenção e liberação do custeio, inicia-se o processo de aquisição dos insumos agrícolas para o plantio de cada uma das culturas em seus respectivos períodos de cultivo, como descrito na Tabela 2.

TABELA 2

Custos Totais de Produção

Insumos	Valores
Sementes	R\$ 7.905,77
Semente Soja	R\$ 4.018,18
Semente Trigo	R\$ 3.887,59
Fertilizantes	R\$ 13.501,42
Inoculantes	R\$ 301,36
Agrotóxicos	R\$ 17.588,15
Herbicidas	R\$ 8.516,57
Fungicidas	R\$ 6.403,57
Inseticidas	R\$ 1.321,78
Gramicidas	R\$ 1.346,23
Aditivos	R\$ 425,64
Adjuvante	R\$ 806,04
Óleos Vegetais	R\$ 313,76
Outros itens	R\$ 144,26
Agente Espumante	R\$ 50,38
Detergente	R\$ 76,10
Grafite	R\$ 17,79
Total	R\$ 40.986,39

Fonte: Produção da Pesquisadora.

Segundo os documentos obtidos e a conversa com o agricultor, foi possível verificar quais insumos são utilizados no plantio das culturas da soja e do trigo e também foi esclarecido que o mesmo faz uma tomada de preços dos insumos e os adquire de acordo com o preço mais acessível do mercado, não possuindo assim um vínculo fixo com apenas um fornecedor. O produtor plantou nesta safra apenas uma variedade de soja e uma de trigo, ambas com grande potencial de produtividade, desde que ele tenha a devida assistência técnica e siga todas as recomendações.

Assim sendo, vale salientar que o custo de aquisição destas sementes é sem o tratamento, ou seja, o custo destes produtos utilizados para o tratamento da semente plantada foi posteriormente alocado. Para o tratamento da semente plantada foram utilizados fertilizantes foliares, inoculantes, óleos minerais, herbicidas, fungicidas, inseticidas e germicidas, para o controle de pragas e a melhora do vigor das plantas, sempre visando uma melhor produtividade. Já a Tabela 3 demonstra os gastos com a manutenção de equipamentos agrícolas, combustíveis e a terceirização da colheita e do frete.

TABELA 3

Manutenção de Equipamentos, Combustíveis e Terceirização de Colheita e Frete

Descrição	\$
Operação e manutenção	R\$ 7.911,07
Combustíveis	R\$ 1.200,00
Colheita e frete	R\$ 14.000,00
Total	R\$ 23.111,07

Fonte: Produção da Pesquisadora.

Os gastos com combustíveis são colocados em uma estimativa geral e total, conforme conversa com o produtor e os dados obtidos através das notas fiscais. Nesse sentido, no decorrer da safra, além dos tradicionais custos, como por exemplo os insumos e combustíveis, conjuntamente, é preciso evidenciar os gastos de operações e manutenção com máquinas e implementos agrícolas.

Também se constatou que o agricultor não possui colheitadeira própria e caminhão para o transporte dos produtos agrícolas, obrigando a terceirização da colheita e o transporte das produções dos produtos agrícolas até as cerealistas. Para esta terceirização foram consideradas a área e a produtividade para compor o valor pago pelos serviços prestados por terceiros. A seguir, a Tabela 4 apresenta os gastos com o pró-labore que nada mais é o salário do agricultor.

TABELA 4

Pró-labore

Descrição	R\$
Salário mínimo mensal	R\$ 1.412,00
Pró-labore mensal	R\$ 706,00
Total de Pró-labore Anual	R\$ 8.472,00

Fonte: Produção da Pesquisadora.

Outra constatação importante é a não consideração do agricultor a cerca do pró-labore, sendo isso bastante comum no levantamento realizado dos custos. Assim sendo, o pró-labore é definido como o salário do agricultor, sendo o valor de R\$ 706,00 (setecentos e seis reais) mensais, tendo como base metade de um salário mínimo. Portanto, este valor se justifica, pois, o produtor rural tem outras áreas cultivadas e mais fontes de recursos, aos quais não foram considerados nesta pesquisa, mas que fazem parte da propriedade rural. Em seguida, a Tabela 5 apresenta os custos que a propriedade rural teve com a depreciação de benfeitorias e instalações, máquinas e implementos.

TABELA 5

Depreciação

Depreciação	R\$
Benfeitorias e instalações	R\$ 600,00
Máquinas	R\$ 4.800,00
Implementos	R\$ 3.000,00
Total	R\$ 8.400,00

Fonte: Produção da Pesquisadora.

A depreciação é definida como o processo de perda de valor de um bem de acordo com a sua utilização no decorrer do tempo. Assim sendo, como o produtor não possuía contabilidade em sua propriedade, o mesmo não realizava a depreciação de seus maquinários, implementos agrícolas e

instalações. Sendo assim, inicialmente foi realizado um levantamento dos valores dos bens e, posteriormente, aplicou-se o método de depreciação linear, calculando assim um valor de depreciação anual, contemplando assim um ano agrícola.

Da mesma forma que até o momento foram elencados os custos de produção, operacionalização e gerais da propriedade rural, também faz-se necessário apresentar as receitas obtidas na propriedade rural a partir das sacas colhidas dos produtos agrícolas e da venda destes produtos agrícolas a Cooperativa Tritícola Santa Rosa LTDA (Cotrirosa) e a Cooperativa Mista São Luiz LTDA (Coopermil), ambas as cooperativas cerealistas com unidades situadas no município de Cândido Godói. Assim sendo, os dados referentes as receitas obtidas pela propriedade rural com a colheita e a venda dos produtos agrícolas estão elencadas e demonstradas, a seguir, na Tabela 6.

TABELA 6

Receitas

Cultura	Sacas	R\$ Saca	R\$
Soja	650	R\$ 125,00	R\$ 81.250,00
Trigo	585	R\$ 66,00	R\$ 38.610,00
Total de Receitas	1 235	R\$ 191,00	R\$ 119.860,00

Fonte: Produção da Pesquisadora.

As quantidades entregues por hectare para as cerealistas foram de 50 (cinquenta) sacas de soja por hectare e 45 (quarenta e cinco) sacas de trigo por hectare, sendo que destas quantidades mencionadas anteriormente já foram descontadas as impurezas e secagem do produto. O produtor já comercializou toda a produção, onde se buscou o melhor preço para obter as melhores receitas nas duas culturas, conforme anteriormente demonstrado na Tabela 6.

Após os levantamentos dos custos e receitas da produção, neste caso pode ser observado que no exercício foi obtido um resultado positivo, auferindo um lucro de R\$ 28.872,22, levando em consideração as safras das culturas da

soja e do trigo, sendo detalhado na demonstração do resultado do exercício constante na Tabela 7.

TABELA 7

Demonstração do Resultado do Exercício

(=) Receita	R\$ 119.860,00
Soja	R\$ 81.250,00
Trigo	R\$ 38.610,00
(-) Custos	R\$ 90.987,78
Custos de Produção	R\$ 56.186,39
Insumos	R\$ 40.986,39
Combustíveis	R\$ 1.200,00
Terceirização - Colheita e Frete	R\$ 14.000,00
Custos Operacionais	R\$ 18.490,32
Pró-labore	R\$ 8.472,00
Juros Custeio	R\$ 5.148,00
Juros Seguro	R\$ 4.485,00
Juros IOF	R\$ 385,32
Custos Gerais	R\$ 16.311,07
Depreciação	R\$ 8.400,00
Manutenção	R\$ 7.911,07
(=) Resultado Líquido do Exercício	R\$ 28.872,22

Fonte: Produção da Pesquisadora.

2.3 SUGESTÕES DE IMPLEMENTAÇÕES A PROPRIEDADE

A partir da implementação da contabilidade rural na propriedade e o levantamento dos custos das safras de soja e de trigo no período analisado, foi constatado vários pontos benéficos ao produtor, como a possibilidade maior de visualização de seus custos e despesas de produção, receitas e, conseqüentemente, a sua lucratividade, como também a depreciação. Posteriormente, se sugere que o produtor continue fazendo a contabilidade e

o levantamento dos custos da produção das culturas, as quais ele cultiva na propriedade, principalmente da soja e do trigo, para as próximas safras, conseguindo assim dados históricos, onde o produtor visualiza o desempenho da produtividade ao longo dos anos, e com a implementação e análise, o mesmo possa fazer corte de gastos e custos, para amenizar o prejuízo e surtir efeitos, seja na produtividade, ou até mesmo buscando a lucratividade da propriedade.

Cabe ressaltar aqui, a influência do clima no decorrer das duas safras, onde ocorreram períodos secos, como também períodos extremamente chuvosos, causando quebra de safra e conseqüentemente uma produção menor nas culturas. Além disso, o produtor rural tem mais áreas de terra de cultivo em outros locais e onde além de cultivar a soja e o trigo, o mesmo também cultiva milho, sendo sugerido para o agricultor que implementasse o mesmo processo para as demais cultivares, podendo assim conhecer os seus custos, despesas e receitas, para que assim possa buscar amenizar prejuízos e, com uma análise detalhada, buscar a lucratividade, a sua rentabilidade e a continuidade do seu sustento na área rural.

Assim, é importante ressaltar que, com a implementação do processo de análise de custos, despesas e receitas das áreas cultivadas, o produtor pode obter uma análise mais detalhada de qual cultivar é mais viável para o plantio, qual deve-se ter um aumento na quantidade produzida, quais devem sofrer reduções, desta forma integralizando todas as informações obtidas, podendo analisar como um todo a propriedade, conseguindo assim conhecer a real situação da propriedade. Contudo, a implementação do controle de custos de todos os cultivares da propriedade estaria proporcionando ao produtor uma vasta gama de benefícios, uma vez que, tendo todos estes dados em mãos, o produtor pode melhorar a tomada de decisão, podendo buscar investimentos em maquinários, aquisição de novas terras, investimento em tecnologia no cultivo, conseguindo assim administrar de forma mais assertiva a propriedade.

Para a realização do controle de custos, o produtor pode se utilizar de métodos bem simplificados, uma vez que pode estar acompanhando todo o processo de implementação com o controle dos custos da soja e do trigo, bem

como nas demais culturas que o mesmo possa vir a cultivar em outras áreas da propriedade. Neste sentido, existem algumas ferramentas que auxiliam neste controle de maneira bem eficaz, podendo ser por meio de planilhas eletrônicas, por exemplo, onde o produtor tem total facilidade de estruturar as suas planilhas voltadas para as suas reais necessidades, de forma que facilmente possam ser entendidas e analisadas, podendo também fazer uso de *softwares* pagos ou do livro caixa da agricultura, um sistema disponibilizado pela Receita Federal, além do tradicional uso de livros físicos para o controle de caixa.

CONCLUSÃO

A contabilidade, vem sendo cada vez mais implementada nas grandes propriedades, enquanto que, para os pequenos e médios produtores, ela é vista ainda com um mal necessário, com poucos retornos, visto que geralmente está ligada à conformidades fiscais e não como uma ferramenta de gestão, análise e tomada de decisões. Diante disto, o presente estudo abordou a contabilidade, em especial a contabilidade gerencial como uma ferramenta pela qual é possível analisar e tomar melhores decisões no processo de gestão em uma propriedade rural, sendo a mesma localizada no interior do município de Cândido Godói, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul no período abrangente ao ciclo da safra da soja e do trigo 2023/2024.

O problema que norteou o estudo foi como a utilização da contabilidade pode auxiliar na gestão de uma propriedade rural. Dessa forma, buscou-se explicar para o produtor de forma prática como a contabilidade pode auxiliar no norteammento e na tomada de decisões, a partir do objetivo do estudo em questão que é a busca e implementação de um método eficaz e de fácil compreensão dos custos e receitas de uma propriedade rural, aconteceu a elaboração e análise de demonstrativos, que serviram como uma ferramenta utilizada para a diminuição de custos, maior lucratividade e diferencial de mercado.

Conforme a contextualização teórica, foi possível a observação que os produtores até podem possuir um breve conhecimento acerca da contabilidade, em especial referente ao controle de custos, mas de forma bem superficial, se atentando apenas aos insumos utilizados e as receitas obtidas com as vendas dos produtos agrícolas. Neste meio, muitos produtores deixaram de considerar todos os seus custos, receitas, despesas e gastos de produção no momento de análise de seus lucros, como por exemplo, a depreciação, pró-labore, custo com manutenções de máquinas, os quais influenciam diretamente no resultado final do exercício. Através da utilização da contabilidade, é possível alocar os custos e as receitas de forma correta e a visualização de maneira clara e eficaz, como cada um impacta na lucratividade de cada exercício e/ou cultivar.

Com o decorrer do estudo realizado, os objetivos foram alcançados, sendo que, com a implementação da contabilidade e utilização dos demonstrativos elaborados e analisados, o produtor obteve a visualização de dados mais fiéis à sua lucratividade. Desta forma, pode-se concluir que a questão problema foi sanada e que de fato as ferramentas de gestão auxiliam o produtor rural na melhor tomada de decisões, mesmo quando se trata de uma pequena propriedade rural.

Por fim, este artigo contribuiu para a instituição tendo em vista que elucidou e trouxe um melhor entendimento da organização e funcionalidade de uma propriedade rural. Já para a acadêmica este trabalho teve uma grande contribuição, visto que a área utilizada para o estudo prático é em parte propriedade da acadêmica e de sua família favorecendo assim o processo de gestão e podendo ajudar como mais uma fonte de renda para a família assim trazendo uma melhora na qualidade de vida e no sustento da família.

REFERÊNCIAS

CORONADO, Osmar. **Contabilidade Gerencial Básica - 2ª edição**: SRV Editora LTDA, 2012. *E-book*. ISBN 9788502178991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502178991/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade Rural**: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021639. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021639/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**: SRV Editora LTDA, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia Científica**: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773220. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MARION, José C. **Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda**: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024210. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024210/>>. Acesso em: 10 jun. 2024. Exemplo:

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLSEN, Wendy. **Coleta de Dados**: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290543. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290543/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica**: SRV Editora LTDA, 2018. E-book. ISBN 9788547224806. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547224806/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica Fácil**: SRV Editora LTDA, 2013. E-book. ISBN 9788502210912. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210912/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria D. P B.

Metodologia de Pesquisa: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565848367.

Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **Metodologia Científica**: Cengage LearningBrasil, 2012. E-book. ISBN 9788522112661. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**, 1ª edição: SRV Editora LTDA, 2017. E-book. ISBN 9788547214975. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Básica**: SRV Editora LTDA, 2017. E-book. ISBN 9788547220921. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220921/>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: IMPACTOS NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Odair Oliveira da Costa¹

Emily Amanda Bruxel Pinceta²

Mônica Stormowski³

Lauri Aloísio Heckler⁴

Natalie Schmidt de Oliveira⁵

RESUMO

O artigo aborda o tema da terceirização e precarização do trabalho, com foco nos impactos das mudanças introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, no sistema jurídico brasileiro. O problema central investiga como a flexibilização das relações de trabalho e a ampliação da terceirização, promovidas pela reforma, contribuíram para a precarização das condições laborais e afetaram os direitos dos trabalhadores. O objetivo principal é analisar os impactos da Reforma Trabalhista, examinando as alterações na legislação relacionadas à terceirização e sua conexão com a precarização das condições de trabalho. Os objetivos específicos são: examinar as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 na legislação trabalhista brasileira, com foco nas disposições relacionadas à terceirização, a fim de compreender como essas mudanças alteraram a estrutura das relações de trabalho e suas implicações para os direitos dos trabalhadores; além de investigar a relação entre a flexibilização das normas trabalhistas e a intensificação da terceirização, analisando como essas práticas têm contribuído para a precarização das condições laborais, com ênfase nos efeitos diretos sobre a segurança e os direitos trabalhistas. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Antunes, Druck e Fontainha, que destacam os efeitos negativos da flexibilização, como redução de benefícios, insegurança econômica e diminuição da força sindical. A análise aponta que a reforma ampliou a negociação individual em

¹ Acadêmico do Curso de ciências contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Odairdacosta28@gmail.com

² Especialista, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Orientador. Professor do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. emilypinceta@gmail.com.

³ Orientadora. Mestranda e especialista em Finanças e Controladoria. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. monicast@fema.com.br

⁴ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Orientador. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. lheckler@bol.com.br

⁵ Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. natalieschmidt730@gmail.com

detrimento da coletiva, enfraquecendo os sindicatos e promovendo regimes de trabalho mais precários, especialmente para trabalhadores terceirizados. Embora a Reforma Trabalhista tenha buscado aumentar a competitividade empresarial, ela foi amplamente criticada por priorizar o mercado em detrimento da proteção social, intensificando desigualdades. A metodologia do estudo baseia-se em revisão bibliográfica e análise crítica de dados. O artigo conclui que as mudanças agravaram a precarização do trabalho no Brasil e destaca a necessidade de uma avaliação cuidadosa das especificidades socioeconômicas do país. O estudo contribui para o debate sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores em contextos de flexibilização.

Palavras-chave: Precarização; Reforma; Trabalho; Terceirizado.

ABSTRACT

The article addresses the theme of outsourcing and labor precarization, focusing on the impacts of the changes introduced by Law No. 13,467/2017, known as the Labor Reform, within the Brazilian legal system. The central issue investigates how the flexibilization of labor relations and the expansion of outsourcing, promoted by the reform, have contributed to the precarization of working conditions and affected workers' rights. The main objective is to analyze the impacts of the Labor Reform by examining the changes in legislation related to outsourcing and its connection with the precarization of working conditions. The specific objectives are: to examine the changes introduced by Law No. 13,467/2017 in Brazilian labor legislation, focusing on provisions related to outsourcing, in order to understand how these changes altered the structure of labor relations and their implications for workers' rights; and to investigate the relationship between the flexibilization of labor regulations and the intensification of outsourcing, analyzing how these practices have contributed to the precarization of working conditions, with emphasis on their direct effects on safety and labor rights. The theoretical framework is based on authors such as Antunes, Druck, and Fontainha, who highlight the negative effects of flexibilization, such as reduced benefits, economic insecurity, and weakened union power. The analysis indicates that the reform expanded individual negotiation at the expense of collective bargaining, weakening unions and promoting more precarious work arrangements, particularly for outsourced workers. Although the Labor Reform sought to increase business competitiveness, it has been widely criticized for prioritizing market interests over social protection, intensifying inequalities. The study's methodology is based on a bibliographic review and critical data analysis. The article concludes that the changes have worsened labor precarization in Brazil and underscores the need for a careful assessment of the country's socioeconomic specificities. The study contributes to the debate on the protection of workers' rights in contexts of flexibilization.

Keywords: Precarization; Reform; Labor; Outsourcing.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a Terceirização e precarização do trabalho: impactos nos direitos dos trabalhadores, delimitando-se à análise das alterações que a Lei n.º 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, trouxe ao sistema jurídico do Brasil, sobretudo no que diz respeito à flexibilização e atualização das relações de trabalho relacionadas com a terceirização.

A terceirização é um assunto complexo e que tem sido objeto de discussões políticas, jurídicas e econômicas ao longo das últimas décadas no Brasil. Trata-se de uma forma de contratação de serviços e mão de obra, que tem sido aplicada em diversos setores da economia, incluindo manufatura, serviços, construção civil, logística, tecnologia da informação e muitos outros.

Dentre os motivos mais comuns para a terceirização está a redução de custos, a especialização em determinadas atividades, a flexibilidade de mão de obra e a melhoria da eficiência. No entanto, se de um lado a terceirização parece apresentar muitas razões benéficas, também gera controvérsias.

Um dos principais pontos de debate é a questão dos direitos trabalhistas. Neste sentido, muitos argumentam que essa forma de contratação pode levar à precarização do trabalho, com trabalhadores terceirizados recebendo salários mais baixos, benefícios reduzidos e menor segurança no emprego.

Outro aspecto que os contrários à terceirização apresentam diz respeito à possibilidade de dificultar a organização sindical e a negociação coletiva, já que os trabalhadores muitas vezes são contratados por diferentes empresas, o que torna mais difícil a criação de um sindicato forte.

Além disso, a terceirização também levanta questões de responsabilidade. Afinal, se ocorre uma falha em uma atividade terceirizada, a responsabilidade deve ser analisada de forma minuciosa para determinar quem deve ser responsabilizado, se a empresa contratante, a empresa terceirizada ou ainda o trabalhador terceirizado.

Assim, considerando que este é um assunto que apresenta inúmeras nuances, o problema norteador deste estudo, questiona: De que maneira as mudanças introduzidas pela Lei n.º 13.467/2017 impactaram os direitos dos trabalhadores no Brasil, especialmente no que tange à flexibilização das relações de trabalho e à intensificação da terceirização, contribuindo para a precarização das condições laborais?

O objetivo é analisar os impactos das mudanças introduzidas pela Lei n.º 13.467/2017 no sistema jurídico brasileiro, focando na flexibilização das relações de trabalho e na intensificação da terceirização, e como essas alterações afetaram os direitos dos trabalhadores, contribuindo para a precarização das condições laborais.

Os objetivos específicos do estudo são examinar as alterações promovidas pela Lei n.º 13.467/2017 na legislação trabalhista brasileira, com foco nas disposições relacionadas à terceirização, a fim de compreender como essas mudanças alteraram a estrutura das relações de trabalho e suas implicações para os direitos dos trabalhadores; além de investigar a relação entre a flexibilização das normas trabalhistas e a intensificação da terceirização, analisando como essas práticas têm contribuído para a precarização das condições laborais, com ênfase nos efeitos diretos sobre a segurança e os direitos trabalhistas.

Atualmente as organizações enfrentam um cenário competitivo, em que buscam diferentes alternativas para se manter no mercado. Neste contexto, a terceirização surge como uma possibilidade de reduzir custos da mão de obra, mantendo a qualidade.

O seguinte estudo tem um grande impacto ao aluno em função de proporcionar um maior conhecimento sobre a terceirização dos serviços no Brasil. Além disso, a pesquisa contribui para futuras investigações sobre o tema. Para a Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) o presente trabalho se mostra importante uma vez que coloca em prática o conhecimento do acadêmico adquirido ao longo do curso de Ciências Contábeis e sua capacidade em investigar e analisar informações. Em se tratando da comunidade acadêmica, o trabalho pode servir como um meio de pesquisa para trabalhos posteriores

relacionados ao tema, se beneficiando do estudo para auxiliar no aprendizado e seu aperfeiçoamento.

Trata-se de um estudo teórico, desenvolvido com abordagem qualitativa, classificado como exploratório e descritivo, realizado pela técnica de pesquisa bibliográfica, sendo que a análise e interpretação foi feita pelo método indutivo. Dentre os principais autores que fundamentam o referencial teórico, destacam-se Silva (2015); Leite (2019); Grillo (2020); Silva (2021); Mayer, Schorr e Locatelli (2020); Pereira (2017); Pelatieri et al. (2018); Bonfim (2017); Garcia (2018), além da legislação brasileira pertinente ao tema.

As informações obtidas foram organizadas no presente artigo, que tem a introdução, o referencial teórico onde se tratam dos principais termos e conceitos do assunto, a metodologia que apresenta os passos seguidos para a realização desta pesquisa, a discussão dos resultados e a conclusão, seguida das referências bibliográficas usadas neste estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo abordará, primeiramente, os conceitos fundamentais relacionados à terceirização, destacando sua definição, principais características, vantagens e desafios, bem como o arcabouço legal que sustenta essa prática no Brasil, com ênfase nas legislações vigentes. Em seguida, será analisado o impacto da reforma trabalhista sobre a terceirização, enfatizando as mudanças introduzidas por esta reforma, suas implicações para empregadores e trabalhadores, e os debates que emergiram no cenário jurídico e trabalhista nacional.

1.1 TERCEIRIZAÇÃO: CONCEITO, PRINCIPAIS ASPECTOS E LEGISLAÇÃO

Ao longo da segunda metade do século passado, a prática da terceirização foi introduzida no contexto brasileiro, desafiando as estruturas preexistentes do Direito do Trabalho, que ainda não dispunha de uma regulamentação específica para esse fenômeno. A novidade surpreendeu, uma vez que permitiu que um trabalhador prestasse serviços a empresas com as

quais não mantinha nenhum vínculo laboral, desconsiderando, assim, as definições legais tradicionais de empregado e empregador (Silva, 2015).

A terceirização é identificada como um fenômeno altamente controvertido e delicado, que tem sido discutido por juristas do trabalho, economistas, administradores, empresários, sindicalistas e trabalhadores (Leite, 2019). Ela “[...] consiste na prática de contratação, por parte de uma empresa [...] de serviços com a utilização de mão de obra de outra empresa [...] para a realização de serviços em sua sede ou em seu favor” (Grillo, 2020, p. 223). Neste caso, a primeira empresa é chamada de tomadora de serviços, e a segunda é a interposta.

Dentre vários conceitos, Leite define a terceirização como “[...] a execução de certas partes da atividade empresarial por pessoas alheias aos quadros da empresa, geralmente por outras empresas” (Leite, 2019, p. 545). O empregado da interposta não tem qualquer vínculo empregatício com a tomadora de serviços onde ele executa sua atividade laboral (Grillo, 2020).

No contexto brasileiro, a prática da terceirização emergiu com o propósito de introduzir uma “flexibilização trabalhista”. Inicialmente, a intenção era promover a criação de novos postos de trabalho, uma vez que descentralizava a relação direta entre empregador e empregado, transferindo para terceiros a responsabilidade pelo vínculo empregatício. Essa abordagem buscava oferecer maior agilidade e eficiência às empresas, permitindo-lhes focar em suas atividades principais, enquanto serviços secundários eram delegados a terceiros especializados (Silva, 2021). Neste sentido, Mayer; Schorr e Locatelli expressam que:

Além da busca de amenização de custos, a terceirização é entendida como uma forma de oportunidade de empregos no cenário nacional. Todavia, é vista também como uma flexibilização não tão favorável, diante de alguns aspectos, pois argumentam que houve algumas revogações de direitos dentro dessa prática (Mayer; Schorr; Locatelli, 2020, p. 119-120).

Nesse cenário, uma série de controvérsias emergiu, sendo que duas delas se destacam de maneira significativa. A primeira diz respeito à determinação das responsabilidades das empresas em relação aos

trabalhadores terceirizados. A ausência de uma legislação específica inicialmente levou a debates acalorados sobre quem deveria ser responsável por assegurar os direitos trabalhistas desses profissionais: a empresa prestadora de serviços ou a empresa tomadora (Pereira, 2017).

A segunda controvérsia concentra-se nos limites que deveriam ser estabelecidos sobre quais atividades poderiam ser objeto de terceirização. A falta de parâmetros claros resultou em interpretações diversas e litígios sobre a extensão em que as empresas poderiam externalizar determinadas funções, levantando preocupações sobre a precarização das condições de trabalho e a garantia dos direitos dos trabalhadores terceirizados (Pereira, 2017).

Esses desafios, surgidos a partir da entrada da terceirização no panorama trabalhista brasileiro, evidenciaram a necessidade de uma legislação mais abrangente e específica para regular essa prática. Essa legislação deveria equilibrar os interesses das empresas e dos trabalhadores e proporcionar maior segurança jurídica ao sistema como um todo.

Ao longo do tempo, tornou-se evidente que essa prática, quando não devidamente regulamentada, poderia resultar em consequências prejudiciais para os trabalhadores e comprometer a estabilidade do mercado de trabalho. Em termos legais, o trabalhador, de modo geral, passou a ser melhor protegido a partir de 1943 com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio do Decreto n.º 5.452/1943, o qual protegia de forma minuciosa cada trabalhador inserido em uma relação de emprego (Brasil, 1943). Já em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, reconhecida como Constituição Cidadã, cujo objetivo principal é a defesa e garantia dos direitos dos cidadãos, enquanto seres humanos, promovendo a concretização dos direitos individuais, de cunho social, político, civil ou cultural; e dos direitos coletivos (Brasil, 1988).

No que se refere aos serviços de terceirização, os Decretos-leis n.º 1.212 e 1.216, ambos de 1966, foram os primeiros a autorizar a utilização destes serviços na área de segurança (Brasil, 1966). O Decreto n.º 62.756 de 1968, legalizou a locação de mão-de-obra por meio de agências especializadas (Brasil, 1968). E em 1969, o Decreto n.º 1.034 regulamentou os serviços de vigilância bancária, diretamente ou através de empresas intermediadoras (Brasil, 1969).

No entanto, foi ao longo da década de 1970, que se consolidou a terceirização do setor de serviços, principalmente, nos serviços de limpeza e de segurança e na conservação de estabelecimentos bancários. Em 1974 foi elaborada a Lei n.º 6.019, que tratava do trabalho temporário, e em 1983 a Lei n.º 7.102, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056/1983, permitiu a terceirização de serviços de vigilância e de transporte de valores (Brasil, 1974, 1983).

Com a intenção de conter inúmeros abusos que aconteciam em função de não existir uma legislação específica sobre o tema, mas somente leis que regulamentavam serviços e casos específicos, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 1986, editou o Enunciado 256 (Brasil, 1986). Esta iniciativa do TST buscou conter o avanço da terceirização, porém, acabou se tornando um entrave ao desenvolvimento econômico nacional, por ser extremamente rigoroso.

Assim, em face ao extremo rigor com que o Enunciado 256 tratava os serviços terceirizados, em 1993, o TST o revisou, com o objetivo de então passar a permitir a terceirização de determinados serviços que ora eram proibidos; e assim, em ato contínuo, elaborou o Enunciado 331, o qual foi alterado pela Resolução nº 96, de 11 de setembro de 2000 (Brasil, 1993; 2000).

Com o passar do tempo, houve um crescimento desenfreado na contratação de mão de obra terceirizada nas empresas privadas e públicas, o que repercutiu em um aumento desmedido dessa mão de obra nas empresas contratantes, e em muitos casos, o quadro de empregados próprios acaba sendo menor do que o quadro de empregados terceirizados (Silva, 2021).

À medida que a terceirização ganhava ainda mais espaço no mercado de trabalho, crescia a complexidade enfrentada para estabelecer uma uniformização nas normas regulatórias. Em outras palavras, tornava-se imperativo realizar um esforço significativo para criar uma legislação que abordasse de maneira abrangente as nuances desse fenômeno.

Durante um longo período, o enfoque recaiu sobre uma Súmula n.º 331, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). No entanto, essa abordagem, por si só, não oferecia uma segurança jurídica efetiva nas relações de trabalho. Fazia-se necessário um trabalho diligente para alcançar uma regulamentação mais robusta que considerasse os diversos aspectos envolvidos na terceirização, proporcionando assim maior estabilidade nas interações laborais.

A partir do clamor pela regulamentação da terceirização, em 31 de março de 2017 passou a vigorar a Lei n.º 13.429, a qual tinha a intenção de suprimir uma lacuna legislativa sobre a matéria, que até então era dirimida pela Súmula 331 do TST (Bonfim, 2017). No entanto, como pondera Bonfim, essa normativa mostrou-se muito genérica, deixa a desejar ao cumprimento de seu propósito (Bonfim, 2017). E analisando de forma crítica essa Lei, Pereira comenta que:

[...] a aprovação da Lei 13.429/17 não trouxe consigo o fim da polêmica sobre a terceirização no Brasil. Se por um lado a nova lei foi celebrada por empresários, por outro lado recebeu grande resistência, conduzida por centrais sindicais, procuradores e juízes do trabalho. Esses segmentos alegam que, além contribuir para a precarização do trabalho no Brasil e carecer de debate democrático [...] (Pereira, 2017, p. 2).

A Reforma Trabalhista, implementada no Brasil em 2017, teve repercussões significativas no âmbito da terceirização, gerando debates e mudanças substanciais nas relações laborais. Uma das principais alterações foi a permissão para a terceirização irrestrita da atividade-fim das empresas, antes restrita apenas à atividade-meio. Isso possibilitou uma flexibilização maior nas contratações, permitindo que as empresas terceirizem até mesmo suas atividades principais.

A flexibilização pode promover a eficiência e a especialização nas operações das empresas, há preocupações consideráveis quanto à precarização das condições de trabalho e à fragilização dos direitos dos trabalhadores. Além disso, a Reforma introduziu a figura do trabalho intermitente e alterou a contribuição sindical, impactando a organização e negociação coletiva.

Estes e outros aspectos serão analisados no próximo item, que trata do complexo cenário dos impactos da Reforma Trabalhista na terceirização, abordando as mudanças legislativas que influenciam diretamente a dinâmica do mercado de trabalho, demandando uma constante avaliação e ajuste das políticas laborais.

1.2 OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA TERCEIRIZAÇÃO

A terceirização, até a promulgação da Lei n.º 13.429/2017, era regulamentada pela Lei n.º 6.019/1974 e pela Súmula nº 331/1993, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Cabe mencionar que a Lei n.º 13.429/2017, teve o condão de retirar do Poder Judiciário e trazer para o Legislativo o estabelecimento dos limites da terceirização (Pereira, 2017).

A Lei n.º 13.429/2017 alterou os arts. 4º-A, 4º-C, 5º-A, 5º-C, 5º-D da Lei n.º 6.019/1974, de forma que inicialmente determinou que a prestação de serviços a terceiros é a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução (Brasil, 2017). De acordo com Pereira:

O novo diploma legal faz alterações na Lei 6.019/74, que regulamentava apenas o trabalho temporário no Brasil. Doravante, além do trabalho temporário, passará também a reger a terceirização, nos seguintes termos: não há proibição quanto à terceirização de qualquer atividade da empresa, incluindo sua atividade-fim, de acordo com a interpretação majoritária sobre a lei (Pereira, 2017, p. 2).

A Reforma Trabalhista de 2017 trouxe mudanças significativas relacionadas à terceirização, permitindo sua aplicação em qualquer atividade, incluindo atividades-fim. Além disso, garantiu aos trabalhadores terceirizados, enquanto em funções nas dependências da tomadora, direitos como acesso à alimentação em refeitórios, uso de transporte, atendimento médico ou ambulatorial, treinamento adequado fornecido pela contratada e condições seguras e apropriadas de trabalho. Essas medidas visam equiparar os direitos de terceirizados aos dos empregados diretos, promovendo maior segurança e dignidade no ambiente laboral (CNI, 2017).

A Lei n.º 6.019/1974 estabelecia a condição de que a empresa de prestação de serviços a terceiros tivesse capital social compatível com o número de empregados (por exemplo, empresas com até dez empregados teriam que ter um capital mínimo de R\$ 10.000,00, e empresas com mais de cem empregados, capital mínimo de R\$ 250.000,00).

Ainda conforme essa lei, o contrato de prestação de serviços a terceiros precisava apresentar a qualificação das partes, especificação do serviço a ser prestado, prazo para realização do serviço e valor (Brasil, 1974).

A Lei n.º 6.019/1974 definia que a empresa contratada, era responsável pela contratação, remuneração e condução do trabalho realizado por seus empregados, porém, destacava que cabia à contratante garantir condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados se o trabalho fosse realizado nas suas dependências ou local previamente convencionado (CNI, 2017).

Além disso, a Lei n.º 6.019/1974 permitia que a contratante estendesse aos empregados terceirizados, os mesmos benefícios de seus empregados, relacionados a atendimento médico, ambulatorial e de refeição. E, proibia a utilização dos empregados em atividades distintas daquelas para as quais foram contratos (Brasil, 1974).

Segundo a definição da Lei n.º 13.429/2017, a contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal (Brasil, 2017). Assim, a nova lei determina que, caso o contrato implique mobilização de empregados da contratada em número igual ou superior a 20% dos empregados da contratante, esta poderá disponibilizar aos empregados da contratada os serviços de alimentação e atendimento ambulatorial em outros locais apropriados e com igual padrão de atendimento, com vistas a manter o pleno funcionamento dos serviços existentes.

Contratante e contratada poderão estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante (CNI, 2017).

De acordo com Garcia, a ausência de vínculo de emprego entre a empresa tomadora (contratante dos serviços) e o empregado da empresa prestadora (empregador), considerando que a terceirização tenha sido realizada de acordo com as exigências legais, tem-se que os referidos empregados são juridicamente subordinados à empresa prestadora, devendo assim, esta ter o poder de direção e a obrigação pela remuneração deles (Garcia, 2018).

Neste capítulo, foi possível compreender o conceito e os principais aspectos que envolvem a terceirização, bem como a legislação que regula essa

prática no Brasil, com destaque para as transformações trazidas pela Reforma Trabalhista de 2017. Essas alterações impactaram significativamente as relações de trabalho, promovendo debates sobre as consequências positivas e negativas para os diversos agentes envolvidos. Tais reflexões teóricas fornecem uma base essencial para a análise das práticas e efeitos da terceirização. No próximo capítulo, será apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa, descrevendo os procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados para investigar as questões centrais deste estudo.

2 METODOLOGIA

Nesta são abordados aspectos relacionados com o método usado para a realização desse estudo, indicando o tipo de pesquisa, o método de abordagem, os métodos de procedimento e as técnicas de coleta de dados, atento às correlações existentes entre essas variáveis.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa teórica. Quanto à abordagem dos dados esta pesquisa é classificada como qualitativa. Quanto à classificação dos propósitos gerais, as características dos objetivos traçados, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa usou-se o método bibliográfico. A finalidade deste método é obter informações ou dados históricos que seriam impossíveis se não fosse por meio de uma bibliografia apropriada, a qual permite um conhecimento mais vasto. Na pesquisa bibliográfica, a elaboração é feita a partir da coleta de materiais já publicados, como artigos científicos e livros, disponíveis em ambiente físico ou virtual.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados se deu por meio de levantamento de informações obtidas a partir da leitura de artigos que discutem os impactos da reforma trabalhista sobre a terceirização e os direitos desses trabalhadores.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação foi feita pelo método indutivo. Entende-se esse método como adequado em função de que o método indutivo, no contexto de uma análise e interpretação, parte da observação de fenômenos específicos para chegar a conclusões gerais ou leis que possam ser aplicadas a situações mais amplas. Esse método, de acordo com Marconi e Lakatos, envolve a coleta de dados concretos, o reconhecimento de padrões e a formulação de teorias ou generalizações a partir desses dados observados (Marconi & Lakatos, 2003).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma análise realizada por Amadeo; Scanduzzi e Pero, sobre as condições de trabalho na década de 1990, revelou que

[...] que a maior parte das empresas terceiras pertence ao setor serviços. [...] esse setor contrata, predominantemente, mão-de-obra com baixo nível educacional e pouca experiência. A maioria é contratada à margem da legislação trabalhista, o que gera relações de trabalho instáveis – prova disso é a predominância de trabalhadores com menos de dois anos de “casa”. Os trabalhadores têm, em média, ganhos salariais com a educação menores que na indústria, ou seja, o setor serviços valoriza menos o capital humano (Amadeo; Scanduzzi; Pero, 2022, p. 32).

De acordo com Rebelo *et al.*, a falta de regulamentação do trabalho terceirizado e sua restrição às atividades-meio, repercutiam em uma situação em que a maior parte do emprego terceirizado acabava concentrado em atividades auxiliares à atividade produtiva; tais como, limpeza e controle de portarias (Rebelo *et al.*, 2018).

Situação essa, muito preocupante, principalmente se for considerado que em 2014, o total de trabalhadores terceirizados equivalia a 12,7 milhões de assalariados, perfazendo 26,8% do mercado formal de trabalho (CUT, 2014). Sobre este aspecto, Antunes e Druck comentam que:

Essa relação do número de trabalhadores subcontratados (terceirizados) com o número de contratados (efetivos) diretamente modificou-se no tempo, pois houve um crescimento exponencial da terceirização em todos os setores de atividades, levando a aumentos muito maiores do número de terceirizados do que de efetivos (Antunes; Druck, 2015, p. 10).

Até o ano de 2017, os trabalhadores terceirizados contavam apenas com a proteção da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa súmula reconhecia a legalidade da contratação de serviços terceirizados vinculados à atividade-meio das empresas, como serviços auxiliares ou complementares. No entanto, restringia a terceirização das atividades-fim, ou seja, aquelas diretamente relacionadas ao objetivo principal da empresa. Essa limitação visava preservar a relação empregatícia direta nas funções essenciais, garantindo maior estabilidade aos trabalhadores (Silva, 2021).

Atualmente, a terceirização se consolida como uma importante saída encontrada por muitas empresas para sustentar e aumentar a competitividade das relações de produção. No entanto, muitos são os aspectos que indicam precarização nas condições de trabalho, no que se refere aos trabalhadores terceirizados. Essa condição se evidencia, desde as diferenças salariais, que de acordo com Pelatieri *et al.* “A análise comparativa da remuneração nominal média mostra que, nas atividades tipicamente terceirizadas, ela é inferior à praticada nas tipicamente contratantes.” (Pelatieri *et al.*, 2018, p. 16). Perpassando pela jornada de trabalho, que costuma ser maior do que a dos contratados, assim como a rotatividade. E alcançando os níveis de afastamento por acidentes de trabalho típicos, que “[...] é mais elevada nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes, podendo ser duas vezes mais alta em alguns casos” (Pelatieri *et al.*, 2018, p. 22).

De acordo com a uma pesquisa com foco na terceirização trabalhista, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018, em

que o instituto levou em consideração os anos de 2014 a 2017, em termos de rotatividade o IPEA concluiu o seguinte:

Nas atividades tipicamente contratantes, quando se observa a relação entre vínculos ativos e vínculos rompidos ao final de 2014, nota-se que, de cada cem vínculos ativos, pouco mais de quarenta foram rompidos. Já nos setores tipicamente terceirizados, essa relação é de cem vínculos ativos para oitenta rompidos. Este último dado indica que os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas têm alta rotatividade (Pelatieri *et al.*, 2018, p.14).

Importante mencionar que a falta de restrições na regulamentação da terceirização, fundamentada exclusivamente em uma perspectiva de curto prazo, não apenas causa prejuízos aos trabalhadores, mas também afeta negativamente o desempenho das empresas a longo prazo. Neste sentido, Pelatieri *et al.* expressam que:

A adoção da terceirização de forma indiscriminada, no Brasil e no mundo, tem sido vista de forma crítica. Em alguns casos, o processo tem sido até mesmo revertido por algumas empresas, por afetar a qualidade dos produtos e serviços e fragmentar excessivamente os processos produtivos, levando até à queda na produtividade (Pelatieri *et al.*, 2018, p. 28).

O fato é que a terceirização no Brasil passou por mudanças significativas ao longo dos anos, sendo que a mais recente se deu por meio da Lei n.º 13.429/2017, que ficou conhecida como Lei da Terceirização; e da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017), as quais representaram marcos importantes nesse processo (Brasil, 2017a, 2017b).

Essas leis ampliaram a possibilidade de terceirização, permitindo que empresas terceirizassem até mesmo atividades-fim, pois antes disso, a terceirização estava limitada às atividades-meio. A atividade-meio referia-se às atividades secundárias da empresa, relacionadas com serviço de limpeza, de alimentação de funcionários, vigilância, etc (Silva, 2021).

As mudanças legislativas tiveram impactos significativos no mercado de trabalho e nas relações entre empresas e trabalhadores, de forma que, enquanto alguns argumentam que a flexibilização das leis de terceirização é benéfica para

a economia, outros acreditam que isso coloca os trabalhadores em uma posição mais vulnerável.

A regularização da terceirização era uma necessidade evidente. Porém, analisando os impactos da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) sobre a dinâmica de trabalho no Brasil, constata-se uma preocupante flexibilização das normas, especialmente em aspectos relacionados à terceirização e ao trabalho intermitente. Essa flexibilização foi apontada como responsável por reduzir os custos das empresas e aumentar sua competitividade, mas também como uma potencial causa de precarização das condições de trabalho e redução dos direitos dos trabalhadores.

Um ponto bastante discutido dessa reforma está relacionada à condição de que a normativa definiu que os serviços podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, sendo que, quando e enquanto forem executados nas dependências da tomadora, aos empregados terceirizados são garantidas as mesmas condições, no que se refere a alimentação fornecida aos empregados da contratante, quando oferecida em refeitórios; assim como o direito de utilizar os serviços de transporte; e de atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante ou local por ela designado; assim como, o recebimento de treinamento adequado, fornecido pela contratada, quando a atividade o exigir; e também condições sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço (CNI, 2017).

Essa mudança, permitindo terceirizar a atividade-fim das empresas, tem gerado grandes discussões. A divergência de perspectivas em relação às mudanças propostas nas regras trabalhistas gira em torno de argumentos apresentados por empresários, que defendem os benefícios da desburocratização na contratação de funcionários. Isso, segundo eles, resultaria em uma produção mais especializada e na redução de custos judiciais relacionados à Justiça do Trabalho. Por outro lado, centrais sindicais, procuradores e juízes do trabalho expressam preocupações quanto à possibilidade de essas novas regras propiciarem o surgimento de práticas fraudulentas e precarizarem as relações de trabalho como um todo.

Para compreender plenamente essa controvérsia, é essencial abordar o conceito de atividade-fim de uma empresa.

A atividade-fim caracteriza a razão de ser de uma empresa, sendo sua principal atividade. Um banco tem operações financeiras como sua atividade-fim; uma operadora de telefonia tem a prestação de serviços de telecomunicação como sua atividade-fim. Isso define 8 tais empresas como elas são. A atividade-fim difere das atividades-meio justamente porque é aquela que está o “espírito” da empresa (Pereira, 2017, p. 7-8).

Essa expressão refere-se à principal função ou atividade pela qual uma empresa é reconhecida, aquela que está diretamente associada ao seu propósito central de negócios. Entender essa definição é crucial para analisar como as alterações propostas nas regras trabalhistas podem impactar a dinâmica das contratações, a especialização da produção e os potenciais desdobramentos legais.

Conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Lei n.º 6.019/1974, também definia que a responsabilidade seria subsidiária da empresa contratante em relação ao pagamento das obrigações trabalhistas dos empregados da empresa contratada (CNI, 2017).

Em termos de responsabilidades, de acordo com a nova regra, a empresa tomadora será responsabilizada apenas subsidiariamente, ao invés de solidariamente pelos débitos trabalhistas deixados em aberto pela empresa prestadora. De modo que, ela somente poderá ser cobrada pelo trabalhador se a prestadora de serviços não tiver patrimônio suficiente para arcar com a dívida (Pereira, 2017).

A distinção entre responsabilidade subsidiária e solidária reside na abordagem adotada no processo de cobrança. No cenário de responsabilidade solidária, ambas as empresas envolvidas podem ser acionadas simultaneamente, compartilhando a obrigação. Em contraste, na responsabilidade subsidiária, a empresa prestadora de serviços é inicialmente sujeita à cobrança, e somente em caso de insuficiência de patrimônio desta para quitar a dívida é que a empresa tomadora pode ser acionada (Pereira, 2017).

Na responsabilidade solidária, ambas as empresas são consideradas responsáveis integralmente pelo cumprimento da obrigação, e o credor tem o

direito de buscar a totalidade do montante de qualquer uma delas. Por outro lado, na responsabilidade subsidiária, a empresa prestadora de serviços é a primeira instância a ser cobrada, assumindo a responsabilidade primária pelo débito. Somente na eventualidade de a prestadora não possuir recursos suficientes para saldar a dívida é que a empresa tomadora pode ser chamada a arcar com a responsabilidade remanescente. Essa distinção torna-se crucial em situações em que a empresa prestadora de serviços enfrenta dificuldades financeiras, impactando diretamente a sequência de responsabilidades no processo de cobrança.

Isso garante uma maior estabilidade jurídica para a empresa que contrata os serviços, uma vez que não fica sujeita a ser acionada a qualquer momento para quitar obrigações deixadas por outras empresas. Por outro lado, é importante salientar que, conforme essa normativa, o trabalhador pode enfrentar um período de espera significativo para finalmente receber o pagamento de seus direitos trabalhistas. Isso ocorre tanto no âmbito da empresa prestadora de serviços, que é a primeira a ser responsabilizada, quanto na empresa contratante, que só seria acionada subsidiariamente. Em outras palavras, o trabalhador teria que aguardar até que, na fase de execução da sentença, seja constatado que a prestadora de serviços não possui recursos suficientes para quitar a dívida, momento em que a empresa contratante pode ser convocada e sujeita à execução.

Outro aspecto que merece destaque é a questão de que a implementação da Reforma ampliou o espaço para negociações individuais entre empregadores e empregados, privilegiando interesses empresariais. Esse movimento gerou uma diminuição na força dos sindicatos, que tiveram suas receitas impactadas pela extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical. A análise corrobora que a redução do poder de negociação coletiva acentuou as desigualdades estruturais nas relações de trabalho (Passos & Lupatini, 2020).

Os dados também apontam que a ampliação da terceirização, inclusive em atividades-fim, contribuiu para um aumento no número de trabalhadores sob regimes mais precários. Estudos como o de Fontainha et al. mostram que trabalhadores terceirizados frequentemente enfrentam menores salários, menos benefícios e maior rotatividade, em comparação aos contratados diretamente

(Fontainha *et al.*, 2017). E além disso, destacam que as alterações da Reforma geraram um desencorajamento do litígio, em especial por parte dos empregados, dado o risco de terem que pagar honorários de sucumbência e periciais em caso de perda da ação.

Conforme a Lei n.º 13.429/2017, não pode figurar como contratada a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos 18 meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados. Essa Lei determina que caso o empregado seja demitido, não poderá prestar serviços para esta mesma empresa na qualidade de terceirizado antes do decurso de prazo de dezoito meses, contados a partir da sua demissão (Brasil, 2017).

Quanto ao trabalho intermitente, embora essa modalidade tenha promovido a inclusão de trabalhadores no mercado formal, a imprevisibilidade de renda e a ausência de garantias trabalhistas plenas criaram um ambiente de insegurança econômica para muitos (Galvão *et al.*, 2019).

Ainda sobre a percepção social, a literatura analisada indica que a Reforma Trabalhista foi amplamente criticada por sua orientação neoliberal, que prioriza o mercado em detrimento da proteção social. A redução de barreiras regulatórias para empresas promove um ambiente mais favorável ao capital, mas em um cenário de desigualdades históricas, essa desregulação pode aprofundar problemas sociais já existentes (Lopes *et al.*, 2020).

Para melhor visualização das mudanças que a Reforma Trabalhista trouxe em relação à terceirização, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 1: Antes e após a Reforma Trabalhista em relação à terceirização.

<p>Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943.</p> <p>(Ainda em vigor)</p>	<p>A Lei nº 13.467/2017 alterou o seguinte:</p> <p>(Em vigor a partir de 11/11/2017)</p>
<p>O artigo 442 da CLT não foi alterado, apenas teve o acréscimo dos artigos 442-B.</p>	<p>Acrescentou o artigo 442-B, com a seguinte redação: “A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação”.</p>

<p>Legislação complementar: Lei nº 6.019/1974; Lei nº 8.036/1990; e Lei nº 8.212/1991. (Ainda em vigor)</p>	<p>A Lei nº 13.467/2017 alterou o seguinte: (Em vigor a partir de 11/11/2017)</p>
<p>O artigo 4º-A da Lei 6.019/1974 (incluído pela Lei nº 13.429, de 2017), tinha a seguinte redação: “Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos”.</p>	<p>Alterou o artigo 4º-A da Lei 6.019/1974, com a seguinte redação: “Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução”.</p>
<p>Inclusão do artigo 4º-C na Lei 6.019/1974</p>	<p>Acrescentou o artigo 4-C na Lei 6.019/1974, com a seguinte redação: Art. 4º-C. São asseguradas aos empregados da empresa prestadora de serviços a que se refere o art. 4º-A desta Lei, quando e enquanto os serviços, que podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, forem executados nas dependências da tomadora, as mesmas condições: I - relativas a: a) alimentação garantida aos empregados da contratante, quando oferecida em refeitórios; b) direito de utilizar os serviços de transporte; c) atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante ou local por ela designado; d) treinamento adequado, fornecido pela contratada, quando a atividade o exigir. II - sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço. §1º Contratante e contratada poderão estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante, além de outros direitos não previstos neste artigo. §2º Nos contratos que impliquem mobilização de empregados da contratada em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos empregados da contratante, esta poderá disponibilizar aos empregados da contratada os serviços de alimentação e atendimento ambulatorial em outros locais apropriados e com igual padrão de atendimento, com vistas a manter o pleno funcionamento dos serviços existentes.</p>
<p>O artigo 5º-A da Lei 6.019/1974 (incluído pela Lei nº 13.429, de 2017), tinha a seguinte redação: “Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços determinados e específicos”.</p>	<p>Alterou o artigo 5º-A da Lei 6.019/1974, com a seguinte redação: “Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal”.</p>
<p>Inclusão dos artigos 5º-C e 5º-D na Lei 6.019/1974.</p>	<p>Acrescentou os artigos 5º-C e 5º-D na Lei 6.019/1974, com a seguinte redação: Art. 5º-C. Não pode figurar como contratada, nos termos do art. 4º-A desta Lei, a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados. Art. 5º-D. O empregado que for demitido não poderá prestar</p>

	serviços para esta mesma empresa na qualidade de empregado de empresa prestadora de serviços antes do decurso de prazo de dezoito meses, contados a partir da demissão do empregado.
--	--

Fonte: produção do pesquisador.

Cabe destacar que as mudanças trazidas pela Reforma também refletem um movimento global de flexibilização do trabalho, observado em diversos países como resposta às pressões econômicas contemporâneas (Silva, 2020). Contudo, é essencial ponderar os resultados à luz das especificidades socioeconômicas brasileiras, considerando o impacto direto sobre as populações mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou os impactos da Lei n.º 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, no sistema jurídico brasileiro, com foco nas mudanças relacionadas à flexibilização das relações de trabalho e à intensificação da terceirização. O problema norteador questionou como essas alterações impactaram os direitos dos trabalhadores no Brasil, especialmente no que diz respeito à precarização das condições laborais. A pesquisa evidenciou que a flexibilização normativa, embora tenha buscado atender à competitividade empresarial, gerou consequências significativas para a segurança e os direitos trabalhistas.

O objetivo geral foi plenamente alcançado, ao se analisar os impactos da Reforma Trabalhista, particularmente no que tange à ampliação da terceirização, incluindo atividades-fim, e à introdução do trabalho intermitente. O estudo identificou que essas práticas resultaram em condições laborais mais precárias, como menores salários, benefícios reduzidos e maior rotatividade para trabalhadores terceirizados. Além disso, o desmonte da obrigatoriedade da contribuição sindical comprometeu a força dos sindicatos, enfraquecendo a negociação coletiva e exacerbando as desigualdades estruturais. Quanto ao trabalho intermitente, a imprevisibilidade de renda e a falta de garantias plenas foram destacados como fontes de insegurança econômica.

A partir dos objetivos específicos, constatou-se que a intensificação da terceirização, apontada como tendência global, refletiu-se no Brasil de maneira mais pronunciada devido às desigualdades socioeconômicas do país. As alterações na legislação promoveram um ambiente favorável ao capital, mas aprofundaram problemas sociais, como a desigualdade de acesso a direitos trabalhistas. A redução no número de litígios trabalhistas, impulsionada pelo risco de honorários de sucumbência, também foi uma consequência importante das mudanças legais, criando um contexto de desproteção para os trabalhadores.

Com base nos resultados, sugere-se que futuras pesquisas explorem mais profundamente os impactos da Reforma Trabalhista no longo prazo, avaliando suas implicações para diferentes setores econômicos e perfis de trabalhadores. Também seria relevante investigar a relação entre as novas modalidades contratuais e a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como analisar o papel dos sindicatos em contextos de baixa contribuição sindical obrigatória.

A pesquisa realizada contribui significativamente para o debate acadêmico ao aprofundar a compreensão sobre os efeitos da flexibilização trabalhista no Brasil. Ao iluminar os desafios e as contradições da Reforma Trabalhista, o estudo oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que priorizem o equilíbrio entre a competitividade econômica e a proteção social, consolidando-se como uma referência para novas investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward J.; SCANDIUZZI, João Carlos; PERO, Valéria. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 16, p. 20-37, 2022.

BONFIM, Hanna Larissa Lima. Terceirização: para quem fica as vantagens e desvantagens? **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia**. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Escola Judicial. Ano 6, n. 9, out. 2017. (online). Disponível em: <http://escolajudicial.trt5.jus.br/revista-eletronica-edicao-atual>.

BRASIL. **Decreto n.º 5.452, de 1943**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 1.212, de 1966**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 1.216, de 1966**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto 62.756, de 1968**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto 1.034, de 1969**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 6.019, de 1974**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 7.102, de 1983**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 89.056, de 1983**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Enunciado 256, de 1986**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Alteração do Enunciado 256, em 1993**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Enunciado 331**, o qual foi alterado pela Resolução nº 96, de 11 de setembro de 2000. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.429, de 2017**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.467, de 2017**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Estudos de Relações do Trabalho**. Modernização trabalhista lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017: panorama anterior e posterior à aprovação. Brasília 2017.

CUT Brasil. Terceirização e Desenvolvimento. Uma conta que não fecha. **Dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos.** Secretaria. Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2014, fl.13. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FONTAINHA, F.; RODRIGUES, P.; FERNANDES, P. de A. **A Reforma Trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 797–821, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912021273797>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. **Reforma Trabalhista:** precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253–270, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 12. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GRILLO, Marcelo Gomes Franco. **Instituições de Direito Público e Privado.** São Paulo: Atlas, 2020.

LOPES, F. J. O.; SILVA, G. E. da; SHIOZAKI, M. P.; FREITAS, S. M. P. de. **(De)Forma Trabalhista:** flexibilização e precarização pela(s) perspectiva(s) da(s) psicologia(s) do trabalho. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 25, e48213, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.48213>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATO, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYER, E. L. S.; SCHORR, J. S.; LOCATELLI, J. H. P. A regulamentação da terceirização trabalhista e os limites da responsabilidade subsidiária: uma análise a partir da Lei nº 13.429/17. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 115–142, 2020.

PASSOS, S. da S.; LUPATINI, M. **A Contrarreforma Trabalhista e a Precarização das Relações de Trabalho no Brasil.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 132–142, 2020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p132>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PELATIER, Patrícia et al. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, André Gambier (org.).

Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

PEREIRA, Filipe Gradim Machado et al. **Terceirização e Direito do Trabalho: o debate sobre as novas formas de flexibilização no contexto da Lei 13.429/17.** 2017.

REBELO, André Marques et al. Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In: CAMPOS, André Gambier (org.). **Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** Brasília: Ipea, 2018.

SILVA, Paulo Renato Fernandes da. **Cooperativas de Trabalho, Terceirização de Serviços e Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Eliana Paula Félix Ferreira da. **Terceirização na Petrobras: uma visão a partir do Rio Grande do Norte.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.